

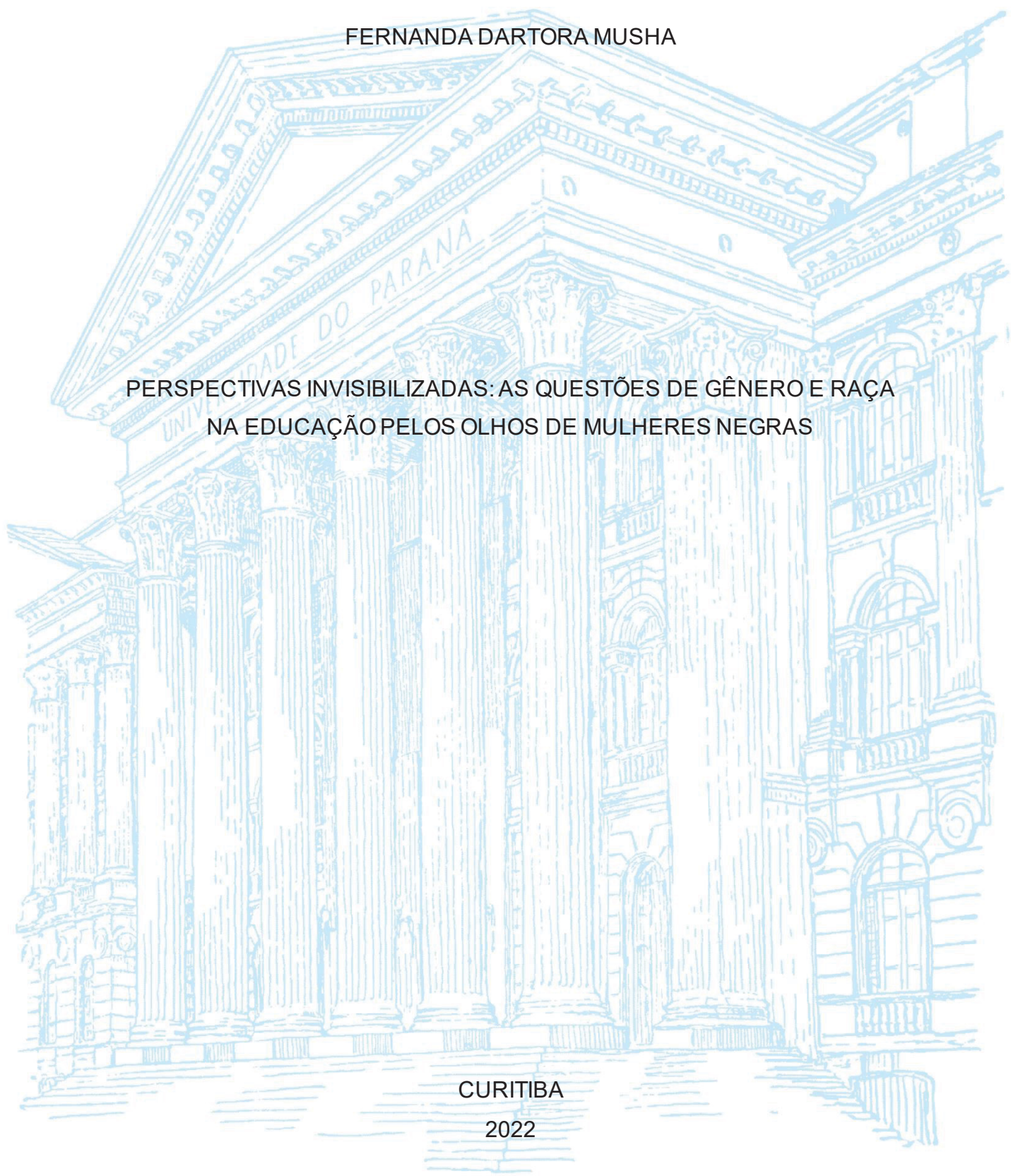
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

FERNANDA DARTORA MUSHA

PERSPECTIVAS INVISIBILIZADAS: AS QUESTÕES DE GÊNERO E RAÇA
NA EDUCAÇÃO PELOS OLHOS DE MULHERES NEGRAS

CURITIBA

2022



FERNANDA DARTORA MUSHA

PERSPECTIVAS INVISIBILIZADAS: AS QUESTÕES DE GÊNERO E RAÇA
NA EDUCAÇÃO PELOS OLHOS DE MULHERES NEGRAS

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação ao curso de Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Elenilton Vieira Godoy

CURITIBA

2022

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DO CAMPUS REBOUÇAS

Musha, Fernanda Dartora

Perspectivas invisibilizadas : as questões de gênero e raça na educação pelos olhos de mulheres negras / Fernanda Dartora Musha. – Curitiba, 2022.

1 recurso on-line : PDF.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Orientador: Prof. Dr. Elenilton Vieira Godoy

1. Educação – Estudo e ensino. 2. Relações étnico-raciais. 3. Identidade de gênero na educação. 4. Discriminação de sexo na educação. 5. Mulheres negras. I. Godoy, Elenilton Vieira. II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

ATA Nº1554

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE MESTRADO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRA EM EDUCAÇÃO

No dia sete de março de dois mil e vinte e dois às 09:00 horas, na sala Virtual, link para acesso <https://bbb.c3sl.ufpr.br/b/ele-ten-0sq-ai3>, por Videoconferência (devido à Pandemia de Covid-19), foram instaladas as atividades pertinentes ao rito de defesa de dissertação da mestranda **FERNANDA DARTORA MUSH**, intitulada: **PERSPECTIVAS INVISIBILIZADAS: AS QUESTÕES DE GÊNERO E RAÇA NA EDUCAÇÃO PELOS OLHOS DE MULHERES NEGRAS**, sob orientação do Prof. Dr. ELENILTON VIEIRA GODOY. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação EDUCAÇÃO da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Membros: ELENILTON VIEIRA GODOY (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), CAROLINA DOS ANJOS DE BORBA (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), CRISTINA TEODORO (UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA). A presidência iniciou os ritos definidos pelo Colegiado do Programa e, após exarados os pareceres dos membros do comitê examinador e da respectiva contra argumentação, ocorreu a leitura do parecer final da banca examinadora, que decidiu pela APROVAÇÃO. Este resultado deverá ser homologado pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais definidos pelo programa. A outorga de título de mestra está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, ELENILTON VIEIRA GODOY, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais membros da Comissão Examinadora.

Observações: A banca examinadora ressalta a importância do trabalho e o aprofundamento da temática referente às mulheres negras e ressalta a contribuição sobretudo do campo empírico sobre gênero e raça com especificidade sobre mulheres negras lideranças.

CURITIBA, 07 de Março de 2022.

Assinatura Eletrônica

22/03/2022 11:03:39.0

ELENILTON VIEIRA GODOY

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

22/03/2022 08:54:23.0

CAROLINA DOS ANJOS DE BORBA

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

29/03/2022 10:42:16.0

CRISTINA TEODORO

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA)

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação EDUCAÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **FERNANDA DARTORA MUSH** intitulada: **PERSPECTIVAS INVISIBILIZADAS: AS QUESTÕES DE GÊNERO E RAÇA NA EDUCAÇÃO PELOS OLHOS DE MULHERES NEGRAS**, sob orientação do Prof. Dr. ELENILTON VIEIRA GODOY, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestra está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 07 de Março de 2022.

Assinatura Eletrônica

22/03/2022 11:03:39.0

ELENILTON VIEIRA GODOY

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

22/03/2022 08:54:23.0

CAROLINA DOS ANJOS DE BORBA

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

29/03/2022 10:42:16.0

CRISTINA TEODORO

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA)

Às integrantes da Rede de Mulheres Negras do Paraná que tanto colaboraram com esta pesquisa através de seus relatos sensíveis, vivências potentes e palavras de resistência.

AGRADECIMENTOS

Agradeço às incríveis integrantes da Rede de Mulheres Negras do Paraná, que cederam suas palavras, tempo e disposição para que esta pesquisa pudesse existir. Agradeço à minha mãe, Márcia Regina Dartora Musha, pelo apoio incondicional e compreensão a todo momento, e ao meu pai, Hélio Musha, por todo o suporte para que fosse possível chegar até aqui. Agradeço ao meu namorado, Murilo Brum Alison, pelo amparo e companheirismo, e às minhas amigas e amigos pelos momentos de afeto e descontração tão necessários.

Agradeço ao meu orientador, Elenilton Vieira Godoy, por seus esforços para sulear esta pesquisa e pela parceria que construímos nesses anos. Agradeço à Carolina Dos Anjos De Borba e à Cristina Teodoro, membras da banca de qualificação e defesa desta pesquisa, por seus apontamentos fundamentais para o amadurecimento desta pesquisa. Agradeço ao corpo docente do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná, por me cativar com seus ensinamentos, e às funcionárias e aos funcionários da Universidade Federal do Paraná, por seu trabalho admirável. Agradeço, por fim, à Universidade Federal do Paraná, pela educação pública e de qualidade em seu poder transformador.

“Vivifico-me eu-mulher e teimo,
na vital carícia de meu cio,
na cálida coragem de meu corpo,
no infindo laço da vida,
que jaz em mim
e renasce flor fecunda.
Vivifico-me eu-mulher.
Fêmea. fênix. Eu fecundo.”
(EVARISTO, 2017, p. 289).

RESUMO

O presente trabalho é proposto como dissertação do Mestrado em Educação pelo Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná (PPGE/UFPR) e é vinculado ao Grupo de Estudos Curriculares, Decolonialidade, Diversidade e Subalternidade (Gecudedis). Esta pesquisa tem como objetivo perceber a influência de processos educativos para a formação das mulheres negras militantes a partir da perspectiva de integrantes da Rede de Mulheres Negras do Paraná (RMN-PR). Como metodologia de pesquisa, propõe-se uma investigação qualitativa, utilizando-se a narrativa, com a produção de um documento a partir das entrevistas com integrantes da RMN-PR, e elementos da análise de discurso subsidiada em obras de Eni P. Orlandi para o material produzido. Teoricamente, filiou-se a estudos e pesquisas que abordam as temáticas de gênero e raça em uma perspectiva de aspiração decolonial e interseccional. Os discursos das integrantes da RMN-PR apontam para escolas que tem a possibilidade de acolher, e o fazem em algumas situações, mas repetidas vezes negligenciam, subalternizam e discriminam esses sujeitos, em processos de coerção rotineiros. Ainda, destaca-se o silenciamento das discussões de gênero e étnico-raciais na família das integrantes da RMN-PR. Há a possibilidade, entretanto, de uma educação de luta e resistência a partir do conhecimento experiencial da mãe, além da potencialidade de acolhimento através da RMN-PR, transformando os ambientes escolar e familiar.

Palavras-chave: mulheres negras. Relações étnico-raciais. Relações de gênero. Processos educativos.

ABSTRACT

This research paper is proposed as a master's degree dissertation in Education from Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná (PPGE/UFPR) and it is linked to the Grupo de Estudos Curriculares, Decolonialidade, Diversidade e Subalternidade (Gecudedis). This research aims to perceive the influence of educational processes on the development of militant black women from the perspective of members of the Rede de Mulheres Negras do Paraná (RMN-PR). As research methodology, narratives are proposed, with the production of a document from interviews with members of the RMN-PR, and elements of discourse analysis for the material produced. Theoretically, this paper joined studies that approach the themes of gender and race in an aspiration to a decolonial and intersectional perspective. The speeches of members of RMN-PR point to a school that has the possibility of sheltering, and does so in some situations, but repeatedly neglects, subordinates and discriminates against these subjects, in routine processes of coercion. Also, the silencing gender and ethnic-racial discussions in the family of member of RMN-PR is highlighted. There is a possibility, however, of an education based on the mother's experiential knowledge to fight and resist, in addition to the potential for sheltering through RMN-PR, transforming school and family environments.

Keywords: black women. Ethnic-racial relations. Gender relations. Educational processes.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa Utilizado nas Entrevistas	35
Figura 2 – Nuvem de palavras.....	169
Figura 3 – Análise de Clusters.....	171

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Perfil das entrevistadas.....	37
------------------------------------------	----

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

Gecudedis – Grupo de Estudos Curriculares, Decolonialidade, Diversidade e Subalternidade

LGBTI+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis e Transgêneros, Queer, Interssexuais e outras expressões de gênero e orientações sexuais.

PPGE – Programa de Pós Graduação em Educação

RMN-PR – Rede de Mulheres Negras do Paraná

UFPR – Universidade Federal do Paraná

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO: A NOITE NÃO ADORMECE NOS OLHOS DAS MULHERES	12
2 REVISÃO DE LITERATURA: RECORDAR É PRECISO	20
3 NARRATIVAS: VOZES-MULHERES	32
3.1 EDUCAÇÃO FORMAL	38
3.1.1 Educação Básica	39
3.1.2 Graduação	58
3.1.3 Pós-Graduação	68
3.2 EDUCAÇÃO NÃO FORMAL E INFORMAL	73
3.2.1 Trabalho	74
3.2.2 Religião	91
3.2.3 Família	99
3.2.4 Relacionamentos Afetivos	119
3.2.5 RMNPR	122
3.2.6 Demais Coletivos	145
4 ANÁLISE DE DISCURSO: DA CONJURAÇÃO DOS VERSOS.....	165
4.1 PALAVRAS EM NUVEM.....	168
4.2 EDUCAÇÃO BÁSICA	171
4.2.1 Olhos que diferenciam	171
4.2.2 O racismo produzido a partir da adjetivação	173
4.2.3 A escravidão como uma história única	180
4.2.4 A militância como esperança	184
4.3 FAMÍLIA.....	186
4.3.1 O preconceito mora em casa.....	186
4.3.2 A pobreza e o amadurecimento precoce.....	189
4.3.3 A figura materna como luta e resistência	193
4.3.4 O conhecimento como ruptura socioeconômica-cultural	196
4.4 RMNPR	198
4.4.1 Militância como porta de entrada.....	198
4.4.2 Rede de Mulheres Negras: necessidade, aprendizado, partilha, acolhimento e potência.....	199
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: PARA A MENINA.....	205
REFERÊNCIAS.....	211

1 INTRODUÇÃO: A NOITE NÃO ADORMECE NOS OLHOS DAS MULHERES

Em memória de Beatriz Nascimento

A noite não adormece
nos olhos das mulheres
a lua fêmea, semelhante nossa,
em vigília atenta vigia
a nossa memória.

A noite não adormece
nos olhos das mulheres
há mais olhos que sono
onde lágrimas suspensas
virgulam o lapso
de nossas molhadas lembranças.

A noite não adormece
nos olhos das mulheres
vaginas abertas
retêm e expulsam a vida
donde Aínás, Nzingas, Ngambeles
e outras meninas luas
afastam delas e de nós
os nossos cálices de lágrimas.

A noite não adormecerá
jamais nos olhos das fêmeas
pois do nosso sangue-mulher
de nosso líquido lembradiço
em cada gota que jorra
um fio invisível e tônico
pacientemente cose a rede.

'A noite não adormece nos olhos das
mulheres'
(Conceição Evaristo)

Quando iniciei a graduação em licenciatura e bacharelado em matemática pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), estava focada nos estudos de matemática pura, almejando uma carreira na pós-graduação em matemática. Durante a graduação, tive a oportunidade de participar do Programa Institucional de Monitoria (PIM) e também do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), que despertaram em mim um interesse maior pela área educacional. Além dos dois programas, realizei os estágios obrigatórios da licenciatura e tive a oportunidade de lecionar em um cursinho solidário e em uma unidade do Kumon. O contato com alunos de ensino fundamental I e II, ensino médio e graduação, dentro da rede pública e particular, a experiência de planejamento de aulas e a inserção no ambiente escolar me possibilitaram

expandir minhas visões de mundo e explorar novas possibilidades em minha carreira.

Em disciplinas específicas da licenciatura, dei início a discussões acerca das questões de gênero e sexualidade, o que despertou minha curiosidade pela pesquisa no assunto a partir de minha identificação com as leituras feitas. Com isso, participei, apresentando trabalhos e também como ouvinte, de eventos relacionados ao tema, como o IV SIGESEX (Simpósio de Gênero e Sexualidade), realizado na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), e o Congresso Internacional LGBTI+ de 2019, realizado na UFPR, além de concluir o Curso de Extensão Universitária na modalidade de Difusão: Poder, Sexualidade e Performatividade: de Foucault a Butler, na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (FSP-USP).

Também entrei em contato com movimentos sociais diversos, em especial o movimento de mulheres e o movimento estudantil universitário, buscando conhecer suas pautas e organizações. Ainda participei angariando recursos para novas ações e dialogando com pessoas de diferentes comunidades de Curitiba e região metropolitana como voluntária na Teto, organização que atua com moradoras e moradores de comunidades em estado precário em sete estados brasileiros e está presente em 18 países da América Latina e Caribe. A partir das experiências em reuniões, debates e atos desses movimentos, além de eventos acadêmicos, disciplinas, discussões de grupos de pesquisa, orientações e leituras diversas, percebi na educação uma possibilidade que não encontrei na pesquisa em matemática em meu percurso acadêmico. Sentindo a urgência de explorar temas tão relevantes como gênero e sexualidade na carreira acadêmica, notei uma certa rigidez na matemática pura para se pensar tais questões. O isolamento da matemática em relação a outras áreas de conhecimento, em uma espécie de não-diálogo com outras formas de saber, dificultou trilhar o caminho que almejava. Com novos olhos para a educação, busquei uma pesquisa que contemplasse essas experiências que tive na academia e fora dela.

Com esse enfoque, em meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), decidi explorar as questões de gênero e sexualidade, mas percebi a demanda de pensar também a questão racial em minha pesquisa. Com meu TCC intitulado “Gênero, orientação sexual e raça: um ângulo exterior da matemática escolar” ,

busquei compreender como se dão as relações de poder no tocante a gênero, orientação sexual e raça nas aulas de matemática na educação básica a partir da visão de discentes da Universidade Federal do Paraná que buscaram uma graduação em licenciatura fora da área de Exatas. Preconceitos quanto a raça, gênero e orientação sexual passaram despercebidos a muitas das pessoas respondentes brancas ou heterossexuais, enquanto o contrário aconteceu com pessoas pretas ou LGBTQI+¹.

Assim, me formei em licenciatura em Matemática e ingressei no mestrado em Educação na UFPR, almejando o aprofundamento nos estudos étnico-raciais, de gênero e sexualidade e de teoria decolonial. Nesse processo, e com o contato com militantes de movimentos diversos, fortaleço minha identidade como mulher amarela e dou significado a experiências anteriores na vivência enquanto mulher asiática-brasileira. Além disso, passo a integrar o Grupo de Estudos Curriculares, Decolonialidade, Diversidade e Subalternidade (Gecudedis), participando também da organização do Ciclo Gecudedis - Rodas de conversa subalternizadas.

Avançando no mestrado, surge a oportunidade de trabalhar em colaboração com uma organização de mulheres negras, e assim a necessidade de um arcabouço teórico condizente. Voltando meu olhar para o movimento de mulheres negras e buscando entender meus privilégios como pesquisadora amarela e mulher asiática-brasileira de classe média, bem como meu papel como aliada na luta antirracista, procurei estabelecer um diálogo aberto com as mulheres negras que tanto colaboraram para esta pesquisa, assim como um aporte teórico e metodológico coerente com suas vivências e visões de mundo.

Levando isso em consideração, submeti este projeto à Plataforma Brasil, aprovado com número CAAE 40890620.2.0000.0102. Nesse processo, foram analisados riscos e benefícios das colaboradoras desta pesquisa, planejadas medidas para minimização desses riscos e proteção das colaboradoras e traçado um roteiro de entrevistas e um cronograma de realização da pesquisa. Foram redigidos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, o Termo de Uso de Voz para a Pesquisa e a Declaração de Compromisso da Equipe de Pesquisa, bem como outros documentos necessários ao processo de apreciação ética pela

¹ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis e Transgêneros, Queer, Interssexuais e outras expressões de gênero e orientações sexuais.

Plataforma Brasil. Durante o processo de aprovação pela Plataforma Brasil, manteve contato com a coordenação da Rede de Mulheres Negras do Paraná (RMN-PR), a instituição coparticipante desta pesquisa, discutindo sobre o projeto.

A Rede de Mulheres Negras do Paraná é uma organização sem fins lucrativos, autônoma e independente, fundada em 2006 a fim de conferir visibilidade e garantir demandas da população negra no Paraná. Com o objetivo de reivindicar e ampliar a implementação de políticas públicas para mulheres negras, a organização realiza projetos nas áreas de educação, cultura, saúde, promoção e defesa dos direitos humanos, geração de trabalho e renda, valorização da identidade de gênero, sexualidade e raça/etnia. Com participantes de todo o Estado, a organização visa ao empoderamento das mulheres negras em âmbito estadual e nacional, em uma luta contra racismo, sexismo, opressão de classe, lesbofobia e todas as formas de discriminação.

Todos os dias, mulheres negras têm seus corpos usados, invadidos e ditados, suas vidas tomadas, controladas e perdidas, e suas vozes silenciadas. A invisibilização de mulheres negras, que sofrem com a violência racial, de gênero e sexualidade, de classe e de religião, faz com que suas histórias não sejam visibilizadas. A violência sofrida em relação às questões de gênero, sexualidade, raça, etnia, classe e religião é respaldada em um sistema fortemente estruturado que naturaliza a dominação branca masculina heterossexual de classe média-alta e cristã por meio de instituições reguladoras de ideologias sociais e culturais. Enfrentando tudo isso, mulheres negras (re)existem, (in)surgem, resistem diariamente. Nesse sentido, o movimento de mulheres negras fortalece esses processos contra-hegemônicos, fazendo parte da vida e história de muitas delas.

Os processos educativos não são neutros e podem atuar de forma a acolher ou coagir grupos subalternizados. Dessa forma, buscar compreender o ambiente educacional formal e informal em que estão inseridas mulheres negras se faz urgente para pensar uma prática docente inclusiva, com acolhimento e conscientização de jovens acerca dos processos de subalternização que elas enfrentam diariamente. Entendendo o trabalho importante e necessário da RMN-PR e percebendo a importância da militância em um movimento de constante vigilância e luta pelos direitos das mulheres negras, esta pesquisa busca

responder a seguinte questão: de que forma as mulheres negras da Rede de Mulheres Negras do Paraná percebem a influência dos processos educativos em relação a gênero e raça em suas formações como mulheres negras militantes?

Para isso, almeja-se que integrantes da RMN-PR revisitem sua educação básica, formação, experiência profissional, participação em movimentos sociais e outros aspectos que considerarem relevantes, e relatem sua experiência com enfoque nas questões de gênero e raça. Assim, dá-se ouvidos às vozes de mulheres negras que sofrem corriqueiramente com discriminação em várias formas e se fazem resistência, e evidencia-se seu questionamento ao currículo como expressão do privilégio da cultura masculina, branca, heterossexual de classe média e cristã. Suas narrativas apontam para possíveis acolhimentos e coerções de diferentes ambientes educacionais, e para como isso pode ter moldado suas trajetórias em suas formações como mulheres negras militantes.

A hipótese desta pesquisa é de que os processos educativos em relação a gênero e raça podem influenciar (positiva ou negativamente) na formação das mulheres negras militantes da RMN-PR. Isso se dá considerando a educação como potencialidade para acolher e resistir ou cercear, sendo fundamental para o desenvolvimento (ou não) da consciência crítica, que é essencial para o empoderamento individual e coletivo (Patrícia Hill COLLINS; Sirma BILGE, 2021)².

Do ponto de vista da influência positiva a partir do contato com docentes, discentes, ativistas de movimentos sociais e leituras na temática; e do ponto de vista da influência negativa com a ausência de discussões pautadas por diferentes movimentos sociais e violências dos processos de subalternização. Essa hipótese foi formulada a partir da leitura e discussão do referencial teórico, com a compreensão de que a ausência de processos educativos que abordam as questões de gênero, sexualidade, raça, classe e outras subalternidades configura por si um processo educativo – o de silenciamento dessas discussões. Ainda, considera-se que processos educativos podem ser explicitamente

² Escolheu-se fazer as citações com o nome completo da pessoa autora na primeira menção como forma de reconhecimento e visibilidade às mulheres pesquisadoras.

repressivos das expressões de grupos subalternizados em relação a gênero, sexualidade, raça, classe e religião.

A partir das entrevistas com as colaboradoras, as integrantes da RMN-PR, configura-se o objeto desta pesquisa: as narrativas das integrantes da RMN-PR a respeito de sua educação básica, formação, experiência profissional e suas vivências como mulheres negras militantes. O conjunto dessas narrativas possibilita pensar o objetivo geral deste trabalho: perceber a influência de processos educativos para a formação das mulheres negras militantes a partir da perspectiva de integrantes da Rede de Mulheres Negras do Paraná.

Esta pesquisa tem como objetivos específicos:

- Constituir fontes históricas por meio das narrativas das mulheres negras da RMN-PR;
- Identificar processos de subalternização e resistência em relação a gênero e raça na educação formal, não formal e informal a partir da perspectiva de integrantes da RMN-PR
- Identificar processos educativos que marcaram a formação das integrantes da RMN-PR como mulheres negras militantes.
- Identificar o discurso e os sentidos produzidos pelas integrantes da RMN-PR quando narram suas histórias;

Ressalta-se que, nesta pesquisa, entendemos raça como uma construção social e política, um conceito inoperante sem valor biológico que serve a ideologias racistas, uma construção mental que representa a experiência de dominação colonial, mas que pode ser utilizada com base na dimensão social e política do termo, como o fazem dentro de espaços acadêmicos e de militância (Nilma Lino GOMES, 2005; Kabengele Munanga em PENESB, 2013; Aníbal QUIJANO, 2005; Edward TELLES, 2012); similarmente, entendemos gênero como uma construção sociocultural que não deve ser tido como valor nominal, em que suas categorias servem à exploração de pessoas e estratificação da sociedade e emergem na era da modernidade, marcada pela colonização europeia ao redor do mundo (Oyèrónké OYĔWÙMÍ, 2018). Além disso, considera-se que “etnia é o outro termo ou conceito usado para se referir ao

pertencimento ancestral e étnico/racial dos negros e outros grupos em nossa sociedade” (GOMES, 2005, p. 50).

O mapeamento de pesquisas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), utilizando o descritor “mulheres negras” e/ou “mulher negra”, na área de conhecimento Ciências Humanas – Educação e CNPQ: Ciências Humanas – Educação, escritas em língua portuguesa, apontou um total de 26 trabalhos, sendo 4 teses e 22 dissertações, que tratam especificamente das vivências de mulheres negras. Destas, apenas duas dissertações tratam de movimentos sociais, sendo uma sobre o movimento social progressista evangélico e uma sobre o movimento de mulheres negras, esta em colaboração com um coletivo de mulheres negras de Pernambuco (Cabelaço), que objetivou investigar a potência de práticas pedagógicas do movimento de mulheres negras de Pernambuco em um trabalho de Pesquisa-Ação e Etnografia. Assim, considera-se que investigar as influências de processos educativos na formação da militância de mulheres negras no Paraná é uma temática a ser explorada.

Esta pesquisa se filia teoricamente a estudos que abordam as temáticas de gênero e raça em uma perspectiva de aspiração decolonial. Como metodologia de pesquisa, propõe-se uma investigação qualitativa, utilizando-se a narrativa, com a produção de um documento a partir das entrevistas com integrantes da RMN-PR, e elementos da análise de discurso subsidiada em obras de Eni P. Orlandi para o material produzido. As mulheres negras da RMN-PR foram convidadas a narrar suas próprias histórias, com enfoque em sua educação básica e sua trajetória como militante do movimento de mulheres negras – e são essas narrativas que compõem o núcleo desta dissertação.

Na sequência, no capítulo 2, será explorada a literatura em teoria decolonial, com enfoque nas questões de gênero, raça, interseccionalidade e movimentos sociais, articulando-as com esta pesquisa. No capítulo 3, é descrito o processo de entrevistas e organiza-se trechos das narrativas obtidas de acordo com categorias aqui definidas, constituindo o documento central desta pesquisa. Em seguida, no capítulo 4, as narrativas construídas são movimentadas a partir de elementos da análise de discurso. Por fim, serão apresentadas as considerações finais, no capítulo 5, bem como comentários para futuras pesquisas. O subtítulo de cada capítulo é homônimo a um poema de Conceição Evaristo, contido no livro “Poemas da recordação e outros movimentos”, como

forma de homenagear a poesia da escritora e traduzir a intencionalidade do capítulo através de sua arte.

2 REVISÃO DE LITERATURA: RECORDAR É PRECISO

O mar vagueia onduloso sob os meus
[pensamentos
A memória bravia lança o leme:
Recordar é preciso.
O movimento vaivém nas águas-lembranças
dos meus marejados olhos transborda-me a
[vida,
salgando-me o rosto e o gosto.
Sou eternamente naufraga,
mas os fundos oceanos não me amedrontam
e nem me imobilizam.
Uma paixão profunda é a bóia que me
[emerge.
Sei que o mistério subsiste além das águas.

'Recordar é preciso'
(Conceição Evaristo)

Neste trabalho, olha-se para o Movimento Negro Brasileiro como sujeito político que constrói projetos educativos voltados ao reconhecimento da história, cultura e saberes da população negra com potencialidade emancipatória (Nilma Lino GOMES, 2019). Nessa sistematização e produção de saberes emancipatórios, Gomes (2019) afirma o movimento como educador, responsável pelas discussões acerca das questões étnico-raciais adentrarem o ambiente acadêmico e também pela acessibilidade que se tem de saberes acerca da temática racial para a população negra para além da academia. Além disso, a autora destaca a importância do movimento para o debate social, político, acadêmico e jurídico sobre ações afirmativas, e na inclusão da corporeidade e arte da comunidade negra no campo da representatividade, estética e beleza.

O Movimento Negro aventa debates acerca de questões étnico-raciais que saem da militância e da discussão política e passam a fazer parte do imaginário nacional, com a potencialidade de desenvolver subjetividades desestabilizadoras com caráter subversivo, saindo do conformismo (GOMES, 2019). O movimento de mulheres negras, para Gomes (2019), tem destaque especial, pois reeduca pessoas brancas, negras e de outras identificações étnico-raciais, mulheres e homens, e ainda a si mesmas. Ainda sobre o Movimento Negro Educador, Gomes (2019) comenta:

“Reafirmamos que o Movimento Negro constrói um projeto educativo emancipatório e, dentro deste, socializa os saberes construídos pela população negra ao longo da sua trajetória histórica. Esses saberes são fruto de subjetividades desestabilizadoras construídas na trajetória dos negros, das negras e nos seus corpos. Subjetividades que foram passadas de geração em geração como herança, cultura e resistência. O projeto educativo emancipatório do Movimento Negro, do ponto de vista institucional, tem como foco a educação básica e o Ensino Superior. Porém, ele não se reduz à educação formal. Ele visa a educação como processo de formação humana, vivido por todos nós. Visa, ainda, promover um processo social, cultural, pedagógico e político de reeducação do negro e da negra sobre si mesmos e sobre o seu lugar de direito na sociedade brasileira. E reeduca os outros segmentos étnico-raciais e sociais na sua relação com o segmento negro da população, suas lutas por direitos e suas conquistas.” (p. 108-109).

Durante a ditadura militar no Brasil, não havia categorias raciais socialmente reconhecidas, com a difusão do discurso nacional de democracia racial e o apagamento da categoria política de raça (COLLINS; BILGE, 2021). Com isso, afirmam Collins e Bilge (2021), a linguagem que teria a possibilidade de retratar as desigualdades raciais era suprimida; nesse contexto, entretanto, tem-se ativistas feministas negras emergindo no cenário brasileiro e o Manifesto das Mulheres Negras, que evidenciou o fato de que, na família, no trabalho e na economia, a vida de mulheres negras é moldada por gênero, raça e sexualidade, e foi apresentado no Congresso das Mulheres Brasileiras em 1975, no começo da Década para as Mulheres das Nações Unidas.

No fim da década de 1980, com a volta da democracia, abriu-se espaço político para a população negra e para as mulheres; os movimentos negro e de mulheres, contudo, não representavam mulheres negras e suas reivindicações: o movimento de mulheres contava lideranças de classe alta e brancas, e o movimento negro estava focado na reivindicação de uma identidade política negra coletiva, reconhecendo a discriminação racial que este grupo de pessoas sofria (COLLINS; BILGE, 2021). Ambos os movimentos, e outros movimentos sociais, como o da classe trabalhadora, não abarcavam as experiências específicas das mulheres negras brasileiras, e assim elas criaram seu próprio movimento, com uma identidade coletiva embasada em experiências correlatas de marginalização, dominação e exploração (COLLINS; BILGE, 2021).

Assim como nos Estados Unidos, há no Brasil um racismo que se configura de maneira distinta de acordo com gênero, com uma desvalorização da condição de mulheres negras marcada pelo histórico escravocrata de ambos

os países (COLLINS, 2018). No Brasil, as relações interseccionais de poder em relação à gênero, sexualidade e raça são marcadas, para além do mito da democracia racial, pela escravidão, colonialismo e ditadura (COLLINS; BILGE, 2021).

Joaze Bernardino-Costa, Nelson Maldonado-Torres e Ramón Grosfoguel (2018) afirmam a necessidade de se destacar a luta política das mulheres negras, assim como dos jovens de periferia, do povo de santo, dos quilombolas, dos diversos movimentos negros, ativistas e intelectuais. Essa necessidade se amplia na academia, onde o projeto decolonial pode ser reduzido a um projeto acadêmico que ignora a origem do lugar de enunciação negro nas lutas políticas (BERNARDINO-COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSGOQUEL, 2018). Ainda, para os autores, “constitui-se como uma necessidade urgente o diálogo e a afirmação de perspectivas do conhecimento e de povos que foram subalternizados dentro da modernidade colonial” (BERNARDINO-COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSGOQUEL, 2018, p. 14).

A partir da música, literatura, conversas e comportamentos do dia a dia, e mais adiante da educação superior e da comunicação social, mulheres negras afroamericanas encontram um lugar de ativismo e de formação de seus conhecimentos com o pensamento feminista negro (COLLINS, 2018). Embasada nas experiências coletivas e visões de mundo, a epistemologia feminista negra estadunidense tem quatro dimensões segundo Collins (2018), a saber: a ética da responsabilidade pessoal, que considera a necessidade de se responsabilizar pelo que é afirmado, um estilo de apresentação coerente com as ideias apresentadas e o conhecimento produzido através do diálogo, com a identidade da pessoa autora sendo um fator importante; a ética do cuidado, com ênfase na singularidade individual, no lugar das emoções no diálogo e no desenvolvimento da capacidade de empatia, centrais no processo de validação do conhecimento; a experiência vivida como critério de significação, que percebe a sabedoria necessária para viver e ser mulher negra; e o uso do diálogo, tradição originária da África. A autora enfatiza o papel das mulheres negras como agentes de conhecimento da realidade de suas vidas, e é a partir dessa compreensão que colocamos o protagonismo das falas de mulheres negras nesta pesquisa.

Na pesquisa de Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (1998), mulheres negras militantes do Sul do Brasil abordam o enfrentamento constante a discriminações e a combatividade da mulher negra em resposta à pergunta proposta “o que é ser mulher negra, hoje?”. A autora comenta a opção de trabalhar com as palavras de mulheres negras, destacando seus papéis como agentes de conhecimento em posição de sujeito em vez de objeto, constituindo-se como vozes libertadas. Para Silva (1998), a fala dessas mulheres negras militantes é um ato significativo de atenção às discriminações enfrentadas, com uma determinação a romper com opressões sofridas em um desmantelamento progressivo da identidade que lhes foi imposta socialmente. Ela ainda ressalta, nas manifestações dessas mulheres, a autoimagem positiva, as reivindicações de luta e a invisibilidade ainda a ser superada.

A partir dos relatos, Silva (1998) aponta para a falta de acesso escolar a mulheres negras e a acentuada escolha pelo magistério para boa parte de pequena parcela que chega ao ensino superior. Ela relata que as relações entre mulheres negras e pessoas brancas parece ser menos problemática entre professoras, por exemplo, do que nas áreas de medicina e engenharia (SILVA, 1998), o que vai ao encontro das afirmações de Telles (2012) de que a mobilidade social dos negros é importante para as elites brancas ao ponto que não ameaça seu próprio status. Silva (1998) ainda comenta a falta de preparo de docentes para lidar com a questão racial na Educação Básica e explicita as condições biológicas e psicológicas pelas quais mulheres negras frequentemente passam, como a intensa sexualização e densas jornadas de trabalho.

Trazendo diversas narrativas, o trabalho de Silva (1998) se assemelha ao de Aparecida Ferreira (2014), que apresenta narrativas autobiográficas de docentes de línguas a partir da questão “como você se deu conta de que o racismo existe?”. O artigo é um recorte de uma pesquisa que a autora realizou como parte de uma disciplina que ministrou no mestrado em Linguagem, Identidade e Subjetividade da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ferreira (2014) buscou entender como são utilizadas e quais são os sentidos atribuídos a palavras relacionadas à identidade racial negra e branca. Usando algumas das narrativas para explicitar o que é entendido como palavras que descrevem a identidade racial negra e branca e como estas desfavorecem ou favorecem tais

identidades, Ferreira (2014) conclui que a identidade racial branca é posta como norma, fragilizando a identidade racial negra e ressalta então a relevância da discussão de branquitude na educação.

Se aproximando da pesquisa da autora, Munanga também destaca como “negro”, “amarelo” e outros termos raciais podem ser usados para classificação de indivíduos e para depreciação (PENESB, 2013). Da mesma forma, Glória Anzaldúa (2009) propõe uma reflexão acerca dos termos usados para designá-la e a necessidade de ela afirmar suas diferenças. Ao contrário de escritores da cultura hegemônica que raramente são adjetivados, Anzaldúa é categorizada com os adjetivos “Chicana” e “lésbica” como meio de coerção e controle; quando ela se rotula, entretanto, é uma estratégia de transformação dos adjetivos de contenção para visibilização e sobrevivência (ANZALDÚA, 2009).

Nesta pesquisa, realizei entrevistas com integrantes da RMN-PR acerca de suas vivências, ensino básico e militância pensando as questões de gênero e raça, e, nesse processo, a auto rotulação se mostrou como estratégia importante da identidade dessas mulheres, que afirmam suas diferenças para se descrever, escolhendo seus adjetivos de forma estratégica. Se mostra necessário então pensar de que forma os termos escolhidos pelas mulheres entrevistadas para descrever a si são ressignificados em suas vivências, e se a estratégia de carregar determinados adjetivos é similar entre as integrantes da RMN-PR, em busca de visibilidade e (re)viver.

Partindo de uma visão de identidades individuais como interseccionais e performativas, aplicadas de maneira distinta para os diferentes contextos sociais, entende-se a identidade como uma construção em que não há uma faceta que seja a primeira - são simultâneas (COLLINS; BILGE, 2021). Segundo as autoras, as identidades não opõem o indivíduo ao coletivo e são de extrema relevância para a consciência e comportamento político para a interseccionalidade:

[...] a consciência política coletiva emerge quando as pessoas se dão conta de que suas experiências de vida refletem experiências coletivas, e também que tanto a identidade individual como a coletiva são moldadas por forças sociais mais amplas. (COLLINS; BILGE, 2021).

As “identidades como estrategicamente essenciais; identidades como coalizões de fato; identidades e relações de poder interseccionais; e o potencial transformador das identidades” (COLLINS; BILGE, 2021, locais do Kindle 4662-4663³) se relacionam com ideias centrais da interseccionalidade (desigualdade, justiça e contexto social e relacionalidade). Para a luta política de grupos subalternizados, Collins e Bilge (2021) destacam a mobilização das identidades como estrategicamente essencialistas, exemplificando com o trabalho do movimento de mulheres negras no Brasil na luta pela justiça social. Para as autoras,

uma compreensão das identidades que privilegiam suas potencialidades transformadoras, que se apoia de fato nos três temas discutidos – identidades como estrategicamente essenciais, identidades como coalizões de fato e identidades e relações de poder interseccionais –, vai ao encontro das aspirações de justiça social da interseccionalidade e captura o espírito da política de identidade nas várias expressões da interseccionalidade. (COLLINS; BILGE, 2021, locais do Kindle 4703-4706).

Anzaldúa (2009) percebe a identidade como um processo fluido acerca dos aspectos de cada pessoa, sendo impossível articular apenas uma faceta particular de identidade pois há um diálogo constante, não um isolamento, e, ressaltando a importância da pessoa leitora, ela vê a leitura como possibilidade de construção de identidade, ao passo que pessoas que carregam “outridades” podem criar uma conexão com a sua escrita. Caterina Rea e Izzie Amâncio (2018) também enxergam a identidade como dinâmica e estratégica, estando sempre em processo de transformação e renegociação, processo que, para Munanga (2013), é constante e influenciado por relações de poder e critérios político-ideológicos. Em meio a relações de “inclusão” excludentes, Gomes (2013) vê a identidade negra como dinâmica, plural e politicamente unificadora, atravessada por questões de poder, culturais e subjetivas.

Afirmando a inseparabilidade das questões de raça e etnia, colonialidade e imperialismo, e sexualidade, Rea e Amâncio (2018) destacam, a partir da teoria *Queer of Color*, a necessidade da luta estratégica que considere a interdependência e complexidade das opressões em relação a gênero, raça e

³ Escolheu-se utilizar “locais do Kindle” para indicar a posição de citações retiradas de *ebooks*, uma vez que estes independem do tamanho da fonte e margens selecionado no aplicativo ou dispositivo Kindle.

sexualidade. Essa interdependência traz urgência para a articulação de diferentes tipos de subalternidade em consonância, considerando que as vivências das mulheres negras entrevistadas corporificam essas intersecções.

Para Collins e Bilge (2021), as categorias de raça, etnia, classe, gênero e orientação sexual, entre outras categorias, operam em sobreposição nas relações de poder, e não como entidades distintas, com impacto em todos os aspectos do convívio social – este conceito, segundo as autoras, é a principal compreensão da interseccionalidade atualmente. As relações de poder interseccionais produzem divisões sociais interconectadas no domínio estrutural do poder – a forma como as pessoas experienciam a convergência do poder estrutural, cultural e disciplinar em suas vidas –, aparentando uma falsa igualdade de condições (COLLINS; BILGE, 2021). Assim,

A justiça social é ilusória em sociedades desiguais, nas quais as regras podem parecer justas, mas são aplicadas de maneira diferenciada por meio de práticas discriminatórias, como é o caso da democracia racial no Brasil. A justiça social também é ilusória onde aparentemente as regras são aplicadas de maneira igual a todos, mas ainda assim produzem resultados desiguais e injustos: nas social-democracias e nos Estados-nação neoliberais, todos podem ter o “direito” de votar, mas nem todos têm igual acesso para fazê-lo, e os votos têm pesos diferentes. (COLLINS; BILGE, 2021, locais do Kindle 872-876).

Para as autoras, raça, classe, gênero e outras categorias colocam pessoas em diferentes posições, e é a interseccionalidade que proporciona um arcabouço explicar esse funcionamento, com seis ideias centrais, a saber, “a desigualdade social, as relações de poder interseccionais, o contexto social, a relacionalidade, a justiça social e a complexidade” (COLLINS; BILGE, 2021, locais do Kindle 810-811). Nesse sentido, os movimentos sociais constituem uma resposta política às interseções de racismo, sexismo, exploração de classes e identidade nacional – como é o caso do movimento de mulheres negras do Brasil –, entre outros padrões de desigualdade social.

Pensando a educação como potencialidade – de oprimir, mas também de libertar –, é necessário ressaltar seu papel no desenvolvimento, ou não desenvolvimento, de consciência crítica, fornecendo ferramentas para analisar e se opor às diferentes formas de subalternização (COLLINS; BILGE, 2021). Nesse sentido, as autoras consideram que tal desenvolvimento é primordial para o empoderamento em nível pessoal e também coletivo. Assim, a educação

formal, de acordo com Collins e Bilge (2021), é um território fundamental para que as crianças aprendam a se integrar e a criticar as hierarquias sociais, ainda mais considerando que a desigualdade social está nas estruturas escolares, nos atributos culturais de estudantes e, indo além, em sua interação.

Nesse sentido, a educação crítica e a interseccionalidade andam lado a lado:

[...] ambas se baseiam em tradições filosóficas mais amplas de democracia participativa; ambas trabalham, sobretudo, com a escolaridade e a educação formal como principal lugar institucional de sua prática; e, tanto para uma como para a outra, navegar pelas diferenças é parte importante do desenvolvimento da consciência crítica. (COLLINS; BILGE, 2021, locais do Kindle 4994-4996).

Além disso, as duas atualmente se deparam com os desafios advindos do neoliberalismo e populismo de extrema direita (COLLINS; BILGE, 2021).

Esta pesquisa é uma tentativa de produção de conhecimento que se atenta às histórias locais em seus complexos contextos, se afastando de teorias universalizantes genéricas que acabam por nublar diferenças, como defende Pedro Pereira (2012). Contando a história da travesti Cida, o autor afirma a violência que é retirar sujeitos de seu contexto, apagando suas subjetividades, formas de ser, agir e viver. Com as entrevistas das integrantes da RMN-PR sobre si, desejo deixar a pesquisa se afetar por essas vivências, pelos corpos em suas diferenças narrando a si em seus próprios contextos.

Dessa forma, além do histórico do movimento de mulheres negras, faz-se relevante pensar o contexto brasileiro de relações étnico-raciais. A constituição de 1988 foi uma revolução nas bases legais de defesa de direitos humanos e na década seguinte o Estado começou a reconhecer o racismo existente na sociedade brasileira e implementar reformas raciais (TELLES, 2012). Apesar de posicionamentos contrários de acadêmicos que mantiveram a crença na democracia racial – de que não haveria racismo no Brasil devido à miscigenação – alegando que políticas raciais iriam reproduzir a ideia de diferença racial, o Brasil participou de conferências internacionais sobre racismo e instituiu políticas antirracistas a partir de acordos internacionais e demandas do movimento negro brasileiro (TELLES, 2012).

A partir do governo Lula, tem-se a nomeação de três ministros negros, a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial, indicação de um negro para o Supremo Tribunal Federal, ações afirmativas se estendendo para governos locais e universidades e a assinatura da lei 10.639/03 que institui o ensino de história e cultura africanas (TELLES, 2012) – legislação que aconteceu, como Wellington Santos (2017) destaca, muito anos depois da Colômbia. Ambos os autores apontam ainda a distância entre democratização formal e aplicação da lei, questionando sua efetividade real.

Apesar de a constituição brasileira garantir a educação como direito fundamental de todos, não é explicitado o que deve ser feito para superar o racismo no campo educacional, assim como na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394 de 1996 não se explicita soluções para expressões sutis de racismo na educação, utilizando-se de conceitos genéricos para tratar do assunto (SANTOS, 2017). O autor aponta conexões entre Brasil e Colômbia no campo de políticas educacionais antirracistas, com resistência inicial, pressões internacionais e do movimento negro, políticas focadas no currículo e o esforço para desenvolver índices de acesso e permanência da população negra na educação, além de destacar desconexões, como as ações afirmativas de reserva de vagas nas universidades brasileiras e a agenda do movimento negro construída no governo Lula.

Nesse sentido, atuam as quatro dimensões da colonialidade que Walsh (2009) destaca: do poder, com a hierarquização racial, anulamento de diferenças culturais, históricas e linguísticas dos povos não europeus e negatização da identidade desses povos; do ser, com a inferiorização e desumanização de povos não europeus, categorizados em oposição ao povo europeu racional, civilizado, moderno; do saber, com o estabelecimento do eurocentrismo como perspectiva hegemônica; cosmogônica, com a associação da força vital-mágico-espiritual da existência de comunidades afrodescendentes e indígenas à primitividade e ao paganismo.

Com a colonização, a instituição do capitalismo e a constituição da América, é produzida uma perspectiva eurocêntrica do conhecimento, que teoriza a ideia de raça e então naturaliza as relações coloniais de dominação – povos europeus como conquistadores e não-europeus como conquistados –, sendo que a dominação de raça e a exploração do trabalho, nessa lógica,

parecem naturalmente associadas em um sistema em que os povos brancos exercem controle da rede de intercâmbio, do trabalho, dos recursos, da produção e do capital comercial, além das formas de controle da subjetividades, da cultura, do conhecimento e sua produção (QUIJANO, 2005).

Pensando a discussão sobre a pluralidade interna e externa da ciência, centralizando-se na questão da pessoa intelectual negra e seu contexto de luta contra a monocultura do saber, Gomes (2013) afirma que se deve questionar a neutralidade da ciência, percebendo o contexto local e subjetivo das produções. Para a autora, a ecologia dos saberes dá suporte ao entendimento das vivências de pessoas intelectuais negras no Brasil, ao passo que afirma a inexistência de epistemologias neutras e o dever da reflexão epistemológica de incidir nas práticas de conhecimentos e seus impactos em outras práticas sociais (e não em conhecimentos em abstrato).

A partir dos anos 90, novas dimensões e categorias, para além de aspectos socioeconômicos, foram incluídas nas pesquisas acadêmicas com maior relevância como reflexo do adentramento dos sujeitos de movimentos sociais identitários no campo acadêmico e da pressão desses movimentos; inicia-se, dessa forma, uma produção de conhecimento que objetiva dar visibilidade às desigualdades, subjetividades, omissões e silenciamentos de determinados grupos sociorraciais e suas vivências (GOMES, 2013). Para essas pesquisas, a inerente dificuldade está em elucidar a ciência e os grupos de intelectuais com poder e decisão na pesquisa científica acerca da realidade social para além do socioeconômico – dificuldade esta que está em fazer compreender a influência da discriminação, do preconceito, da cultura, das dimensões simbólicas, da desigualdade racial, de gênero e orientação sexual e sua não-hierarquização (GOMES, 2013). A autora questiona se a estrutura organizacional e curricular das universidades brasileiras permite de fato articular saberes de distintas realidades sociorraciais livre de hierarquias e discriminações, e se as universidades conseguiriam se redefinir para tanto.

Gomes (2013) destaca alguns desafios para as pessoas intelectuais negras: a compreensão de que, quanto mais incorporadas no meio acadêmico, mais encontram tensões nas formas de conhecer hegemônicas e não hegemônicas; a compreensão de que a academia continua fortemente como espaço de expressão da branquitude, e lida de forma específica com a raça e a

intelectualidade negra, com um cânone literário racial, androcêntrico, eurocêntrico, adultocêntrico e classista; a tensão epistemológica e política que surge com a chegada de “ex-objetos” de pesquisa à academia como polo de produção de conhecimento, saindo de um lugar hegemônico para um contra-hegemônico.

A escola é instância constituinte de uma pedagogia cultural e como tal, opera na legitimação de ideologias sociais e culturais, dando à vida em sociedade um ilusório caráter justo e natural (Guacira Lopes LOURO, 2019; Michael APPLE, 1989). Em meio a práticas discursivas hierarquizadas na escolarização, discentes desenvolvem sua identidade sob os efeitos sociais do regime de poder que produz e reproduz o que se considera uma verdade natural e hegemônica. Através de instrumentos de homogeneização, são fabricadas “diversidades” culturais, e tal processo de significação que produz tais diversidades, como relação social, está conectado com relações de poder que fazem com a que a diferença seja avaliada negativamente quando se pensa o “não diferente” (SILVA, 2016). A partir dos estudos culturais, pode-se pensar o currículo como campo cultural sujeito à disputa e interpretação, e nesse sentido a linguagem e o discurso se mostram de alta importância no processo de construção social do currículo, fortemente ligado à produção de identidades culturais e sociais (SILVA, 2016).

Em uma sistematização de literatura de 1987 a 2002 acerca de discursos raciais na mídia (produção cultural de massa) brasileira com foco em discursos referentes a pessoas negras e pessoas brancas, Paulo Vinicius Baptista da Silva e Fúlvia Rosemberg (2010) apontam que a mídia, como produtora e reprodutora do discurso que coloca a superioridade branca como natural, confere sub-representação de pessoas negras - que quando representadas encontram-se dentro dos estereótipos de homem negro e mulher negra -, enquanto normatiza pessoas brancas e silencia desigualdades raciais. Os resultados de pesquisas sobre pessoas negras nos livros didáticos reiteram a sub-representação, com personagens coadjuvantes e restritos a determinados papéis, com a omissão de seu contexto sociocultural e a normatização de pessoas brancas (SILVA; ROSEMBERG, 2010). O discurso antirracista, lembram ainda Silva e Rosemberg (2010), pode ser utilizado estrategicamente por interesses mercadológicos,

instituindo um discurso politicamente correto para aumentar o público consumidor.

Nessa perspectiva, o reconhecimento e a promoção da inclusão da diversidade criam a ilusão de superação do projeto hegemônico eurocentrado, apenas encoberto pelo discurso multiculturalista neoliberal, que opera como ferramenta de controle de conflitos étnico-raciais: a falácia da inclusão de identidades subalternizadas não pretende a alteração das estruturas sociais racializadas, mas sua manutenção e a administração da diversidade que as ameaçam (WALSH, 2009). A interculturalidade crítica não nasce no Estado, tampouco na academia, mas tem seu berço nas discussões políticas pautadas pelos movimentos sociais, e assim atua nas esferas políticas, sociais, culturais, do saber e do ser de forma contra-hegemônica (WALSH, 2009).

3 NARRATIVAS: VOZES-MULHERES

A voz de minha bisavó
ecoou criança
nos porões do navio.
Ecoou lamentos
de uma infância perdida.

A voz de minha avó
ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.

A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela.

A minha voz ainda
ecoa versos perplexos
com rimas de sangue
e
fome.

A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.

A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem – o hoje – o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
o eco da vida-liberdade.

‘Vozes-mulheres’
(Conceição Evaristo)

As narrativas são um instrumento para significar os processos de inclusão e exclusão vivenciados pelas pessoas entrevistadas, bem como para constituir fontes históricas. A escola configura um dos locais de produção e nomeação do sujeito, fabricando também maneiras de se narrar como consequência de experiências e vivências do ambiente escolar (Sandra dos Santos ANDRADE, 2014). Ao narrar sua história, dá-se um sentido próprio ao que está sendo narrado e a si: é criada uma identidade. O conjunto de tais

narrativas, como instância central, proporciona informações que possibilitam interpretar e reconhecer o que se vive no âmbito educacional (ANDRADE, 2014).

Os significados atribuídos às narrativas se modificam quando são alterados o referencial teórico, a época, e as circunstâncias sociais e culturais; as narrativas são dessa forma, atravessadas pelas relações de poder. Como documentos produzidos na cultura por meio da linguagem, as narrativas representam o que as pessoas entrevistadas reconstroem do passado, e não o passado de fato (ANDRADE, 2014).

Para Lucília de Almeida Neves Delgado (2003), a pessoa que interpreta a história vivida é influenciada, em seu trabalho como historiadora, pelo seu tempo, com representações e demandas específicas deste; ela modifica, dessa forma, o significado do que passou, mas não de fato o passado. A história de determinada comunidade de determinado país é atravessada por diversas temporalidades (DELGADO, 2003), e assim podemos destacar a temporalidade do local onde a RMN-PR está inserida, isto é, do Paraná, a do Brasil (onde a rede está integrada), a do movimento de mulheres negras e a das integrantes da rede. Percorrendo a temporalidade de suas vidas através da memória como experiência e conhecimento, as integrantes da RMN-PR atuam em um fazer coletivo da História. Utiliza-se aqui três dos significados elencados por Delgado (2003) para memória:

- evocação do passado, através de reminiscências e lembranças;
- afirmação de identidades através do reconhecimento da pluralidade e da alteridade, que conformam a vida em fluxo contínuo;
- [...]
- manifestação de identidades – não unívocas, mas plurais, múltiplas e sempre atualizadas. (DELGADO, 2003, p. 9).

As narrativas produzidas com o registro oral, como fontes para construção de conhecimento histórico, configuram suportes das identidades coletivas (DELGADO, 2003).

Como grupo subalternizado em um sistema colonial-moderno, mulheres negras têm suas perspectivas invisibilizadas e suas vozes silenciadas. Nancy Alessio Magalhães (2002) ressalta a importância de

explicitar mais o que exprimem aqueles sujeitos que foram silenciados pela memória dominante, excluídos da cena histórica, escrita e visual,

suas experiências, perspectivas, visões de mundo, sobretudo percepções de temas, problemas e questões, ainda enfrentados, não resolvidos no mundo de hoje. (MAGALHÃES, 2002, p. 60).

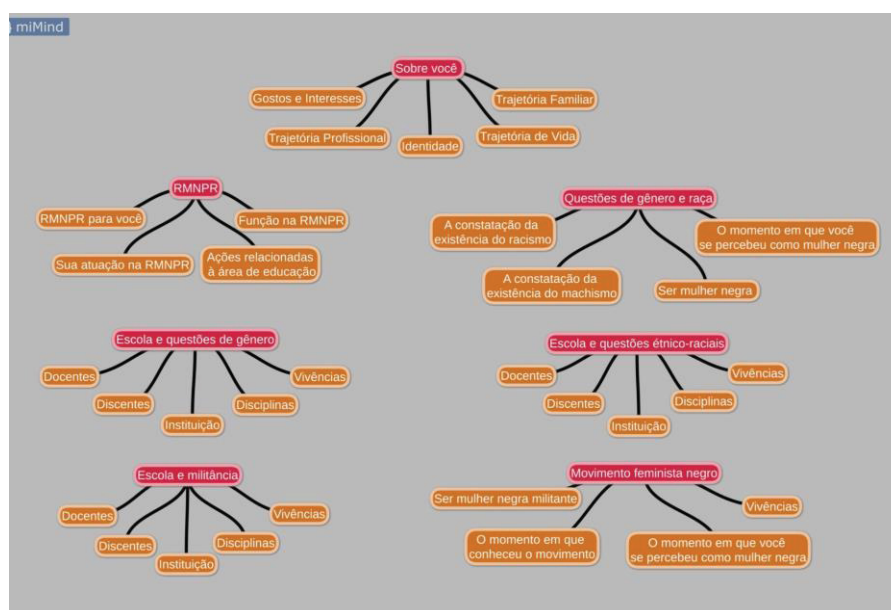
Assim, a colaboração das integrantes da RMN-PR para esta pesquisa traz à tona a memória excluída de mulheres negras ativistas, ocultadas pela memória dominante.

Em 2020, entrei em contato pela primeira vez com a Rede de Mulheres Negras do Paraná. Ao conhecer seu trabalho, compreendi a relevância da organização para mulheres negras do Paraná e do Brasil, e assim me interessei em realizar uma pesquisa voltada para as mulheres da RMN-PR. Conversei com algumas membras da coordenação da organização e confirmei a possibilidade de realizar entrevistas com algumas das afiliadas; com a confirmação, dei início aos processos da Plataforma Brasil para apreciação ética do projeto, aprovado no início de 2021 pelo comitê. Durante o processo, em conversas com membras da coordenação da RMN-PR, o projeto de pesquisa foi discutido e foi acordado que a própria coordenação da organização conversaria com as afiliadas sobre a pesquisa e faria a indicação de quem se disponibilizou a participar da pesquisa a partir do perfil definido - mulheres negras, maiores de idade e integrantes ativas da RMN-PR que manifestarem interesse e disponibilidade em participar do processo de entrevistas.

Foram indicadas dez integrantes da organização para a realização das entrevistas, número máximo estabelecido pela equipe de pesquisa considerando o tempo para realização desta pesquisa. Individualmente, agendei as entrevistas de acordo com a disponibilidade de cada uma, tirando possíveis dúvidas a respeito do processo de entrevista e da pesquisa em si. Realizei as entrevistas de maneira remota através da plataforma *online* “Jitsi meet”, com gravação gratuita, com início em abril de 2021, finalizando em julho de 2021. Todas as colaboradoras desta pesquisa assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e o Termo de uso de Voz, declarando-se cientes da gravação, e foram feitos registros de áudio para a realização das transcrições. Tanto as transcrições como as textualizações foram enviadas para as entrevistadas para aprovação, com a possibilidade de edição, remoção ou adição de trechos ao texto final.

O roteiro das entrevistas foi desenvolvido com inspiração no referencial teórico apresentado e foi dividido nas seções: sobre você; RMN-PR; questões de gênero e raça; escola e questões de gênero; escola e questões étnico-raciais; escola e militância; movimento feminista negro. Cada seção continha tópicos relacionados ao tema que a nomeia, e foram dispostos em um mapa construído de maneira gratuita na plataforma “miMind”, como consta na Figura 1.

Figura 1 – Mapa Utilizado nas Entrevistas



Fonte: Autora (2022)

A entrevistada pôde escolher a ordem que desejava seguir, com o mínimo de interrupções possíveis por parte da entrevistadora com o objetivo de garantir liberdade para a entrevistada sobre o que queria compartilhar durante o processo em uma fala fluida e contínua. Anteriormente à entrevista, foi explicado às colaboradoras desta pesquisa que a entrevista seria individual e anônima, e também que, havendo algum indício de desconforto, a colaboradora poderia escolher dar continuidade à entrevista com outro tópico ou interrompê-la, decidindo se suas falas anteriores ao encerramento da entrevista seriam excluídas ou não da pesquisa. Para preservar suas identidades, os nomes das colaboradoras dessa pesquisa foram trocados nesta pesquisa, e algumas informações que podem levar à identificação da entrevistada serão suprimidas. Para a transcrição integral das entrevistas e também para a textualização, as colaboradoras foram informadas da possibilidade de alteração e exclusão de

determinado comentário ou sua participação completa se assim desejassem, bem como a edição e inclusão de comentários conforme desejado pela colaboradora.

A leitura do material e o diálogo constante com as entrevistadas possibilitou a coleta de informações a fim de traçar o perfil das colaboradoras desta pesquisa com idade, profissão, formação, cidade de origem e ano que entrou para a RMN-PR, como consta no Quadro 1. O grupo é composto por mulheres negras de 35 a 59 anos, em sua maioria de profissões da área da saúde e educação, com graduação e naturais do estado do Paraná. Quanto ao ano de ingresso na RMN-PR, o grupo varia entre mulheres que participaram da organização em seus anos iniciais (inclusive fazendo parte da fundação da Rede) e mulheres que adentraram a organização mais recentemente, a partir de 2014.

Quadro 1 – Perfil das entrevistadas

Entrevista	Nome fictício	Idade	Profissão	Formação	Cidade de origem	Ano em que entrou para a RMN-PR
1	Maria	53	Servidora pública UFPR	Tecnologia em Gestão Pública, especialização em Educação de Ensino à Distância e de Missiologia e cursando especialização de enfermagem cirúrgica.	Guaita, PR	2015
2	Natália	59	Aposentada (professora)	Graduação em Letras	Curitiba, PR	2006
3	Beatriz	37	Professora	Graduação em Ciências Sociais com ênfase em Sociologia	Curitiba, PR	2006
4	Muriel	58	Aposentada (servidora da Secretaria Estadual de Saúde)	Graduação, especialização, mestrado e doutorado em Enfermagem	Lapa, PR	2006
5	Amanda	39	Servidora pública do HC	Graduação em enfermagem e mestranda em saúde coletiva	Porto Alegre, RS	2015
6	Laura	50	l'alorixá	Magistério, graduação em hotelaria e turismo, pós-graduação em psicopedagogia	Cornélio Procópio, PR	2011
7	Carolina	45	Advogada	Bacharel em Direito, cursando Pedagogia e mestrado strictu sensu em gestão ambiental	Lapa, PR	2018
8	Pamela	35	Professora	Graduação em Matemática e Ciências Sociais, mestranda em Educação	Toledo, PR	2014
9	Sabrina	55	Professora	Graduação em História	Lapa, PR	2006
10	Bárbara	55	Aposentada (professora)	Graduação em Matemática	Pinhais, PR	2008

Fonte: Autora (2022)

A partir da repetida leitura das textualizações aprovadas, considerando o referencial teórico aqui explorado e a linha de pesquisa em que estou inserida, em Cultura, Escola e Processos Formativos em Educação, foram estabelecidas categorias com temas recorrentes identificados no material, agrupando trechos de cada entrevista em “educação formal” – subdividida em “educação básica”, “graduação” e “pós-graduação” -, e “educação informal e não formal” - subdividida em “trabalho”, “religião”, “família”, “relacionamentos afetivos”, “RMN-PR” e “demais coletivos”. Alguns trechos das textualizações não serão utilizados nesta pesquisa, reconhecendo a riqueza do material produzido, a limitação de tempo e da categorização adotada; há, entretanto, a possibilidade para explorar o material produzido em pesquisas futuras.

A seguir, apresentamos cada categoria individualmente, bem como os tópicos que compõem cada categoria. Ainda, incluímos trechos da entrevista categorizados por tópico, promovendo o protagonismo das mulheres negras em suas falas potentes como núcleo deste capítulo. Os trechos referentes a cada tópico estão separados por entrevista, e é relevante notar que alguns tópicos não foram mencionados por algumas das entrevistadas, que discorreram livremente sobre suas experiências a partir do mapa mental supracitado (Figura 1), e que alguns trechos poderiam ser classificados em dois ou mais tópicos, mas foi feita uma escolha do tópico julgado mais adequado para cada trecho de acordo com o assunto principal discorrido.

3.1 EDUCAÇÃO FORMAL

A primeira grande categoria estabelecida foi Educação Formal, que diz respeito às instituições educacionais oficiais pelas quais as integrantes da RMN-PR passaram, isto é, escolas, creches, universidades, em que se reúnem relatos das vivências relacionadas a estes ambientes educacionais. Segundo Ana BRUNO (2014),

a educação formal requer tempos e locais específicos, pessoal especializado, organização, sistematização sequencial das actividades, disciplina, regulamentos e leis, órgãos superiores; tem um carácter metódico e organiza-se por idades/níveis de conhecimento. O resultado esperado é a aprendizagem efectiva, certificação e atribuição

de diplomas que capacitam os indivíduos a seguir para níveis e graus mais avançados. (BRUNO, 2014, p. 13).

Nota-se que a educação formal se utiliza de procedimentos informais e não formais, como afirma a autora, causando uma ambiguidade na classificação de alguns trechos. Assim, decidiu-se que a relação com as instituições formais de ensino colocaria o trecho na categoria “educação formal”.

É vital investigar o que acontece dentro das instituições regulares de ensino para entender a influência dos processos educativos na formação da mulher negra militante - ainda mais considerando os anos de estudo das entrevistadas, passando pela educação básica, de caráter obrigatório, por cursos de graduação e, em alguns casos, pós-graduação. Para ter mais precisão dos ambientes educacionais referidos nas entrevistas, a categoria foi dividida em três tópicos: educação básica, graduação e pós-graduação. Aqui focamos exclusivamente nas experiências das entrevistadas enquanto discentes, na educação básica e ensino superior - relação com colegas, docentes, equipe e comunidade escolar/universitária, disciplinas, currículo etc.

3.1.1 Educação Básica

Este tópico é referente à educação infantil, ensino fundamental I e II e ensino médio das entrevistadas. Trazendo a perspectiva das integrantes da RMN-PR acerca de suas vivências enquanto alunas em escolas e creches na educação básica, este tópico aventa acontecimentos que envolvem docentes, discentes, comunidade escolar, currículo, disciplinas, material didático, eventos escolares e o ambiente escolar em si. Todas as entrevistadas completaram a educação básica, despendendo pelo menos 11 anos nos níveis de ensino regulares. Este tópico foi o que teve mais menções na categoria Educação Formal e também de forma geral.

Entrevista 1

Hoje eu percebo que eu era uma pessoa diferente e que as pessoas me olhavam de maneira diferente, mas eu não tinha consciência de que esse olhar dos colegas era por eu ser negra. No ensino fundamental eu tinha uma colega, a

Rita, que dizia pra turma que apesar de eu ser diferente, eu era igual, filha de Deus. Era uma questão de diferenciamento. Eu sabia que as pessoas olhavam para mim, mas eu nunca sofri uma violência verbal como se é feito hoje. Naquela época não tinha essa questão de militância. Eu não tenho lembrança de bullying, eu acredito que eu tenha sofrido racismo estrutural, mas não tive as pessoas realmente verbalizando isso. Hoje eu estou de turbante, pra mim é um adereço e eu amo usar. Na minha infância, minha mãe colocava lenço e eu ia para a escola com ele e isso trazia curiosidade. Tudo se resume à questão do cabelo. Era dito para nós e foi passado na minha família que o cabelo era feio e ruim, então você tinha que usar o lenço. Eu só consegui retirar o lenço da cabeça quando eu fui para o 7º ano. Quando eu encerrei o 6º ano, eu tive consciência disso, e assim quando virou o ano eu já entrei sem lenço e nunca mais coloquei o lenço na cabeça. Para mim, foi libertador retirar o lenço e assumir o meu cabelo crespo, alisado, que seja.

Não tenho lembranças ruins com relação ao meu ensino fundamental e médio. Eu estudei o fundamental no bairro São Brás. Naquela época não tinha ensino médio nos bairros, então eu tinha que vir para o centro. Fiz o ensino médio na Escola 1. Hoje eu vejo que o ensino é diferente. O aluno tem mais contato com o professor. Eu sou de uma época em que o diretor entrava e os alunos tinham que ficar em pé até o diretor dizer que podia sentar. Eu sei que hoje a autoridade máxima ainda é do professor dentro de sala de aula só na teoria, porque na prática as coisas mudaram muito. Eu não era amiga de professor.

Quando eu vim para Curitiba, com 8 anos, no 3º ano, eu fazia a operação de divisão de uma forma diferente, como eu aprendi, e a professora de matemática não aceitou a forma como eu desenvolvia a divisão. Ela me obrigou a aprender da forma que ela ensinava para os alunos. Aprendi, mas eu tive muita dificuldade. Era uma forma de raciocínio que chegava no final e tava tudo certo, mas ela não aceitou. Pra mim foi um sofrimento muito grande naquele momento, eu estava vindo do interior para a capital, em 1975, e não tive um acolhimento da professora de matemática com relação ao meu saber. No 5º ou 6º ano, quando uma professora fez uma enquete “de qual etnia você é?”, uns falavam: “eu sou descendente de italiano”, “eu sou descendente de polonês”, eu não tinha noção nenhuma da minha descendência, então eu falei que eu era brasileira. A professora em nenhum momento foi capaz de falar para mim: “não, você não é brasileira, você é afrodescendente”. O apagamento da história traz essa consequência que eu não tinha noção da minha etnia porque não era trabalhada a questão racial. Nem era escravizada, era descendente de escravo, e esse escravo não era nem capaz de dizer da onde que era.

Eu estudei a vida toda em escola pública, e quando os professores concursados pegavam suas licenças, não tinha ninguém para substituir. Meu 7º ano foi bem

prejudicado na parte de matemática, porque o Professor Santos saiu de licença por 3 meses e eles colocaram uma menina do Instituto Federal, uma aluna, para dar aula para a gente. Hoje a gente vê que era uma estagiária. A gente teve uma perda muito grande, nesse semestre praticamente a sala inteira ficou em recuperação, menos Tamires, que era a CDF da turma, e eu. Neste momento eu tive o meu protagonismo, a turma começou a me olhar não só como uma pessoa negra, mas como uma pessoa inteligente.

Quando a professora perguntou “o que você quer ser quando crescer?”, na 8ª série, eu falei que eu queria ser médica. Hoje eu vejo que talvez a professora deve ter pensado “ai coitada dessa menina”, mas ela não verbalizou isso, não posso dizer que ela disse “não, você não vai ser”. Eu não tive essa negação e essa desmotivação pelo fato de eu ser negra e querer galgar uma profissão de elite, talvez pelo fato de eu ser tão apagada.

No ensino médio, não tive dificuldades, acredito que eu era uma pessoa apagada, era mais uma pessoa que estava lá no cantinho quietinha. Eu sou e sempre fui uma pessoa tímida, nunca fui uma pessoa muito falante. Eu era uma boa aluna, sempre alcançava boas notas, não ficava em recuperação, não reprovava e não incomodava o professor. Eu não provocava problemas com colegas ou com os professores, os professores não precisavam chamar os meus pais para poder resolver B.O. meu. Trazendo para os dias de hoje, eu era apenas mais uma aluna negra. Não tinha um relacionamento específico com professores. Aquilo que eles me davam eu executava e pronto, acabou. Eu tinha colegas da elite, meninas ricas que moravam no centro. Uma vez elas fizeram uma festa no meu aniversário e eu fiquei toda constrangida, porque eu era extremamente tímida. Levaram bolo e convidaram poucas pessoas de dentro da sala para comemorar o meu aniversário. Vendo hoje, era uma forma de afirmação. Não sei qual era o motivo dessa festa para mim, possivelmente era uma questão étnico-racional.

Sobre a questão étnico-racial, se for para trazer para os dias de hoje, seria o apagamento: não tive nenhum professor que falasse sobre a questão racial. Naquele momento era o que todo mundo aprendeu, que nós éramos descendentes de escravos, não tinha essa questão da África, nós éramos uma questão de escravos. Era uma página e meia, duas páginas, que falavam rapidamente sobre a questão da escravidão. Nunca tive um professor que falasse sobre questões raciais. Não tive nenhum professor negro, tirando essa professora do 1º ano e 2º ano que eu tive em Guaíra, parda. Hoje eu vejo ela como parda, mas via ela como branca naquele momento, no meu olhar de criança, porque ela tinha pele clara. Eu fiz um ano de serviço social e o professor de sociologia era pardo. Posso dizer com muita tranquilidade que eu tive 2 professores pardos, nunca tive um professor negro.

Entrevista 2

Na escola é que a gente tem dificuldades. Eu era chamada de cabelo bombril, macaquinha e por causa disso batia nas crianças – principalmente nos meninos –, aí eu assinava o dito “livro negro” da escola. As pedagogas ou as professoras não queriam saber muito a razão. A minha mãe era chamada na escola, voltávamos para casa, minha mãe ficava brava, me batia porque eu não deveria ter feito aquilo, mas eu sempre fazia. Eu já entendia que aquilo era uma violência e eu tinha que me defender. E me defendia por mim mesma porque a minha mãe também não entendia isso, não entendia o racismo. Eu apanhava e chorava na escola, apanhava e chorava em casa também por conta dessa incompreensão da minha mãe.

Minha cunhada e meu irmão tiveram 4 filhos e eles foram para a creche, choraram muito e não queriam ficar, aí a minha cunhada falou “vamos colocar a Natália junto que aí eles ficam”. Então com uns 3 anos fui para uma creche particular da empresa, com meus sobrinhos, loiros de olhos azuis. Acho que era uma das poucas crianças negras. Eu tenho até hoje a sacolinha da minha creche particular, fiquei dos 3 aos 5 anos. Aos 6 anos eu voltei para a escola pública, Colégio 6, onde eu estudei a 5ª, 6ª, 7ª e 8ª série.

No ensino básico, nós tínhamos educação moral e cívica e o OSPB. Eu sempre fui uma ótima aluna, não repeti nenhum ano. A minha mãe exigia isso de mim e eu dava conta. Era uma aluna estudiosa, gostava de português, história, geografia, artes, educação física, só não gostava de matemática porque eu tinha dificuldade. A minha mãe arranjou professor particular para mim, porque eu fiquei em recuperação. Consegui recuperar. Nosso professor de matemática era muito exigente, reprovava os alunos, mas, graças a Deus, não reprovei nenhum ano, porque a minha mãe exigia isso de mim e eu tinha e tenho orgulho disso.

Tive poucas professoras negras; as minhas professoras de português eram brancas. Tive uma professora negra, a professora Marisa, que eu falo com a filha dela, que é médica, até hoje. Tive a professora Renata, que era cabocla, mas não lembro de ter professoras e professores negros. A minha professora de educação física era cabocla também. Não sei se ela sabia que era negra, porque há mais de 30 anos atrás era difícil saber.

Eu queria ser branca por conta de tanta discriminação. Sofri na pele o racismo. Os meus sobrinhos me chamavam de preta. A mãe, a cunhada não ligavam, era “brincadeira de criança”. Nessa história de “brincadeira de criança” eu sofri racismo desde criança por parte dos sobrinhos, mas não ligava. Comecei a ligar quando eu fui para a escola pública, aí eu batia, chorava, ficava brava, corria

atrás dos piás e batia neles. Depois a gente vai crescendo e não pode bater, mas a gente responde de outras formas.

Nunca respondi o professor porque era uma falta de educação. Passei também por algumas situações de discriminação, mas na adolescência e juventude não discuti muito. Quando eu fui fazer ensino médio, que foi à noite, contabilidade, tinha poucos negros também. A gente se preocupava mais com o curso. A discriminação vem desde criança, e me descobri negra e me valorizei mulher adulta, quando conheci algumas outras mulheres negras que já tinham uma auto-estima por conta de virem de famílias negras e se valorizarem.

O ensino médio fiz na escola 6, que era alugado para o colégio 7. Fiz 3 anos, que era o período de contabilidade. Fiz novas amizades e fui me valorizando. Eu estudei na escola pública praticamente todo meu ensino básico e trabalhei nessa escola por 10 anos também, fiquei muito feliz de voltar a trabalhar onde estudei.

Entrevista 3

Sempre me vi como negra, desde criança, porque sempre fui identificada como negra. Sofri racismo na escola, no sentido de me xingarem, xingarem a minha mãe no momento de conflitos e brigas, de discussões. Sou uma pessoa que nunca fiquei quietinha diante das provocações, sempre me coloquei diante das coisas, tenho essa personalidade. Sempre num momento de conflito aparece o racismo, no momento em que as pessoas não tem argumento ou querem mesmo ferir, usam a cor da pele, é a primeira coisa. “A sua mãe, aquela suja, fedida”, isso sempre aparecia e nem conheciam a minha mãe. Ou então me xingava de “neguinha do saravá”, de “neguinha fedida”. Não tinha a questão do cabelo, meu cabelo é liso muito por conta da minha descendência indígena, é um cabelo de índio mesmo, bem preto, bem grosso. Sempre tive pouquíssimo cabelo, bem ralo, nunca tive o cabelo comprido na minha infância e adolescência, então me chamavam também de cabelo de menino.

Eu quando criança era “mais negra”, criança que está sempre brincando, tomando sol. Cresci num condomínio gigantesco de COHAB, de esquina, com uma área verde enorme, tinha umas 4 araucárias dentro do condomínio, brincávamos muito ali. Tenho poucas fotos minhas quando bebê ou criança, nem meia dúzia. Mas tenho uma foto de quando eu tinha 7 anos, estava na primeira série e o registro foi feito na casa de minha professora, Kátia, ela fez passeio até a casa dela, e eu estou com três colegas, eu era a única negra e consigo ver como eu era mais retinta entre as três brancas. Nunca tive dificuldade de entender que eu era uma criança negra, eu sempre fui identificada, ainda que a gente não falasse sobre esse pertencimento. Não tinha nenhuma discussão de identidade, de pertencimento, nenhum trabalho na escola. Não tenho lembrança

de nada que tivessem falado da minha cor, da valorização, nada nunca. Tenho lembranças da escola desses momentos conflituosos. Reprovei a primeira série e depois me lembro de uma dessas professora que me reprovou, foram por pouquíssimos pontos, a professora Sofia, loira dos olhos azuis. Também me lembro das diversas vezes que a minha mãe foi chamada na escola, a reclamação principal era que eu respondia a professora, porque eu sempre era tida como uma aluna respondona, bocuda - não entendia isso, várias vezes eu questionava a postura agressiva e gratuita comigo.

No condomínio também teve dois momentos bem marcantes. Um mais em especial, porque aconteceu tanto na escola como no condomínio. Eu briguei com uma menina e a mãe dela foi tirar satisfação; discutimos, não me lembro se brigamos vias de fatos, e quando a mãe chegou para saber com quem a menina tinha brigado, ela falou “quem essa neguinha pensa que é?”. Isso também aconteceu um dia na escola, teve uma briga na saída da escola, nem era comigo, eu tinha separado a briga, não tinha brigado, mas na hora de separar acho que uma menina se aproveitou e bateu na outra, não lembro. No dia seguinte, estava indo embora sozinha para casa, algumas mães buscavam as crianças e eu ia com elas, a gente acabava indo todas juntas embora, e aí, a mãe dessa menina também falou a mesma coisa “foi essa neguinha que te bateu?”, mas não tinha sido eu que tinha batido, nem que tinha brigado. Então nunca me vi como uma criança branca, uma menina branca.

A minha construção da identidade, me tornar negra, veio depois. E a escola nesse momento foi importante, mas por ter professor consciente da importância da discussão e também por ter tido uma professora negra e militante. No primeiro ano do ensino médio, meu professor de sociologia e filosofia era o mesmo, e eu tinha me apaixonado pela filosofia e pela sociologia por essa questão de falar sobre temas próximos e olhar criticamente para o contexto social que estamos inseridos. Fiz no primeiro ano um trabalho sobre pobreza e desigualdade, apresentei e achei aquilo o máximo, tinha descoberto muitas coisas. No segundo ano, conheço a sociologia e tenho uma professora que fazia mestrado na UFPR e também fazia parte do movimento negro, da ACNAP (Associação Cultural de Negritude e Ação Popular. Eu já gostava muito da disciplina e nos aproximamos muito, ela me disse depois que quando me via em sala pensava “essa menina é muito boa, preciso puxar ela pro meu lado, preciso investir”. A gente construiu uma relação de amizade, ela foi morar neste condomínio em que eu morava inclusive, e me incentivava muito, nos trabalhos, em tudo. No vídeo da lei 7.716, o que me veio à cabeça foi a questão racial, como a população negra vive no país, falei sobre racismo. Daí em diante sou outra pessoa, no sentido de pensar sobre isso, de problematizar. É nesse momento que conheço o movimento o negro, através dessa minha professora de Sociologia. Ela me convida para os

eventos, as palestras preparatórias para a conferência de Durban, na África do Sul em 2001, conferência mundial contra o racismo e outras formas de discriminação. O meu interesse se inicia nesse momento, com esse vídeo, pelo convite e com essas discussões, com as aulas dela.

Começo a ir para o centro da cidade sozinha. Morava, trabalhava e estudava no bairro e não vinha ao centro, não passeava no centro, não tinha essa condição. Lembro que a primeira vez para achar a Reitoria da Universidade Federal do Paraná, onde ia acontecer um evento sábado e domingo, foi muito difícil mesmo. Nesse momento começo a entender que existe uma universidade pública. Em 2001, estava no 3º ano e meu professor de filosofia desde o 1º ano, a professora de sociologia e o professor de história repetiram para mim depois da aula: “Beatriz, você é muito boa, escreve bem, fala bem, precisa continuar os estudos, precisa estudar”. Comecei a pensar sobre isso, as pessoas no meu emprego me incentivavam; meu patrão, dono do escritório de contabilidade, queria que eu fizesse contabilidade.

Eu já era essa pessoa que sabia que ia fazer sociologia para ser professora de sociologia no 2º ano, decidi que queria ser professora de sociologia. No 3º ano já conheço o movimento negro e as principais lideranças do movimento negro do Paraná, que estavam todas nessas pré-conferências. Conheço a Universidade Federal do Paraná, conheço um professor da Universidade Federal do Paraná que era orientador dessa minha professora. Eles eram muitos amigos e próximos, e acabo conhecendo, falando que tinha vontade de fazer sociologia, ele me dá o e-mail e a gente também começa a ter uma relação super próxima. Viver como mulher negra e todas as questões que estavam colocadas sobre mim e que eu podia exemplificar com a minha história de vida foi a partir da Rede de Mulheres Negras. Tive professoras negras lá no ensino fundamental, primário; tive uma professora negra de educação física. Eu nunca gostei de educação física e também de educação artística, Artes ainda passei a gostar no ensino médio. Achava um tédio a aula de educação física, ficava sentada e quando me exigiam muito, inventava uma dor de cabeça, e na adolescência inventava cólica menstrual quase toda aula. Acho estranho e ruim não ter proximidade com a professora de educação física, mas acredito que é fruto também da falta de discussão dentro da escola sobre relações raciais, cultura negra, africana. No ensino fundamental e médio tive duas professoras negras que tenho bastante lembrança e que encontro muitas vezes em atividades e eventos agora que sou professora: a Sara, minha professora de biologia, e a minha professora de inglês, a teacher Maiara, ambas negonas. A Sara depois foi trabalhar na Secretaria de Educação, encontrei uma vez no núcleo. A Maiara encontro às vezes. No ensino fundamental, de 1ª à 4ª série, não lembro de nada de questão racial, nenhum livro, só a escravidão - inclusive meus problemas com os colegas eram

nesses momentos. Nunca gostei das disciplinas de exatas, sempre tive muita dificuldade na escola, reprovei. A alfabetização para mim foi super difícil, porque meus pais eram analfabetos, não tinha auxílio em casa, nas tarefas.

Fugi várias vezes da escola, no sentido de não ir, de inventar doenças, mas também tinha mesmo muita dor de garganta, ficava muito doente e era muito por conta do contexto da escola. Da 1ª à 4ª série para mim foi bem difícil, bem pesado ir para a escola. A escola não era um lugar que eu gostaria de estar dos 7 aos 10 anos. Melhorou no ensino médio a relação com os professores, com os colegas. No 2º e 3º ano foi diferente por conta da questão racial, da consciência, do apoio sobre racismo e valorização da história afro-brasileira e africana.

Eu vi o Maurício falando de racismo e polícia lá no 2º ano do ensino médio. Nesse momento, a UNESCO estava fazendo uma pesquisa no Brasil para falar de juventude e violência e um grupo de professores da Universidade Federal do Paraná produziu essa pesquisa na cidade de Curitiba. A escola em que eu estudava fez parte dessa pesquisa e durante 3 sábados nós tivemos 3 professores da Universidade Federal do Paraná indo na escola falar com os professores. Eu ia junto, os alunos também estavam convidados, e assisti essas 3 palestras, foi um curso sobre juventude e violência. Foram a Professora Rita Gomes, que falava sobre juventude e mídia, o professor Gabriel Rodrigues - que depois saiu da Universidade Federal do Paraná, não tive aula com ele -, e o professor Maurício Barbosa, que falava de juventude, violência e polícia. Foi o Maurício que ouvi por dois sábados falando sobre jovens negros, polícia e sistema penitenciário.

Entrevista 4

A minha mãe, com essa cabeça que ela tinha da gente ter que estudar, conseguiu bolsa para nós no colégio particular que tinha aqui na Lapa, Colégio 2. Eu fiz todo o primeiro grau nessa escola, diferente de alguns irmãos que começaram, reprovaram e reprovaram e foram para escola pública, eu continuei lá. Fui para Curitiba para fazer o 2º grau na Escola 8, em princípio eu queria fazer medicina, mas já tirei isso da cabeça.

Eu lembro que no 3º ano primário aqui na Lapa, eu estudava nesse colégio de freira e teve uma professora, irmã Ana - não esqueci o nome até hoje -, que me sacudi porque eu não sabia fazer conta de multiplicar com dois números, coisa que nunca tinha visto ela fazer com nenhum outro aluno. Isso me marcou muito para o resto da vida. Sempre gostei muito de estudar, então sempre estudava muito. Infelizmente hoje tenho bem a compreensão, quando era criança, jovem não tinha, de que a gente, enquanto negro, tem que ser muito melhor que o branco. Você tem que se dedicar e estudar mais, tem que estar provando sempre

que você é muito bom naquilo que faz. Hoje tenho perfeita consciência disso e acho que a minha vida, mesmo sem ter esse conhecimento antes, já foi meio pautada nisso. Tinha que ser boa, a melhor, saber o que estava falando exatamente para ninguém vir atrás e cair de pau em cima, ou questionar o que você estava falando.

Com relação a discentes, também não esqueço de um colega no 2º ano primário, João, não esqueço o nome até hoje. Eu amava de paixão ir para a escola e fiquei acho que um mês morrendo de medo de ir para a escola, até que tive que contar para a minha mãe e pros irmãos, porque ele dizia todo dia para mim que se eu fosse para a escola no outro dia ele ia levar uma faca desse tamanho e ia me matar. “Sua neguinha”, “sua isso”, “sua aquilo”. Foi um grande sofrimento. Constatei a existência do racismo quando eu estava na 2ª série e o João queria me matar. É muito triste isso, só quem sente sabe. Constatei a existência do racismo desde criança, com toda certeza. Teve outras pessoas mais insignificantes que eu nem gravei o nome, acho que à medida em que você vai crescendo vai ficando só aquilo ali, você já vai criando um escudo de prevenção para se isolar e para não afetar tanto. Não lembro de nenhuma outra grande questão que tenha marcado a minha vida. Com a idade que eu estou, 58 anos, quase 59, e estudando tanto na Lapa no 1º grau e no 2º grau na Escola 8, com bolsa nos dois casos, na escola particular e na própria Federal, o que sempre me marcou na minha vida era ser praticamente a única negra na sala de aula. É óbvio que a gente é vista com olhos diferentes sempre, aquele olhar que te consome e que te vigia dos pés a cabeça, não só a roupa que você veste, mas o que fala, tudo.

A escola não fala praticamente nada das questões raciais. Nós somos 5 irmãs, converso isso com elas, não se fala nada disso na escola de jeito nenhum, muito pelo contrário, questões de gênero e étnico-raciais na escola não eram abordadas. Fui conhecer em meados de 2004, 2005, 2006 o movimento de mulheres negras.

Entrevista 5

Nem sempre é bullying o que a gente sofre como racismo, às vezes é ausência afetiva, falta de inclusão, ausência de amigos, de afeto, de representatividade, de exemplo. Você está numa escola em que não enxerga um professor que conte direito a história de negros e negras, com os seus processos de luta e resistência e com sua contribuição cultural para construção da história desse país, ou professores que de fato sejam pessoas negras. A gente vai enfrentando essas dificuldades e esses processos a vida inteira, e tem gente aqui que só vai entender essas vivências na fase adulta. Isso em Curitiba me chamou muita

atenção, essa negação. Não é que a pessoa negue que ela é negra, é porque ela não tem esse debate, ela não discute sobre isso, quando ela vai discutir, “ah, sou negra”, então faz um resgate. Não é que ela nega o ser negra, ela nega o debate, a conversa, tocar no assunto, a negritude é um debate interditado.

A escola é um ambiente machista, isso não há como negar. A gente sempre tem aquela separação de coisa de menino e coisa de menina, cor de menino e cor de menina. A gente se divide muitas vezes em equipe, meninos e meninas, as danças tem sempre que performar o menino e a menina. Na primeira infância, a maioria das turmas tem mais meninas do que meninos, quando são duas meninas que dançam juntas, ainda tem que performar um homem naquela dupla. É muito arraigada essa questão do papel social da mulher, essa questão de que tem um comportamento esperado para menina, um comportamento esperado para menino, e qualquer coisa que saia da curva é muito estigmatizado. As crianças tem uma honestidade muito cruel e sofri muito com isso porque eu era a neguinha. Tinha sempre que andar perfumada porque senão as pretas fedem, essa história de que o corpo negro é um corpo fedido, um corpo sujo. Sempre andava perfumada, mas nunca fui uma menina muito meiga, doce, gentil, aquela coisa que esperam de meninas brancas, aquela docilidade, aquele comportamento de daminha. Isso nunca tive porque sempre tive que correr atrás, a vida nunca foi fácil. Isso também me afasta daquele padrão esperado de menininha que as pessoas olham e pensam “nossa, olha que linda, como ela é comportada”. Isso nunca foi para mim porque sempre tive que correr atrás, sempre tive que ajudar dentro de casa, sempre tive que estar fazendo as coisas. Essa alma angelical que é colocada muitas vezes em meninas e depois em mulheres brancas, com a construção do padrão de beleza da mulher branca, uma beleza angelical, uma pele de porcelana, um cabelo liso com cachos nas pontas, um corpo magro, desde de criança se constrói com as meninas essa ideia de que você tem que ser doce, meiga, gentil e bonita. Tem uma diferença muito grande da vivência do que é uma questão de gênero para uma menina branca e para uma menina preta. Para a gente esse padrão nunca foi esperado, pelo contrário, é esperado que a gente saiba dançar, trabalhar, que tenha mais força, aceite muito bem as exclusões, que a gente tenha lares desfeitos, tenha mãe barraqueira, essas coisas que sempre esperaram de mim.

Dentro da instituição era sempre isso, tem uma divisão até no esporte: as meninas vão jogar handebol e vôlei e os meninos vão jogar futebol ou basquete, acham que a gente tem que fazer os esportes que têm menos impacto. A gente tem essas diferenças na instituição até nisso, nas práticas que a gente pode executar enquanto menina e enquanto menino. Das coisas que são de menino e menina, comportamento esperado, não tem problema que o menino tenha determinados comportamentos na escola, da maneira como senta, da maneira

como se veste. É muito mais tranquilo para os meninos viverem a sua liberdade de ser e as meninas tem que seguir uma coisa que é esperada, tem que ter modos, tem que saber se comportar, “onde já se viu?”, se é feio para um menino, é muito mais para uma menina. Como se a gente tivesse que ser muito mais comportada socialmente do que eles, não tem igualdade entre meninos e meninas na escola. Não sei como é isso hoje, mas na minha época não tinha. Tinha um comportamento esperado, uma cobrança forte e qualquer coisa diferente disso, a família era chamada.

Lembro que teve um caso na minha turma, em que levantaram a saia de uma menina e ela chorou muito. Chamaram os pais dela e pediram para que ela não usasse mais saia na escola, mas não teve uma conversa com os meninos dizendo que o comportamento deles era absurdo, que era um abuso contra o corpo da garota, que era uma violência aquilo que eles estavam fazendo. Não, esperavam da menina que ela soubesse se comportar de saia, não sabe se proteger então que venha bermuda, que venha de calça. Essas relações de gênero sempre foram muito difíceis.

A constatação da existência do racismo é desde muito pequena, isso é uma coisa que me marcou bastante. Lembro de ir na escola, na época as televisões ainda tinham antena e muita gente dizia que quando não estava funcionando tinha que colocar o bombril na ponta da antena para melhorar o sinal. Quando a gente usava a TV na escola sempre ouvia que tinha que botar um pedaço do meu cabelo na antena. Sempre fui feia, esquisita, era muito magrinha, era a última a ser escolhida para par nas atividades, nas festas era a última escolhida para fazer as danças, aquela que sempre dançava com outra menina e uma das duas tinha que ser o homem da dupla, ou ficava com o gordinho que ninguém queria dançar, aí ficava a negra e o gordinho. Uma gordofobia e um racismo posto nessas situações. Eu sempre ficava para quem sobrasse e isso sempre foi muito dolorido, tive muita dificuldade de firmar amizades na escola, mas segui o conselho da minha mãe. Me dediquei fortemente nos estudos, era muito dedicada na escola, tirava excelentes notas. Nas séries iniciais isso não faz tanta diferença, mas a partir da 6ª e 7ª série, isso fez com que as pessoas viessem tirar dúvidas comigo, perguntar coisas da matéria, pedir para que ajudasse nos estudos ou até para pedir cola.

Me lembro que os professores falavam muito da minha pele, como era bonita, porque tenho a pele seca, muito lisinha, muito bonita. Como as pessoas, os professores falavam sobre isso, aquela expectativa que eu ia saber dançar, sambar, saber coisas que são estereótipos, que ia crescer e ia ter bunda e peito, ficar uma mulata globeleza, que tenho a pele clara, então ia ser aquela mulata tipo exportação. Como ouvi questões que me incomodavam, me lembro no Rio,

por exemplo, quando a gente saía no carnaval, adolescente, como era comum a gente ouvir "o quanto que a gente cobrava".

Ainda na escola, uma das coisas que me incomodou muito é que, em grande parte das atividades escolares, sempre tinha teatro envolvido e eu nunca podia participar do teatro, não tinha uma personagem negra e eles nunca queriam que eu fizesse uma personagem que fosse branca. Lembro que tiveram montagens, por exemplo, onde a gente fez a Escolinha do Professor Raimundo e não tinha na época uma personagem que fosse negra para que eu pudesse representar. Quando entrou uma personagem negra, era aquele estereótipo de macumbeira, e eu não quis fazer porque a minha família é muito católica, eu queria fazer outra coisa. Teve várias coisas da minha escola que me senti isolada, parecia que não era pra mim, não era o meu lugar, eu não ia ser bem vinda e aceita naquelas situações.

Na época, o estudo sobre negros e negras era falar da escravidão, como os negros e negras ficaram tanto tempo escravizados e tiveram processos de resistências frustradas, como lutas que a gente estuda - as revoluções Balaiada e Sabinada -, tudo com derrota. A gente ouvia muito que o povo negro era um povo preguiçoso, que não soube enfrentar a escravização através da luta e aceitou passivo; que os indígenas foram os que resistiram, tanto que quase foram exterminados porque foram para a luta direta com os colonizadores, enquanto os negros e negras que vieram da África não tiveram essa mesma organização, não souberam resistir da mesma forma.

Estudei a vida inteira em escola pública e não lembro na minha infância de ter uma professora negra, até mesmo na universidade tive só uma professora negra e que se identificava como negra. A maioria dos professores são brancos e isso faz com que a gente não se identifique muito. No Rio tinha mais participação de negros e negras na minha turma, na minha escola. A gente tinha mais gente negra lá.

O que a gente fazia sem dar esse nome era se organizar entre nós, aquelas que eram parecidas e compartilhavam as mesmas dores; a gente se juntava entre nós e se fortalecia. Era nosso pequeno quilombo, só que naquela época a gente não tinha essa compreensão, mas era muito comum juntar várias meninas negras na hora do recreio, conversar entre nós coisas que eram só nossas, da gente trocar, conversar. A expectativa sobre nós era diferente, lembro como era comum as pessoas dizerem que as meninas pretas engravidavam na adolescência, que casavam cedo. Como tive que romper com isso, tive que cuidar com isso, demorei muito a namorar, a ter essas experiências. Até porque não queria cumprir essa estatística de ser a menina que engravidou e casou jovem. E a minha mãe, Deus a livre que passasse por essa situação.

Entrevista 6

No meu período de aula, não se falava da questão étnico racial. Essa questão veio com a Lei nº 10.639, quando se começou a instituir a educação afro e se começou a falar um pouco mais sobre etnias e racismo dentro das salas de aula. Eu não tive essa orientação, só se falava de 13 de maio, da libertação dos escravos, da Princesa Isabel. Dos escravos nunca falavam, mas a Princesa Isabel sempre foi lembrada. No período que sentei numa sala de aula, até mesmo no meu 2º grau, nunca tive esse direcionamento. Isso partiu depois de 1998, 2000. Hoje a escola abre um leque enorme, mas no tempo que eu estudei, não.

No meu ensino primário e secundário, com colegas, a gente tinha grupos e não se misturavam. Tinha separação, isso era nítido. É muito chato a gente ser discriminado na cara dura. Aquele outro, só porque era branco, não era chamado atenção. Tem muita coisa assim que hoje a gente vê que as crianças passam um pouco, mas com mais conhecimento. Na minha época, a gente passava, mas sem conhecimento das pessoas. Tinha aquela questão toda de “ah, não posso porque isso, porque aquilo, aquilo outro”, não tinha uma discussão falando dessa questão da cor. Hoje existe uma maldade nas salas de aula, essas questões étnico-raciais são bem na maldade mesmo. Na nossa época tinha uma inocência, advinda de escolas, quem estudava em escolas públicas era pobre, era bem pobre. O negro nunca foi rico, então a gente estudava em escola de pobre, quem tinha dinheiro não estudava em escola pública. Vem toda essa questão, de uma base familiar que nos direcionou para muitas coisas.

Eu passei uma situação em uma escola que existe até hoje, uma das escolas mais velhas da cidade que moro. No meu 3º ano do primário, me lembro como hoje, odiei essa professora. Eu não sabia ver hora e fui até a professora, ela mandou eu ir até a secretaria para perguntar que horas eram. Quando cheguei lá, uma diretora, que era considerada um cão naquela cidade, olhou para mim e me chamou de burra. Primeiro ela me mediu de cima abaixo, me chamou de burra porque eu não sabia ver hora. Eu estava no 3º ano, tinha umas fases para passar até aprender a ver hora, e não fui lá para ver hora, eu fui perguntar que horas eram. Não tinha acesso completo lá dentro, isso me marcou bastante. Até hoje lembro nitidamente a cara da diretora. Foi esse momento só que eu passei, uma situação de preconceito, mas que eu ainda não entendia que era preconceito. Depois me mudei de colégio e já foi mais tranquilo. O pior momento que passei foi esse.

Quando eu estudei não tinham meninos, essa escola era um lado dos meninos e outro lado das meninas. Dentro da sala as meninas se dividiam. A gente que

era mais humilde sentava num canto da sala, no outro canto eram todas brancas. Tinha uma divisão de cor realmente dentro da sala de aula.

Entrevista 7

Desde a infância, da 1ª série - que agora fala ensino fundamental -, me percebi como criança negra. Você percebe porque é deixado sempre no cantinho, nenhum colega quer estar com você, ninguém quer andar com você, você percebe. Na adolescência aflora um pouco mais, você percebe os bullying - agora fala bullying -, percebe as brincadeiras, as piadinhas. Eu sempre me percebi. Não passei pelo processo de transição do cabelo, nunca alisei o cabelo, nem as minhas duas filhas. O alisamento definitivo, não. Já fiz escova, que o cabelo fica aquele dia bonito, diferente, mas entrou debaixo do chuveiro, pegou uma umidade volta os meus cachos. Faço às vezes esse processo de escovar, mas como um processo de estética minha, pessoal, para ficar diferente. Às vezes faço um coque diferente, é um modo de me sentir diferente, empoderada, gosto de roupas coloridas, acessórios.

No ensino fundamental, lembro de uma professora negra andando pela escola, que não foi minha professora. No ensino médio, não lembro de nenhum professor negro. Estudei num terceirão para terminar o ensino médio numa escola privada de Curitiba, também não tinha nenhum professor negro.

No ensino fundamental e médio não existiam as questões de gênero e as questões étnico-raciais com os colegas, com professores e professoras, dentro das disciplinas. Se existe, é agora, mas minha época, lá em 1989/1990, não se falava sobre questão de gênero, de negritude, de preconceito. Não se falava nada disso. Ninguém faz nada, não acontece nada, não existe isso. O que acontecia é os colegas fazerem bullying com seu cabelo, "ah, nossa, seu cabelo hoje está volumoso", mas nem me lembro mais o nome das brincadeiras que faziam. Ou realmente as pessoas te deixam de lado. Se você, mulher, quer entrar num campo de futebol da escola, primeiro que você é mulher e você já não pode, segundo porque você é negra. Tem a questão da estética, quem é bonito é o loiro, é a pessoa branca, de cabelo alisado. Pessoa de cabelo cacheado não é bonita, questão da estética. Na época era assim e acredito que hoje não mudou muito não, pelo que a gente escuta os sobrinhos e primos falando. Não há uma educação da questão da estética negra, da beleza negra, uma valorização. Está tendo um passo pequeno hoje em dia por causa da mídia, mas chega lá na mídia e não chega diretamente à educação formal. Não existe isso.

O primeiro momento que percebi o racismo na minha vida foi na infância, na minha primeira série. Só que naquela época eu não sabia o que era racismo, não se falava, não se tinha o conceito do que era racismo. Não se orientava o

que era racismo. Muito menos minha família, minha mãe, meus pais, meus responsáveis. Hoje em dia sei que o que aconteceu comigo, várias situações na escola, foi racismo.

Entrevista 8

Quando fiz matemática, abriu uma possibilidade de fazer o curso de formação de docentes, o magistério. Eu já tinha terminado o ensino médio, mas como abriu esse curso só na possibilidade de fazer nos 4 anos juntamente com ensino médio, fiz 2 vezes o ensino médio. No mesmo momento, fazia de manhã o curso de licenciatura em matemática e à noite ia para o curso de formação de docentes. Foi um momento bem conturbado, mas foi bacana. Eu falo que fiz o ensino médio duas vezes e até hoje tem questões que não dou conta de compreender. Foi bem bacana e contribuiu de forma significativa para pensar a educação, a prática pedagógica, entender um pouco da didática, me trouxe uma experiência bem rica nesse sentido.

Lembro muito na 5ª série eu brigando na esquina porque alguém tinha me chamado de negra, de preta fedida, de preta suja.

Era uma cidade pequena, Toledo, às vezes a gente tinha o mesmo professor por um tempo. Lembro da minha professora do primeiro ano, Professora Joana, que era uma professora negra, e foi a única professora que lembro que pegou no meu cabelo, “hoje você tá muito linda”. Maravilhosa era a professora Joana. Lembro que naquela época tinha até uns colegas que iam sem tênis para a escola, e dessa preocupação dela também. Isso no primeiro ano, na minha época tinha educação infantil, mas eu não fiz, fui direto para o primeiro ano. Depois, na educação básica, não lembro de outras professoras negras.

Gostava muito de jogar futsal, joguei futsal por um tempo, jogava xadrez, gostava muito de educação física, gostava de todas as disciplinas, nunca gostei muito de ciências. Em educação física participei de algumas atividades esportivas, aqueles momentos que a gente tinha de viajar, representado a escola, a turma, sempre estava envolvida nisso também, nessas ações.

Na minha educação básica não tinha esse debate das questões de gênero e questões étnico-raciais. Na região que estudei, naquele momento, não tinha esse debate. Não tinha isso de falar de gênero e consciência negra, essas movimentações de gênero e raça, de discutir o racismo, quais foram os fatores da escravidão. Isso se dá depois de eu ter terminado o curso, fiz o curso de matemática sem ter contato com a lei 10.639, isso já era no ano 2000. Hoje quando olho para as nossas crianças, para os nossos jovens já tendo algumas percepções e valorização da identidade, falo “isso é geração da 10.639”, porque

trouxe esse reolhar para a escola e a valorização desses sujeitos. Não tive esse contato na educação básica, não me lembro desse tipo de atividade.

Lembro muito de atividades que envolviam esporte, tinha muito. Na década de 90, que foi quando fiz a educação básica, a gente viajava muito para eventos esportivos, tinha muita feira de ciências, um debate muito forte das doenças sexualmente transmissíveis, HIV/AIDS, mas da questão racial não lembro. Nem falando muito da questão do nosso processo histórico e escravagista, não tenho essas lembranças comigo. Tenho lembranças de algumas cenas que eu brigava porque os alunos falavam isso ou aquilo, era muito briguenta por conta dessas chacotas e desse tratamento que era racista e eu não conseguia entender naquele momento, não tinha uma escola preparada também para fazer esse diálogo. Não tinha professores em quem eu pudesse me amparar quando aconteciam essas cenas. Chegar em casa e falar não adiantava muito porque meu pai e minha mãe falavam “ah não, isso é problema seu, você resolve lá na escola”.

Lembro que uma professora minha do 3º ano do ensino médio, numa reunião de pais e mães, falou para a minha mãe “por favor, a senhora invista na sua filha porque ela é muito boa”. Nunca fui das melhores, nunca fui uma aluna nota 100, mas eu sempre fui espertinha. Conseguia assimilar de forma mais tranquila os conteúdos e às vezes até fazia uns trabalhos para uns colegas. Nunca fui de sentar na frente, sempre era do fundão, mas a minha professora de português, professora Neide, foi quem disse para a minha mãe que a minha família deveria investir nisso.

Entrevista 9

A constatação da existência do racismo foi quando eu tinha 7 anos de idade. A casa de meus pais, desde que nasci, é na Rua Avenida Aloísio Leoni, no bairro da Estação, uma rua bastante conhecida na Lapa. Agora esse bairro mudou e a rua também, mas as casas eram uma ao do lado da outra, os moradores se conheciam e nós brincávamos sempre todos juntos na maior inocência. As ruas ainda eram de barro e a gente vivia aquela inocência, até os meus 7 anos, quando fui para a Escola Municipal 3, que até hoje existe no mesmo bairro, na Estação, que eu fui saber que ser negra era algo ruim. Quando tinha 7 anos, brincava ali no grupo 3, com a minha amiga e vizinha Marta que sempre brincou comigo, era filha da Letícia e do Márcio, todos eram italianos, e a nossa família de negros. Na escola, na hora do recreio, ela cantou aquela música para mim “O neguinha fedorenta, bate a bunda no cimento pra ganhar mil e quinhentos”, e ficava o tempo todo cantando essa música para mim para fazer deboche junto aos outros alunos da escola. Me recordo o quanto isso me incomodava e

entristecia, porém só vou me lembrar disso quando passei a fazer ativismo e conheci movimento negro em Curitiba porque enquanto morava na Lapa não tinha noção do racismo.

As questões de gênero, raça e etnia no ensino básico da minha infância simplesmente não existiam. Esse fato da música me chateou, mas na época, eu jamais conseguiria entender a dimensão disso, meus pais não tinham a discussão do racismo e a Lapa é uma cidade de interior, e na minha infância as informações e os meios de comunicação eram diferentes.

No entanto, é preciso compreender que a elaboração, administração e o plano para esta instituição que é a escola é feito por pessoas que sempre tiveram em espaços de privilégios. E que esses docentes e discentes vêm de uma estrutura social de um país colonizador, escravagista, com heranças do patriarcado, e são essas vivências que esta escola tem institucionalmente. Nesse contexto, para que a Lei nº 10.639 fosse absorvida pelos professores, seria necessário um trabalho educativo permanente junto a coordenação pedagógica e docentes, para uma ruptura a longo prazo, pois apenas uma lei não irá modificar esta estrutura racializada e excludente que se reflete nas escolas. Com esta pandemia e ensino online, o distanciamento muda nosso modo de interação com os estudantes e temos que nos proteger das perseguições e controle de interpretações, como por exemplo o uso da palavra gênero.

Entrevista 10

Além de ser negra, eu também sou uma mulher deficiente, é um outro elemento que conta quando você vai buscar os seus direitos de cidadã, de quando vai estudar e buscar a possibilidade de avançar. Essa questão da deficiência por muitas vezes esteve à frente da questão racial: por ser parda, a deficiência chegava antes. Sempre busquei estudar na perspectiva de uma melhora de vida, porém a sociedade te coloca sempre no mesmo espaço, naquele lugar onde você foi socialmente constituída⁴. Existe todo um padrão para frequentar determinados lugares. Eu sou mulher negra deficiente, e isso para mim nem sempre foi muito tranquilo, é um pouco mais tranquilo de lidar hoje. Ainda não é algo que eu diga que seja tranquilo de trabalhar, porque a todo instante tem que fazer os enfrentamentos, para além da questão racial tem a questão também de que você foge de determinado padrão. Com isso, na perspectiva de ser alguém, na escola eu tive que buscar ser não uma das melhores alunas, mas a melhor aluna para poder me estabelecer.

⁴ A entrevistada solicitou que se utilizasse “x” no lugar dos marcadores de flexão de gênero “a” e “o” para a textualização de sua entrevista, considerando que o “x” contempla homens e mulheres. Todos os trechos da Entrevista 10 apresentam essa substituição.

Muito cedo percebi que a escola também tinha alguns desafios, eu me lembro bem que tinha que estudar muito, por conta até do nível que o professor trabalhava com todos os demais, porque sou fruto da escola pública, sempre da escola pública, da pré-escola, da primeira sala de aula até a minha situação hoje de pós graduação. Me lembro bem que dentro da escola eu tinha uma tranquilidade nessa lida com o trabalho com a matemática, mas percebia que aquilo não poderia ser daquela forma, que não era um padrão de normalidade. Com isso busquei ali uma possibilidade de trazer essa discussão para a sala de aula de uma forma um pouco diferente. Olhava e dizia “mas não pode ser assim, as coisas não devem ser dessa forma”, porque como é que tanta gente não sabe e não gosta? Tinha alguma coisa ali no meio que me desafiava, então me tornei uma professora de matemática e, no andar da carruagem, até dentro da própria universidade, tive grandes dificuldades.

Como aluna, dentro do meu ensino básico as coisas foram muito difíceis, por causa do olhar que as pessoas têm para gente. Naquele momento eu não me percebia muito. Eram coisas que sumiam e as pessoas já olhavam para mim, aí a gente ficava meio que se achando e eu não entendia muito porquê. Hoje a gente tem isso muito visível, porque você é o diferente da sala, o diferente traz essas dúvidas. Tudo aquilo que é anormal que acontece dentro de um espaço escolar alguém tem que pagar, e como tem um padrão de normalidade, aquela pessoa “diferente”, que sai o padrão, é a pessoa com as quais a gente tem aqueles olhares. Nas minhas séries bem iniciais, de 1ª, 2ª e 3ª série eu tinha muito problema com isso do ponto de vista do preconceito no trato. Já quando eu estava na 4ª série, me lembro que eu era uma das melhores alunas e a gente tinha um projeto que sempre tinha lá o nome do melhor aluno da sala. Nesse período as pessoas até me olhavam com muita dó, muita pena. Eu passava a superar a questão de que eu fosse uma pessoa “diferente” para uma pessoa coitada, que apesar de ser a melhor aluna era a pessoa “diferente” da sala. Acho que esses são elementos que marcam bastante. Uma vez eu estava brincando com uma amiga e ela não quis mais brincar por algum motivo, e ela me jogou uma pedra e depois jogou uma bola em mim. Quando eu joguei a bola nela eu tive que pagar o pato. Coisa comum, mas que hoje entendemos o porquê. Ninguém quis me ouvir que além da bola ela também jogou uma pedra em mim. Outra coisa que foi muito difícil eram as chacotas, porque a escola é um lugar terrível, onde as pessoas são cruéis, os alunos são cruéis, mas eu também tive professoras muito cruéis. As pessoas puxavam o cabelo, chamavam a gente daquelas coisas que hoje a gente sabe que é bullying. E ninguém fazia nada. Os adultos viam aquilo, mas não tomavam uma providência. A gente não tinha dinheiro, não tinha acesso a uma série de coisas e quando a gente queria ou quando a gente olhava ao lado as pessoas zombavam da gente, isolavam

também. Hoje a gente entende um pouco isso, mas naquele momento era muito difícil. No meu caso o meu pai foi uma pessoa muito importante, meu pai sempre dizia que ia ser diferente, que as coisas iam mudar. A minha mãe, por ser uma mulher que também veio dessa coisa das questões raciais, também vinha com algumas culturas já, mas quem mais fazia intervenção na minha vida foi sempre o meu pai. Eu até nem me dava conta, nunca nem pensei em dar conta dessas questões de gênero, que é porque eu era menina, porque era “diferente”, e isso tornava as coisas muito complicadas, difíceis. Eu me lembro que estudava muito, lia, fazia a tarefa, eu não tinha nada, nunca deixava nada para depois. Acho que foram esses elementos que me ajudaram um pouco e dentro de casa, muito, meu pai. Minha mãe, por exemplo, entendia que eu não precisava estudar muito, porque eu não ia dar em nada mesmo, ter feito até 8ª série já era muita coisa pra mim, mas o meu pai que sempre dizia “não, tem que ser diferente, dá para fazer”. Meu pai sempre me empurrava e também tem aquela coisa da gente ser um pouco rebelde, até por conta de todas essas estranhezas que a gente enfrentava. Eu gosto da bola, então jogava bola. Eu não tinha muitas atividades com as meninas, porque havia sempre muita comparação das meninas. Eu sempre estava jogando bola com os meninos, fazia as coisas e jogava vôlei com os meninos. Com as meninas eu tinha sempre muita comparação comigo, ficava aquela galera gritando que eu era a pessoa feia, a pessoa diferente, a pessoa que não dava certo, a pessoa que tinha que sair do meio de todas as outras meninas. As coisas foram mais ou menos nesse nível na escola básica. Xs professorxs também não tomavam providência nenhuma, ninguém fazia nada, foi muito difícil, muito complicado.

Eu morei num lugar chamado Piraquara, e lá se tinha uma colonização basicamente italiana e alemã. Como eu era uma boa aluna, elxs sempre zombavam muito de mim, principalmente no período entre 5ª a 8ª série. Só que na escola existiam alguns prêmios para xs melhores alunxs. Aquele público que zombava, que tirava sarro de mim, que me xingava de tudo, de gorda, de manca, de preta, tinha que bater palma pra mim na data de receber o diploma de honra ao mérito. Eu também não era nada boazinha, eu era bem cruel com eles. Eu dizia “bata palma”, “professora, fulanx não está batendo palma”, era uma forma de meio que me vingar do povo. Até hoje tem pessoas assim que eu olho e lembro, é porque eu não superei. Eram pessoas difíceis de lidar, apontavam o dedo, xingavam, aquele bullying um dia sim e outro também. Eu tentava me superar mesmo para poder me manter, para sobreviver. Eu não chegava chorando em casa, ficava muito com a minha mãe, mas a minha mãe entendia que aquilo já estava meio que demais, “ah, então vai...”. A minha mãe fazia muito o que o meu pai mandava, se eu reclamasse muito para mãe, eu não sei o que a minha mãe falaria, então eu acabava não reclamando, eu não chorava, não

fazia nada. Eu também tinha algumas amigas ali próximas que me ajudavam e, elas sendo mais velhas do que eu, me davam uma força. A escola foi muito bullying, muito de colocar a gente no lugar, e eu não era a pessoa mais preta da escola. Dentro da classificação do colorismo, eu sempre fui parda, mas lá eu era uma das pessoas que tinha a pele mais escura, até porque naquele tempo a gente vivia mais no sol. Eu tinha o rótulo também nesse sentido. Tinha duas diferenças, a diferença racial e, além de tudo, preta e manca, era assim que eles falavam “preta e manca”.

Eu recebia olhares estranhos de todo mundo, inclusive dxs professorxs. Elxs diziam: “mas como que ela chegou até aqui?” pelo fato de eu não ter dificuldade em matemática. Era mais ou menos a mesma situação que eu passei no mestrado. No mestrado elxs eram categóricos, chamavam de “mulherzinha”. Na escola, olhavam de novo para ver se não tinham errado na nota, porque afinal de contas eu era pobre, era deficiente, era a mais escura da sala.

A gente já trazia alguns rótulos, o povo olhava mesmo, não era só dxs alunxs os olhares. Quem era o meu pai na ordem do dia? Ele era um pedreiro, trabalha com construção civil. Eu estudava na mesma sala de aula que a filha da tesoureira da prefeitura, na mesma sala de aula que a filha da doutora fulana da cidade. Era por isso que eu não me misturava, e as meninas não queriam também ficar comigo, porque eu era fora do padrão delas de todos os elementos - do ponto de vista econômico, do ponto de vista financeiro, do ponto de vista racial, do ponto de vista do estereótipo de modo geral. Eu era um fora desse padrão, era diferente e a escola fazia isso.

Eu estudava e 3 vezes por semana eu ia de manhã e de tarde na escola. Era dureza. Eu tive uma professora que era muito legal, a minha professora de educação física, que reconhecia muito esse meu lado. Era bacana nesse sentido, ela reconhecia quem eu era. Ela veio para a minha vida nos dois últimos anos, naquela época era 7ª e 8ª série, e me fez enxergar algumas coisas, mas ali a gente já estava com a vida um pouco mais estruturada. Me lembro quando mudei para Piraquara, enquanto criança pequena, todo mundo olhava muito diferente para gente. Era muito difícil, olhavam com cara de nojo, cara de pena, ou então também se desfaziam muito da gente.

3.1.2 Graduação

Este tópico apresenta trechos referentes a experiências das entrevistadas enquanto alunas de universidades e faculdades em cursos de graduação. Suas vivências no ensino superior são comentadas pensando no ambiente universitário, corpo docente e discente, grade de disciplinas, eventos

de extensão, programas institucionais e acesso às instituições. Todas as entrevistadas são graduadas, passando por instituições públicas e privadas de ensino, em cursos técnicos, de licenciatura e de bacharelado, estando concentradas nas áreas de saúde e educação.

Entrevista 2

Fiz Letras na Universidade Tuiuti. Pedi bolsa para o diretor porque a Tuiuti era muito cara e não tive vergonha de pedir bolsa. Ganhei bolsa parcial, trabalhava o dia inteiro e estudava à noite. Naquele período, as aulas eram até 23h. Desci a pé muitas vezes lá da Universidade com alguém porque o ônibus era caro. Quando eu me formei, o meu patrão me disse “Natália, vá seguir o teu caminho”. Ele me dizia para fazer Direito, já que eu trabalhava no fórum, mas eu queria ser professora. Isso tem a ver com a minha professora Mariana, no ensino fundamental. Ela era muito rígida, mas eu aprendi muito com ela. E eu gostava e gosto da língua portuguesa. Não gostava de matemática, até porque eu não era muito boa, fiquei para recuperação alguns anos. Apesar da minha mãe ser analfabeta, ela sempre achou que o estudo era tudo e realmente ela exigia muito de mim. Quando tinha dificuldade, ela pagava professor particular. Ela ficou muito feliz por eu ter escolhido ser professora. Foi na minha formatura, não queria ir, mas foi.

Eu fiz na Universidade Livre, que é de Porto Alegre, um curso de extensão também com vários professores do Brasil falando sobre as políticas públicas, e o combate ao racismo. Aqui também um grupo de pesquisadores negros montou um curso de extensão muito bom, onde conheci outras mulheres e homens do Brasil, e recebi formação.

Entrevista 3

Na universidade, fazer o curso superior e ir para a universidade não foi muito fácil para mim, financeiramente, tempo para me dedicar ao estudo. A universidade pede isso, sempre sentia que estava atrás e que estava aproveitando pouco. Ia para a aula de manhã, trabalhava o dia todo, chegava em casa à noite e sempre fazia meus trabalhos à noite, de madrugada. Algumas vezes eu saí da frente do computador 5h para tomar banho e ir para aula tendo virado a noite. Não tinha computador no primeiro ano da faculdade, minha irmã comprou o computador quando ela saiu de um emprego e teve a rescisão,

comprou o computador para mim com o acerto dela. Trabalhar e estudar não é fácil.

Entro na universidade em um momento de muito debate social em torno das cotas. No primeiro ano tinha uma professora de antropologia contrária às políticas de cotas afirmativamente, ela disse isso. Essa discussão em torno das cotas fez parte do programa dela de Antropologia 1, ela trouxe um texto chamado “Espetáculo das Raças”, do Peter Fry e Yvonne Maggie, dois autores da antropologia brasileira que estavam dando entrevistas participando do debate contrário às cotas raciais. Eu entro na universidade cotista, com uma caminhada de movimento negro, de discussões e participação em seminários e eventos. O movimento negro tinha produzido e estava produzindo muitos eventos sobre as cotas e eu ia em todos os eventos. Estava começando o curso superior, não era especialista, não tinha leitura, mas eu conhecia o Peter Fry e Yvonne Maggie. Eu sabia do que se tratava aquela discussão. Numa aula, anfiteatro 600, do D. Pedro I, estavam discutindo este texto, levantava a mão para falar e várias vezes não pude falar, todo mundo falava - no curso de ciências sociais tem uma galera sempre querendo falar. Lembro que era a segunda vez que iria perguntar algo do texto ou comentar e essa professora foi grosseira, nem iniciei a fala e ela disse que ninguém queria saber a minha opinião, da minha vida, algo assim, como se eu fosse falar que era cotista e os motivos. Eu não tinha dito a ela que era cotista, nunca falei de mim, não faço isso. Estávamos falando sobre o texto, quando falei antes, tinha feito uma questão. Na segunda vez, fui levantar a mão para falar e a professora falou “ninguém quer saber o que você acha. Ninguém quer que você fale de você”. Eu nem tinha feito isso nunca, ela desconsiderou a minha participação sem que eu falasse. Lembro que a aula logo acabou e alguns colegas vieram falar comigo “hossa, Beatriz, sinto muito, foi horrível o que ela fez”. Um colega meu de turma entrou no elevador falando “eu sou favorável de 100% de cotas sociais e acho que não tem que ter uma vaga para negro”. Eu reprovei nessa disciplina por 0,5 e tive que fazer ela depois, fiquei atrasada. De novo, a questão racial estava ali no curso superior, na Universidade Federal do Paraná, igual.

Me formei, não foi fácil, fiquei mais tempo do que eu deveria na universidade e depois a minha mãe faleceu. Eu tinha mais um monte de coisas para fazer, mas sou grata a mim mesma, parece ridículo isso, mas em várias vezes eu pensei em desistir. Óbvio que tive apoio, tive esse professor que eu conheci lá ainda no 2º ano do ensino médio, que era orientador da minha professora de Sociologia, o professor Maurício Barbosa. Nós já éramos muito próximos, ele já frequentava a minha casa, ele conheceu a minha mãe, Dona Alice como se refere. Um dia eu falei para ele que estava pensando em desistir e ele falou “não, não desista, não é isso que a Dona Alice gostaria, e no que você precisar eu to aqui”. Sempre

foi um apoio muito grande, quase todos os livros dos clássicos que tenho foram presentes do Maurício, Durkheim, Weber. No final da faculdade tive aula com um professor negro, o Mário, em uma optativa.

Quase tudo que sei sobre as relações raciais, aprendi com o Movimento negro, sobre todas as temáticas. É muita a produção de conhecimento feita por lideranças negras que entram na universidade. O grupo de pesquisa que integrei na universidade era coordenado pelo professor Pedro Bodê, ele é coordenador do Centro de Estudos em Segurança Pública e Direitos Humanos da Universidade Federal - CESPDPH.

Quando eu entro na universidade, já tem o Centro de Estudos em Segurança Pública e Direitos Humanos da Universidade. O meu projeto de pesquisa se desenvolvia dentro do NEAB (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros), minha bolsa estava vinculada ao NEAB, mas a pesquisa, o projeto se desenvolvia no CESPDPH, que era sobre violência policial e racismo. Entrevistamos policiais e três batalhões, foi um importante exercício e discussão em torno da temática que, como já disse, me toca muito. A minha monografia foi sobre violência policial, sobre segurança pública, polícia, juventude e movimento negro. Peguei a denúncia histórica que o movimento negro faz sobre o processo de extermínio e genocídio e o nosso modelo de segurança pública.

Desde a minha participação na CONAPIR em 2005, tanto na etapa estadual, quanto na etapa nacional, fiquei no grupo que discutiu segurança pública. As pessoas que estavam produzindo conhecimento e fazendo essa discussão dentro da academia estavam na conferência nacional. Então, quando eu entrei na universidade como cotista, integrei um projeto de iniciação científica, escolhi estudar violência, polícia e racismo. Pra mim, ir para a universidade era também para produzir conhecimento sobre as relações raciais que se estabelecem no Brasil. Aprendi com o movimento negro e entendi a que precisamos contar a nossa própria história, falar sobre o racismo e suas consequências, produzir conhecimento sobre relações raciais. Escolhi esse tema difícil que é a questão da violência, mas que é algo que a gente precisa sempre publicizar dentro da academia, do movimento social, em todos os lugares, chamar a atenção para esse modelo de polícia, para esse Estado que age violentamente e prioriza um grupo em sua ação. Pensar esse controle social perverso que se estabelece em cima da população negra, da juventude negra é muito importante e é sobre isso que quero falar.

Entrevista 4

Meu primeiro vestibular foi para biologia, fiz 2 anos e, tendo feito as várias disciplinas - anatomo, fisio, física, química, biofísica -, fui para a enfermagem e

me encantei. Não me arrependo, fui muito feliz na minha escolha, na minha profissão. A minha mãe queria que a gente estudasse, então fui fazer esse 2º grau em Curitiba. Não tinha nenhum parente, nem nada próximo, então fui trabalhar de empregada doméstica para poder fazer o 2º grau. Depois trabalhava à noite para poder fazer a faculdade na Federal, que é o dia todo. Os cursos da saúde têm aula de manhã, de tarde e às vezes até de noite, pelo menos na época tinha.

A professora que mais impactou na minha formação e na minha vida toda foi dessa disciplina de saúde da mulher, eu me apaixonei pelo conteúdo da disciplina e também no meu entender a professora, que é viva ainda hoje e é coordenadora da Faculdade Pequeno Príncipe, foi excepcional na época, uma das melhores professoras que tive durante a graduação toda, foi a que mais me impactou.

A militância tá dentro da gente, digo isso da mesma forma que eu falei da questão de estudar, para mim estudar era uma diversão, um alívio para a cabeça ir para escola, e acho que a militância também está dentro da gente, por exemplo, se você for ver no meu currículo, já fui presidente da comissão de formatura. Mesmo na Federal, sendo praticamente a única negra, fui presidente da comissão de formatura. Depois entrou mais uma que veio transferida para a nossa turma. Antes da formatura fui diretora cultural do centro acadêmico, fui presidente do centro acadêmico. Acho que a coisa da liderança tá dentro das pessoas, a gente nasce com isso. Acho difícil desenvolver a liderança numa pessoa que não tem isso dentro dela, não sei, posso estar equivocada.

Entrevista 5

Eu e meu irmão estudamos a vida inteira em escola pública, a gente cresceu no Rio de Janeiro. O Flávio, meu irmão, é mais velho. Nenhum de nós conseguiu fazer faculdade no tempo certo, eu entrei na faculdade com 25 anos, já trabalhava há algum tempo. Entrei aqui na UFPR em 2005 através da política de cotas, foi o 1º ano da política de cotas aqui na Universidade Federal, e foi um orgulho para a minha família entrar numa universidade pública. Fui a primeira, minha mãe fez universidade particular e o meu irmão também, tudo com bolsa. Meu irmão trabalhava na universidade em que ele estudava e por isso conseguiu uma bolsa de estudos. O meu pai não tem curso superior, meus avós muito menos. Me formei enfermeira na UFPR e hoje estou terminando o mestrado em saúde coletiva na UFPR. Isso é motivo de grande orgulho na nossa trajetória, porque a luta pela sobrevivência, pela comida, pela educação sempre foi muito árdua e muito difícil. A gente tem muito próximo de nós os processos da minha família, tanto da escravidão pela família da minha mãe, como esse processo

de interrupção de história e cultura pela retirada abrupta da família do meu pai da reserva indígena.

Conheci o meu marido na Universidade. Como era o primeiro ano da política de cotas, não tinha muitos negros e negras na Universidade. Essa é a realidade, grande parte dos cursos não tinham sequer aprovado negros pela política de cotas naquele ano, me senti bastante deslocada aqui. Conheci o meu marido e a gente começou a namorar, casamos. Tive meu filho durante a graduação e quando me formei estava grávida da minha segunda filha.

Hoje trabalho como enfermeira, estou agora com 39 anos e a minha vida evoluiu bastante com esses auxílios de políticas públicas afirmativas. Consegui fazer a universidade através da política de cotas, sou servidora pública do Hospital de Clínicas da UFPR, que também ingressei pela política de cotas, e consegui comprar o apartamento onde a gente mora com subsídio do programa "Minha casa, Minha vida". Sou uma pessoa que ascendeu socialmente muito pelas políticas afirmativas, as políticas que vieram para promover igualdade e diminuir desigualdades, tanto que para mim é muito sentido e uma das questões de eu militar tanto é ver tanta coisa estar regredindo.

Quando vim para cá e estudei a graduação, agora o mestrado, foi bastante difícil, tinha pouquíssimas colegas negros e negras. Agora a universidade está muito mais diversa, com anos de política de cotas e ingresso de muitos negros e negras. A universidade está mais plural, mais inclusiva do que na época que fiz a federal.

Na universidade fiz um curso majoritariamente feminino, que é o curso de enfermagem, e tem um viés de gênero muito forte - que enfermeira é tudo gostosa, que a gente vai casar com médico ou com engenheiro, é esse o caminho das enfermeiras. Os meninos de outros cursos, inclusive, vêm procurar na enfermagem meninas para casar, que a gente tem que servir outra profissão, que a gente é assistente do médico, que ajudamos os médicos.

A enfermagem em si traz essa trajetória bastante estereotipada das mulheres que a exercem, então é um debate constante dentro do curso o rompimento desse estereótipo de que a gente tem que ser gostosa, tem que casar e ser submissa a médico, ou de que a gente tem que arranjar marido militar ou marido engenheiro. A maioria das professoras eram mulheres, a maioria das trabalhadoras da enfermagem são mulheres e é uma profissão que é bastante desvalorizada socialmente e financeiramente.

A enfermagem tem uma relação muito próxima aqui no Brasil com as mulheres negras porque, com a escravização de negros e negras no país e a população muito grande de escravos, quem realizava os cuidados dos processos de adoecimento eram as mulheres negras. Elas que tinham esses saberes, que trouxeram e transmitiram de geração para geração como cuidar de determinadas

doenças, eram elas que tinham uma função dentro da casa grande do cuidado com os bebês, dos idosos, quando alguém adoecia. Quando a enfermagem se tornou uma profissão, uma ciência, e abriram os cursos de enfermagem no Brasil, as mulheres negras foram excluídas desses processos, se tornou uma profissão de mulheres brancas inicialmente. A maior parte do corpo de técnicos e auxiliares de enfermagem é de mulheres negras, mas a graduação em enfermagem é majoritariamente de mulheres brancas.

Entrevista 6

Nessa trajetória de estudos e amadurecimento a gente vai passando por várias coisas. Já tive momentos, geralmente dentro da área de turismo, de ser barrada de entrar dentro de um lugar, de pontos turísticos que não tinha negro, só tinha branco, já passei por esse constrangimento. Também aqui numa loja, na cidade que moro, da mulher ficar atrás de mim o tempo inteiro, mas não perguntar o que eu queria ver, como se achasse que ia pegar alguma coisa dentro da loja. Infelizmente já passei por isso.

Entrevista 7

Na trajetória profissional, tive acesso à educação acadêmica a partir dos meus 35 anos, quando resolvi fazer faculdade devido a perceber processos de racismo nos locais em que trabalhei. Resolvi me aprimorar e aprimorar meus conhecimentos quanto à questão acadêmica mesmo, à vida da graduação. Sou bacharel em direito, estou cursando uma segunda graduação em pedagogia. Estou agora numa caminhada do mestrado strictu sensu em gestão ambiental. Fiz o caminhar acadêmico da pesquisa da educação quilombola na formação de pedagogia, isso me marcou bastante porque me aproximou das 3 comunidades quilombolas do Paraná e percebi a especificidade de cada quilombola. Cada uma tem a sua demanda, cada uma tem o seu desejo, o seu sonho, sua angústia, mas para todas elas são restritas o acesso às políticas públicas, seja na área de educação, da saúde, que são os direitos sociais básicos. São restritos para todas as comunidades esses acessos.

Falando em escola e questões de gênero, minha vivência pessoal, quando estava na graduação foi um processo muito doloroso. Estudei numa universidade privada, o preconceito era nítido e duro, me trouxe muitas dores que me deixaram na cama, me deixaram doente. Depois de um ano, devido a estar acompanhando as redes sociais da Rede de Mulheres Negras, eu quis me levantar. As universidades não tem nenhuma disciplina, são raríssimas as

universidades que falam da questão de gênero e da questão do racismo. Na universidade que estudei, saía do bloco jurídico e ia para o bloco de humanas porque lá tinha 3, 4, 5 professores que debatiam a questão do gênero e racismo dentro da Universidade em GT's. Estar dentro desses espaços, desses GT's, foi o que me fortaleceu para concluir a universidade, mas em si a universidade não tem nenhum currículo. Não vejo isso até hoje, nem na que estudei, nem nas denúncias que os alunos até hoje fazem. Vejo que as universidades não agregam essa informação.

Nos 5 anos de universidade tive um professor negro, mas ele não se identificava como negro, não sei se ele realmente se considerava negro. Conheci professor negro dentro da universidade no GT, mas ele não era meu professor curricular, mas sim professor de outra área de formação, e só.

O que mais evidenciou o racismo, para mim, depois de saber o que é racismo e o que é preconceito, foi em 2015 na minha graduação, no caminhar acadêmico dentro de uma universidade privada, em que você é negado a todos os acessos. Posso citar um exemplo, eu gostaria de participar de projetos de pesquisa PIBIC, me inscrevi no processo de seleção como qualquer aluno e fui uma das contempladas. Quando fui efetivamente me apresentar para o professor, ele olhou para minha cara, ou a minha cor de pele, e falou que foi um engano, que não poderia me inscrever. A minha universidade estava num processo de transição, eu estudava em São José dos Pinhais e a minha universidade estava fechando as portas. A própria orientação da universidade falou "você podem utilizar as duas universidades, tanto o campus Curitiba, como o campus São José dos Pinhais", e eu me inscrevi para o campus Curitiba para o projeto de pesquisa, dentro da Universidade de São José dos Pinhais não existia mais. Eu me inscrevi no processo e fui selecionada, na hora que fui fazer entrevista efetivamente com o professor, ele me negou acesso com a justificativa de que foi um erro, que eu não poderia ter me inscrito, que era de outro campus e realmente me negou o acesso à pesquisa. Isso me deixou bem frustrada na época.

Entrevista 8

Fiz a minha primeira graduação, em matemática e na sequência fiz uma graduação de ciências sociais, mas daí eu já tinha uma identidade racial mais fortalecida. Tem um livro que fala sobre isso, "Tornar-se Negro" da Neuza Santos, é um livro que me marcou por conta de várias proximidades com essa questão do tornar-se negra, de tornar-se uma mulher negra, mulher ativista da pauta racial.

Meu pai falou assim “não, se ela quer fazer, o pai tem tantos para te ajudar”. Fui olhar que curso que queria fazer, que curso que conseguiria fazer com aquele recurso. Na época consegui só o FIES, não tinha o PROUNI, estava se iniciando esse debate sobre o PROUNI. Fui aluna do FIES, e o curso que eu conseguia pagar e que tinha certeza que não ia ficar desempregada era o curso de matemática. Foi uma escolha bem racional ter feito matemática. Depois tive que fazer essa conciliação com o curso de formação de docentes e o curso de matemática. Meu pai e minha mãe, mesmo não tendo essa consciência racial formada, sempre me incentivaram a estudar essa questão, de buscar, “oh, eu consigo te ajudar com tanto”. Acho que isso é muito bacana.

Teve um momento em que eu estava com os perrengues que todos nós passamos, a maioria da população brasileira passa, e eu queria desistir do curso. Eu ia para a faculdade, não podia tomar um café, tinha que ir muito cedo, não tinha dinheiro pro xerox. Sempre tinha que estar com a minha carteirinha da biblioteca em ordem, não atrasava entrega de livro porque precisava emprestar os livros para estudar. Na época em que fiz matemática que eu fui aprender a mexer na internet, no computador, na faculdade. A gente não tinha como nós temos hoje esses mecanismos e essas ferramentas, então era muito xerox, exigia muito livro, principalmente os livros que eram relacionados às disciplinas de cálculo. Eu não atrasava a entrega dos livros na biblioteca porque não tinha condição de pagar o xerox, eu precisava do livro. Às vezes, quando não estava lá o livro, eu já estava na fila para conseguir acessar o livro porque a gente não tinha recursos. Chegou uma época em que eu estava cansada. Queria ir para uma festa e não tinha uma roupa, as roupas que tinha eram roupas que eram ganhas da patroa da minha mãe. Uma hora entrei em desespero e falei “não quero mais, vou trabalhar”. Apareceu uma possibilidade de trabalho de empregada doméstica, e a minha mãe disse “você não vai ser empregada doméstica porque se você trabalhar hoje para ela de empregada doméstica você não vai ter outra percepção e não vai conseguir ter outras possibilidades”. Ela não me deixou ir e falou “você vai ficar chorando? Você vai aguentar e vai terminar teu curso”. Minha mãe nesse processo foi bem bacana.

Quando fazia Ciências Sociais teve um momento em que queria abandonar o curso porque já tinha Matemática. Era uma universidade pública, a Unioeste. A minha mãe falou “não, agora só falta um 1 ano. Você já tá aí sofrendo há quantos anos por conta desse curso, dessa universidade pública? Você queria tanto fazer esse curso e agora você tá querendo abandonar por conta de um concurso. Concurso sempre vai ter”. Para assumir uma vaga de um concurso público, eu teria que mudar de cidade. Ela também não me deixou desistir do curso de Ciências Sociais. Mesmo sendo pessoas que tem até a 4ª série, um básico, eles

entendem a importância de uma educação e sempre me incentivaram muito a estudar, isso é bem bacana.

Ser mulher negra é uma questão extremamente desafiadora. Para qualquer mulher é desafiador. Agora nesse processo de pandemia, todo mundo sobrecarregado, com muitas ações para fazer, as questões da própria vivência, e você ser mulher negra e ainda ter que conviver com o racismo, de ser às vezes a única, essa questão do ensino superior que você começa a circular alguns espaços e você é único. Tem uma sobrecarga muito grande em cima do ser uma mulher negra. A Kimberlé Crenshaw fala do conceito de interseccionalidade, que é muito presente porque temos um peso muito grande sobre as nossas costas, é uma responsabilidade muito grande ser mulher negra. A gente acaba abraçando e acolhendo todas as dívidas históricas debaixo do nosso guarda-chuva e isso pesa muito. Somos mulheres fortes, mulheres guerreiras, mas temos que começar a pensar também nessas questões que envolvem o acolher as mulheres negras, a afetividade que envolve a questão das mulheres negras. A primeira graduação, de matemática, foi numa instituição privada, depois ciências sociais foi na Unioeste, uma universidade pública.

A monografia que escrevi quando fiz o curso de ciências sociais trabalhou alguns elementos do movimento feminista, do feminismo negro e eu também apresentei algumas questões ligadas ao mulherismo. Na Rede e nesse contato com algumas mulheres do MST, com algumas que não entendiam algumas compreensões do feminismo, e tendo contato com outras possibilidades para pensar a questão de gênero, falo que não gosto dessas caixinhas “você é feminista, você é mulherista”, digo que eu sou Pamela de Oliveira, as minhas pautas são que sou uma mulher negra que busco a emancipação de outras mulheres e meninas negras. Não me considero uma feminista, não me considero uma mulherista. Acredito que o feminismo é importante nesse processo de emancipação na luta das mulheres, que o mulherismo também é importante, mas não consigo me conceituar como uma feminista negra. No debate de gênero ainda temos, principalmente na academia, algumas questões que envolvem em termos de mais leituras essa possibilidade diversa, que é o que mulheres do mundo inteiro têm a nos dizer. Essa questão do feminismo, a partir desse olhar que ele traz de certa forma algumas fases históricas, tem várias tendências, várias correntes, mas ele traz consigo essa questão do olhar eurocêntrico branco. Nós fazemos uma leitura do livro também a partir do nosso olhar, que nós vivemos numa sociedade que é eurocêntrica, tem valores ocidentais de organização e temos aí mulheres e vários outros povos indígenas e africanos que nos apresentam outras possibilidades de pensar essas essas relações entre as diversas formas de poder entre a sociedade. Não sei se estou preparada para dizer “eu sou Pamela de Oliveira, uma feminista negra. Sou Pamela de Oliveira,

uma mulherista”, não. Acho que não tenho elementos para dizer ainda e para trabalhar sobre isso. Acredito que precisamos emancipar e fortalecer as identidades dessa nova geração e continuar buscando dias melhores, acesso à educação, aos direitos sociais, políticos, uma retomada de uma democracia fortalecida. Acho que nós precisamos de uma leitura mais aprofundada sobre essas concepções do que é feminismo e do que é mulherismo para podermos colocar “sou isso, sou aquilo”. Acho que são tendências e que estão muito mais ligadas à questão do mundo acadêmico do que ao mundo que acontece na prática. Às vezes, quando a gente vai para alguns espaços, fico olhando várias mulheres que estão na periferia e que estão nas favelas, que estão nos quilombos, as mulheres camponesas. Elas às vezes não falam em feminismo, não sabem o que é feminismo e são mulheres porretas. As mulheres de axé não fazem um debate sobre o que é feminismo. A mulher trabalha na construção civil, acorda às 5h da manhã pra estar na lavoura. Elas não estão discutindo o que é o feminismo e estão ali, na linha de frente, muitas vezes junto com seus companheiros ou sozinhas e discutindo, fazendo esse debate das relações de poder. Sei que nem é tão confortável atualmente, mas não me considero nem uma feminista nem uma mulherista. Acho que eu sou uma Pamela do movimento de mulheres negras.

3.1.3 Pós-Graduação

Este tópico reúne os relatos das entrevistadas na pós-graduação, englobando a experiência em disciplinas isoladas, obrigatórias e eletivas, em grupos de pesquisa e eventos científicos, em especializações, mestrado e doutorado, a relação com colegas e docentes. Metade das entrevistadas possui pós-graduação, e algumas passaram por programas de pós-graduação (matriculadas em disciplinas isoladas e também cursos), mas não permaneceram.

Entrevista 1

Em 2019, eu tive a oportunidade de cursar uma disciplina isolada com o professor Mateus, ‘Políticas educacionais e relações étnico-raciais’. Essa disciplina me doeu bastante, porque uma coisa é você saber que você é uma mulher negra retinta, outra coisa é dentro do espaço acadêmico você saber que, além de você ser uma mulher negra, tem a questão do colorismo. Nessa disciplina tinha em torno de 20 alunos, e destes 20 alunos e alunas só tinham 3

peessoas brancas, as demais eram todas negras, eram pretas e pardas. Só tinha 2 ou 3 mulheres, e eram só 3 pessoas negras retintas. Uma pessoa fez uma pergunta e o professor deu uma aula sobre a questão do colorismo e fez um comparativo onde uma mulher negra retinta, assim como eu, teria que ter um currículo 7 vezes melhor do que uma pessoa branca. Durante todo o semestre ouvindo tudo isso, eu não posso dizer que tenha desencadeado um gatilho, mas me trouxe muita dor nessa disciplina. A gente consegue compreender porque, por mais que se tenha um currículo muito rico, a gente não consegue sair do lugar. A gente vê pessoas, especialmente mulheres brancas, que não tem um currículo tão aperfeiçoado e conseguem passar pela gente, galgar e ocupar outros espaços e a gente continua sempre no mesmo espaço, lutando e resistindo, muitas vezes para não retroceder. Eu pensava muitas vezes que por mais que eu estudava e por mais que eu tentava, eu não conseguia, achava que era incompetência. Aí a gente consegue perceber o racismo estrutural, e foi uma percepção muito nova para mim, academicamente falando. Essa dificuldade, essa coisa que você tenta e quer caminhar, e não consegue. Parece que está presa em uma teia de aranha...

Entrevista 3

Boa parte do que eu tenho de conhecimento, o tema que escolhi estudar na monografia e que pretendo seguir no projeto de mestrado é sobre a questão racial. Vou refazer o projeto, já que produzi um sobre violência policial, agora vou falar de mulheres negras, mães e familiares da violência policial. Essas organizações, esses grupos de mães que denunciam a violência do Estado e que lutam por justiça para seus filhos.

Entrevista 4

Pouco antes de me formar tinha mandado carta para o Ministério da Saúde e para a minha surpresa fui atendida, pedi para eles todos os manuais da saúde da mulher e eles me mandaram. Guardei com muito carinho, por muitos anos foram a minha bíblia. Me formei em 1988, logo que teve vaga entrei na turma de 1991 para fazer especialização em enfermagem obstétrica e me apaixonei mais ainda. Na época, era obrigatório fazer 20 partos e atender 20 mulheres de pré-natal, fiz tudo bonitinho.

Da graduação fui para a pós-graduação em obstetria. No 3º ano da enfermagem a gente tem as disciplinas mais específicas, e uma delas era saúde da mulher. Literalmente me apaixonei pela temática, tanto é que a minha primeira

grande viagem foi só para ir no Encontro de Planejamento Familiar do Nordeste, lá em João Pessoa, no 3º ano da faculdade. Por conta disso fui fazer especialização em enfermagem obstétrica e depois um mestrado e doutorado também nessa linha. Meu mestrado foi sobre mortalidade materna de mulheres negras e o doutorado near miss e mulheres negras. Não quis mais estudar, até pensei em fazer pós-doutorado, mas achei que não precisava mais, já era servidora da Secretaria Estadual de Saúde, trabalhava ali em Curitiba e Região Metropolitana. Era coordenadora dos programas da saúde da mulher da 2ª regional de saúde, que pega Curitiba e todos os 28 municípios da Região Metropolitana. Então resolvi que chega, fiz até o doutorado e não precisava mais fazer pós-doc, parei.

Nunca tinha pensado que as mulheres negras tinham um diferencial. Fiz parte do Comitê Técnico de Saúde da População Negra do Ministério da Saúde e sempre dizia nas reuniões, quantas vezes fosse necessário. É óbvio que eu como enfermeira estudei hipertensão arterial, estudei diabetes, a gente estuda quais são as causas, quais são os sintomas, qual é o tratamento, qual é a prevenção. Só que eram colocadas um monte de causa e a última era a raça negra. Até por conta do racismo, nenhum professor enfatizava isso. Não posso dizer que se pegar um livro de medicina ou qualquer texto de medicina que fale de hipertensão arterial que tenha sido publicado em 1980, quando estudei, que não esteja escrito que uma das causas da hipertensão e diabetes é a raça. Com certeza está, mas isso não era enfatizado, e não era falado sobre isso em hipótese alguma. A gente acabou estudando hipertensão arterial e diabetes, depois acidentes de trânsito. Por exemplo, esse menino deputado não foi matar o outro menino no acidente de trânsito? É o jeito que morrem os jovens brancos. E o jovem negro? Morre assassinado pela polícia, pelo traficante. Fiz doutorado em saúde pública, então hoje a gente tem noção de quais são as doenças mais prevalentes na população negra, que problemas de saúde afetam mais a população negra. Hoje tem essa compreensão, mas lá no banco da escola não existia isso, tanto é que sou de uma época em que, quando fui fazer mestrado e doutorado, era difícil a gente conseguir orientador. Não tinha orientador que nos quisesse, porque dizia que isso era só coisa de militância, que era só coisa da cabeça da gente. Não bastava ter todos os dados internacionais falando da população negra, eles não aceitavam. Claro que isso tudo evoluiu e hoje é uma competição, tem quase mais pesquisadores brancos no CNPQ desenvolvendo trabalho sobre a questão da população negra do que negros.

Não lembro de nenhum fato pontual de ter tido problema, mas até hoje tem pessoas que se surpreendem quando veem que eu, Muriel Santos, sou uma mulher negra, quando veem que ainda é doutora. Até hoje eu recebo cartas pro "Doutor Muriel", nem pensar de ser uma mulher, uma mulher negra, ainda

assusta. Eu tiro de letra e não me incomoda, acho que na vida a gente passa por tanta coisa que você até acostuma, releva. Isso não me afeta mais.

O meu mestrado, influenciado por esse pedido da Tatiana e por essas mulheres que estavam se preparando para ir para Durban, foi sobre mortalidade materna de mulheres negras, para ter um documento científico com respaldo de mestrado e tudo. Até então não tinha quase publicação nenhuma no Brasil. Essa minha dissertação do mestrado foi o que levou o meu nome a ser conhecido no país todo, e até fora do país. Tanto é que a única viagem minha para os Estados Unidos foi para Baltimore a convite da John Hopkins para falar sobre mortalidade de mulheres negras no Brasil, e não tenho vontade nenhuma de voltar, nunca nem quis ir. Foi uma coisa que eu nem tinha pensado que teria essa capacidade e esse conhecimento logo que me formei, ainda estava começando a trabalhar na Secretaria de Saúde. Esse convite para ir para esse seminário em São Paulo mudou a minha vida, e essa encomenda desses dados que a gente tinha aqui no Paraná. De fato o Paraná era o único que tinha esses dados, nós temos o Comitê de Prevenção de Mortalidade Materna no Paraná, que foi implantado em todos os estados, mas o Paraná foi o que mais evoluiu na época. Eu já fazia parte do Comitê, depois fui presidente e acabei indo para vários estados treinar a implantação dos Comitês. Voltei depois e fui em vários estados em eventos para falar da questão da morte materna de mulheres negras.

O doutorado foi uma consequência, foi a mesma orientadora que sugeriu falar sobre near miss - aquelas que quase morrem, as quase perdas da morte materna, que é um número infinitamente maior do que as mortes maternas propriamente ditas.

A minha trajetória profissional foi essa, sempre estudando, sempre trabalhando no mesmo lugar com a saúde da mulher. Trabalhava como uma doação, por amor mesmo, eu adorava meu trabalho de verdade e morro de saudade. Saí da academia, minha defesa foi em 2007, nem era tão militante assim, mas já tinha criado a Rede em 2006. A gente vem avançando, logo no começo, para a gente conseguir um orientador ou uma orientadora que aceitasse orientar algum trabalho que fosse com recorte racial, a primeira coisa era "é porque é militante, quer trazer a militância para academia". De fato essa linha de pesquisa da saúde da população negra não surgiu na academia, surgiu no movimento, que levou para a academia. As cotas na Federal o movimento que levou, se conseguiu institucionalizar isso, mas não institucionalizou tanto. Ainda ficam convidando banca externa e nem pagam essa banca, as pessoas tem que ir lá voluntariamente. Pelo menos é uma coisa que já institucionalizou, já tá lá, e acho meio impossível acabar com as cotas de um dia para o outro.

Tive essa dificuldade a primeira vez que tentei fazer mestrado, fui tentar fazer um tema sobre saúde da população negra e o professor que busquei, da área da saúde, disse que não se sentia confortável em tratar sobre racismo institucional ou qualquer coisa que fosse relacionada a negros e negras porque ele era um homem branco. Só que no programa não tinha nenhum professor ou professora que fossem negros que eu pudesse buscar para me orientar. Basicamente ele fechou as portas para mim daquele programa. Depois de algum tempo, eu já tinha entendido que mestrado não era para mim, não era uma coisa que eu pudesse fazer com a temática que eu queria estudar, que era o atendimento de negros e negras dentro do Sistema Único de Saúde, racismos e violência, até que o professor que me orientou na graduação me apresentou para o meu orientador do mestrado. A gente conversou bastante e comecei a acompanhar o grupo de estudos em saúde coletiva dele, a gente foi se aproximando e alinhando o tema e fui aprendendo. A gente foi construindo juntos e deu certo. Eu já tinha para mim, também considerando que o mestrado na universidade ainda não tem políticas de cotas, que era muito mais fácil ser rejeitada do que ser aprovada. Eu já tinha desistido desse caminho acadêmico, mas chegou esse momento de conhecer esse professor que me orienta e consegui caminhar. Tenho pensado bastante no doutorado, talvez fora aqui do Paraná porque não me sinto acolhida aqui.

Entrevista 7

Estou fazendo a inscrição agora para participar de uma capacitação relacionada à direitos humanos, que vai aprimorar os meus conhecimentos na questão internacional dos direitos humanos. É uma formação e capacitação em Advocacy Internacional em Direitos Humanos em parceria com o Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos. É algo que tenho interesse pessoal, pela questão de ser formada bacharel em direito e por questões de ser quilombola, descendente de quilombola.

Entrevista 10

Fiz o curso de matemática, depois fui tentar um mestrado na área de matemática. Acho que até no curso de matemática não tive grandes dificuldades, mas no mestrado tinha toda uma situação: a área de exatas, há mais ou menos uns 25 anos atrás, não era para uma mulher, ainda mais para uma mulher com o meu estereótipo. Foi muito difícil, muito complicado, mas naquele momento, em 95,

eu disse “não preciso disso”, de tantas situações as quais vivi, saí daquele mestrado e fui trabalhar na área de matemática.

3.2 EDUCAÇÃO NÃO FORMAL E INFORMAL

A segunda grande categoria estabelecida foi “educação não formal e informal”, entendendo que a educação não está restrita às instituições oficiais de ensino, mas ocorre em diferentes dimensões e ambientações. Para educação não formal, considera-se que há “intencionalidade da acção educativa, da participação, de aprender, de transmitir ou trocar saberes.” (BRUNO, 2014, p. 13) e ocorre de maneira estruturada, já a educação informal se relaciona com a socialização do indivíduo, sendo que

os espaços educativos não estão delimitados e são fortemente marcados por referências de nacionalidade, localidade, idade, género, religião, etnia, marcados pela espontaneidade dos ambientes onde as relações sociais se definem segundo gostos, preferências ou pertencimentos herdados. (BRUNO, 2014, p. 14).

Nota-se que o objetivo aqui não é classificar cada trecho em “educação não formal” ou “educação informal”, mas agrupá-los como categoria.

Para Gomes (2005), aprendemos, para além da escola, na família, com relacionamentos afetivos, no trabalho e em outros ambientes a ter uma postura racista, muitas vezes vinculada a aparência física. Segundo a autora, isso se dá com base no histórico escravagista do Brasil, sem uma posição política e ideológica antirracista por parte do Estado e da sociedade, e na estrutura racista que coloca cor da pele como condição mais significativa do que trajetória, história e carácter quando se fala em destino social. De fato, a indiferença da sociedade e do Estado, com práticas e políticas que não levam em consideração a desigualdade racial e discriminação advindas da negação de cidadania aos negros brasileiros e a falta inserção social de afrodescendentes no Brasil, aparenta uma falsa neutralidade que serve apenas para potencializar essa desigualdade (GOMES, 2005).

Assim, elencamos alguns dos tópicos possíveis como espaços de educação não formal e informal a partir do estudo teórico e leitura do material produzido para esta pesquisa; são eles: profissão, religião, família,

relacionamentos afetivos, a RMN-PR e demais organizações sociais. Os tópicos indicados foram temas recorrentes nas entrevistas, mostrando-se como importantes dimensões na vida das colaboradoras desta pesquisa. É importante destacar que outros tópicos surgiram a partir da leitura do material, mas foi necessário realizar uma escolha temática considerando a limitação desta pesquisa.

3.2.1 Trabalho

Neste tópico, as colaboradoras desta pesquisa discorreram sobre questões envolvendo colegas de profissão, chefes, ambiente de trabalho e demais situações marcantes envolvendo sua profissão. Nota-se que uma quantidade considerável das entrevistadas é da área de educação, então existem vários relatos acerca do ambiente escolar que se diferem do tópico “educação básica” por estarem na condição de docentes, e não discentes. Iniciando no mercado de trabalho ainda jovens, as entrevistadas passaram por profissões de trabalho manual, da área educacional e de saúde, entre outras atividades.

Entrevista 1

Fiz o concurso de telefonista, perdi a oportunidade de mudar. Fazer concurso público, há quase 30 anos atrás, era algo muito importante, como ainda é. Eu sou do momento onde a gente fazia o concurso público e ficava confortável nessa posição; eu não galguei ir para outras áreas porque eu fazia 30 horas e, entre fazer 40 horas e ir para outra profissão, eu escolhi ficar numa posição que exercia apenas um período. Hoje, fazendo uma reflexão sobre mim, eu penso que eu poderia ter ido mais além. Apesar de eu ter trabalhado nas outras áreas dentro da universidade, a minha função ainda é de telefonista, profissão que foi excluída; no entanto, eu continuo até a minha aposentadoria sendo telefonista, continuo teoricamente exercendo essa profissão. Além disso, eu trabalhei como técnica de enfermagem em outros municípios, onde era possível eu ter duas cargas horárias - hoje não é mais -, e a minha paixão mesmo é a enfermagem. Depois, eu fui trabalhar. Sempre fui muito curiosa em fazer cursos. Eu trabalhei como doméstica, na casa de uma árabe que tinha supermercado durante 2 ou 3 meses. Eu tinha concluído o ensino médio e estava fazendo inglês. Quando eu

fui fazer entrevista, ela ficou admirada em ver que ela tinha uma empregada doméstica que estudava outras línguas. Como assim uma mulher preta fazendo inglês? Durante esses 2 ou 3 meses que eu trabalhei na casa dela, eu dormia no quarto de empregada. No dia que o Tancredo Neves faleceu, o país fechou, os mercados fecharam, todo o comércio fechou e eu achei que eu tinha o direito de ir embora também. Ela disse “não, vocês não” - eu, que era arrumadeira, e a cozinheira, as duas mulheres negras. Ela disse “não, vocês não têm direito”. Nesse momento eu percebi que não tinha, não tem até hoje. A gente vê no caso da pandemia onde as mulheres negras têm mais mortes e menos direitos porque elas continuam trabalhando e não tem o direito de receber seu salário em casa ou dar a dispensa por conta do perigo. Elas continuam trabalhando e as patroas...

Depois fiz outros cursos. Trabalhei no Mercadorama durante 5 anos. Desses 5 anos, eu trabalhei 1 ano como repositora de frutas e verduras. Quando fez 3 meses que eu estava lá, fiz o concurso interno de um projeto que o Mercadorama tinha para ir trabalhar no escritório. Passei em 3º lugar e fui chamada para trabalhar no setor de contas a pagar. Trabalhei durante 4 anos nesse setor e depois pedi a conta, não quis mais. Essa área administrativa, de contabilidade é meio complicada, não é a minha área. Nos espaços por onde eu andei, eu sempre tive a oportunidade de ascensão, de estar tendo uma progressão. Dentro da universidade, eu fiz o curso técnico de enfermagem e trabalhei durante 5 anos no Hospital do Trabalhador. Ali também tive a oportunidade de trabalhar na liderança de uma sessão de cirurgia da mão.

Como você percebe como é ser mulher negra nos espaços? Nunca é te dado valor, mesmo que você tenha uma ótima bagagem e conhecimento, não é dada a oportunidade. Apesar de eu ter feito um concurso como telefonista, fiz a minha graduação, fiz duas pós, estou indo para a terceira, e estou me galgando agora para entrar no mestrado, mesmo tendo muitas outras qualificações, nunca tive oportunidade de ter uma liderança dentro da universidade, no setor público. Nos espaços privados eu tive oportunidade de entrar numa profissão e ir crescendo, mas dentro da universidade eu fiquei estagnada. Eu trabalhei dentro da PROGRAD durante 5 anos e dentro desse prazo eu apresentei várias melhorias dentro do setor. Quando eu entrei não tinha chefia imediata, eu exerci essa função e não recebi incentivo para isso. Fiquei durante 3 anos exercendo essa função e quando abriu a oportunidade de ocupar esse espaço, foi oferecido para outra pessoa. O coordenador da unidade, o pró-reitor, sabia das minhas qualificações, porque tinha sido feita uma pesquisa para saber quais as qualificações dos servidores, mas em nenhum momento ele me ofereceu essa chefia. Ele ofereceu para outras pessoas, e eu tive que ensinar todo o trabalho

para uma outra pessoa. A oportunidade nunca nos chega, e eu não vejo outra razão a não ser o racismo estrutural.

Dentro do trabalho também havia sempre essa questão do machismo. Eu sofri uma violência dentro do meu local de trabalho em 2019, onde o setor em que eu trabalhava era formado por mais de 90% de mulheres. Eu tinha a minha assistente terceirizada, eu era servidora e chegou um servidor do estado de São Paulo, homem. Depois dele passar por alguns setores sem ter se adaptado, ele chegou no setor onde eu trabalhava e o fato dele ser homem foi uma dificuldade nas nossas vidas, porque chegamos até o momento de ele querer agredir a minha assistente. Agredir mesmo. Como eu não dava abertura, e eu não dei a oportunidade para ele, ele não pode fazer essa agressão comigo e tentou fazer com a minha assistente. Eu abri um processo contra ele, fiz um relatório e o que eu vi durante esse processo é que mesmo o servidor – que estava em estágio probatório – tentando agredir uma mulher dentro de um espaço público com muitas testemunhas, o meu coordenador pediu para que eu escrevesse um relatório, mas não muito aprofundado, um relatório raso para que ele, de repente, não pudesse abrir um processo contra a instituição. Tinha ali duas mulheres, e outras mulheres mais, que tinham sido agredidas por ele, mesmo que verbalmente, não chegou às vias de fato, mas um outro homem queria que eu não relatasse aquilo que eu estava sentindo e que eu tinha passado. Eu fiz aquilo que havia necessidade de fazer. Abrimos um processo administrativo, mas contra a vontade da coordenação, do pró-reitor, por quê? Porque ele era um homem, porque se fosse uma mulher já era um outro processo, um outro procedimento. A gente vê em vários espaços, tanto da família, dentro dos espaços de trabalho e também dentro dos espaços religiosos.

Entrevista 2

Comecei a trabalhar com 15 anos, quando você se sente um pouco dona de si, e fiquei mais de 10 anos nesse mesmo emprego, em um cartório, até me formar em 1985. Eu pedi a conta e comecei a trabalhar; fiz 02 concursos, passei. Trabalhava 40h, depois de alguns anos passei a trabalhar 60h porque, infelizmente, o salário de trabalhadoras e trabalhadores da educação não é bom. As pessoas pensam que nós ganhamos uma fortuna, mas eu sempre disse para os meus alunos e meus colegas que, se as pessoas parassem para ver o valor da hora/aula que nós ganhamos até hoje, elas lutariam com a gente sobre a importância da educação. Tive uma amiga de São Paulo, a Helena. Fizemos faculdade juntas. Hoje estamos um pouco distantes, porque ela casou e foi morar na Alemanha, mas eu vou resgatar essa amizade que era bastante intensa.

Na minha profissão me falavam “Professora, a senhora é morena, não é negra”, os alunos, os colegas, a direção. Na escola enfrentei muitas dificuldades porque os professores não admitiam e não admitem, eles falavam que a gente só se lamentava, que era “mimimi”, que a gente estava querendo dinheiro.

Esse ser mulher negra ainda hoje é difícil. Eu lembro que na escola onde eu trabalhei por 17 anos a minha diretora perguntava “Natalia, você lava esse cabelo?” pois há bastante tempo eu uso rastafari, dread. E aí eu sinto uma dor, pelo fato da pedagoga achar que o meu cabelo interfere na minha atividade profissional, na minha capacidade. Vivi desde adulta achando que eu teria resposta para qualquer momento de racismo, de preconceito contra a minha pessoa, mas às vezes a gente não está preparada. Com toda a minha luta na Rede de Mulheres Negras, na educação, integrando o coletivo de combate ao racismo da APP, o coletivo de combate ao racismo da CNTE – que é a Confederação de Trabalhadores e Trabalhadoras da Educação –, mesmo assim eu sou flagrada com situações de racismo, por exemplo quando uma mulher branca no elevador me pergunta se eu tenho um dia livre para fazer a diária em sua casa. E isso é uma luta que a gente faz, nesses movimentos.

O racismo não está em nós, o racismo está em quem é racista, muitas pessoas brancas que querem que nós não estejamos na educação, no direito e na universidade, e isso continua até hoje. Quando eles nos tratam ou praticam racismo eles pedem desculpa às vezes. Às vezes a gente sente colegas dizerem “Natalia, não teve racismo, isso aí é coisa da sua cabeça”.

Quando comecei a procurar emprego lia nos classificados dos jornais os anúncios que diziam assim “procura-se secretária de boa aparência”. Eu sempre fui excelente datilógrafa e indo para algumas dessas entrevistas, nunca fui aceita, por que será? Pois bem, apesar de eu ser bonita, uma excelente datilógrafa, eu sou negra. Hoje só mudou o nome, pois temos relatos de companheiras que preenchem todos os requisitos, tem um currículo maravilhoso, mas na hora da entrevista presencial, não são contratadas, e recebem um monte de desculpas dizendo que a vaga foi preenchida. Na sociedade em que vivemos, somos discriminadas primeiro pelo homem branco, depois pela mulher branca e em seguida pelo homem negro. A mulher negra é a última da pirâmide. Muitas vezes nós sustentamos uma família, ajudamos o nosso homem negro, companheiro de relação amorosa, companheiro profissional e até de luta - estuda, sobe na carreira, melhora de vida e na relação afetiva muitas vezes somos trocadas por uma mulher branca. Tudo isso faz parte da história da mulher negra, infelizmente, mas nós não desistimos da luta e da vida nunca.

As leis nº 10.639/2003 e a 11.645/2008 trazem a história do povo africano e do povo negro brasileiro para o currículo, fazem parte das diretrizes curriculares

através do art.26-A. Elas não são um apêndice, são duas leis. A questão racial e a questão indígena, que contemplam as diretrizes curriculares, a educação sexual, racismo, machismo, LGBTQI+ são questões que deveriam integrar todas as disciplinas. Ela permeia a história da criança, do menino e da menina desde bebê, que vai para a escola com 3, 4 anos, na adolescência, na juventude, pois essas discussão e esse conhecimento são necessários. É difícil trabalhar essas duas leis no planejamento escolar. Alguns professores trabalham só em maio ou só em dezembro. Infelizmente, quando se trabalha em maio, muitos professores ainda trabalham endeusando a princesa Isabel e a abolição. Não é falta de conhecimento, muitas vezes é intencional. É difícil, mas nós não desistimos nunca. O movimento social negro conquistou essas leis para combater o racismo. Alguns governantes tentam nos proibir, calar, através de medidas, por exemplo, a “Escola sem Partido” que vem desses fanáticos religiosos pensando só no capital e isso é muito ruim para a sociedade.

É difícil falar com alguns colegas não negros porque às vezes eles têm medo, dificuldade, não passam por formações e aceitam tudo que recebem da mídia. Muitos trabalhadores e trabalhadoras da educação não querem perder seus privilégios, por isso não falam sobre a importância da lei nº 10.639/2003, a lei nº 11.645/2008, e o Estatuto da Igualdade Racial, que trazem essa discussão do combate ao racismo, do preconceito, do machismo. Os alunos, por outro lado, recebem isso em casa. Muitas vezes eles se conscientizam através da luta dos professores antirracistas na escola. Isso é um trabalho que vem da base da educação, que é a escola, a merendeira, a pedagoga, o diretor, a diretora e a Secretaria de Educação, quando assumem de fato a luta pela equidade.

Nas muitas escolas que passei, acho que mais de 30 escolas nesse período de trabalho na educação, conheci poucas negras. As pessoas sempre me admiram, porque sempre andei bem vestida, bem arrumada, com rasta, com trança. Muitas colegas sempre se aproximavam de mim dizendo “Natália, você é linda, exótica, bonita”, mas, ao mesmo tempo, quando eu falava sobre combater o racismo, a discriminação, essas mesmas pessoas diziam “Natália, você não é negra, nunca passou e não vai passar por isso. Não existe racismo”. Estar na escola, ser trabalhadora da educação, falar do racismo era difícil. Falar de gênero era mais fácil, mas ainda assim muitas mulheres acham que não existe a violência de gênero vinda de um companheiro. Muitas omitem a violência que recebem, por vergonha, medo, dizem que a violência de gênero é causada pela própria mulher, a culpa é dela. Isso passa pela escola também. Discutir gênero na escola é difícil, com os alunos é mais fácil - fazer um trabalho, ler um texto, ver um filme, fazer uma pesquisa e um bom debate. Tenho certeza que consegui fazer um bom trabalho nessas questões de direitos humanos, de gênero, de machismo, de racismo com os alunos e com alguns pais também. Com a instituição, antes de

serem aprovadas as cotas aqui no estado do Paraná, nós levamos o Reitor para a escola onde eu trabalhava para conversar com a comunidade escolar, com os pais, sobre a importância das cotas para o ensino público, para a população negra, não negra e indígena. É difícil por conta dos privilégios que a população pobre, mas branca tem. Eu sempre fui representante de escola, mas era também difícil porque na escola alguns integrantes da categoria não admitem falar sobre MST, pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade na rua, racismo, pobreza, porque eles dizem que as pessoas não querem trabalhar.

Muitas pessoas negras não estudaram, por isso que elas não chegaram onde a população branca chegou, esse diálogo com os docentes foi difícil, e é difícil. Mesmo antes da lei nº 10.639/2003 o movimento social negro e antirracista já falavam sobre isso, já levavam para a escola. Desde quando eu comecei a trabalhar, levar formação política de gênero e de classe na escola encontrava dificuldade em fazer essa discussão. Depois, incluindo a questão de raça também. A minha militância, meu ativismo, enquanto profissional da educação, sempre foi falar da importância da política. Nós somos seres políticos, a política é importante.

Muitas pessoas negras não estudaram, mas não é só por isso, que elas não chegaram onde a população branca chegou; essa população branca sempre recebeu privilégios de todas as formas (terras, na educação, etc, esse diálogo com os docentes e também com discentes, foi difícil, e é difícil, porque a sociedade branca não admite todos esses privilégios. Mesmo antes da lei nº 10.639/2003 os movimentos social negro e antirracista já falavam sobre isso, já levavam para a escola toda essa discussão. Desde quando eu comecei a lecionar, levar formação política de gênero, de classe de raça para as escolas sempre foi difícil pois a classe não quer fazer essa discussão. . A minha militância, meu ativismo, enquanto profissional da educação, sempre foi falar da importância da política no contexto de políticas públicas, direitos. Nós somos seres políticos, a política é importante.

A escola em si, ela é racista. A secretaria de educação, as instituições que nos governam, são racista, porque elas são feitas de pessoas racistas que administram os poderes, os seus privilégios. Na SEEED tivemos um departamento de gênero, de raça e de LGBTQI+. Quando a gente diz que tem que falar sobre esses temas, não é numa secretaria, apenas. Tem que passar por todas as secretarias de um sindicato, de um governo e município, pelo o currículo e os planejamentos de todas as disciplinas das escolas, porque só assim nós vamos desconstruir esse racismo, machismo e homofobia. As vivências são difíceis. Tanto na instituição escolar, SEED, APP, Sindicato, nos grupos de amigades de jovens, na relação familiar com o companheiro e ou ccompanheira porque, às vezes, nós temos companheiros (as) que não

entendem que o racismo, machismo e que a homofobia estão dentro da instituição, e que ele ou ela é homofóbica, racista ou machista e demonstram através das piadas, brincadeiras. É um trabalho árduo, mas que eu não vou desistir nunca. A gente recua ou dá um tempinho, dá um passo atrás, mas retoma.

A escola é o foco principal da desigualdade e do racismo. Isso não sou eu quem digo, é uma pesquisa feita pelas trabalhadoras e trabalhadores da educação, onde a violência aparece desde a chamada tia que recebe, a merendeira, pedagoga, professora. Infelizmente ainda existe uma falta de conhecimento, porque não querem pesquisar, não participam de discussões e não admitem que nós somos inteligentes e capazes, independente da nossa cor e da nossa raça. Falar em raça é uma questão muito forte e necessária. O termo raça é um termo político, e é com esse termo político que nós temos que trabalhar. Alguns “estudiosos” racistas que não admitem vão para o campo biológico. Nós sabemos que tem um campo biológico, tem um campo genético, mas a construção de raça também é uma construção política que nos identifica e que é a motriz da nossa luta também.

Fui adolescente, fiz parte do grupo de jovens, sou mulher negra de esquerda, mesmo antes de me descobrir negra na adolescência eu já era de esquerda. Quando comecei a trabalhar, já era de esquerda. Lutava em favor dos meus direitos, dos direitos que a minha mãe sempre lutou, foi mãe solo, desrespeitada em casa pelos irmãos homens, aprendi com ela a fazer essa luta em favor dos pobres, da classe trabalhadora, da classe operária. Muitas colegas eram esposas de empresários ricos, e outras também então não admitiam falar sobre a importância do MST, do latifúndio que nos explora, porque essas famílias receberam muitos privilégios, recebendo terra. Muitas vezes a gente ia para um embate político, mas por conta da falta de formação do papel político de cada um de nós, às vezes até estremecia a amizade. Faz parte da luta. Com os discentes aprendi e ensinei bastante, trocamos bastante. Muitos continuam de direita, de extrema direita. Alguns aprenderam a importância da luta de classe, de gênero, combater o machismo, o feminicídio, a homofobia e o racismo.

Entrevista 3

Eu fui trabalhar cedo, mas sem carteira registrada, com 15 anos tinha salário mensal. Trabalhava num escritório de contabilidade e estava no primeiro ano do ensino médio, estudava de manhã e já findando o ano, setembro consegui este emprego que ficava próximo do condomínio que eu morava e também da escola. Estudava, morava e trabalhava no mesmo bairro, tinha um salário mensal e isso ajudava em casa. Antes disso eu fazia outras coisas para ajudar, ganhava um

dinheirinho fazendo unha das minhas vizinhas, de vez em quando ajudava as vizinhas a arrumar a casa e elas me davam um dinheiro e esse ajudava a comprar pão, mistura.

Em 2001 peço a conta do emprego lá no Fazendinha, do escritório de contabilidade que trabalhei por 3 anos, porque estava terminando o ensino médio e viria embora. Não tinha porquê, não queria ficar viajando 1h30 todo o dia para continuar trabalhando lá. Começo a procurar emprego e participo de um processo seletivo do CEFURIA, uma entidade do movimento social, uma organização que foi sede do PT. O CEFURIA existe agora já faz 30 anos, mas na época que eu fui trabalhar lá, em 2002, ele tinha 20 anos. Eu já tinha feito um curso do CEFURIA quando estava no ensino médio, “A história que não foi contada”. O CEFURIA dá cursos, formações populares através da base da igreja, minha professora de sociologia divulgou esse curso e fiz. Isso me ajudou provavelmente na seleção e vou trabalhar no CEFURIA, fico 8 ou 9 meses lá, foi super importante. Eles super envolvidos com as eleições de 2002, no qual o Lula ganhou as eleições, vivi bem de perto o quão significativo foram as eleições, a vitória do Lula. Eu estava ali dentro de movimento social que tinha sido sede do PT, que trabalhava com MST, sindicatos, com toda a esquerda, com movimentos sociais.

Trabalhava à tarde na Rede, então conseguia ter um salário, porque sempre precisei ter um salário, trabalhar para ajudar em casa. Depois saí da Rede e fui trabalhar numa pós-graduação, num curso de especialização. Depois comecei a dar aula, primeiro dei aula de ensino religioso, ainda estava estudando, então dava aula à tarde, umas 20h/aula, me pagava um bom salário considerando o que eu ganhava com estágio. Depois me formei e continuei trabalhando mais 2 anos como PSS, passei no concurso em 2013 e sou professora concursada da rede estadual agora...

No conteúdo do 3º ano, tem movimentos sociais, sempre faço uma atividade de pesquisa e movimento de mulheres negras está presente. Peço para buscarem o que é interseccionalidade, feminismo negro e como as mulheres negras se organizam no Brasil. O ano retrasado trabalhei em sala de aula e eles tinham achado a Rede de Mulheres Negras como referência para expor, inclusive descobriram que eu fazia parte da Rede, foram buscar um exemplo de organização de mulheres negras, de feminismo negro, e estava ali a Rede de Mulheres Negras. Quando eles não falam, eu falo “olha, tem uma organização importante aqui no estado do Paraná, para além de todas as organizações negras no Brasil, que é a Rede de Mulheres Negras”, apresento um pouco a Rede.

Em 2010 eu fui chamada em setembro para assumir as aulas de professor de Sociologia que estava saindo de licença, é período de licenças no Estado e

convocam PSS. Eu ainda não tinha passado e fui chamada para dar aula de sociologia, numa escola que fica ali perto do Detran, Escola 5. Logo depois, umas duas semanas que eu estava dando aula, uma professora de geografia da 5ª série saiu de licença e a diretora me ofereceu as aulas de geografia com o 6º ano. E eu falei: eu sou professora de sociologia, pedi para olhar o conteúdo a ser trabalhado - era espaço rural, espaço urbano, bem tranquilo, peguei as aulas. E aí, determinados dias então eu dava aula de manhã, comia ali perto do Detran e já ficava para a aula à tarde. Mas esse dia, em especial, eu não ia dar aula à tarde, mas fui usar o banco. Então, dentro do Detran tinha uma agência do Banco do Brasil e pertinho, do Colégio 5. Terminei de dar aula e fui ao banco, eu estava com a minha mochila, com a minha bolsa normal, bolsa para carteira, celular e tal e estava com outra que até tinha uma imagem, um rosto de uma mulher negra, onde estava o material de escola: apagador, essas coisas. E fui entrar na agência para acessar o caixa - vidros cercavam essa agência, dava para ver tudo dentro e fora. Fui passar pela porta, a porta travou, tirei meu celular, procurei molho de chave, se eu tinha, enfim o que pudesse estar apitando, a caixinha do óculos - coloquei celular e caixinha de óculos no compartimento da agência e ainda assim não consegui entrar. As pessoas dentro da agência, nesse intervalo ninguém tentou entrar também no banco e a segurança, era uma mulher e branca, estava do lado de dentro. Enfim, eu tentei passar várias vezes e não consegui e ela só me olhava, tipo ela não falava nada, ela me olhava as pessoas começaram a sair. E aí, teve um momento, e eu estava assim cansada, não tinha almoçado, enfim, aquela coisa toda. E eu tirei tudo, eu fiquei brava, eu tirei tudo que tinha dentro, joguei as minhas coisas no chão. Eu tirei tudo que estava dentro da minha bolsa e fui tentar passar e a porta travou. E eu falei: gente, que absurdo, eu vou chamar a polícia e tal. Comecei a falar que não tinha mais nada, porque a porta estava travando, não tinha nada no meu corpo e tal. E eu chamei a polícia. E a polícia veio. E antes da polícia chegar, duas pessoas saíram da agência bancária e falaram: "Moça, olha to aqui meu telefone porque é um absurdo isso que tá acontecendo com você". Duas pessoas assim, o cenário era bem horrível. A polícia chegou, olhou dentro da minha bolsa da escola, a polícia olhou as minhas coisas, olhou para a segurança e fez um sinal ok com a mão, que não tinha nada, que estava legal que eu podia entrar no banco. Então, esses momentos assim que você se depara, depois fiz boletim de ocorrência e não levei adiante essa história. Minha irmã adoeceu e tal, enfim. Mas, esses momentos então, que você sofre, que você sabe que tá diante do racismo, não te dão dúvidas do grupo que você pertence e como é vista. Dentro da escola, nas relações de trabalho, em outros lugares. O racismo, o machismo nos trava. Mas depois eu sei exatamente o que aconteceu e aí eu vou mais preparada para a próxima vez.

A escola é aquele lugar onde o racismo é muito forte, é muito impressionante como a escola reflete o racismo. Fiz parte de equipes multidisciplinares, é triste ver como as escolas não implementam a lei 10.639, como a escola olha para as crianças e pros jovens que são vítimas do racismo, como esse racismo se produz muito fortemente dentro da escola é uma coisa muito cruel. A realidade das escolas é de uma maioria branca sem interesse de olhar para as relações pessoas no seu interior que são marcadas pelo racismo.

Entrevista 4

Durante a graduação trabalhava à noite em hospital, a minha única experiência de trabalhar em hospital foi durante a faculdade. Depois trabalhei só no 1º ano de formada 2 meses na maternidade aqui da Lapa, mas não tinha como ficar ali à noite, durante o dia eu precisava de mais dinheiro, trabalhar mais, foi uma experiência breve. Trabalhei num hospital psiquiátrico de Curitiba, fiquei lá 2 ou 3 meses só por uma questão financeira, não era mesmo a minha praia, o meu negócio era saúde da mulher.

Eu trabalhava de atendente de enfermagem a faculdade toda para poder me graduar. Depois da graduação me bati um pouco, acho que como todo mundo recém formado. Levei 1 ano e pouco até que finalmente fiz trocentos mil concursos e escolhi esse da SESA, onde eu fui muito feliz e fiquei a minha vida toda trabalhando nos programas de saúde da mulher. Sou muito grata, tudo que sou, para além da minha família, devo não só à ABEn (Associação Brasileira de Enfermagem), em que eu fui secretária e depois presidente, aprendi muito na ABEn, como aprendi também com a Rede Feminista de Saúde, que sou filiada, e como aprendi muito trabalhando lá na SESA, porque tive a oportunidade de fazer uma infinidade de cursos de gestão, de atualização na área da saúde da mulher.

Sempre tive uma atuação de liderança e acho que por conta disso, logo que passei no concurso, passaram 2 ou 3 anos, conforme os lugares que eu ia, acabava assumindo a liderança sem querer. É uma coisa que nunca foi imposta, nunca corri atrás, “vou ser isso, aquilo”, não. As coisas vinham naturalmente. Para algumas pessoas isso é meio complicado, mas eu tirava tranquilo, nunca me deixei afetar. Talvez não só porque acredito mesmo que a liderança está dentro das pessoas, como por conta da própria militância, fosse na ABEn, na Rede Feminista, por ser servidora da Secretaria Estadual da Saúde num lugar que não era hospital e não era unidade básica de saúde - trabalhava num escritório regional. Era a gente praticamente por a gente mesmo, a chefia, cada técnico tinha que ser independente. Como que eu era coordenadora regional dos programas de saúde da mulher e não ia saber falar e conduzir o trabalho com as

coordenadoras de todos os municípios? Acho que a liderança veio meio que por si só.

Entrevista 5

Trabalhei 13 anos como técnica em enfermagem, até fazer concurso para começar a trabalhar como enfermeira. Cheguei a trabalhar em hospital particular antes disso, mas eu não ia abandonar o salário de técnica de enfermagem no serviço público, que é mais alto do que o de enfermeira no privado. Esperei passar num outro concurso, e passei novamente para o estado, como enfermeira. Fui trabalhar no pronto socorro do Hospital do Trabalhador, o que para mim profissionalmente foi uma grande escola porque aprendi muito ali. Agora passei no concurso da UFPR, trabalho no Hospital de Clínicas. Para mim tem sido muito cansativo e pesado porque sou enfermeira da UTI-COVID, lidando com esses processos de morte, adoecimento. Considerando que a maior parte do adoecimento e da gravidade dos mortos são de negros e negras, está sendo bastante cansativo atuar na pandemia durante esse período.

Dentro da vivência profissional é como se a gente estivesse numa profissão de cuidado onde a gente fosse submissa a uma outra, e na verdade não é. A enfermagem é uma profissão técnica e científica com autonomia profissional para execução de suas atividades assistenciais. A gente não depende de outras profissões para executar a nossa função, mas ainda é uma profissão que surgiu dessa ligação de que a gente tem que ter um cuidado maternal e uma colocação do outro papel de que a mulher tem que ser mãe e tem que cuidar dos outros. Tem na nossa história. Essas profissões do cuidado vieram muito relacionadas a isso e a enfermagem não foge disso. Tem um livro que se chama "Bruxas, putas e santas": eram mulheres bruxas com saberes ancestrais que buscavam curas através de ervas medicinais e de saberes transferidos de geração para geração, ou eram aquelas que cometiam pecado e estavam pagando sua penitência, cuidado de enfermos, leprosos, alguém que estava mudando de vida, de uma vida de pecados através da sua dedicação ao cuidado, ou as santas, as freiras com os seus hospitais religiosos que cuidavam por caridade, por amor a Deus.

A gente recebe muito abaixo do que outros profissionais da área da saúde e é uma profissão sempre ligada a depender de outra. Agora durante a pandemia isso mudou bastante, tem uma valorização grande dos profissionais da linha de frente e o entendimento melhor do que é o trabalho de um enfermeiro, enfermeira e sua equipe. Até então era como se a gente não tivesse conseguido ser médico: "não conseguiu, não passou no vestibular para medicina, não quis estudar um pouco mais e ser médico". Nem valorizada como profissão a gente era.

Como enfermeira, sou muitas vezes chamada para conversar nos cursos da saúde da população negra e é uma conversa bem transversal. Vou trazer aqui para a área da saúde: na saúde da mulher, na saúde do idoso, na fisiologia, em todas as disciplinas, a gente precisa estudar e sempre considerar que a população negra tem tal marcador, tem doenças prevalentes da população negra e que na hora de realizar tais atendimentos a gente precisa ter um olhar social também. Na hora de fazer a priorização, ou de escalonar determinadas coisas a gente tem que considerar as desigualdades, as condições sanitárias.

Entrevista 6

Me deram uma condição de ter um bom estudo na medida do possível, fiz 1º grau e 2º grau, me formei num curso técnico de contabilidade e magistério ao mesmo tempo. Depois fiz uma faculdade e logo depois fiz uma pós. A minha formação profissional é basicamente na área de turismo, também já atuei na área de educação. Fui professora, dei aula de história e geografia - a minha formação acadêmica diante do PSS me dava direito de dar aula de história e geografia. Fiz toda essa caminhada dentro da minha área profissional. Se eu não fosse o que eu sou hoje, mãe de santo, com certeza, seria professora, é uma área que gosto, principalmente professora da área acadêmica, de curso superior. Vejo que o machismo é constante, eu ainda não passei por essa questão, eu, pessoa, não passei por isso. A gente vê no dia a dia de todo mundo, no dia a dia das mulheres, na vida profissional de cada mulher. Ainda existe homem que acha que mulher é aquela que tem que ficar na beira do tanque ou com a barriga encostada no fogão, ainda mais se for negra. Eu, sinceramente, adoro a minha cor, a minha raça, meu povo, a religião que estou - que tive que entrar por umas questões de missão. A gente fica triste quando vê que fulano não pegou a tal pessoa para trabalhar, mas pegou a outra e disse que não tinha vaga. Não, porque a outra era branca, de olho claro, cabelos lindos e a outra era negra. Como uma mulher negra, me sinto realizada no que sou e no que faço, mas, infelizmente, nosso meio hoje é muito cheio de picuinhas e preconceitos e isso não dá abertura à toda mulher negra. A gente fica triste porque o sangue é igual, a fé é igual, não muda nada, o que muda é a nossa cor de pele e a maneira como as pessoas enxergam a gente.

Entrevista 8

Na questão profissional, sou professora, formada em matemática e ciências sociais.

Na sequência, trabalhei por um tempo numa escola do MST em Cascavel, uma escola de acampamento que depois se tornou um assentamento. Fui professora PSS do estado, fui dirigente da APP Sindicato da regional de Cascavel e faz 5 anos que sou professora concursada aqui do município de Araucária. Trabalho atualmente na Secretaria Municipal de Educação com formação de professores, voltado para educação das relações étnico-raciais, na gestão da educação aqui do município.

O estado do Paraná desde 2004 tinha um encontro de educadores negros e negras. Esse encontro acontecia em Faxinal do Céu na época do governo Requião. Eu tinha 22 anos e era professora PSS do estado e chegou uma possibilidade de curso para participar desse evento de educadores e educadoras negros. Ninguém da escola queria ir, e a diretora olha para mim e fala “você não quer ir, Pamela? Você tem tal dia, eu faço uma troca aqui com tal professor e você pode participar desse curso”. Até estranhei, PSS nunca é chamado para nada, tão querendo que eu vá para um curso em Faxinal do Céu com educadores e educadoras negras. Eu ainda não tinha me fortalecido com essa questão de pertencimento étnico, sabia que era negra, mas não tinha esse debate, essa percepção mais acentuada.

Entrevista 9

Dentro dessa minha trajetória de vida, comecei a trabalhar desde muito cedo, entre os 7 ou 8 anos, minha mãe já levava a mim e meus irmãos para na lavoura, trabalho ofertado naquela época na colheita de feijão ou batata aqui na Lapa e arredores. Aos 10 anos eu já trabalhava fora como babá, em casa de família.. Estudava meio período em um colégio particular (era bolsista), essas contradições de vida, estudei durante o dia, até os 14 anos, mas sempre entremeando já no trabalho. É importante falar do trabalho desde a infância, pois como sou professora hoje, é importante ressaltar que para chegar até aqui não foi algo simples.

Como trabalhei fora desde os meus 10 anos de idade, logo estou no mercado de trabalho há 45 anos, mesmo considerando o tempo intermitente, e sem registro formal, seja CLT ou outro regime trabalhista. Comecei na lavoura desde pequena, seguido de diversas casas de família na minha adolescência, na juventude em fábricas como auxiliar de produção (fábrica de fogos de artifício e outra de seleção e padronização de frutas que tinha aqui na Lapa), e na Fundação Educacional José Lacerda como monitora de turma, aos 16 anos. Apenas com a maturidade que tenho hoje, relaciono que desde os 16 anos eu já trabalhava como educadora social.

Aos 16 anos vou trabalhar na Fundação Educacional José Lacerda, aqui da Lapa. Atualmente naquela estrutura funciona a Secretaria de Assistência Social da Lapa. Aos 18 anos meu pai já tinha falecido e me mudo para Curitiba, e não tinha condições de pagar aluguel e estudar. Quando me mudei a intenção era de me tornar uma advogada, estudar e fazer uma faculdade de direito, só que não tive condições, pois a minha base educacional, desde a infância sempre foi entremeadada com trabalho, inclusive parte dos meus estudos do fundamental foi à noite e concluí no CEEBJA, que era a educação para jovens e adultos já naquela época.

Meu ativismo em gênero sempre foi levar a pauta em todos os espaços da minha vivência. Como sou professora de história, isto facilita a contextualização das questões de gênero em qualquer fato histórico e em qualquer período da história, tendo muita tranquilidade para permear, trabalhar e discutir. Para falar de relações de trabalho, poder e cultura, abordamos as participações dos indivíduos e dos diversos grupos sociais e eles sobreviviam, quais eram as relações de poder, e fazer a relação com a atualidade. Ao fazer essa abordagem com os alunos você já estará falando das questões de gênero e étnico-raciais.

Entrevista 10

Busquei me estabelecer, porque a gente quando é jovem tem umas coisas meio idiotas na cabeça de ter uma vida própria, de sair de casa, de fazer e acontecer. Tive que trabalhar e buscar muito para poder fazer algumas coisas que entendia como interessantes para a minha vida. Acabei avançando e me apaixonei pela coisa de ser professora, o que foi muito bacana. Também tive o privilégio de conhecer algumas pessoas muito legais na minha vida que foram xs minhas/meus alunxs, parte delxs depois se tornaram amigxs. Até pelo entendimento da questão de se superar para poder vencer na vida, acabei trabalhando na rede privada muitos anos e isso facilitou muito o trabalho com a rede pública. O coração era da rede pública porque todas aquelas situações em que não me conformava eram na rede pública. Sabia que o meu coração e dedicação tinha que ser para melhorar a rede pública.

A escola é aquele lugar que é dureza, onde deveria ser para que as pessoas conseguissem avançar, construir, ter consciência, fazer projetos diferentes, inovadores, que levassem à formação da cidadania. A escola deveria ser um local onde se produzisse conhecimento que fosse socializado com todas as pessoas e que contemplasse a todos, que formasse e transformasse numa pessoa melhor. Ela é aquele lugar onde tem pessoas - docentes mesmo - mais conservadoras, retrógradas, atrasadas. Eu sempre digo que é bem bacana você dar aula, mas se você não abre a cabeça para avançar acaba sendo o lugar onde

mais se reproduz uma sociedade classista, que divide mesmo, privilegia uma meia dúzia, deixa aquela pirâmide cada vez com o ápice mais longe da base. A escola é dureza, porque, como todo o lugar onde é formado o ser humano, a gente não sabe porque muitas pessoas lá estão. Eu até ousou dizer que ser professorx, do ponto de vista da construção da cidadania e de ser cidadãx, se torna uma profissão mais importante do que dx médicx, porque x médicx erra uma vez. Na sua história ele deve errar umas 5 vezes no diagnóstico. Aí a pessoa morre, fica inapta. Professorx é uma profissão onde se acessa muita gente, elx ou constrói ou destrói a vida dessas pessoas. O pior disso é que é sempre uma juventude, gente muito pequena, ou jovem, ou adolescente, ou criança. Se x professorx não for aquela pessoa que consiga se entender como alguém que já passou por aquilo, elx acaba fazendo com que a sua contribuição seja extremamente negativa.

Se tem a capacidade de formar cidadãs felizes, pessoas que queiram fazer a diferença, que vão trabalhar, batalhar, mas que também conseguem se perceber sujeitxs da sua história. Se x professxr não se entende assim - afirmo que é uma grande maioria -, como é que elx vai fazer isso com x outrx, com x próximx? Eu até ousou dizer que muitas vezes que eu fiquei com alunxs fora da sala dos professores é exatamente por isso. Como é que você vai discutir com professorx que não se deu bem na engenharia e se transformou em professorx de matemática? O cara não conseguiu ser enfermeiro, médico e foi ser professor de biologia. A gente precisa perceber o porquê as pessoas estão dentro da escola. Por que uma pessoa se torna professora na vida? Muita gente não se apaixonou pela profissão. Hoje, se não for por você enxergar x alunx para além do número que está ali, como pessoa, sujeito digno de direito, que precisa avançar, que a gente tem que formar - no sentido de auxiliar, de dar a mão para que avance -, não tem muito o porquê. Ser isso já é a sua militância, é, para além da sua contribuição daquele conhecimento que às vezes não tem sentido, não tem significado nenhum para o aluno, é transformar esse conhecimento em significado. Quem consegue fazer isso hoje já está fazendo militância, porque o conhecimento com significado só tem uma função: transformar e melhorar a vida dx ser humanx, dx sujeitx, dx alunx. Fora disso, não tem muito porquê estar ali, estar trabalhando, se torna uma prática que não se diferencia muito, não transforma o meio, não transforma a pessoa, não traz resultados.

Eu entendo que a escola - e a própria militância - seja a possibilidade de você fazer diferente e transformar, fazer uma sociedade melhor a partir daquele espaço ali. É fazer o compromisso social que a escola tem, e aí eu digo muito mais da escola pública. Eu já tive também duas escolas privadas que foram boas, muito interessantes, mas dentro do universo de escolas privadas que a gente tem, um número de duas escolas é muito pouco. Dentro da escola pública,

eu entendo que a função da militância seria você conseguir ser umx professorx que faz um diálogo de conteúdo que tenha significado e conseguir fazer que x alunx se perceba sujeitx desse significado, que isso elx pode mudar, transformar. Dentro da escola, basicamente sempre pensei que para as pessoas aprenderem elas não precisam passar pelo que eu passei. Então eu sempre contava algumas situações que passei e que batalhava para fazer diferente para que as pessoas que ali estavam hoje comigo não passassem por isso. Sempre busquei ter uma relação com elxs diferente das relações que vivi com xs minhas/meus professorxs. Eu sempre quis que elxs percebessem que poderiam se dar bem, que poderiam também ser professorxs. Sempre digo que ser professorx, você não morre ricx, mas morre feliz, se você se encontra nessa profissão. Sempre busquei isso. Só que buscar uma situação dessa dentro da escola também cria muita antipatia por parte dxs colegas, porque essa é uma questão de postura que você se faz e se coloca diante do conhecimento - você, o conhecimento e x sua/seu alunx.

O desafiador até não é nem x alunx, é encarar e enfrentar xs suas/seus colegxs, porque muitas vezes elxs se valem disso para poder fazer uma situação de opressão, de botar o povo no lugar. X professorx que não se sente contemplado tem que gritar, elx não consegue perceber que um dia elx também foi jovem e que elx não foi sujeitx da construção delx, mas que nem por isso tem que fazer dx alunx algo semelhante. Eu falava para xs alunxs que a matemática se valeu e se vale, muitas vezes de umas máximas, professorxs que não se compreendem educadorxs, que se prevalecem sobre xs alunxs. A matemática, as exatas de modo geral, se prevalecem muito de serem as matérias que se entendem para algumas/alguns poucxs iluminadx, com isso tentando fazer com que cada pessoa não se sinta nunca sujeita daquilo que ela está construindo. É muito difícil, desafiador. Nos dias de hoje você tem que se virar nos 30, você tem que se lascar de estudar, buscar formas e estratégias, diferentes metodologias respeitando que o conhecimento se dá na construção. Você tem ali a base, mas o que torna hoje possível você trazer x sua/seu alunx para a escola é fazer com que aquilo que você está dialogando com elx tenha significado, senão elx vai olhar pro lado, ainda mais nos dias de hoje com o celular, e dizer: "então, tá bom". Hoje existe o subterfúgio do celular, mas em todos os momentos isso foi muito difícil, porque fazer aquilo que era do senso comum ter um significado para muitas pessoas que vêm de lugares diferentes é a gente ter que sempre estar se mexendo, tira a gente da zona de conforto, não deixa aquela coisa de fazer a tua mesmice.

Sempre fui muito discriminada na escola, então não podia fazer o mesmo com xs minhas/meus alunxs. Não que eu esteja dizendo que todo o período que estive em sala de aula foi uma coisa tranquila, foi muito light, não. Foi muito

desafiador mesmo, ainda mais trabalhar numa rede privada. Trabalhei no ensino médio e com ensino fundamental na rede privada, onde você tem pais que te olham e já dizem automaticamente que você não é boa professora porque você está fora do padrão. Os caras não conseguem imaginar que por você ser diferente você tem a capacidade de construir, de pensar tanto quanto ou mais do que aqueles lá. Isso sempre foi muito desafiador e sempre foi muito interessante.

O que a gente precisa fazer é conseguir enxergar x professorx, não só o de matemática, e como é que se deu a construção desse conhecimento. “Por que determinadas coisas não são interessantes?” “Para que eu vou estudar isso?” Se a gente não conseguir fazer isso, trazer para aquele grupo, aí a gente se torna quase um estudo de caso. “Onde vou trabalhar?” “Vou trabalhar em Pinhais”, que era onde atuava. “O que essa gente gosta de fazer e o que essa gente faz da vida?”. Você tem que ter essa mínima informação dos seus grupos de trabalho. Elxs gostam disso. Não estou dizendo que isso vá fazer com que tudo ocorra num padrão de normalidade, o que estou querendo dizer é que isso pode melhorar. Por experiência, tive algumas situações que valeram a pena.

Acho que a primeira coisa é conhecer o seu grupo de trabalho, aí eu quero falar dxs alunxs, diálogo com xs docentes. De posse da informação que você tem dxs alunxs, com quem pode negociar e dialogar para que vocês possam fazer uma atuação em conjunto sobre aqueles alunxs. Por que em conjunto? Porque ninguém é estanque, ninguém é uma caixinha, ninguém é só matemática, ninguém é só geografia, ninguém é só língua portuguesa, a gente é um todo. A gente precisa fazer esses diálogos com xs colegas e arrumar aliadxs para que a gente possa tornar o nosso trabalho um pouco mais interessante. Fazendo esses diálogos, você pode ter esses conteúdos de forma mais interdisciplinar, buscar dentro da sua disciplina aquilo que pode trocar com outrx colega. Aí o fardo do fazer o significado para o alunx está sendo dividido com outrx. Só que para isso você tem que conhecer xs suas/seus alunxs e convencer x sua/seu colega, esse é o trabalho difícil. Na escola pública, dentro da perspectiva que a gente tem aqui do Brasil, isso é muito difícil. Por que é difícil? Porque você não tem professorxs. Tem uma rotatividade muito grande de professorxs na escola pública no ensino básico. Com a rotatividade, você não consegue fazer alianças, porque hoje x fulanx está ali, mas depois de amanhã x fulanx não está mais. Quando consegue fazer alianças, consegue fazer um trabalho no campo da matemática que traga os elementos da geografia, da língua portuguesa, da história para discutir com as questões da matemática. Só que isso é muito trabalhoso, por isso ele tem que ser um trabalho em equipe, mas tem que ter alguém para dar o ponta pé. Dentro da escola que fiquei basicamente 18 anos, dos 22 anos que fiquei em sala, a gente vai formando isso, vai construindo, vai costurando isso, mas muito difícil,

porque xs colegas não estão com muita vontade de sair da zona de conforto. Tem coisas que se você mandar calar a boca é melhor do que você tentar discutir com o cara, dialogar e dizer “olha, veja bem”. Eu tive muitas meninas, por exemplo, na minha escola no ensino médio que eram profissionais do sexo. Até eu negociar, sentar com elas, discutir de que eu entendia a legitimidade da profissão, porém ir para a escola já naqueles trajés era a possibilidade dos meninos não respeitá-las, porque a gente traz uma cultura machista onde os homens podem, mas as mulheres não podem, e até que a gente conseguisse buscar esse respeito, fazer toda essa conversa com eles, elas iriam sofrer muito com isso. Esse trabalho junto e em conjunto com xs demais professorxs que compõe a equipe acho o mais difícil ainda. É você convencer x sua/seu colega que a gente pode fazer um bom trabalho, no sentido de minorar o nosso sofrimento tanto quanto o deles, porque o deles é muito maior.

3.2.2 Religião

Este tópico se refere às experiências das integrantes da RMN-PR em relação à religião, podendo envolver suas próprias crenças, as crenças de pessoas em sua convivência, ambientes e estudos religiosos. As integrantes da RMN-PR relataram participações nas religiões de matriz africana, como umbanda e candomblé, e cristãs, nas doutrinas católica e evangélica. Os relatos das entrevistadas são de permanência na religião, e também de afastamentos.

Entrevista 1

Minha formação foi uma formação cristã e evangélica. Gosto muito de cantar, eu sou uma pessoa que a vida toda participou de coral. Canto na igreja e fora da igreja, independente da formação – se era religiosa ou não, eu estava lá. Gosto do canto, faço parte do coro da igreja, o Grande Coro da Primeira Igreja Batista, e também faço parte do Coral Negro de Curitiba, que é um projeto social novo aqui de Curitiba.

Eu acho fascinante aquela questão do envolvimento, principalmente da cultura negra e religiões de matriz africana. Em 2015, fazia pouco tempo que eu tinha descoberto que meu avô paterno era de religião de matriz africana, se converteu, e nós fomos desmembrados dessa cultura.

Eu sou uma das poucas evangélicas da rede, só tem eu e mais uma pessoa, a professora Érica, que é do município de Rio Negro. Aqui em Curitiba, eu sou a única mulher evangélica, e eu tive muita dificuldade de adentrar esse espaço,

onde a maioria das mulheres, acredito que mais de 80%, vem de religião de matriz africana. Por eu ser evangélica e missióloga, acredito que elas acharam que eu estava lá para fazer missão. Eu realizo, mas tem outras coisas mais fundamentais, mas é o que as pessoas imaginam que uma mulher evangélica vá fazer em outros espaços.

Dentro das igrejas evangélicas, sem saber disso, eu trabalhava com a questão da cultura. Eu coordenei um projeto chamado Projeto Culto Afro entre 2006 e 2016, em que eu levava a cultura, a musicalidade e a corporalidade africana para dentro das igrejas evangélicas. Foi um projeto muito legal. Como a minha família é grande, de cantores e coristas, nós tínhamos um coral chamado Coral Família Silva, e nós levávamos também músicas africanas, sambas, a musicalidade das mulheres negras e a cultura para dentro das igrejas. A palavra 'militância', para mim, é uma coisa nova, porque eu sempre fiz as coisas, mesmo dentro das igrejas, mesmo na minha adolescência, mas não tinha esse nome. Não tinha esse conceito de militância. Em 2006 eu já estava dentro das igrejas, coordenando o projeto Culto Afro, mas naquele momento eu não tinha ciência de que aquilo era um projeto, e eu também não tinha ciência que aquilo era uma militância dentro dos espaços evangélicos. Hoje, fazendo uma releitura, eu vejo que eu sempre militei a minha vida toda, mas eu não tinha esse conceito e essa propriedade.

Para ser mulher negra militante e evangélica sempre há um olhar diferenciado e um afastamento também: há um afastamento de pessoas quando se vê que uma mulher negra e evangélica é uma militante. Eu tenho uma colega minha que sempre fala brincando comigo: "Maria, você vai ser expulsa da tua igreja". Então a gente sempre tem que saber ocupar os espaços para não ter uma retaliação. Se aqui fora, socialmente falando, já é difícil você ocupar esse espaço, quem dirá dentro das igrejas evangélicas. Eu consegui ocupar e transitar em alguns espaços porque meu pai ocupava o cargo de presbítero dentro da igreja evangélica, que substitui o pastor. Na denominação em que ele era presbítero, esse era o cargo máximo, e além disso ele era maestro de coral. Por conta do meu pai, eu tinha trânsito nesse espaço e ocupei muitos cargos de liderança, caso contrário não teria. Eu só conheci o movimento de mulheres negras em 2015 por conta de eu ser uma mulher negra e evangélica. As pessoas não esperam que você tenha uma rebeldia, que tenha outros olhares, saia fora da casinha. Eu nunca andei nos espaços pentecostais em que isso é bem mais aflorado, mas dentro das igrejas não se atura muito uma mulher que pensa, e eu sempre fui uma mulher pensante dentro dos meus espaços, mas não como movimento social, sempre como movimento evangélico.

Eu vejo isso desde sempre, porque eu sou uma mulher negra, e eu sou uma mulher negra evangélica. Essa questão do patriarcado é bíblica: a gente abre a

bíblia e vê que sempre o personagem é homem e a mulher dificilmente é nominada. Para a mulher ser nominada ela tem que ter uma importância muito grande dentro da família. Sempre foi um incômodo para mim, tanto que o tema do meu TCC de missiologia foi a desconstrução dos personagens negros bíblicos. Em todo o tempo que eu estava nesses espaços de igreja, de religião, nunca se foi dada importância, destaque em um personagem negro. Quando se fala, fala rapidamente. Nunca se parou para poder dizer que o jardim do éden era um lugar africano. Nunca se foi dada importância da onde tudo se iniciou, bíblicamente falando, dentro da teoria da criação - em África, o berço da humanidade. Quando se fala em alguns locais bíblicos, a Etiópia por exemplo, nunca se faz esse recorte de que aquele lugar é africano e, com certeza, aquele personagem é uma pessoa negra. Eu me debrucei e fiz uma desconstrução desses personagens bíblicos. A partir disso, eu tenho trabalhado essa questão étnico-racial dentro das igrejas com personagens bíblicos, principalmente personagens mulheres. Tenho evidenciado essas mulheres, trazendo da perspectiva racial também, como um personagem colonizado.

Entrevista 4

A gente era da Irmandade de São Benedito da Lapa, até hoje sou irmã lá, e cresci sabendo que existia a Congada da Lapa. Então lá em 1994 fui trabalhar voluntariamente na restauração e reestruturação da Congada da Lapa, que fazia 17 anos que não estava funcionando. Congada é tipo uma peça teatral de mais ou menos 1h que reverencia São Benedito. Tinha a questão do machismo, imagine o trabalho que eu tive em 1994, tinha uns 30 anos, e a congada são 44 homens e 1 mulher, que é a rainha que entra muda e sai calada, e eu fui me meter com esse negócio. Consegui e foi reestruturado, se apresentam até hoje. Acho que foi um dos primeiros momentos da questão de movimento que eu fui me meter com questões do movimento negro.

Entrevista 5

Cresci no Rio de Janeiro. Quando fiz 17 anos de idade, eu era muito envolvida com a igreja. Isso é uma coisa que me diferencia bastante de toda família de Porto Alegre, porque lá todos são de religiões de matriz africana. Meu pai durante o período da ditadura militar na Marinha foi meio que catolicizado, então cresci numa criação católica muito pela imposição do militarismo ao meu pai. Eu não tinha consciência disso até virar adulta, mas nós tínhamos muita participação na igreja. Quando fiz 18 anos entrei no convento, uma das coisas que tinha, além

de uma formação muito boa, era uma alimentação muito boa, era uma realidade diferente. Lá estudei bastante, aprendi muita coisa, fiz o curso técnico em enfermagem quando estava no convento, onde me encantei pela profissão, pela área da saúde, por cuidar de pessoas. Tive uma experiência muito positiva no convento, mas acabei percebendo que ali não era meu lugar, que não era o meu perfil. Fiquei 3 anos e pouco lá, quando saí fiz o vestibular aqui em Curitiba e passei. Fiz o concurso público aqui, também sob a política de cotas, e também fui aprovada. Comecei a trabalhar como técnica em enfermagem, que era a profissão que eu tinha acabado de me formar no convento, e ao mesmo tempo fui fazendo graduação em enfermagem.

A primeira tentativa no vestibular não passei e logo depois entrei no convento. Lá no convento tive uma mudança de vida significativa, seis refeições diárias, a gente tinha piscina para as irmãs fazerem atividades físicas, consegui fazer o curso técnico em enfermagem, que foi uma das coisas que elevou bastante a minha vida quando saí de lá porque fui trabalhar como servidora pública.

Quando comecei a estudar mais e me aprofundar nas questões de gênero e raça, tive muito conflito. Uma das coisas que estudei, por exemplo, foi pan-africanismo, ou diáspora. A escravização de negros e negras foi aprovada por uma bula papal, que aprovou em todos os sarracenos ao sul do Cabo Bojador pudessem ser escravizados pela coroa portuguesa. Depois estendeu isso para a coroa inglesa e espanhola, porque eram pagãos e precisavam ser convertidos para a real fé. Estudar esse crime que foi cometido contra a humanidade de pessoas negras, retiradas do seu território, da sua cultura, da sua família, da sua religiosidade a serviço do capitalismo e do enriquecimento de pessoas brancas com a autorização da igreja, bateu muito forte em mim.

Pensando que o povo negro foi catequizado contra vontade, tendo suas vidas ameaçadas, uma imposição de fé e quando penso na história da minha família, do meu pai ter sido militar inclusive durante esse período da ditadura, e que todo militar nesse contexto tivesse um comportamento adequado e um deles era ser cristão, tudo isso pesou muito para mim e me afastei das vivências da igreja católica. Não me aproximei de outros cultos, hoje estou afastada dessas vivências. Tenho a minha fé, as minhas crenças, tenho aquilo que acredito, tenho a minha relação com o que acredito, mas estou afastada desses espaços de instituição religiosa, da igreja católica propriamente dita. Hoje tenho um conflito muito grande com a organização da igreja e com a forma como os negros e negras foram historicamente tratados, a morte dos meus antepassados, o derramamento de sangue, essa vida difícil e todo esse processo de sofrimento, de luta, de dor, de exclusão social, de luta para ascensão financeira, o quanto que isso é marcado por uma decisão racista da igreja católica. Isso me deu um afastamento enorme da igreja. Não tive problemas na minha vivência no

convento, pelo contrário, para mim foi uma grande aprendizagem. Estudei muito, aprendi muito, e tirei muitas lições dali para a minha vida. Não tive problemas com o convento, mas tenho muitas dificuldades com o histórico da igreja católica e de como isso impactou na vida da população negra.

Entrevista 6

Meu nome é Laura, sou da cidade de Cornélio Procópio, Paraná, sou lalorixá, sou da religião de matriz africana do candomblé. Tenho não só uma caminhada dentro da religião, mas uma trajetória profissional na área de educação, sou formada em magistério. De formação acadêmica, tenho hotelaria e turismo e pós-graduação em psicopedagogia, é uma área bem interessante. Se talvez eu não fosse hoje uma lalorixá, tivesse que ter uma casa de santo e ter toda a minha caminhada espiritual, com certeza estaria atuando na área de educação. O que acho de uma profunda necessidade hoje é que nós, povo de terreiro, possamos estar presentes dentro dessas áreas, cobrando dos nossos filhos de santo que adquiram o conhecimento, a maturidade dentro da questão da formação para o futuro. Acho que isso é muito importante.

A gente pode ver a cada momento que hoje, a mulher negra tem um espaço bem maior, isso digo em todos os sentidos. No sentido jornalístico, na educação, no meio do comércio, nas áreas administrativas, estão se empoderando. O espaço ainda é difícil, as dificuldades ainda existem, o preconceito, a intolerância, o machismo, não só de ser mulher, mas ainda de ser negra. As mulheres estão buscando seu espaço. Eu, enquanto orientadora espiritual, acho que tenho o dever também de orientar as pessoas nessa trajetória nossa, de mulheres negras, para que a gente não perca toda nossa identidade. A nossa luta é grande, não vai parar, não vai melhorar 100% de uma hora para outra. Ela é que nem passarinho, cada hora vai, joga uma semente aqui, joga uma semente ali, e a gente vai fazendo essa semente crescer e germinar. Nós devemos procurar sempre ser melhores.

A partir do momento que a gente trabalha a questão da população negra, da mulher negra, da educação e tudo mais que a gente vive buscando conquistar, a gente tem que enfatizar de uma maneira bem clara que nós temos espaço, temos nosso direito, que as pessoas tem que respeitar nosso direito. É em cima dessa questão que procuro trabalhar aqui dentro da minha casa de axé, abrindo um pouco o leque na região, dentro da Rede e dentro das comunidades que a gente tá, sempre procurando falar e procurando direcionar essa questão toda da consciência de que o racismo existe e que quem tem que lutar contra somos nós mesmos.

A gente tem dois preconceitos no meio, povo de axé, de religiões de umbanda e candomblé, e ser preto. Ainda fica pior se for homoafetivo, que hoje em dia tem muitos. As pessoas ainda não conseguem entender tudo isso. A gente fica preocupada porque o direcionamento, hoje, é para que a gente tenha força, voz e vez, mas as mulheres ainda têm muito medo, tem um certo preconceito com elas mesmas. O pior preconceito é do próprio negro de não querer estar e se vedar de estar no meio, de não querer se misturar. A gente fica triste, ao mesmo tempo que ainda temos conhecimento, muitas mulheres não se encontram, nem se acham no meio social. Alguns não se entendem, nem se enxergam como negros. Fica muito difícil, essa situação é visível, a gente vê hoje na sociedade muito mesmo. Eu, enquanto mulher negra, tenho o maior orgulho de ser. Se Deus me der oportunidade, se o pai me der essa terra, quero voltar novamente negra e mãe de santo, mas é uma luta muito grande mesmo. Os espaços são bem poucos porque a questão da branquitude é muito grande e a gente vê que eles limitam os espaços. A gente já está num patamar de um conhecimento amplo, sabemos nossos deveres, mas também temos nossos direitos e que devem ser respeitados; não pense que tudo está caminhando perfeitamente, ainda não. Há muito que galgar, muito que lutar por espaço da mulher negra, ser melhor e ter reconhecimento.

Vim de uma família basicamente católica. O meu conhecimento todo foi católico, meu berço foi católico, fui católica praticante. Por um bom tempo, vivi dentro da igreja católica, participava de movimentos da igreja, movimento de leigos, cursos de liturgia e canto. Fiz tudo que faz um cristão na igreja: batismo, consagração, 1º comunhão, crisma, tudo conforme manda o figurino. Sempre fui líder dentro da comunidade, a minha família sempre apoiando; meu pai na época era presidente da paróquia e a gente estava sempre trabalhando ali todo mundo junto.

Enquanto dei aula, sempre tive muita facilidade com comunicação dentro da escola. Muita gente não sabia o que eu era realmente, mas procurei de uma certa maneira agregar o que tinha de conhecimento com a educação, essa questão do jeito que se passa as coisas para os professores - eles são às vezes pior que as crianças. As crianças são curiosas, o adulto é malicioso, é diferente. Quando a gente expõe algumas coisas dentro da questão da educação para as crianças, falando da diferença, da questão étnico racial, do racismo, do preconceito, da intolerância, eles têm mais facilidade de falar do que o próprio professor, nossos colegas de profissão. Eles botam o preconceito dentro deles e tem essa dificuldade de transmitir depois. Já sabemos que a escola, a educação, o Estado é laico, embora as pessoas não tenham conhecimento disso. Quem deve fazer essa diferença somos nós, a partir do momento que pisamos numa sala de aula. Falamos com os alunos como professor, não como

aquele que vai querer puxar a sardinha para si, ou que vai falar que o aluno tem que ser aquilo, tem que participar daquilo outro. A questão toda é conscientização, infelizmente nossos docentes hoje não tem, precisam ter e aprender um pouco mais.

Como professora dentro da sala de aula procurei fazer isso, dar essa abertura, perguntar da religião, se o pai era negro, se a mãe era negra, se a pessoa tinha cor parda, porquê tinha, se tinha sofrido preconceito, mesmo dentro da sala de aula, entre as crianças. A criança faz o que os adultos fazem, e essa é a diferença do que a gente vê, hoje, na sala de aula. Se existe o preconceito, existe porque dentro de casa aprenderam. Na sala de aula a gente tenta fazer completamente diferente. Eu queria que na minha época tivesse isso, mas a gente sabe que não teve esse direcionamento antes porque, um pouco antes ainda de eu sentar numa cadeira numa sala de aula, a gente sabia que negro não tinha oportunidade, nem era para ser estudado. Muita coisa veio de 1999, 2000 para cá, antes não tinha essa questão falada e discutida dentro da sala de aula, nem de religião, a religião era uma só que falavam para todo mundo. A questão étnico-racial, a questão do racismo, a questão do negro, isso não era falado antes.

Quando passei da religião católica para a de matiz africana foi um momento bem difícil. Sempre fui católica praticamente, de repente me vi incorporada aqui dentro de casa. Foi um momento bem complicado, foi dezembro de 1999. Tive um pouco de medo, tive um principio de depressão, mas depois fui me acostumando a entender que a espiritualidade trabalha de jeitos e maneiras que a gente não entende. Essa transição não foi fácil porque você vem de um berço católico, você é liderança dentro de comunidade, quando você vê tem que estar ali, você está incorporada, está apanhando da entidade espiritualmente, a vida vai puxando os caminhos sem você entender o porquê. Depois de muito tempo fui entender que eu tinha uma missão dentro da religião, que eu tinha uma missão de herança vinda tanto do meu pai, quanto da minha mãe. A caminhada não é fácil, mas a gente amadurece com ela. São momentos de vários questionamentos e reflexão, dentro da religião de matriz africana tenho aprendido muito também.

Tomo para mim que o que eu tinha que fazer dentro da igreja católica, fiz. Agora tenho que perpetuar e continuar aquilo que eu aprendi lá dentro da linha do espiritismo, que veio pelo candomblé e pela umbanda. Eu amadureci com os dois, caminhando, tentando equilibrar o meu conhecimento com a fé que tenho, com as questões do povo de matriz africana. Eu cumpri a minha missão dentro da religião católica e continuo perpetuando ela dentro da religião de matriz africana, que é o candomblé e a umbanda. Aprendi a ter uma fé na igreja católica e a continuar com essa fé, ensinando os outros a ter fé dentro da religião de

matriz africana. A única coisa que modifica é a gente não estar fechada que existe uma missa e uma certa liturgia. A minha liturgia hoje é outra, é com os orixás, com as entidades da umbanda, com as pessoas que faço os direcionamentos espirituais, com as pessoas que atendo, com os orixás que faço nascer no santo. Uno uma coisa à outra, um caminha com o outro, e assim a gente vai vivendo. Estou bem feliz com a minha caminhada hoje dentro do candomblé e da umbanda.

Conheci a religião de matriz africana porque tive que ir atrás. De repente a gente se vê incorporada, do nada, tinha que procurar pessoas que pudessem me ensinar e me direcionar. Apanhei bastante porque encontrei muita gente maldosa e que só pensava em dinheiro, não pensava na minha evolução espiritual. Tive que ir atrás, procurar aqui em Cornélio, fui para Curitiba procurar pai de santo, no fim vim fazer o santo com o Pai Ari, que era um pai de santo aqui de Cornélio. O aprendizado da religião é constante, não vou dizer que sei tudo, não sei, é um aprendizado todos os dias. O começo é muito árduo, é como se a gente estivesse engatinhando, vamos aprender passo por passo. Se você pega alguém que vai te ensinar errado, fica pior ainda. Eu fui galgar com pessoas de fora, fui aprendendo aqui e aprendi muito também com as minhas entidades. Minhas entidades me ensinaram muito, muito mais do que o próprio ser humano. Aprendi muito com eles, com as giras, com eles vindo em terra, deixando recados para mim, passando para minha mãe e passando para a minha irmã o que eu tinha que fazer e como tinha que fazer.

Digo que hoje a nossa religião dá equilíbrio espiritual para muitas pessoas ali dentro da Rede, através das energias, de você ajudar a descarregar essas energias, não só em banhos, em defumação, mas em palavras também. Acredito que as mulheres de axé ajudam bastante no fortalecimento espiritual onde junta-se a mulher que é evangélica, a que católica, a que é budista, a que é de axé, a que é de umbanda, ou é mesa branca, que é de Alan Kardec. Acredito que a nossa religião ajuda hoje a ter um equilíbrio espiritual e uma harmonia que coordenam esse movimento, essa rede que é muito ampla, muito grande e ainda tem muita coisa para se fazer.

Entrevista 9

Aos 14 anos fui trabalhar na fábrica de fogos de artifício e já começo a trabalhar as questões sociais dentro do grupo de jovens - chamado de Bandeirantes de Cristo, do qual fui fundadora junto com outros jovens do meu bairro da Estação, na Lapa, era uma organização dos jovens dentro da igreja católica, e eu já estudava à noite.

3.2.3 Família

Neste tópico, estão reunidos relatos sobre familiares das entrevistadas em diferentes níveis de parentesco, a estrutura e o funcionamento de diferentes núcleos familiares. As famílias das entrevistadas são compostas por pessoas negras, indígenas e brancas, e são citados vários graus de parentesco – mãe, pai, irmãos e irmãs, tias e tios, avós etc. Ainda, estão reunidos relatos das famílias que as entrevistadas formaram – cônjuges, filhas e filhos.

Entrevista 1

Eu sou a 14^o filha de um casal que está registrado na minha certidão de nascimento. Teve 3 irmãos que eu não conheci, porque eu sou a última do casal. A minha família era composta por pai e mãe, 11 irmãos, sendo 9 mulheres e 2 homens. Meus pais já são falecidos, a irmã mais velha também, e somos hoje na minha família em 10 irmãos. Hoje eu vejo que convivi muito pouco com a figura masculina, alguns anos atrás eu não teria feito essa leitura. Quando eu nasci, um irmão já tinha casado, outro já tinha ido morar fora do município onde nós vivíamos, e meu pai faleceu quando eu tinha 23 anos. Casei com 42 anos, tive uma filha 1 ano e meio depois, e me divorciei com 6 anos e meio de casamento. Tenho uma família com bastante significado na minha vida, uma família grande, onde nós temos nosso pai como referência familiar, apesar de estar falecido há muito tempo. Ele teve uma importância na nossa formação. Sobre a questão de gênero, vejo o machismo dentro da minha família, dentro do trabalho. No momento, eu estou dentro de um drama familiar justamente com essa questão do machismo. Sou de uma família com 9 mulheres e 2 homens e como herança meu pai presenteou os dois filhos homens com um terreno cada um, para as mulheres ele não deixou uma herança. Nós não temos outra explicação do que ele achar que por nós sermos mulheres, nós íamos casar e os maridos iam nos sustentar. Desde sempre na vida a gente vê que a palavra de um homem sempre vale mais que a da mulher, ou seja, sempre vale e a da mulher nunca.

Entrevista 2

Sou uma mulher negra, fui uma criança negra, filha adotiva de uma mulher branca, mãe solteira, polonesa, que foi expulsa de casa muito cedo, aos 14 anos. Uma mulher guerreira que teve 2 outros filhos, me adotou já uma mulher adulta, com seus 40 anos. Me amou muito. Uma mulher branca, de olhos azuis, mas que me amou, me adotou acho que para preencher os vazios da vida dela. Éramos só eu e a minha mãe. A minha mãe teve pensão, então eu tive bastante contato com os pensionistas e com as ajudantes. Nós tínhamos muitos cachorros e gatos pois minha mãe gostava muito. Eu e a minha mãe fomos mordidas por “cachorro louco”, como dizem. Fomos a pé para o Hospital das Clínicas tomar vacina porque não tínhamos dinheiro na época. As empregadas, as secretárias da minha mãe tiveram filhos, algumas vieram com filhos porque eram mães solteiras ou foram largadas e eu me apeguei a elas.

Eu fui uma criança feliz. Passamos fome juntas. A nossa relação com os meus irmãos foi um pouco desgastante. Um faleceu jovem, solteiro, fazia farmácia; o outro faleceu com 40 anos, deixou 4 filhos. A minha cunhada se mudou, nós éramos vizinhas, a minha mãe ficou muito arrasada. Então a convivência com os meus irmãos, a minha cunhada e meus sobrinhos não aconteceu. Nós passamos uma vida trabalhosa. Minha mãe trabalhou no Grande Hotel Moderno, foi camareira, empregada, comprou um terreno onde moramos a vida toda; minha mãe faleceu em 2003 e eu continuo morando aqui, porque é a minha casa. Eu também, quando criança, não me compreendia porque eu vivia num núcleo familiar branco: minha mãe branca de olhos azuis, os meus irmãos brancos, os meus sobrinhos brancos, loiros de olhos azuis. A minha mãe dizia que eu tinha que namorar um homem branco e casar para clarear a raça. As minhas vivências enquanto criança eram essas: cabelo bombril, macaquinha, cabelo pixaco, preta. Isso me machucou muito e em alguns momentos essas lembranças me machucam ainda, porque eu não vim de uma família negra com auto estima, ou mesmo sem. Hoje eu vejo que talvez se tivesse passado por um núcleo familiar negro, eu tivesse me descoberto negra mais cedo.

Me descobri mulher negra adulta. Na minha adolescência eu fiz muito alisamento por conta de toda essa violência racial. Eu usei kanekalon, fiz muita trancinha. Quando eu era criança, minha mãe fazia tranças no meu cabelo. A minha mãe negra e a minha família negra eu não conheci. Às vezes as pessoas dizem “Natália, por que você não vai em busca da sua família negra?”, eu não sei te dizer, às vezes eu tenho medo, dor, raiva. A gente sofre, aquelas questões “por que será que eu fui abandonada?”. Tem explicações, talvez era mais uma boca naquela família e os meus pais acharam melhor me dar para eu ser feliz e sobreviver. Pode ser isso? Pode ser. Mas a minha mãe branca foi quem me deu o que comer, estudo, carinho e possibilidades. É lógico que quando eu me descobri negra eu dizia como eu queria estar numa família negra porque as

minhas amigas tem famílias negras, crianças negras e aqueles encontros felizes. Ainda bem que eu fui adotada por famílias negras adultas, das minhas amigas, eu me sinto fazendo parte e eu faço parte dessas famílias. Isso me acalenta, me faz bem.

Entrevista 3

Venho de uma família grande, de 8 filhos, sou a segunda. O mais velho é um homem, somos 4 meninas e 4 meninos. Nasci em Curitiba, tenho 37 anos, filha de uma mulher que nasceu no Nordeste, em Alagoas, e um pai paranaense, nasceu aqui no interior do Paraná, em Palmas, Pato Branco. Os dois são negros e ambos têm também uma descendência indígena bem forte. Meu pai e a minha mãe não estudaram. Meu pai é o mais velho de 10 filhos, o único da família que não estudou, até chegou a iniciar a escola em algum momento na infância, mas foi trabalhar muito cedo com meu avô, com 8 ou 9 anos, então não estudou. Os outros irmãos todos são alfabetizados, estudaram até um determinado momento, os dois caçulas terminaram o ensino médio, os demais fizeram o ensino fundamental inicial e alguma coisa do fundamental que hoje vai até o 9º ano.

A minha mãe é de uma família de 7 filhos, sendo 2 mulheres e 5 homens. Era a segunda filha também e as duas filhas não estudaram. Não tenho contato com a família da minha mãe, a gente foi ter notícias da família da minha mãe depois que ela morreu. Ela faleceu em 2008, com 47 anos, ela tinha Lúpus. Eu já estava na Rede de Mulheres Negras, inclusive. A família da minha mãe veio para o interior do Paraná quando ela era jovem, adolescente, e quando ela fez 18 anos, veio embora para Curitiba sem contar para ninguém, fugiu de casa. A madrinha dela, uma pessoa próxima, dá a passagem para ela vir para Curitiba, e ela vem para deixar a família mesmo. Pelo que a gente sempre entendeu, a minha mãe tinha uma relação difícil com a mãe. Parecia que ela era bem rígida e a minha mãe não concordava com algumas coisas, não entendia o fato dela não ter ido para escola e tinha essa mágoa muito profunda. Por isso, nunca conhecemos ninguém da família da minha mãe. Ela veio para Curitiba para arrumar emprego, conseguiu trabalhar como doméstica aos 18 anos, e logo depois conheceu meu pai em um ponto de ônibus. Contou para ele minimamente a vida dela, que estava morando e ficando no lugar que trabalhava, e eles logo começam a namorar, vão morar juntos e aos 19 anos a minha mãe tem o meu irmão mais velho.

Meus pais sempre ficaram juntos, foram 30 anos de casamento, até a minha mãe falecer. Irá fazer 13 anos agora que a minha mãe faleceu e meu pai não tem nenhuma outra companheira, não casou novamente. Minha mãe faleceu dia 02 de julho de 2008, e em dezembro um dos irmãos dela, que hoje mora em Belém

do Pará, encontrou o nosso telefone residencial e fez contato. Eles procuravam pela minha mãe fazia um tempo, através do TRE souberam do falecimento e com o sobrenome do meu pai tiveram acesso ao nosso telefone. Os dois irmãos mais próximos dela em idade tinham alguma lembrança dela. Os cinco irmãos homens moram em Belém do Pará, no interior, e a irmã mais velha, aqui em Cambé, Paraná. Ela veio com as duas filhas em dezembro de 2008 para nos conhecer. A minha avó faleceu em julho de 2014, ficou doente, foi hospitalizada e não resistiu; meu avô está vivo, mora no interior de Belém do Pará, 8 horas depois de Belém. Fiz planos de ir em 2014, justamente no ano que engravidei, a gestação foi difícil, vomitei aos 9 meses e também precisaria tomar vacina da febre amarela e grávida não poderia. Antes do WhatsApp, Facebook, eles ligavam sempre e a gente conversava por telefone. Os filhos que moram próximo do meu avô precisam andar até determinado lugar para ter acesso ao telefone e falar com a gente. Agora nos vemos pelo WhatsApp, fotos de família, mas continuamos sem conhecer pessoalmente ninguém por parte da minha mãe. Sempre ficou nítido para gente uma mágoa dos pais pelo fato dela não ter estudado.

Minha mãe é a típica mulher negra, são essas mulheres que mudam a vida de seus filhos, que mudam e mudaram gerações. Tem vários exemplos disso, se a gente conversa no movimento negro tem vários exemplos, algumas personalidades inclusive que suas vidas foram mudadas por suas mães e por causa do esforço delas, conseguimos quebrar com uma sequência marcada pela desigualdade, pelo analfabetismo. As mulheres negras têm um papel fundamental, e a minha mãe mudou a minha vida e a vida dos meus irmãos com toda certeza, no sentido de romper com essa trajetória de analfabetismo, até de uma pobreza muito forte, com a valorização da escola e do conhecimento. Para minha mãe era muito importante que a gente estudasse, ela fazia de tudo para gente estudar, ia atrás de uniforme e de material quando a gente não tinha para comprar. Ela dizia que não queria que a gente fosse empregada doméstica como ela, não queria que os meus irmãos fossem pedreiros como meu pai e que, se tivesse estudado, a vida teria sido diferente, que a vida dela era difícil porque não tinha estudo. Tudo para a minha mãe girava em torno do estudo.

A minha avó paterna é viva, mora próximo a minha casa, tem 85 anos, é uma mulher negra bem indígena. Ela tem uma história que sempre paro para pensar. Conheci somente uma irmã da minha avó, que também mora aqui próximo, em Colombo. Ela se chama Bianca e a minha avó se chama Beatriz. Ela e seus irmãos(as) foram dados para algumas famílias, não sabemos se todos. Parece que os caçulas continuaram com os pais, mas a minha avó foi criada por uma outra família e outra parte dessa família criou a irmã dela, a Bianca. Não é que elas foram adotadas por essas famílias, elas foram dadas. Minha avó foi criada

por essa família da qual não fala absolutamente nada, nem que idade foi morar com essa família. A minha avó tem 10 filhos, e minha tia Bianca não tem filhos porque a família adotiva fez laqueadura nela. A Bianca tem uma dificuldade para falar, tem um problema na língua devido ao castigo físico que sofreu. Fui saber já jovem dessa história da minha avó porque a gente não falava, não sabia sobre a sua família, passei a ter um interesse depois, mas é difícil abertura com a minha avó para saber detalhes. Além de ela ser mais fechada, é doloroso tocar em tantas coisas. A rotina sempre nos pega, mas falando com você aflora essa vontade que cultivo já faz anos de entrevistar a minha avó, de tentar resgatar um pouco da história da família dela, que é resgatar a minha também. Essa dificuldade que as famílias negras têm de traçar a sua árvore genealógica é real, é verdade.

Sei hoje que a família toda da minha mãe vem de Alagoas, os avós, as bisavós, todos. Também sei, pelo meu tio, que eles nunca tiveram contato com primos, tios, ninguém, tanto meu avô como avó materna se desvincularam da família, perderam contato com suas referências. A mesma coisa aconteceu com a minha avó e avô paterno. Meu avô paterno, é aqui do interior do Paraná, é de uma comunidade negra. Meu avô era negrão mesmo, e faleceu faz 2 anos, com 87 ou 88 anos. Meus avós se separaram quando eu era pequena. Não lembro de uma infância próxima do meu avô, de ver ele, eu não tinha contato com ele. Meu pai visitava, sabia dele, os filhos sempre souberam, mas como foi uma relação bem difícil para a minha avó, sempre soube da violência doméstica que ela sofreu. A distância se deu muito porque a minha mãe, que vivenciou parte do casamento, falava muito mal do meu avô. O meu pai sempre foi um dos filhos próximos a ele, por isso algumas vezes ele apareceu na minha casa - eu era pequena, 8, 9 anos -, mas eles saíam para conversar, não ficava na minha casa. Ele sabia que não era bem vindo pela minha mãe. Tem irmãos e irmãs do meu avô vivos, moram todos por aqui em Curitiba e Região Metropolitana. O meu bisavô paterno faleceu muito jovem, meu com 44 ou 45 anos, vítima de tuberculose, e a minha bisavó paterna faleceu já velhinha e criou os filhos todos sozinha, acho que são 7 ou 8. Minha bisavó tem descendência européia, alemã, pelo que sei. Uma mulher branca, que também perdeu contato com a família, veio de Santa Catarina para o Paraná, conheceu meu bisavô e casaram.

A minha trajetória de vida é de uma família muito grande e bem humilde. Hoje, moro no Abranches, eu nasci no bairro Abaeté, próximo ao Boa Vista. Os meus avós paternos tinham uma casa ali, meus pais alugaram uma casa próximo a deles, onde eu nasci, depois os meus avós se mudaram para o Abranches e moramos aqui por um tempo junto com os meus avós, depois meus pais conseguiram um apartamento de COHAB, eles tinham feito inscrição e fomos morar nesse condomínio de COHAB no Fazendinha, bairro Itatiaia. Como

chegamos neste condomínio já éramos em três filhos - meu irmão mais velho, eu e minha irmã. Vivemos por 15 anos neste apartamento, eu dos 3 aos 18 anos e mudamos de volta para o Abranches, onde a minha vó e parte dos meus tios moram. Somente a minha irmã caçula nasceu aqui no Abranches e os outros quatro filhos nasceram nesse apartamento no Fazendinha. Éramos a família mais numerosa do condomínio. Tinha uma outra família negra no condomínio, que veio morar pouco tempo depois, eram 4 irmãos, 3 adultos, somente o caçula tinha a idade do meu irmão mais velho, e inclusive 2 com ensino superior. Hoje, consigo ter consciência de quanto essa família, por ser uma família negra, tinha algumas características diferentes da grande maioria das famílias negras: eram 2 jovens que estudaram, chegaram na universidade e tinham bons empregos. Eles ficaram por um tempo nesse condomínio, depois foram morar num outro condomínio no Portão, os pais continuaram e depois também mudaram para morar com os filhos.

Passávamos por muitas dificuldades financeiras, meus pais sempre trabalharam, mas eram muitos filhos. Meu pai trabalha com a construção civil, hoje ainda faz pequenos serviços, e minha mãe sempre foi empregada doméstica, mas as gestações, o tempo com os filhos, fazia com que às vezes ela ficasse sem emprego, sem ter como ir trabalhar e isso deixava a gente em uma condição bem difícil.

O meu irmão mais velho não concluiu o ensino médio, se eu sofria na escola por conta do racismo, da pobreza, que também era uma questão importante em vários sentidos - para comprar o uniforme, roupa, calçado, uma blusa mais agasalhada para ir para a escola de manhã porque às vezes estava frio - o meu irmão mais velho sofreu muito mais, o racismo foi bem cruel com ele e isso se reflete nele até hoje. Ele não tinha a personalidade que eu e a minha irmã, a 3ª, temos, então ele sofreu bastante, e ele reprovava muito. Ele estava com 10 anos ainda na 1ª série. Então, não tinha quem me ajudasse com a escola, foi difícil.

No último ano do ensino médio a minha família vem embora para o Abranches, meu pai compra um terreninho e a gente vem para cá primeiro morar de aluguel em uma casinha bem simples, de madeira, do lado do terreno pequeno que meu pai comprou. Meu pai mesmo faz a casa, eu compro o material para fazer essa casa em 15 vezes e meu pai constrói uma casa de 6 peças, de madeira, somente a cozinha e banheiro de alvenaria. Quando a minha família veio embora, a vizinha que morava no andar de cima do meu, ela e o esposo me viram crescer, me tratavam como filha, eles tinham 3 meninos. Eles me conheceram com 3 anos - eu já tinha 18 anos -, então com a mudança na minha família para o Abranches no meu último ano do ensino médio, com emprego, me convidaram para ficar com eles por 1 ano e concluir a escola, continuar trabalhando e eu aceitei. Na sexta-feira à noite eu saía da escola a noite e vinha para a minha

casa, ficar com a minha família, voltava na na segunda feira direto para o trabalho". A distância do Fazendinha para o Abranches dava 1h e pouco de ônibus, por isso, ficava durante a semana com essa família.

Sou uma pessoa que gosta muitíssimo da minha casa, família e amigos, meus interesses e os meus gostos todos são bem direcionados para minha vida familiar. Costumo justificar usando o meu signo, sou canceriana, extremamente ligada à minha família e sou muito de casa, sempre fui uma pessoa muito caseira desde a infância e adolescência, sempre gostei de estar na minha casa. Como a minha mãe sempre trabalhou, eu era aquela criança, aquela adolescente consciente de ajudar em casa e estudar sem a minha mãe pedir, exigir. Muito consciente da minha condição financeira, familiar, muito madura para a idade, isso é uma característica das famílias negras, dos jovens e das crianças negras, amadurece rápido. A gente tem uma consciência muito grande sobre a vida, sobre as coisas que nos rodeiam, as pessoas sempre acharam que eu tinha muito mais idade do que tinha, os meus amigos sempre eram mais velhos do que eu.

A minha mãe saía para trabalhar, eu tinha uns 10 anos e cuidava do meu irmão Carlos, que tinha 6 meses. Hoje ele tem 27 anos, fez gastronomia e foi embora para Portugal, ele é o 5º filho. Eu cuidava, trocava fralda, ele era o meu bebê, fazia tudo que eu fazia, estava sempre comigo. Somos muito próximos até hoje, na verdade, somos uma família próxima, estamos sempre juntos. Cuidava do Carlos depois que chegava da escola, lavava louça, toda sexta feira passava água com vinagre no carpete - a minha mãe limpava o carpete de casa, era carpete em tudo -, limpava vidro, cuidava da minha casa, pegava flores no jardim para colocar no vasinho em cima da mesa, mudava os móveis de lugar, assistia meus programas de televisão preferidos. Gostava muito do programa Livre do SBT, que era um programa de entrevista e música, sempre gostei de assistir entrevistas, jornais, e também sempre gostei de horário eleitoral, desde criança. Chegava época de eleição e eu assistia o horário eleitoral. Tinha meu tempo com os amigos, mas tinha muito esse tempo de dentro de casa e sou assim até hoje. Meus gostos pessoais são estar com a minha família. A minha mãe faleceu quando eu estava no 2º, 3º ano da faculdade, no mês de julho, estava indo para o 2º semestre. Vai fazer 13 anos dia 2 de julho, meus irmãos eram muito pequenos. A minha irmã caçula tinha 7 anos, a anterior tinha 10 anos, iria fazer 11 anos dias depois, o outro tinha 13 anos para completar 14 anos. Eram 2 crianças e 2 adolescentes. Eu trabalhava e minha irmã nº 2 também trabalhava. Meu irmão mais velho não mora com a gente há muito tempo, desde que a gente veio embora do Fazendinha para cá, eu tinha 18 anos e ele já tinha 21. Ele não veio com a gente, já nem morava mais em casa quando a minha irmã caçula nasceu. Ele namorava uma menina do bairro e logo casaram, foram morar juntos

e hoje moram em Ponta Grossa. Ele é o mais descolado da família, o que passou menos tempo com a gente em casa, então quando a minha mãe faleceu eu era a irmã mais velha, sempre fui a irmã mais velha. Saía de manhã para a aula, à tarde eu ia trabalhar e voltava para casa à noite. Antes da minha mãe falecer eu já tinha uma relação muito próxima com os meus irmãos, eu ditava as regras, dizia o que podia e não podia.

A minha mãe descobriu que estava doente aos 40 anos, faleceu aos 47, tinha lúpus e artrite reumatóide. Esses 7 anos foram bem difíceis para minha mãe com a evolução da doença. Como sempre ajudei em casa, em um determinado momento ganhava um bom salário, mais do que meu pai e minha mãe conseguiam ganhar, então eu dava roupa, calçado, material escolar - todo o meu dinheiro sempre foi usado em casa, e era uma coisa muito minha. Eu comprava as coisas para mim, sempre trabalhei e estudei desde os 15 anos, mas tinha uma parte que era para todos. Sábado e domingo eu queria ficar dentro de casa, nunca fui uma pessoa de sair, nunca frequentei a noite, nunca gostei, saí algumas vezes, mas não era algo que me atraía, que gostava. Só depois, com 19, 20 anos, quando comecei a namorar e que ia para barzinho de música ao vivo, sempre lugares muito tranquilos para conversar com pessoas, nunca balada, virar a noite. Foi algo que nunca fiz, raríssimas vezes virei a noite. Nunca fui uma pessoa que precisava sair, ter muita gente por perto. Sábado e domingo eu estava em casa com minha mãe, assistia programa de entrevista, lia. Desde o ensino médio, que eu estava conhecendo a questão racial, sempre tinha um livro, um texto ou outro sobre a questão racial para ler, e sou assim até hoje. Sempre estou com os meus irmãos sábado e domingo para fazer um café, bolo, uma comida, uma feijoada, gosto muito de cozinhar. Sempre estou com meus irmãos e com amigos próximos que convido para vir à minha casa.

Sou mãe, engravidei aos 30, fui mãe aos 31, casei. Conheci o César numa conferência de promoção de igualdade racial, embora ele seja um homem branco, ele estava lá acompanhando a mãe. A gente se conheceu e começamos a namorar, na verdade nós nos conhecemos e nunca mais nos separamos. Decidimos que queríamos ter uma criança, minha gravidez foi planejada e depois tudo ficou difícil, conciliar uma criança com 40h de trabalho. Meus gostos são ficar em casa, gostaria de ler muito mais do que eu leio, televisão dificilmente vejo, vejo à noite um documentário, uma série. Gosto de plantas, de cuidar da minha casa, passo muito tempo e continuo gastando todo meu dinheiro para cuidar de casa. Hoje tenho minha casa própria, faz dois anos que a gente tá morando nessa casa. Antes a gente morou de aluguel, moramos com meu pai. O meu pai e a minha irmã caçula moram juntos numa casa que a gente comprou faz 10 anos, no mesmo bairro, em outra rua, próximo do primeiro terreno que meu pai comprou quando viemos embora do Itatiaia. Uma casa grande, bonita,

maior, diferente das casas pequenas que sempre tivemos. Eu e meus irmãos compramos essa casa para pagar em 10 anos, financiamos, e é uma casa bem legal. A minha faleceu em 2008, a gente foi morar nessa casa em 2010, 2 anos depois a gente comprou essa casa. Morei de aluguel por 2 anos numa casa ao lado da minha casa - casa do meu pai. Quando meu irmão foi embora para Portugal fomos morar com o meu pai e ficamos por 2 anos e meio.

Consigo ver as questões de raça e gênero presentes nessas trajetórias, minha e da minha família com a militância dentro da Rede. As mulheres negras têm sobre elas o racismo, além da questão de gênero, além de você ser negra, você é uma mulher negra, e a sociedade vê as mulheres de maneiras diferentes, é necessário pensar com base na interseccionalidade. A minha mãe era mulher analfabeta, mas uma mulher de personalidade muito forte, uma mulher negra e, sem que soubesse o significado, era feminista. Meu pai é um homem machista, às vezes a louça estava suja e reclamava comigo, não com meu irmão. A sociedade é machista, estrutura machista, portanto os homens, de maneira geral, reproduzem, como as mulheres reproduzem na maneira como irão educar filhas e filhos.

Mas a minha mãe, dentro de um total desconhecimento sobre o feminismo, era feminista. Lembro de muitas coisas que são exemplos. Quando estávamos na adolescência, construíram um salão de festas no condomínio e meu pai achava que só meu irmão ia poder ir para as festinhas, eu e a minha irmã não. A minha mãe dizia “ele vai, elas vão”, a minha mãe falava de coisas assim para gente “a gente precisa estudar para ser independente, mulher tem que ser independente”. Acho que por isso que casei e fui mãe aos 30 anos, quando eu tinha curso superior e passado num concurso público. A minha mãe falava de namoro, da questão da sexualidade, do sexo: “não tem que casar virgem, isso é um absurdo, uma bobagem a gente tem que tomar cuidado com tais e tais coisas, mas as mulheres também tem o direito de viver”.

Minha mãe era uma mulher que mostrava para a gente, de uma certa forma, o quanto a sociedade era machista. Não entendo como ela conseguia ter o alcance de algumas coisas e o tempo todo questionava quando meu pai queria dar um tratamento diferente para mim e para a minha irmã em relação ao meu irmão mais velho. Quando eu comecei a namorar, aos 19 anos, estava fazendo cursinho e saía na sexta feira e no sábado com o namorado, só voltava para casa no domingo ou na segunda feira depois do trabalho. Dormia na casa do namorado, ele morava sozinho, independente, já era professor. Meu pai várias vezes reclamava e a minha mãe falava “não, ela tem 19 anos, trabalha, tá namorado e ponto”.

Eu venho de uma família em que meus pais não batiam na gente, eu sempre falei muito, sempre questionei muito, sempre foi respondona e a gente não era

castigado. Então, meu pai nunca bateu na gente, a minha mãe raras vezes. Naquela perda de paciência, umas chamadas de leve. E eu sempre tive muita liberdade para falar, muita liberdade para reivindicar as minhas coisas dentro de casa. Sempre fui muito ouvida, acredito também que por isso, é difícil pensar que um policial pode te dar um tapa no rosto, chutar, como esses jovens do hip hop denunciavam nas letras de música. Apanhar, ser xingado de negro, de macaco, de todas as coisas que a gente possa imaginar nas batidas policiais, era uma coisa que mexia muito comigo. Eu tenho o meu irmão mais velho que foi abordado pela polícia, que tinha levado um chute de um policial um dia numa abordagem. A polícia parou ele chutando para pedir documento perto da minha casa quando ele estava chegando na juventude, na adolescência. Então, para mim isso é difícil. A polícia matar, a polícia bater, para mim é uma coisa a ser denunciada, combatida. Eu ouvia e lia aquelas histórias, aqueles jovens, era uma coisa que sempre mexeu comigo.

Entrevista 4

Somos uma família de 13 irmãos, 6 homens daí vem eu. Éramos muito pobres, todo mundo tinha que trabalhar. Minha mãe saía com os irmãos mais velhos para trabalhar e eu ficava cuidando de mim, que também era criança, e dos menores. Para mim, ir para escola já era como se fosse um passeio, era uma diversão, um alívio sair e me livrar de todo aquele trabalho de casa. Naquela época, a gente não tinha nem água encanada, nem luz em casa, tinha que buscar lá no poço os baldes d'água. Tinha que amassar uma baciada de 5kg de trigo para fazer pão e assar no forno à lenha, e ainda fazer fogo no fogão à lenha. Para mim, estudar sempre foi uma paixão, mas ela começou por conta da fuga do trabalho e da responsabilidade doméstica. O gosto pela escola e pelo estudo vai muito da formação da pessoa desde criancinha. Sempre gostei muito de estudar, sou a 7ª filha e fui a primeira formada numa faculdade, o meu irmão, que é um ano e pouco mais velho, é o primeiro homem formado porque ele foi para um seminário e é padre. A minha mãe estudou até o 3º ano primário, meu pai até o 3º, 4º ano, mas me orgulho muito deles. Ele era mestre de obras e a minha mãe era do lar que não era bem do lar, saía para trabalhar na roça com os irmãos mais velhos. Quase todos os filhos que podiam minimamente trabalhar, ela já levava. Ela foi uma grande administradora. Meu pai sempre trabalhou fora e toda nossa educação basicamente quem deu foi a minha mãe para colocar os filhos todos na linha do trabalho, do serviço e do estudo. Ela achava importantíssimo estudar.

Constater a existência do machismo em casa, apesar de que minha mãe sempre foi muito rígida com todos os filhos e os meus irmãos, por exemplo, fazem bolo

e pão muito melhor do que eu. Com toda certeza, os homens sempre têm privilégios que a gente como mulher não tem, a começar por poder sair de casa - eles tinham a liberdade de sair e a gente não. Ser mulher negra acho que veio junto, desde a questão do João, de ser mulher negra pobre, de estar na maioria de gente branca, o quanto isso é difícil, então sempre pensei muito nisso. Desde criança sempre fui muito curiosa, para não dizer outro termo, e ficava escutando a conversa dos mais velhos, atendida, para saber da onde a gente vinha, se a gente era escravo mesmo, talvez influência do João ou de estudar num colégio de freira só para as crianças brancas, de rico. Eu escrevi esse livretinho, que tem apenas 52 páginas, que é a história da minha família. Ele tem as poucas fotos que consegui da família de quando era criança, quem são os tios, os primos. Vou ler um parágrafo: “apaixonado pela história do povo negro na Lapa e para contribuir na sua preservação, Leonardo Santos foi vice-presidente...”. Leonardo era meu irmão, desde o começo me apoiou muito nesse conhecimento da família, ele gostava muito. Em todo lugar em que ia e via, comecei a anotar em qualquer papelzinho uma parte da história da família. Foi muito por conta desse meu irmão gostar tanto de saber da árvore genealógica, com o passar do tempo e o conhecimento da biologia, passei a anotar tudo na árvore genealógica da família. Algumas anotações ainda com a letra do Leonardo, meu irmão mais velho, também apaixonado e curioso pela história, para saber e apresentar a história da família.

Entrevista 5

Meu nome é Flávia, sou casada em um relacionamento interracial, meu marido é um homem branco. Tenho 2 filhos, o Ricardo e a Raíssa. O Ricardo tem 10 anos e a Raíssa tem 8 anos. Sou muito eclética, aberta a muitas possibilidades, por exemplo, eu e meu companheiro gostamos de assistir desenho, anime, filmes de heróis, mas a gente também assiste documentários, filmes políticos. Como tenho filhos pequenos em casa, a gente gosta muito de ver com eles o que eles gostam, de levá-los ao teatro, que são oportunidades diferentes, o que não tive na minha infância, mas que hoje por conta das coisas que tive acesso eu consigo fazer com os meus filhos.

Meu pai nasceu no interior do Rio Grande do Sul, Quaraí, numa reserva indígena. Ele é o primeiro de 6 filhos, o único que nasceu na reserva porque o pai dele, meu avô, e outros homens daquela nação indígena foram escolhidos para um programa da Polícia Militar, que lá no Rio Grande do Sul chamam de brigada. Naquela época ele ainda não tinha documentação, foram feitos todos os registros e ele foi levado do interior do Rio Grande do Sul, de Quaraí, junto com a minha avó e o meu pai, para Porto Alegre, onde ele entrou para a brigada

militar. O programa em que ele participou entrou como cabo e se aposentou como cabo, não tinha previsão de crescimento na carreira.

A minha avó não tinha estudo também, então ela trabalhou a maior parte da vida como faxineira. Trabalhou muito tempo fazendo faxina na Rodoviária de Porto Alegre, limpava o banheiro, depois ela conseguiu trabalhar como agente de saúde, ainda sem curso técnico de enfermagem na época. O meu pai conta que quando era criança, passaram por diversas dificuldades, ele catava osso no matadouro que tinha próximo da casa deles para que fizessem sopa.

Meu pai trabalhou muitos anos na infância dele vendendo pipoca nos jogos em estádios de futebol de Porto Alegre, do Grêmio e do Inter. Quando fez 16 anos, fez uma prova e conseguiu entrar na escola de aprendiz de marinheiro, da Marinha de Guerra do Brasil. Entrou como aprendiz de marinheiro, passou a marinheiro, depois cabo, soldado e assim fez a carreira dele na Marinha. Casou com a minha mãe, que também era de Porto Alegre, e a gente passou por vários estados por conta dessas transferências da Marinha. Ao fim da carreira do meu pai, ele decidiu que ia passar a aposentadoria dele em Curitiba.

A primeira notícia que eu tenho da família da minha mãe é da minha bisavó e do meu bisavô que nasceram na Lei do Ventre Livre. Viveram ainda dentro da fazenda, mas com a abolição foram morar na Cidade Baixa, em Porto Alegre, onde minha bisavó trabalhava como lavadeira e meu bisavô como porteiro na UFRGS. Os meus bisavós tiveram 21 filhos, alguns têm dúvida se são de fato do meu bisavô ou se eram do proprietário da fazenda na época. Vários morreram na primeira infância, porque naquela época não era tão fácil sustentar crianças, tinha a pobreza, a desnutrição matava muito naquela época. A minha avó trabalhou como manicure por muito tempo, casou com meu avô, que era motorista de Táxi, e eles tiveram 3 filhos, a minha mãe, minha tia e meu tio.

Quando a minha mãe casou com o meu pai, já era órfã de mãe, a minha avó faleceu muito cedo, com 36 anos, por câncer. Como meu avô tinha esquizofrenia, a minha mãe foi emancipada com 16 anos de idade e ficou responsável pela irmã mais nova. Morou em casa de várias parentes e foi abusada nessa época, largou os estudos, cresceu e casou com meu pai. Ela voltou a estudar, me lembro que eu estava na 4ª série e ela voltou para fazer o 2º grau. Ela fez o 2º grau normal na época, que era formação de professores, e já emendou a graduação; ela fez pedagogia, se especializou para atendimento de crianças especiais. Para mim ela é um grande exemplo de superação, de força, de mulher que luta. Durante toda a minha infância ela sempre trabalhou muito, como babá, fazia sacolé em casa para vender - que aqui no Paraná se chama geladinho -, vendia muamba, teve uma barraca de cachorro quente, ela fazia o que podia para conseguir ampliar a renda para sustentar a mim e meu irmão.

Apesar da minha descendência indígena através da linhagem do meu pai, isso nunca foi uma coisa que a família do meu pai tenha cultivado, porém a família da minha mãe tem uma forte relação com a cultura afrodescendente. A gente é muito ligado na questão musical, cultural e a reafirmação da nossa identidade é sempre muito forte e muito presente para mim. A minha família dançava jongo, se reunia anualmente em festas, grande parte é de religião de matriz africana. Sempre foi muito presente essa vivência do que é ser uma pessoa negra dentro da família.

Sempre tive pessoas com quem pude me inspirar dentro da minha família. Minha mãe é a primeira delas, mas também tive uma tia-avó, que é madrinha da minha mãe, que conseguiu fazer Direito na UFRGS, foi inspiração para muitas. E um tio-avô que era músico, já faleceu, e fez muito sucesso no seu tempo, inclusive compôs uma música muito importante para nós, que é o hino do Time X. Esse meu tio-avô se chama Luiz, um autor muito importante na música brasileira. Ele é um compositor considerado boêmio e de dor de cotovelo. Muito orgulha a família a gente ter esse tipo de ascensão. Na época era isso: jogar futebol, ser músico e ir para as forças armadas. Tenho esse tio músico que fez muito sucesso, e tenho meu pai nas forças armadas. A gente valoriza bastante essa identidade, meu tio Luiz valorizou bastante a ancestralidade na sua história e na sua luta como músico também.

A minha mãe sempre afirmou que eu era uma menina negra e que por isso deveria ser muito melhor em tudo que fizesse. Tinha que andar com meu cabelo impecável, senão as pessoas iam dizer que estava sujo e que era fedido. Eu tinha que ser a melhor aluna da escola, senão iam dizer que eu era burrinha, atrasada. Eu tinha que ser a menina mais difícil para namorar, senão iam associar que eu era fácil e desfrutável. Minha mãe sempre pontuou muito, desde o meu comportamento, a maneira de me vestir, a maneira de estudar. Como uma menina negra, precisava ser muito boa em tudo que fizesse para ser considerada próxima do que é normal, eu tinha que ser excepcional em todas as coisas para ser levada à sério numa sociedade. A história de vida dela traz bastante sofrimento por conta disso. Como ela perdeu a mãe muito cedo, o pai era doente, ela teve que emancipar e trabalhar, não pode continuar os estudos. Sempre foi muito julgada por ser negra, por não ter continuado os estudos, por ter casado cedo. Ela sempre teve esse cuidado também de me ensinar que eu devia ter autonomia financeira e intelectual. Sempre disse que eu devia saber contra-argumentar, estudar, saber lutar pelos meus direitos e que não deveria depender de homens. A minha escola de luta e resistência foi a minha mãe.

Lembro quando era criança que a gente morou num lugar chamado Edson Passos, na Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro. Era um lugar muito pobre e que tinha muito bandido, muita violência. Um lugar que era perto de um

descampado, era conhecido pelo campo que tinha ali como desova de corpo. Lembro que na época a minha mãe ia levar a gente para escola e voltava sempre com vela dentro da bolsa, tanto porque era muito comum faltar luz, mas porque se a gente achasse um corpo a minha mãe sempre fazia questão de ver se conhecia para avisar a mãe, os pais, a família. Acendia a vela e deixava, rezava um Pai Nosso e seguia o caminho. Essa preocupação da minha mãe com outras mães para ver se era filho de alguém aquele corpo, são vivências de favela, de ter crescido sabendo se comportar diante da polícia e dentro de lugares.

Lembro que a minha mãe me ensinava “se está andando na rua sozinha durante o dia, você anda sempre na calçada, próximo das lojas, qualquer coisa que aconteça na rua você entra dentro de uma loja. Se está andando sozinha à noite, ande sempre do lado da rua, porque qualquer coisa você se joga no meio dos carros”, isso pensando bastante em violência sexista, em alguém tentar abusar. Lembro dos meus pais me ensinando também “entrou no ônibus e tá vazio, sempre senta do lado do corredor, não permita ficar encurralada na janela”, “vai comer em algum lugar, busque a visão da porta, senta num lugar que você possa enxergar a saída e entrada para estar sempre atenta”. Fui criada para ser atenta, para ser ligada, estar sempre olhando para os lados.

Quando vim para Curitiba, a impressão que tinha era que as pessoas estavam ligadas e atentas a mim. É uma cidade muito higienista, o centro da cidade é embranquecido, os espaços públicos, o serviço público, os bares, os restaurantes, tudo é muito embranquecido. Parece que a população negra vive na periferia, à margem mesmo da cidade, e tem outros lugares que são frequentados por esse grupo de pessoas. Lembro de ter ido num restaurante com meu marido e com um casal amigo dele e ter crianças que ficaram na mesa de trás brincando de amassar guardanapo e jogar no meu cabelo para ver se grudava, se ia para dentro do meu cabelo ou se saía. Os pais ignorando aquela situação, aqui parece que a prática antirracista das pessoas se posicionarem contra situações racistas é uma coisa que não é esperada, que não é natural alguém ser racista e as pessoas ao redor tomarem alguma posição.

Tem muita gente que vai se descobrir negra na fase adulta porque as famílias não debatem sobre isso, a escola não discute sobre isso aqui. A gente ouviu muito falar de bullying e pouco de racismo dentro das escolas. Parece que é tudo bullying, e é diferente. Parece que é erro de comunicação, que é uma piada fora de hora. Tem uma série de subterfúgios que as pessoas vão buscando para não usar a expressão racismo. As pessoas demoram muito a entender e tem um embranquecimento muito forte aqui de alisar o cabelo, das pessoas não se declararem como negras. A gente volta a situações de muitos anos atrás, antes de ter a identificação obrigatória do quesito raça/cor, onde as pessoas se identificavam como várias coisas, não só pardo, mas café com leite, escurinho.

Aqui tem uma leitura que você é negro se você for escuro, senão nem é tão negro assim. Não tem nariz largo, lábio carnudo e aquelas características negróides quase africanas em essência: “ah, mas você é uma negra de traço fino, ah mas você é uma negra de pele clara, ah mais você nem é tão negra assim”.

Tem uma ligação muito forte da negritude aqui por parte da população branca que tem muita dificuldade de enxergar o negro, e quando enxerga parece que nós somos exóticas, as pessoas querem ainda tocar no meu cabelo, perguntar como é que eu lavo, como é que cuidar, dizer que dá muito trabalho. Toda a minha vida eu tive o meu cabelo e cuido dele, o trabalho que o meu cabelo dá para mim é o trabalho que teu cabelo dá para você, é parte do meu corpo. As pessoas tratam como se fosse uma coisa anormal. Aqui em Curitiba, tive que refazer esse discurso, entendendo que muita gente, pelo silenciamento nos espaços familiares e escolares, vão se descobrir negras numa fase adulta, quando ela consegue olhar para trás e ver que diversas situações de violência e exclusão que ela sofreu foi racismo, mas nunca ninguém disse isso para ela. Ela nunca sequer entendeu que todos os processos que passou na infância, que doeram e que foram difíceis, foi por conta da discriminação racial, de situações racistas. Depois, na fase adulta, muita gente vai compreender processos históricos da sua infância e juventude. A não ser que tenha pele retinta, seja uma negra de pele escura, as pessoas aqui tem um despertar étnico racial muito tardio em relação ao que eu estava acostumada de vivência e de histórico.

Cresci sabendo que era uma menina preta e, para mim, me surpreende ver meninas que são também negras não se autoafirmaram dessa forma e não serem criadas para se defender de ataques como eu. Me surpreendi bastante que as famílias aqui do Paraná educam os seus filhos, não para saber se defender, não para se entender como esteticamente bonita, não para defender sua cultura e sua ancestralidade, mas sim para entrar nesses debates de piada de mal gosto na comunicação. “Você não entendeu bem o que quis dizer”, “não foi isso que quis dizer”. Erros na comunicação, bullying, como se fosse um processo de tentar intimidar alguém. Não é intimidação, o racismo é outra coisa, é um crime por motivo torpe você tratar de maneira diferenciada alguém por conta da cor da pele, e não necessariamente isso é através de intimidação. Isso muitas vezes é pelo desprezo, pelo não lugar, por te ignorar, pelo não acesso a determinadas coisas.

Tem muitas famílias de negros que casam com branco e essas crianças nascem com mais traços de um lado ou de outro e sofrem, principalmente dentro da família, pelas características que herdaram. Isso nunca é tratado dentro da família como processo de exclusão e como racismo.

O machismo percebi dentro da minha casa, meu pai era aquele tipo que sustentava, era dele a renda principal. Ele chegava em casa muito cansado, a gente morava numa região muito distante do local de trabalho dele, acordava 4h da manhã para estar no trabalho às 7h, chegava em casa 20h. Me lembro que ele sentava no sofá, a minha mãe tirava o sapato dele, vinha com prato de comida para ele comer, aí ele ia tomar banho, ela levava a roupa para ele vestir. Tinha essa condição de ser o rei dentro de casa, e a minha mãe servia. Eu achava aquilo tão estranho porque todo mundo da casa poderia se servir e o meu pai tinha que ser servido. Eu achava que ele estava muito cansado e demorei a entender muito essa relação de gênero, quando fui vendo também tinha diferenciação na educação do meu irmão. O meu irmão ganhou autoescola, a minha mãe foi na universidade particular para conseguir a bolsa dele. Ele trabalhava lá enquanto estudava, teve uma série de oportunidades e liberdades, em relação a namoro, a sair, viver a vida externa, de fora da família, a vida pública dele, que eu não tive porque era menina, porque tinha que ter modos, que não poderia fazer isso, que tinha horário para chegar, horário para sair. A cobrança sobre o comportamento adequado, sobre as coisas que eu tinha que aprender, tanto que fui querer ser freira.

Desde muito criança, as experiências que vi com a trajetória da minha mãe e tudo que ela me ensinava - que eu tinha que ter autonomia, ter estudo -, me fizeram ver que, como mulher e como mulher negra ainda mais, eu tinha que buscar o melhor possível para conseguir ser respeitada dentro dessa sociedade. Tinha que ser muito boa para ser tratada como igual, tinha que exceder expectativas para ser tratada como igual. Poxa, por que é tão difícil para gente como mulher negra? Por que a gente sempre tem que estar muito bem arrumada para não ser confundida, para não ser considerada uma pessoa perigosa ou uma pessoa menos importante, uma subordinada, uma pessoa inferior? De você entrar em prédios que te dirigem para o elevador de serviço, a não ser que você esteja extremamente arrumada, de você entrar numa loja e as pessoas não te atenderem ou te perseguirem como suspeita, ou te oferecem sempre os produtos de valor mais baixo, achando que você não tem condição de comprar aquilo que você tá olhando.

Me lembro que a minha mãe falava para mim que quando eu entrasse numa loja, principalmente essas lojas de departamento, sempre andasse com as mãozinhas para trás, para que o segurança e as pessoas que trabalham na loja vissem que não estava pegando nada, que as minhas mãos estavam nas costas. Lembro da minha mãe dizendo para mim “olha, se a polícia te abordar, fica em silêncio, pede desculpa, apresenta os documentos, mas sempre pega muito devagar e pede para ligar para o teu pai”. Meu pai é militar, então o meu

documento era militar e isso me tirou de alguns apuros, inclusive de sempre apresentar identidade militar e ter um tratamento melhor.

Uma das coisas que a minha mãe sempre me dizia era que eu tinha que saber me defender, saber argumentar, falar bem, e saber quais eram os meus direitos, tinha que discutir sempre que tivesse certeza que tinha razão. Para isso eu tinha que ter todas as informações. Não lembro de ter movimento de estudantes nas escolas em que estudei, mas lembro sempre dessa necessidade de autoafirmação, de dizer que “não vou fazer isso porque eu sou menina, vou fazer isso se eu concordar, não vou fazer isso porque sou preta, vou fazer isso se eu quiser”. Sempre tinha um lugar para menina negra desempenhar, aquilo que era característico de menina negra. Me recusei, como na escolinha, no teatro, de fazer aquela personagem que era mulher negra. Muitas coisas fui me recusando, outras coisas fui exigindo que tivesse oportunidade de estar ali também, de disputar aquele lugar também. Não me lembro, na minha escola, de ter participado de nenhum movimento estudantil ou de um movimento militante.

A minha filha quando começou a estudar estava numa creche aqui da Prefeitura em Curitiba que tinha crianças haitianas da idade dela. Eu não via, por exemplo, um trabalho com essas mães sobre xenofobia, sobre inclusão, sobre qualquer coisa dessa temática, visto que era significativa a população de crianças haitianas ali. Eu trabalhava com os meus filhos dentro de casa essas questões, como eles se comportarem de maneira que eles intervissem caso encontrassem alguma situação de preconceito, discriminação, racismo dentro da escola, que eles ajudassem e se protegessem, com essas crianças haitianas. Eu não percebia da escola uma atuação nesse sentido. Para mim é muito diferente essas características aqui de Curitiba, porque me parece que há uma negação do debate étnico-racial como se isso protegesse as crianças de entender que estão passando por uma opressão, quando na verdade você não prepara aquela criança para a vivência social, onde ela precisa resistir, onde ela precisa impor e onde ela não pode aceitar esses tipos de situações. Tem que partir da ideia de que racismo é crime e que essas crianças precisam ser ensinadas a denunciar, a reconhecer, a se proteger, saber que tem uma lei que a protege desse tipo de situação. Tem que saber como faz para não passar por essas vivências e para denunciar agressor, não para fingir que não viu, que não existe. Acho que ainda falta um pouco disso aqui em Curitiba.

Entrevista 6

A minha família sempre me apoiou em tudo que eu fosse fazer, meus direcionamentos, sempre cobrou a questão da minha educação, de ter um curso, de fazer uma faculdade, de estar preparada para a vida, que é o que aconteceu.

Sempre fui muito quieta, muito doente, minha mãe sempre falou que eu sempre gostei muito de missa, que sempre gostava de ir à igreja. Fui batizada às pressas porque o médico achou que eu ia morrer, fui desenganada. Sempre fui uma criança muito que percebia muito as coisas. Nunca fui uma criança arteira, sempre fui uma criança que parava e observava as coisas, muito questionadora. Meu pai e a minha mãe sempre ajudando e dando direcionamento para a gente ter uma vida cristã melhor. Posso dizer que tive uma infância tranquila em vista de muitas crianças hoje. Meu pai e a minha mãe sempre procuraram dar para gente o que era possível. Passamos dificuldades, passamos natal sem ter nada para colocar na mesa, mas a gente tinha o amor de um para o outro. Temos até hoje, não é porque todo mundo é adulto que não tem, ainda tem aquele respeito da “bença pai, bença mãe”. Não importa a hora, onde esteja, se tem alguém por perto, chegou ou levantou, amanheceu, pede bença. Assim a gente foi criado. Tive uma infância tranquila, na sala de aula nunca dei trabalho, sempre fui aquela de ajudar o outro, acredito que isso seja desde criança também. Nunca gostei de discutir, nunca gostei de brigar, isso é uma coisa que eu tenho até hoje. Sempre estudei em escola pública, a vida toda, menos a faculdade, que fiz particular. O restante foi ensino público.

Em casa sempre conversávamos sobre questões étnico-raciais, a gente conversa direto porque a minha mãe é clara e meu pai é negro. Um dia, minha mãe conversando com minha irmã, que tem um cabelo mais puxado para o negro, “ah, por que você não alisa esse cabelo?”. Também já tive preconceito da minha mãe porque namorei um homem negro e ela não gostava. Falei “mas a senhora casou com um homem branco por algum acaso? Seu marido é negro”. Daí ela falou para mim que não combinava comigo, “mas a senhora é casada com um homem negro, qual seria o problema de eu ter um namorado negro?”. Passei por algumas questões de entender esse preconceito dentro da minha casa, com a minha própria mãe. Da minha religião também. Minha mãe um dia me culpou de ela ter diabetes porque comecei a desenvolver. Alguns preconceitos não vem só de fora, às vezes é de dentro para fora, mas a gente chega para conversar e discutir algumas coisas. Quando criança, não tinha essas conversas étnico-raciais, não me lembro disso. Essa discussão foi depois de adulta mesmo, ainda quando a gente começou a ter conhecimento do que é você ser negra na sociedade, a cor da sua pele e a diferença que ela fazia dentro da sociedade. Enquanto criança eu não me lembro de nenhuma discussão ou alguma questão nesse sentido.

Sou mãe de 3 filhos, casada, resido na região de Piraquara, região metropolitana de Curitiba. Minha trajetória de vida é ser mãe, cuidar dos filhos. Pertencço à origem da raça negra, sou também da origem quilombola, descendente de africanos da cidade da Lapa, Paraná.

Quando eu estava na escola não conhecia nenhum movimento social ou de militância, porque não se falava nisso. Quando você tem pai e mãe que já são militantes, você conhece desde pequeno. Como minha mãe e meu pai não são militantes, não viam a importância dessa questão, então eu não sabia. Fui conhecer essa questão da militância depois que virei mãe, pela questão de ter primas militantes fui conhecer o caminhar da Rede de Mulheres Negras. Meus pais não são referência de militância, quem é referência de militância, pra mim, na família, são as minhas primas e um primo, já em memória, falecido, que são mais velhos do que eu.

Entrevista 8

Sou a Pamela de Oliveira, uma mulher negra em descoberta, tenho 35 anos, nasci em 1986. Não sou daqui da capital ou da região metropolitana, nasci na cidade de Toledo. Meus pais se mudaram, por vários momentos, por cidades próximas da região oeste do Paraná, principalmente por questões relacionadas ao trabalho. Hoje já faz mais de 20 anos que eles moram na cidade de Corbélia, no interior do estado, na região oeste. A minha família não veio de um contexto de uma família ativista, militante, que faça debate racial; esse debate para mim se inicia depois dos 20 anos.

Convivi com pai e mãe na figura de uma estrutura, de uma família que tem princípios religiosos bem fortes, que tem conflitos familiares, mas que não faz um debate racial. A minha mãe é empregada doméstica, meu pai trabalha com terraplanagem. A gente se mudava muito quando eu era criança por conta dessa necessidade de conseguir um trabalho, e nos últimos anos a minha família se estabeleceu no município de Corbélia. Das lembranças que tenho da minha mãe e que remetem à questão racial, é que eu sempre andava com o cabelo amarrado, bem preso, bem forte, com uma trança, porque a minha mãe tinha aquela questão do negro ser limpinho. Eu não podia pegar piolho para que não recaísse sobre a minha mãe aquela culpa, “foi a minha filha que passou piolho”. Como eu vim dessa região do oeste do estado, em que praticamente todos os meus colegas de escola eram pessoas não negras, a minha mãe tinha essa preocupação de deixar meu cabelo muito preso naquele rabo de cavalo, com uma trança, com o intuito dessa questão do piolho, dessa higienização. Isso remete muito às questões que são ligadas ao processo daquele ditado de preto sujo, do preto limpo. Lembro muito forte na minha vida escolar da minha mãe

sempre tendo esse cuidado. Em alguns momentos, lembro que brigava na escola por conta desse motivo, do pessoal me chamar de nequinha, ou de alguma questão.

O meu pai tem uma importância muito grande para mim. Tanto o pai quanto a mãe tem importância significativa na minha trajetória. O meu pai é um homem que é negro e tem um processo histórico de que não foi cuidado pela mãe, a irmã mais velha dele que cuidou. Ele não tem uma infância muito bacana, muito estruturada, e tem problemas com álcool até hoje, mas ele sempre me incentivou a estudar, sempre esteve comigo. Quando resolvi fazer essa primeira graduação de matemática foi numa universidade privada, a UNIPAR. Meu pai falou “não filha, o que o pai consegue te ajudar é com esse valor”, que na época não dava R\$ 200,00, mas era muito dinheiro. Como eu morava em Corbélia, tinha que pegar o ônibus para Cascavel, e meu pai falou “não, com isso eu consigo te ajudar”.

Entrevista 9

A “constatação da existência do machismo” foi também na infância. Lembro que eu e a minha irmã Pulica íamos a pé de nossa casa até a creche, que ficava na cidade, a estrada naquela época era de barro e tinha uma mata antes de chegar na creche. A gente passava por uma casa numa parte do caminho que existe até hoje, porém reformada, e lá moravam uns meninos que sempre atiravam pedras em mim e na minha irmã.

Entrevista 10

Eu venho de uma família muito simples, acredito que eu não tenha passado fome, mas tivemos muitas restrições, muitas coisas que a gente não fez, não viveu. Éramos muito simples mesmo e exatamente por conta da nossa condição tínhamos dificuldades para conseguir as coisas. O dinheiro era bem escasso, bem contado. Eu sou fruto do meu pai, indígena, e a mãe é uma mulher preta, e saiu eu, essa mistura dx indígena com x pretx, uma mulher negra. Uma das coisas que a gente sempre teve dentro de casa era uma cultura de que a forma da gente se estabelecer seria estudando, estudar era uma forma da gente avançar.

A gente acabou avançando e conhecendo pessoas, fazendo muitos projetos, e acabei me dedicando muito a isso e não me interessei muito por umas questões que são muito mais comuns na vida das mulheres, como ser mãe ou casar, porque achava que isso deveria ser uma coisa bacana, mas não era a minha

prioridade. A minha prioridade era me estabelecer como pessoa e acho que isso vinha muito da condição que a gente vivia na vida, de avançar e de quebrar um pouco com aquele ciclo, daquela coisa de subserviência, de uma pobreza, de uma coisa que era muito complicada. Foi mais ou menos nesse sentido que eu busquei mais essa trajetória, uma busca de superação intelectual, me superar no campo, porque era mais ou menos aquilo que a gente conhecia dentro de uma perspectiva familiar, que você venceria se você estudasse. Acabei aprendendo a vencer estudando e buscando ter uma condição mínima para sobreviver. Do ponto de vista mais pessoal não sei se é necessariamente vencer.

3.2.4 Relacionamentos Afetivos

Este tópico agrupa trechos que relatam a vida afetiva das integrantes da RMN-PR. Aqui está sendo considerado nos relatos das colaboradoras da pesquisa os relacionamentos passados, relacionamentos atuais, relacionamentos possíveis, anseios de relacionamentos e os não-relacionamentos (a negativa de afeto e companheirismo). Os relatos são de relacionamentos heterossexuais, interracialis e intrarraciais.

Entrevista 1

Eu acredito que o momento em que eu me percebi como mulher negra foi quando eu arrumei um namorado. Eu tive vários namorados, namorei bastante, mas namorar é uma coisa, eles apresentarem você para a família é outra situação. Eu tive um namorado branco, que estudava com minha irmã gêmea. Eles eram amigos, iam lá em casa e a gente acabou namorando, não que eu tivesse um sentimento muito grande por ele, mas acabei aceitando. A dificuldade: eu e minha irmã frequentamos a casa da família dele enquanto amigos e a partir do momento que ele quis casar comigo, a situação mudou. Um domingo ele me convidou para almoçar na casa dele e, quando eu cheguei, ele me levou para a casa da irmã dele, que morava nos fundos, porque a mãe não queria. Eu fui várias vezes como amiga, ela recebia, mas, como noiva do filho dela, ela não aceitou. A situação não foi a frente e acabei desistindo. Há uns 3 anos atrás, essa pessoa me achou novamente nas redes sociais e foi bem complicado, porque parecia que ele queria retomar a memória afetiva, apesar de ser casado, com filho. Eu tive que bloquear ele de todas as redes sociais porque se tornou um incômodo para mim. Ele não teve força para assumir o relacionamento com

uma mulher negra naquele momento e queria agora, só que agora quem não queria sou eu.

Tenho alguns embates com a questão de gênero, e tenho muita dificuldade de atender a expectativa do gênero masculino com relação à mulher. Tenho muita dificuldade até de relacionamento com homens por conta disso. Eu não consigo aceitar, e não devo também, e não consigo entender porque uma mulher, só pelo fato de ela ser mulher, não está em igualdade de direito. Quando eu falo em igualdade é uma questão de igualdade de direito e oportunidade, e eu vejo que isso está longe de acontecer. Indo em frente e resistindo, retroceder nunca.

Entrevista 2

A minha trajetória de vida foi se construindo desde que eu nasci, mas aos 15 anos eu comecei a trabalhar, fiz amizades fortes no meu trabalho. Tenho algumas amizades até hoje. Tive poucos namorados. Na minha adolescência eu ia com as filhas das vizinhas e com a mãe de uma delas que nos levava para as festinhas. Infelizmente, eu não era tirada para dançar e as meninas eram. Eu carrego isso um pouco na vida. Trabalhando conheci meu primeiro namorado, namoramos um bom tempo. Ele era muito filhinho de mamãe, era um homem negro, mas muito dependente. Ficamos juntos por uns 3 anos, viajamos juntos, eu comprei um fusca, e foi muito bom. Também tive um grande amor que morreu afogado. Depois disso, eu fiquei muito tempo sem namorar.

Os homens negros muitas vezes não nos querem, preferem as mulheres brancas, loiras, de olhos azuis. Eu quero um homem negro, mas às vezes a gente diz “meu deus, como é difícil essa compreensão”. Tem um livro de adolescente que diz assim “felicidade não tem cor”, mas eu digo “felicidade não deveria ter cor, mas tem”, porque eu particularmente fui preterida por alguns homens negros que preferiram mulheres brancas. Quando era criança, queria um homem branco por conta de todo racismo que eu vivi. Depois, me descobrindo mulher negra, me amando, me aceitando, eu tive 3 namorados negros. Hoje estou sozinha, e continuo querendo um homem negro.

Nós, mulheres negras, somos olhadas como exóticas, como objetos sexuais. No carnaval somos cobiçadas, e a população brasileira e estrangeira que vem curtir o carnaval não sabe que aquelas mulheres são guerreiras, profissionais de todas as áreas, que trabalham, têm família, filhos, um companheiro, e que fazem a beleza do nosso carnaval e da nossa luta, da nossa história com muito trabalho e garra. O samba de raiz, o candomblé, a macumba, que as pessoas entendem como uma coisa ruim, fazem parte da nossa história, da nossa vida.

Entrevista 3

Eu namorava um homem negro do movimento negro, com consciência racial, mas todas as questões que permearam a nossa relação é muito de como os homens, em especial os negros, lidam com a afetividade interracial, a dificuldade de estar ao lado de uma mulher negra. Fui trocada, traída, por esse homem negro querer estar ao lado de uma mulher branca, o troféu - ao menos entendia essa dificuldade do relacionamento racial por parte dessa pessoa. Todas as relações de traição eram com outras mulheres brancas. Nunca fui maltratada no sentido de sofrer algum tipo de violência, nem psicológica, ainda que repetidas mentiras estão num campo de abuso. Pensar nas mentiras, nas traições desse relacionamento, a questão de querer sempre estar com uma mulher branca, percebi os conflitos raciais disso só depois.

Entrevista 5

Conheci o meu marido e a gente começou a namorar, casamos. Tive meu filho durante a graduação e quando me formei estava grávida da minha segunda filha. Chega na adolescência e é aquela expectativa do corpo, a gente ganha peito, ganha bunda. Geralmente desenvolve bastante o corpo na adolescência e aquele olhar de que a gente é desfrutável mesmo, de que a gente tá ali para satisfazer os desejos, ainda que a gente se porte, não se coloque, não faça isso, a sociedade olha para gente como se a gente fosse a fácil, a para namorar, mas não para casar, aquela para se divertir. Isso na escola é muito forte na relação com aqueles que são da nossa idade. Os meninos quando a gente se desenvolve querem ficar com a gente, mas não querem andar de mão dada, não querem apresentar para a família, não querem namorar, querem aproveitar o corpinho bem desenvolvido da preta. Senti muito isso na minha adolescência. As questões de gênero são diferentes para uma mulher negra porque a gente tem uma inclusão hipersexualidade e uma exclusão afetiva e isso dói. A gente cresce achando que nunca vai namorar, que é feia. Isso foi uma coisa que pesou muito para mim.

Comecei a ter essa visão positiva por conta de ser muito boa nos estudos, mas ainda assim era a última a ter um namorado. Acho que nem tive namorado na escola, todas as minhas coleguinhas tiveram e eu fui aquela que só fui ter namoradinho no ensino médio. Os meninos queriam só ficar escondido, ninguém queria namorar, e essa história de ficar eu não queria porque minha mãe era muito firme, em especial nessa questão de eu saber me valorizar, saber me impor e não aceitar esse lugar de ser escondidinha, de ser só a diversão dos

meninos. Então já na primeira infância, muito menina, muito pequena, constatei, na época não sabia esses termos racismo e machismo, mas já entendia que era diferente a vida de uma menina negra.

Entrevista 10

Acho até que é por ser diferente, no andar da carruagem, na construção da minha trajetória, tive muitas dificuldades nos relacionamentos com os homens. Hoje conhecendo toda uma outra possibilidade de relacionamentos me percebo uma mulher hetero, naquele momento histórico eu me entendia uma mulher hétero. Além da questão de ser uma mulher negra, sou uma mulher deficiente, e a gente sendo diferente, esse padrão de normalidade - que é você crescer, amadurecer, depois se casar, constituir família e morrer - vem de uma forma um pouco diferente. Acho que por conta de ter que encarar isso tudo, busquei fixar mais em me estabelecer melhor onde dependia de mim, não onde iria depender de uma outra pessoa que eu teria que conquistar. Então acabei não tendo uma vida de casada muito cedo e também não constitui família no ponto de vista de ter filhxs. Isso não veio para minha vida. Também não tinha muita perspectiva, até por conta de que ser uma mulher deficiente não é muito fácil, “será que corro o risco de ter filhxs deficientes?”. Eu até não entendia que uma outra pessoa teria que pagar por isso, ou passar pelo que passei. São coisas que não vieram para a minha vida.

3.2.5 RMN-PR

Este tópico é referente à visão das colaboradoras desta pesquisa sobre a Rede de Mulheres Negras do Paraná. Aqui estão reunidos relatos acerca do ingresso e atuação das colaboradoras da pesquisa na organização, eventos e ações da RMN-PR de conhecimento das entrevistadas, pessoas que as entrevistadas puderam conhecer através da Rede, possibilidades e significado da organização para suas integrantes. As entrevistadas se dividem entre as que ingressaram nos anos iniciais da RMN-PR, algumas tendo participado da fundação da organização, com ingresso entre 2006 e 2013, e as que ingressaram na segunda metade da existência da organização, entre 2014 e 2021.

Entrevista 1

Em 2015, participei de um evento com uma menina que não era filiada da Rede, Patrícia, e depois disso ela entrou em contato comigo perguntando se eu não ia na Marcha de Mulheres Negras em Brasília. Eu não sabia nada sobre Rede de Mulheres Negras e sobre Marcha de Mulheres Negras, para mim era uma novidade esse evento e esse movimento de mulheres negras. A Patrícia, que é servidora da Universidade Federal, disse que o sindicato estava recrutando mulheres porque ele teria um ônibus para levar essas mulheres para a marcha. Eu me candidatei e fui para a Marcha das Mulheres Negras em Brasília, contra a violência, contra o racismo e pelo bem viver. Depois disso, eu percebi que a demanda do grupo Casa das Pretas não era aquilo que eu esperava, então eu conversei com a Denise sobre isso e ela disse: “acredito que no teu caso seria a Rede de Mulheres Negras, eu posso te apresentar”. Naquela época, a coordenadora era a Sabrina. Fiquei na rede porque a minha intenção era aprender mais, me apropriar dos saberes e dos fazeres das mulheres negras que eu não tinha até aquele momento porque eu convivia em outros espaços. Eu fiquei dentro da Rede entre 2015 até 2017, quando a Bárbara, que era a coordenadora daquele momento, entrou em contato para eu assumir uma cadeira de suplência no Conselho Estadual dos Direitos da Mulher. Esse foi o meu primeiro envolvimento enquanto filiada da Rede de Mulheres Negras. Eu fiquei de 2017 a 2020, com duas gestões. Sai no final do ano passado do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, para ir para o Conselho Estadual de Saúde. Em 2019, eu fui eleita para a gestão complementar, que foi uma gestão em que a coordenação saiu e outra coordenação assumiu para concluir o mandato. Entrei como coordenadora administrativa e fiquei de 2019 até junho de 2020, quando houve outra eleição e eu preferi estar como coordenadora administrativa adjunta da Rede, como estou até hoje. Atuando dentro dos conselhos, eu tive oportunidade de estar em outros espaços, palestrando principalmente na questão dos direitos da mulher. Fiz algumas palestras sobre a violência doméstica e familiar. Fiz algumas palestras também sobre feminismo, não que eu entenda que eu carregue essa pauta, mas a partir do momento que estamos lá, a gente tem que se posicionar. Em 2019, fui substituir a Doutora Muriel – que é a fundadora da Rede Mulheres Negras – em um evento, e eu não me achava à altura para poder fazer isso. Houve um conflito de agendas com ela e eu acabei indo. Fiz a palestra dentro de um do shopping aqui de Curitiba, em uma livraria, e esse foi o primeiro momento que eu me vi como uma mulher feminista negra. Até então, eu não fazia a leitura de que eu era uma mulher feminista. Eu não me considero, mas pela posição que eu defendo, que é a mulher tendo sua liberdade de expressão independente do gênero e a igualdade de oportunidade, e pelas pautas que eu defendo...

Entrevista 2

Faço parte da Rede de Mulheres Negras do Paraná já faz 15 anos, eu estou desde a sua fundação. A Rede faz muitos trabalhos, principalmente com a questão da saúde alimentar, discute vários eixos, vários temas.

A Lei Áurea foi um arranjo da classe burguesa do capitalismo, o Brasil foi um dos últimos países a acabar com a escravização. Nós temos encontrado várias mulheres, principalmente as mulheres negras, trabalhando como escravas de famílias ricas e fazendeiros. Os coletivos do qual eu faço parte tem o papel de denunciar e também apresentar políticas públicas. Todo ano a Rede de Mulheres Negras faz várias oficinas, mas tem uma principal que acontece no início do ano falando da saúde da mulher negra. Nós trazemos pessoas do Brasil todo, que participam porque conhecem o trabalho da Rede. Com todo esse trabalho da Rede ainda há desigualdades e acontece a violência de gênero.

Muitas vezes, vários trabalhadores falam em direitos humanos, a população negra também fala. Para que os direitos humanos existam, e sejam colocados em prática de fato, não deveria acontecer o racismo, machismo, a violência de gênero, o feminicídio, a violência contra LGBTQI+. E eu mulher negra professora, hoje aposentada, graças a Deus com saúde, continuo levando essas provocações e discussões para a escola e sindicato. Não estou na escola, mas através de vários coletivos - o coletivo de combate ao racismo da APP, da CNTE, da Rede de Mulheres Negras, da Coalizão Negra por Direitos. A Rede de Mulheres Negras participa de vários conselhos. Eu representei a Rede no CONSEPIR, que é um conselho formado 50% pelo governo e 50% pelos movimentos sociais. Ajudamos a construir uma campanha que denuncia a violência contra a juventude negra, contra as mulheres negras e a população cigana. A construção de uma existência machista passa pelo ensinamento. As famílias criam o preconceito, por exemplo, o pai diz que menino só pode usar azul, e a menina rosa. Isso parece um chavão, mas acontece ainda hoje. Eu tenho alunas que são mães, às vezes o pai repete isso e a mãe não questiona. O machismo começa aí.

A Rede de Mulheres Negras faz várias oficinas de autoconhecimento, de valorização, de autoestima, e a gente vai aprendendo e se valorizando. Dizem que nós, mulheres negras, ou a população negra, tem que ser forte, nós temos que mostrar a nossa capacidade duas vezes, na escola, na universidade, no trabalho, pois a sociedade exige isso de nós.

A Rede de Mulheres Negras do Paraná faz parte de uma rede maior da América Latina que desenvolve vários projetos onde nós, filiadas da Rede, atuamos na educação, saúde e cultura, de todas as formas. Fazemos parceria com vária

entidades para combatemos todas as formas de violência. Aconteceu em 2015 uma grande marcha de mulheres negras que reverberou no Brasil e no mundo. Comemorou-se. Antes disso, as mulheres negras se encontraram em Durban e na América Latina. As mulheres do Brasil estão em entidades liderando, fazendo o Brasil se movimentar no combate ao racismo, machismo e homofobia. Neste momento, a luta é acabar com esse governo genocida que está agindo contra todas as democracias e contra todos os nossos direitos.

A Rede de Mulheres Negras faz parte da minha história de vida também, tenho muito orgulho disso. Cheguei à Rede por conta também das minhas atuações no movimento negro, na educação, conhecendo algumas mulheres através da amizade, da militância social e sindical. Fui conselheira da Rede, no CONSEPIR. Também acompanhei algumas outras mulheres em alguns conselhos na questão de mortalidade materna. Não tenho uma função específica, sou conselheira, me dispus a fazer parte de um conselho, mas já fiz parte de vários conselhos pela Rede Mulheres Negras. Represento a Rede na Coalização Negra por Direitos. A Rede também faz parte da Frente de Mulheres Negras do Brasil. As filiadas que integram a Rede são de várias profissões (professoras, trabalhadoras da saúde, psicólogas, funcionárias públicas, assessoras parlamentares). Todas lutando contra o racismo, o machismo, o feminicídio, a LGBTQI+fobia. Pensamos de maneira diferente em relação a algumas coisas, mas temos em comum a mesma luta, que é tornar Curitiba, o estado do Paraná, o Brasil um mundo melhor, combatendo o racismo, o machismo, o feminicídio e lutando por igualdade, propondo políticas públicas para a população negra, que é quase 60% do país. Aqui em Curitiba nós somos quase 20% e aproximadamente 25% no Paraná. A Rede atua no Paraná todo com políticas públicas e também no Brasil e fora. Faz discussão na área médica a respeito de como a população negra é tratada de forma racista por alguns profissionais.

Entrevista 3

Em fevereiro de 2006 fico sabendo de um evento, uma oficina de mulheres negras, que é quando a Rede Mulheres Negras PR é criada. Faço parte dessa oficina e fico sendo sócia fundadora da Rede.

Essa discussão de gênero e raça se apresenta muito mais forte quando conheço a Rede. Ter consciência do que significa ser uma mulher e negra foi com a Rede, a percepção de que coisas que tinha vivido, que estava vivendo, relacionamento que estava vivendo, tinha a ver com eu ser uma mulher negra.

Também meu papel dentro da minha família, econômico, a relação da minha mãe com a sua família, a relação da minha vó, da sua irmã, todas que eu já citei,

consigo olhar para as duas famílias, paterna e materna especialmente, das mulheres negras, depois com a Rede.

Meu olhar para o contexto que as mulheres negras vivem vem depois da Rede de Mulheres Negras, que me faz pensar muito em sempre discutir gênero e raça. Nesse momento, eu penso em ir para o mestrado, continuar com o tema da violência policial, mas focar nas mulheres negras que estão politizando a morte dos seus filhos. Essas mulheres negras, assim como a minha mãe, algumas analfabetas, algumas com pouquíssimo estudo, que vão para o debate, vão discutir a morte de seus filhos e denunciar esse estado, elas estão falando de racismo e de violência, elas estão pautando o nosso modelo de segurança pública. Tenho acompanhado a organização de um grupo aqui em Curitiba a partir dos 4 jovens que foram assassinados no ano passado no Parolin. Estou pensando e querendo já há uns 2 anos voltar para o Mestrado, voltar a estudar e esse vai ser o caminho.

A Rede de Mulheres Negras para mim é muito significativa. Foi muito importante ter participado da Rede - participado porque a última vez que toquei um projeto foi em 2013, integrei a comissão organizadora da etapa municipal e estadual da Conferência de Promoção da Igualdade Racial pela Rede. Foi a última vez que definitivamente eu tive uma função, depois não consegui mais. Em 2013 passei no concurso, no final de 2014 fui mãe, no início de 2015 saí da licença maternidade com um bebê de 6 meses. Fui trabalhar e as coisas ficaram muito difíceis para conciliar militância. Estou voltando, tenho cada vez mais sentido essa necessidade de voltar.

A Rede de Mulheres Negras em 2006 tem algumas coisas muito significativas para mim, 3 em especial. Eu vou participar dessa oficina num momento de grande decepção com o movimento negro de Curitiba, não no geral, mas com algumas militâncias. As coisas que eu presenciei ali em 2003, 2004 e até um determinado momento de 2005 foram muito difíceis para mim. Comecei a perceber que essa questão da militância também envolve visibilidade pessoal e vaidade. Sou uma pessoa muito intensa e faço tudo pelo que acredito, só faço o que acredito, é a minha personalidade. Sempre tenho opinião para tudo, me coloco diante das coisas, sempre faço aquilo que me move, sou uma pessoa movida por paixões e às vezes o espaço político exige atitudes, um fechar olhos que eu não sei como fazer. Tenho hoje uma dimensão política melhor dessas questões de disputa por visibilidade, por poder. Sou socióloga e sei que as relações humanas são pautadas pelo poder, pela disputa, e não sou mais tão ingênua. Quando fui participar da oficina da Rede, ainda estava tomada por essa decepção, experiência ruim, me ver sendo usada e outros(as) jovens para autopromoção. Quando cheguei lá vi aquele grupo de mulheres que eu já conhecia, outras não. Tinham mulheres ligadas a movimentos negros mistos,

jovens negras que tinham saído dessa organização que eu saí. Estava a Sabrina Santos, que conhecia um pouco por conta das conferências de Durban e porque nós acampamos na Reitoria para aprovação das cotas raciais, a Muriel, que eu já tinha conversado por telefone por conta da Congada da Lapa - ainda na antiga organização, pedi uma apresentação da Congada da Lapa em um evento que a gente estava organizando. Conhecia essas mulheres, e toda aquela dinâmica de 2 dias, de falar das vivências, das angústias, de várias percepções. Uma oficina muito bem montada, aquilo reacende um monte de coisas.

Começo a participar da Rede, que de fato se constitui como uma organização negra que tinha um objetivo muito claro do que queria fazer, e aquilo era uma corrente, uma rede de pessoas que iam fazer algumas coisas se tornarem possíveis. Então a Rede me acende de novo essa paixão pela militância, me traz de volta essa coisa de você fazer mesmo para a população negra, de fazer pela militância, fazer enquanto denúncia, enquanto valorização de uma cultura, de estar próximo dessa comunidade. Entendo naquele momento que a Rede tem uma função muito importante dentro da cidade e do estado e vai construindo essa função e essa importância, ela começa de maneira muito gigante, faz coisas na cidade que transcendem a cidade, são estaduais. Consegue trazer pessoas, mulheres, militantes do estado e consegue ter uma visibilidade nacional dos seus feitos. A Rede tinha uma função e um objetivo muito claro e todo mundo abraçou aquilo.

A minha atuação na Rede nos primeiros anos foi bem intensa, participar de todas as reuniões, saber de todos os projetos, dar conta de todos os projetos, pequenas ações, mas que eram grandiosas, algumas pequenas e outras grandiosas. A Rede constrói um seminário para falar da saúde da população negra desde o primeiro ano da sua existência, o primeiro já grande, participação estadual e nacional. Era um trabalho convidar lideranças, viabilizar transporte, procurar hotel, organizar tudo, e eu sempre estava muito ativa nisso. Produzimos atividade no dia da mulher negra, 25 de julho, no dia 8 de março, agendas para 20 de novembro; os primeiros anos foram uma atuação bem intensa. A Rede sempre dava um lugar, funções para as suas filiadas, todas tinham um trabalho para desenvolver, participar de reuniões de outros movimentos, de conselhos. Eu tinha também essas funções. Em 2013 a minha última participação foi na função de levar o nome da Rede para as Conferências de Promoção da Igualdade Racial, fazer parte dessa construção que é importante. Isso é muito trabalho porque nós não somos em muitas e muitos dentro do movimento negro. Nessa comissão para construção da conferência municipal e depois a estadual éramos poucos assumindo tarefas, ativos, 3 pessoas dos movimentos sociais e mais o poder público. O poder público municipal não querendo a conferência e tentando boicotar, e na estadual mais organizada.

A área da educação dentro da militância nunca foi a área que me chamou atenção, a discussão que sempre me chamou atenção foi a de violência, nosso modelo de segurança pública. Uma coisa muito importante em 2008 que aconteceu no Brasil foi o 1º Encontro Nacional de Juventude Negra. Esse encontro começou a ser discutido desde 2006, jovens a nível de Brasil começam a se reunir e a discutir a questão do extermínio da juventude negra, até que isso vira um grupo e um encontro nacional; um belo dia a gente fica sabendo que aconteceria em julho de 2007, na cidade de Lauro de Freitas, na Bahia, o Encontro Nacional de Juventude Negra, e as pessoas que iam participar do encontro nacional eram as pessoas que iam construir os seus encontros estaduais. A gente fica sabendo disso num sábado, numa reunião da Rede: “Olha, tem pessoas adultas chamando, teve uma reunião para falar sobre o Encontro Nacional de Juventude Negra e estão organizando o encontro estadual”, mas quem estava organizando o encontro estadual aqui no Paraná eram pessoas adultas e não poderia, a coordenação tinha que ser de jovens. Depois de questionar o que estava se construindo, montamos, jovens da Rede, uma comissão para organizar a etapa estadual, fiquei com a função de coordenação geral, tinha as funções, e a gente dividiu com as jovens da rede praticamente. O Encontro Estadual de Juventude Negra aconteceu com a participação de jovens do interior, Ponta Grossa, Londrina, Maringá, Apucarana só por causa da Rede. A Rede enquanto instituição nos deu todo o apoio, nos ajudou, conseguiu alimentação. A Muriel estava lá para fazer a discussão sobre saúde, a Sabrina Santos viabilizando alimentação, as adultas da Rede ajudaram o encontro acontecer. O objetivo desse encontro nacional era discutir a violência policial, a violência do Estado contra a juventude negra. A gente faz esse encontro, eu participo do encontro nacional e fico sendo coordenadora do Fórum Nacional de Juventude Negra até fazer 29 anos, até deixar de ser jovem. O Fórum Nacional de Juventude Negra promove uma campanha nacional contra o extermínio da juventude negra, a gente faz reuniões com o governo, com o Ministério, Governo Lula e Dilma. Nós tínhamos essa demanda na Rede de falar sobre educação, acredito que a educação sempre estava presente em todas ou em boa parte das ações da Rede. Seminários, quando a gente promove discussões e debates na área, sobre as relações raciais, dados estatísticos, eventos, palestras, o próprio seminário da Rede de Mulheres Negras, muito importantes para nossas formações. Era muito importante para mim que estava na universidade, para jovens que participavam da Rede e estavam no ensino médio.

A gente tinha uma filiada que fazia pedagogia e que tinha esse olhar para a educação, a gente se disponibilizava a dar palestra nas escolas no 20 de novembro sempre que fomos convocadas. Eu já convidei integrantes da Rede

para falar minhas turmas sobre gênero e raça, sobre a Rede, sobre as mulheres negras, sobre feminismo negro, as ações relacionadas a área da educação.

A Rede é gigante, não digo isso porque sou sócia-fundadora e participei e me sinto parte da Rede até hoje. Falo que participei porque uma organização é feita de pessoas, para a organização existir e sobreviver, as pessoas precisam estar trabalhando lá, fazendo algo para essa organização, e no momento não estou fazendo, não tenho nenhuma função, não assumi nenhum trabalho dentro da Rede. Pretendo voltar, com toda certeza. Meu filho vai fazer 7 anos e um bom momento. A militância é importante, nossa vida é um cotidiano de muitas coisas que é da militância.

Assim, me dar conta que eu era uma mulher negra, que várias coisas era por eu ser uma mulher negra foi muito recente. Eu tinha essa questão, sempre fui negra, mas ser uma mulher negra, o que significa dentro da sociedade, descobri com a Rede de Mulheres Negras, foi o lugar que me possibilitou essa discussão. Gênero e raça não estava nos outros movimentos, não está na universidade, foi só com a Rede, mesmo.

Entrevista 4

Pelo menos 1 ou 2 anos antes já vim conhecendo o movimento de mulheres negras do restante do país, algumas poucas que conheci aqui do estado. Sou suspeita de falar da Rede porque sou fundadora. É claro que temos todo um histórico, mas basicamente eu era ponto focal da Rede Feminista de Saúde aqui no Paraná, e em 2005 teve a Marcha Zumbi dos Palmares em Brasília, e a Rede Feminista me mandou um dinheiro para levar um ônibus de mulheres negras para a marcha. Quem disse que eu conhecia e conseguia levar um ônibus de mulheres negras para Brasília? Claro que não. Consegui levar 3 pessoas de carona num ônibus que veio de Porto Alegre, que pegou mais algumas pessoas em Floripa, e fui de avião. Eu já estava conhecendo um pouco do movimento de mulheres negras nacional, fiquei indignada de eu não conhecer. Como tinha esse recurso e não foi gasto, pedi autorização para a Rede Feminista se podia fazer um encontro de mulheres negras aqui no estado, foi autorizado e fiz. Foi em novembro a marcha em Brasília, e dias 4 e 5 de fevereiro de 2006 fizemos o encontro de mulheres negras de Curitiba e região metropolitana, nesse encontro criamos a Rede de Mulheres Negras do Paraná. Para mim é uma filha, que acaba de fazer 15 anos inclusive. Foi um trabalho grande, árduo. Esses dias ainda nós tivemos uma live de comemoração dos 15 anos, e falei que sou muito feliz porque era uma necessidade mesmo, e as pessoas viram que era necessário, tanto é que elas sobrevivem e vive até hoje. Nos primeiros 6 anos eu fui coordenadora, na próxima gestão fiquei no conselho fiscal e neste

momento não tenho função nenhuma, sou uma filiada como qualquer outra. É óbvio que se elas tem alguma dúvida ou questão, quando elas precisam de alguma ajuda, me consultam, mas sou uma filiada como qualquer outra e faço questão disso mesmo. Acho que nós temos que ir passando o bastão para outras, não dá para você ficar eternamente ali na coordenação ou em um dos cargos. A Rede sempre que possível tem filiadas que participam do Fórum de Educação da Igualdade Racial, FPEDER. Eu mesma fui num único fórum, que foi ali em Piraquara, para falar sobre a questão da saúde da mulher negra, mas a Rede tem algumas filiadas que são pedagogas e participam desse fórum.

Entrevista 5

A militância foi um processo difícil, onde tive que muitas vezes me impor para ser ouvida e para ocupar espaço e chegar em determinados lugares. Hoje, pela Rede Mulheres Negras, estou ocupando a vice-presidência do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, e isso abre muitas portas nos movimentos amplos de militância. Me chamam para fazer falas, para discutir uma diversidade de temas, para falar sobre muitos assuntos. Parei para ser chamada também para falar especificamente de racismo, porque parece que relegam a nossa intelectualidade a este tema, então eu estou terminando meu mestrado em saúde coletiva e agora, por conta da pandemia começaram a me chamar para fazer fala sobre saúde, sobre a pandemia, sobre vacina, sobre saúde coletiva, sobre a saúde da população negra.

Queria conversar mais assim, e cheguei na Rede de Mulheres Negras em 2015. Eu conheci a Rede em 2012, quando fui militar dentro da CUT, na secretaria de organização e depois na direção geral. Quando conheci a Rede através de parcerias, fiquei encantada com uma organização específica de mulheres negras onde a principal pauta era saúde da população negra. Só que eu achava que tinha um limite naquela pauta, eu queria falar de muito mais coisas e fiquei só num namoro ali na Rede. Em 2015 teve a Marcha Nacional de Mulheres Negras em Brasília, contra o racismo, contra a violência e pelo bem viver. A Rede foi fazendo uma série de debates, inclusive com a discussão do que é o bem-viver, e percebi que a pauta era muito maior, que o debate da Rede para saúde era só um disparador, porque para ter saúde, a gente precisa ter emprego, renda, acesso à políticas públicas. A saúde não é só a saúde física, mas também a saúde mental, a saúde social, saúde dentro dessa sociedade, uma discussão muito mais ampla do que eu imaginava que fosse.

Me surpreendi positivamente com a profundidade política e teórica que a Rede de Mulheres Negras do Paraná tinha acumulada, com aquelas mulheres que estavam ali. Em 2015, na organização da Marcha das Mulheres Negras para

Brasília, me aproximei e depois me filiei à Rede de Mulheres Negras do Paraná. Comecei a atuar de maneira mais próxima na Rede de Mulheres Negras, já tinha uma história dentro do movimento sindical e dentro do movimento feminista, mas não tinha ainda essa militância direta num movimento de mulheres negras. Tinha muitas proximidades com movimentos negros daqui de Curitiba, mas não tinha ingressado em nenhum, e quando conheci mais profundamente a Rede, senti que ali era o espaço que queria estar. Além de fazer essa luta contra o racismo, de ser antirracista, de ser anticapitalista, de ser antimachista, me encantou esse trabalho direto com as mulheres negras no campo, na cidade, mulheres quilombolas, urbanas, ribeirinhas, trabalhando a temática de saúde, chegando próximo delas, trabalhando afroempreendedorismo. Fui me encantando com as temáticas, com as motivações e com os projetos que a Rede de Mulheres Negras do Paraná faz, porque isso faz com que mulheres sejam muito fortalecidas na sua essência de quem são, na sua luta e nos espaços que elas ocupam, onde elas estão inseridas.

A Rede tem isso, fortalece as mulheres para que elas atuem onde elas estão, para que elas busquem sua autonomia e se emancipem para voar. Isso é uma coisa que me fez muito bem, saber que posso ir até uma realidade diferente da minha, aprender junto com aquelas mulheres e levar um pouquinho do que sei para elas, para que essa troca faça com que nós duas possamos crescer e devolver para os lugares que a gente está, devolver socialmente aquilo que a gente vai aprendendo e construindo em rede, umas com a outras. Não é uma entidade assistencialista, que fica buscando edital para crescer como organização, a Rede tem esse perfil de fortalecer as mulheres para uma vida livre de violência e de opressões. A busca é para a gente compreender o espaço que a gente está nessa sociedade, como que a gente faz para superar os processos de opressão e, ao mesmo tempo, como é que a gente se fortalece no local que a gente está. Foi quando eu me aproximei que eu falei “é aqui que eu quero ficar, é esse trabalho que quero fazer”.

A Rede participa sempre de processos de bancas de heteroidentificação. A importância disso para educação é que a gente sempre faz uma conversa com cada um dos candidatos que chegam lá explicando que o são políticas afirmativas, qual a importância da luta do movimento negro, quais são os direitos que a gente conquistou com muita luta. Esse também é um momento importante em que a gente reafirma a importância das políticas afirmativas, da luta por combate ao racismo e promoção da igualdade. A gente tem essa tarefa de conversar com os professores, de como fazer com que esse ensino seja transversal, a todas as disciplinas, mas também dialogar com os alunos da Rede, para que a gente consiga também levar um outro olhar para eles.

A Rede está com um projeto agora, em que a gente disputou um edital, que é exatamente sobre o ensino e ação da lei 10.639 nas escolas públicas. É um projeto que a gente está indo conversar com alunos, professores, com aquele ambiente escolar falando sobre o ensino da história afro-brasileira através da perspectiva do olhar e das narrativas do próprio povo negro, da gente entender qual o nosso papel dentro da história desse país, sem o estereótipo que foi contado há tanto tempo pelos colonizadores. Esse projeto atualmente em desenvolvimento a Rede ganhou em parceria com o UniBanco. Lembro quando surgiu esse debate sobre a 10.639 como muitos professores fizeram o mesmo que faziam em relação ao Dia do Índio, pintavam o rostinho da gente, botavam uma pena na cabeça e mandavam a gente fazer “uh, uh, uh, uh”, como se os indígenas fossem povos atrasados, ignorantes, quando na verdade eles têm uma outra cultura, uma outra forma de sociedade que é diferente da nossa, que precisa ser respeitada e entendida e não estereotipada. Com a lei 10.639, muitos professores faziam trabalhos desse tipo, extremamente estereotipados, de mandar todo mundo colocar turbante, tecidos com temas africanos, sem nem sequer compreender que os turbantes têm um papel social importante, tanto na religião de matriz africana quanto também nas nações africanas. Tinham toda uma história envolvida sobre o uso de turbante, ou trançar os cabelos. A gente tenta conversar com esses professores para que a atuação deles não seja uma atuação agressiva, que estereotipe e que folclorize negros e negras, que vire uma fantasia de gente negra com ensino sobre a cultura afro brasileira.

A Rede de Mulheres Negras fez muito esse trabalho de ajudar as escolas a trabalhar nessa temática. Isso, para nós, é bastante importante, além de fazer essa tentativa de impulsionar para que mais mulheres negras tenham uma vida acadêmica. Tem parcerias com os Núcleos de Estudo Afro-Brasileiros das universidades, com cursinhos pré-vestibulares gratuitos para a população negra. A gente incentiva bastante que se produza saberes acadêmicos a respeito da população negra, por nós. Sair daqueles estudos antropológicos de antigamente onde os pesquisadores brancos iam fazer essa avaliação do que eles entendiam de comunidades quilombolas e indígena. A importância de a gente ter pesquisadoras negras trazendo com muita propriedade a vivência e o saber técnico e científico daquilo que, muitas vezes, outras pessoas nem sequer vão pensar em pesquisar. Essa entrada das cotas na universidade trouxe uma riqueza de novos estudos muito interessante.

Uma das coisas que a Rede também busca é difundir e divulgar o que as mulheres negras estão pesquisando, o que as mulheres negras estão trazendo de contribuição científica, quem são as mulheres que criam teorias, sejam elas interseccionais, sobre gênero, raça e classe, mas também dentro das específicas de saberes, nas tecnologias, nas ciências aplicadas, na saúde, no

direito. É uma festa para nós cada vez que a gente sabe que tem banca de uma mulher preta. A gente divulga, participa. Fui assistir defesas de disciplinas e cursos que eu não tinha nenhuma ideia do que se tratava, mas para fortalecer uma mulher preta que estava crescendo academicamente. É a ideia de que quando uma mulher preta se eleva, toda a sociedade vai com ela, ter um exemplo para que várias outras possam olhar e pensar que dá para chegar lá. A gente entende a importância da representatividade das mulheres negras dentro da vida acadêmica para que outras meninas possam enxergar que esse lugar é delas também. A gente tenta fazer essa visibilidade.

Entrevista 6

Fiz uns trabalhos na semana de consciência negra falando um pouco da questão do racismo e questões étnico racial. A gente vê uma dificuldade muito grande dos docentes hoje de falar da nossa religião e a questão étnico-racial, eles fazem tudo em uma linha só. Nas instituições, até mesmo nas disciplinas que trabalham essa questão, de história e mais especificamente geografia, as vivências que as pessoas têm dentro dessa questão são muito vagas, infelizmente. Já vi pelas palestras e por uma questão que vivi dentro do CEFET aqui de Cornélio de uma pergunta: o que é que eu, uma mulher negra e de religião de matriz africana, como quis dizer “macumbeira”, estava fazendo numa mesa de palestra onde estávamos falando sobre questões étnico-raciais. O preconceito chegou da própria instituição, das pessoas que controlam e coordenam a instituição, é uma coisa muito desagradável. A partir do momento que você não consegue separar essas coisas fica um pouco difícil de se trabalhar. A gente sabe que existem professores despreparados e existem alunos indisciplinados que não estão nem aí para essa questão, mas existem outros que procuram saber os direitos deles. Se tem uma instituição que não trabalha isso, principalmente dentro da disciplina específica - o professor não usa da disciplina para poder fazer esse reconhecimento, esse mapeamento da questão étnico-racial -, automaticamente nunca vão ter uma vivência ou uma caminhada dentro dessa questão. Não vão ter nem argumento para isso. Continuamos sendo pessoas pisadas e massacradas por falta de conhecimento, por falta de saber nossos direitos, por falta de saber nossa história e nosso caminho.

Todo esse caminho, para mim, foi direcionado através da Rede Mulheres Negras. Quando comecei a participar das atividades da Rede, foi por uma curiosidade por conta da questão toda da religião de matriz africana, porque era tão difícil falar do nosso povo, falar da nossa religião. A Rede deu uma abertura muito grande para isso. Não sou só eu lá dentro que sou de religião de matriz africana, tem mais pessoas, e a gente vive debatendo essa questão toda da

educação, da saúde, do amadurecimento, do conhecimento da população negra, e do povo que participa desta religião que estou hoje, no candomblé e a umbanda - que não é especificamente que todos estão, mas é importante a gente ter e compartilhar esse conhecimento com as demais que estão dentro da Rede, buscar apoio diante da intolerância, do preconceito, das dificuldades de trabalho da população negra, principalmente das mulheres negras. A gente luta bastante nesse impasse, nessa caminhada, todas juntas.

A gente tá aqui em fase de construção também, uma luta muito grande e tentando fazer as pessoas verem diferente o nosso espaço. A Rede é importante hoje no meu caminho, a Rede de Mulheres Negras me mostrou uma visão da nossa força e do poder de persuasão que as mulheres negras acham que não tem, e nós temos. A gente tem um direcionamento, uma consciência, e o que as mulheres precisam perder é o medo de falar, de mostrar o que são, mostrar a capacidade que tem. Para mim, a Rede foi um lugar que deu uma força muito grande para a gente atuar e poder proporcionar para outras companheiras, para outras pessoas de axé ou para outras mulheres que não tem voz e nem vez que a gente tem. É só a gente se esforçar, é só nos direcionarmos para aquilo que a gente quer.

Hoje não somos ninguém sem estudo. Mesmo que não se consiga sentar numa cadeira acadêmica, mas que a gente estude, busque conhecimento, leitura, um aperfeiçoamento para que possa se defender. Sei que tem muitas pessoas que tem a educação da vida, que a vida mostra, a vida direciona, mas tem muita gente que precisa desse caminho todo, dessa força para poder ver que tem voz, não precisa ter só um canudo na mão. É importante porque hoje vivemos numa sociedade que se você não tem um mínimo, que seria um segundo grau, não consegue um trabalho. Quando a gente tá nas oficinas, a gente tá aprendendo, quando a gente tá na Rede fazendo nosso trabalho de formiguinha nas cidades, junto com os movimentos, organizações, fazemos palestras, oficinas e participamos, a gente já está fazendo a diferença! A Rede proporcionou para mim um caminho muito importante, a Rede é muito importante na minha vida.

Estou na Rede de Mulheres Negras desde 2011, posso dizer que ali foi outra parte da minha vida sendo amadurecida pelo conhecimento, pela alegria, às vezes pela tristeza, vendo coisas que a gente não consegue resolver de maneira nenhuma. Infelizmente nós vivemos num mundo hoje de pessoas egoístas, que às vezes não dão oportunidade por questões realmente da cor da nossa pele, mas se a gente ficar acomodado, a mudança nunca vai acontecer. O principal eixo na minha vida foi mostrar que tenho capacidade, que tenho condição, que nós mulheres negras temos uma força além do que a gente imagina, buscar melhorar isso a cada dia, a cada momento. Quando você entra, participa, vai na Rede, você vê a humildade das pessoas ali dentro. O direcionamento é para que

a gente tenha força, voz e vez, e isso é muito importante para mim. A Rede me colocou hoje, do tempo que eu estou lá, no meio de uma sociedade que é bastante machista, mas que também tem oportunidade, e temos que lutar por ela, essa é a verdade.

Hoje a gente vê que a intolerância religiosa, o racismo, o preconceito são inconstitucionais. Tudo que a gente vê na TV, no meio de comunicação, de rádio, escrito e tudo mais, é muito bonito, tudo no papel numa fala linda de propaganda, mas a realidade é bem difícil, é bem dura. Só quem já passou preconceito, o racismo, que sabe dizer o que é esse racismo realmente, essa existência do racismo. O preconceito dói. Na Rede, a gente tem um direcionamento não só para questão da cor da mulher negra, também da saúde da mulher negra, do povo de axé, que tem uma abertura bem grande.

Posso dizer que, como uma mulher negra, não existe um momento que a gente se percebe uma mulher negra, a gente é uma mulher negra. Sou uma mulher negra, sou descendente, tenho sangue de negro, meu pai é negro. Tem muitas coisas que dá uma tristeza de ver, e dentro desses movimentos como a Rede é que a gente consegue partilhar, desabafar, a gente chora, grita, fala dessa questão toda que existe dentro sociedade, o racismo e preconceito pela cor da gente. A minha missão é procurar fazer as pessoas entenderem que a pele é apenas um referencial porque o restante de todo mundo é igual. Somos todos iguais, e a gente luta é pela igualdade, essa igualdade que nos faça caminhar lado a lado, sem olhar a cor, crença, diferença, cor do cabelo, dos olhos, da pele, do jeito, se tem dinheiro, se não tem. A gente não tá questionando isso, a gente não está olhando isso, a gente faz um trabalho de conscientização que somos todos iguais de uma certa maneira.

Me percebi como militante quando participei do primeiro seminário que teve em Curitiba, tinha mais de 150 pessoas entre mulheres negras, de axé, LGBT e participantes de outras áreas. Nesse momento vi que me encaixava dentro daquilo que elas estavam falando, da nossa causa e da luta contra a violência, o racismo e o preconceito. A gente viu muitas coisas, o que fez a gente raciocinar de que nós estamos aqui nesse mundo para fazer a diferença. Dentro da Rede tive um leque muito grande para trabalhar, para fazer uma conscientização, para poder mostrar muita coisa. Essa coisa toda da mulher, principalmente a negra, um filho atrás do outro, a questão de não conseguir trabalho por várias questões, vai juntando tudo. Para estar dentro dessas áreas, para conseguir parcerias - tem que ter para a gente fazer esses eventos -, é uma questão de um diálogo constante, de conhecimento daquilo que a gente está fazendo. É uma luta muito grande, principalmente por ser mulher negra, fica mais difícil ainda.

O momento que percebi que esse movimento me traria alguma coisa foi nesse seminário, ainda na palavra específica de três pessoas que gosto demais,

fantásticas - a Sabrina, a Giovana Souza e a irmã da Sabrina, que é doutora na área de saúde. Fico pensando como será o futuro se a juventude também não começar a se explicar, não começar a se interessar pelas coisas, pela questão étnico-racial, da falta de cultura, de educação. A partir do seminário que participei, algo me fez amadurecer muito dentro da Rede. Aqui na prefeitura do município, eu tinha um trabalho feito na igreja com algumas pessoas da Secretaria de Saúde. O primeiro evento que tive dentro da Rede, foi esse seminário, um convite da Secretaria da Saúde que ia falar da questão de saúde dos povos de terreiro e comunidades de matriz africana. Uma amiga lembrou de mim, que era de candomblé, e perguntou se eu queria estar presente nessa atividade. Foi onde conheci a Rede, elas estavam numa parceria com SESA, e foi ali que comecei a participar. Me deu muito ânimo, muita alegria, daí em diante já participei de oficinas, seminários e outros eventos grandes que a Rede está presente e que a Rede ajudou, muita gente colaborou com muita gente.

A nossa função dentro da Rede, como pessoas militantes, é quebrar esse paradigma todo e fazer as pessoas entenderem que hoje a gente vive numa sociedade igualada, embora um monte de gente não faça isso acontecer. Não sejamos nós, que já sofremos tanto preconceito, a dar o primeiro passo de fazer isso, de fazer essa diferença.

Fui coordenadora adjunta da Rede de Mulheres Negras por um período de 2 anos, junto com a Giovana. Atuei como representante de mulheres de axé - mulher negra e mulher de axé. Dentro dessa representatividade, a gente fez algumas oficinas aqui no meu município. Continuo tentando elaborar esse trabalho, mesmo com a pandemia, agora que deu uma boa amenizada vamos continuar nossos trabalhos de formiguinha fazendo oficinas, um dia do negro, dia da mulher negra, que é 28 de julho, dia da consciência negra, que é o 20 de novembro. Todas essas datas a gente procurava fazer sempre alguma coisa para um trabalho de conscientização, de valorização e saúde da população negra, da mulher negra. Quando atuei, fiz de coração, de estar lá, de realmente ser uma militante dentro da Rede. Não na mesma proporção de que outras mulheres que estão lá, fico no chinelo perto delas, mas a gente aprende bastante com essa militância mesmo. A gente fazia oficinas nas escolas, fiz palestras dentro de universidade, do CEFET, de movimentos, da Secretaria da Educação. A gente teve essa abertura e teve esses parceiros que colaboraram bastante enquanto a gente estava fazendo todo esse trabalho de conscientização, falando do racismo e tudo mais.

Nas oficinas era falado sobre a importância do negro, do nosso papel hoje na sociedade, o empoderamento. Falamos um pouquinho também da culinária do povo de axé, e dentro disso, falando um pouco da religião, a gente falava das doenças que permeiam a população negra - especificamente a anemia

falciforme é proveniente da população negra. Toda pessoa negra, mais homem do que mulher, tem problemas de pressão alta; anemia falciforme é basicamente prioritária da mulher na população negra. Dentro dessas oficinas a gente falava sobre a culinária que vinha das senzalas e que o povo de axé continua perpetuando até hoje, como as feijoadas, o acarajé, mungunzá, que é a canjica, algumas comidas que dava para se fazer naquele momento para as crianças degustar. É interessante porque eles eram bastante questionadores, vi que era um momento muito bom de aprendizado, não só para eles, mas para nós também. A gente fazia dentro de clube, eram marcados horários com as escolas e a própria escola levava as crianças até lá.

Entrevista 7

A Rede para mim acontece em dois momentos, um momento que eu não era filiada e o momento que sou filiada. No momento que eu não era filiada, há uns 10 anos, acompanho a Rede de que forma? Recebia convites via e-mail para participar das reuniões, oficinas e atividades da Rede, para observar o caminhar na Rede. Um exemplo era a Atividade Setembrina, oficinas de saúde, encontro de gênero e raça, que tinha essa realização da Rede de Mulheres Negras no bairro Sítio Cercado, em Curitiba. Na Setembrina especificamente fui uma vez só porque naquele momento, de 8 a 10 anos atrás, eu tinha filhos pequenos e, para mim, o meu valor maior era cuidar dos filhos. Era difícil também, tinha que atravessar a cidade para chegar de Piraquara para o Sítio Cercado, mas sempre acompanhando a Rede. Quando podia, ia nos eventos e levava as minhas filhas junto, também devo ter levado meu filho. Sou mãe de duas filhas gêmeas mulheres e um filho homem.

A última atividade da Rede que fui sem ser filiada foi a comemoração dos 10 anos da Rede, vi o convite pelas redes sociais e resolvi participar. Aconteceu dentro da sede da OAB na Praça Tiradentes, no centro, ao lado do Banco do Brasil. Foi bem bacana o encontro, elas fizeram um momento histórico da rede, contextualizaram a apresentação da formação e do caminhar da Rede, demonstraram a importância das suas atividades e das suas ações dentro do Paraná. Na época, o que me destacou bastante é que estava com as minhas filhas adolescentes e elas admiraram muito o caminhar, prestigiaram, se empolgaram e acabaram me empolgando muito mais. Vi o olhar das minhas filhas, elas viram a importância de ser militante, elas como jovens e eu como mulher. A partir disso, comecei a estar mais nos eventos, quando via os convites na rede social.

A partir disso, comecei a participar de algumas atividades da Rede Mulheres Negras, atividades que acontecem no 8 de março, a Marcha do Cabelo Crespo,

que acontecia na rua XV. Fui na Assembléia Geral de 2018, no sítio cercado. A assembléia da Rede acontece em 3 dias, em 3 formatos: 2 dias são normalmente abertos ao público, e 1 dia é fechado, que é realmente a assembléia. Na Assembléia Geral de fevereiro de 2019, me senti no intuito de me inscrever na chapa da equipe gestora da Rede para 2019-2020, gestão complementar. Naquele momento de decisão de várias mulheres e também de decisão minha da minha vida, acabei me inscrevendo nesse processo que eu não tinha a mínima experiência, mas resolvi me arriscar e colaborar com a Rede. Era um mandato curto, para suprir um mandato, foi uma experiência muito bacana. Vi o quanto é, como diz a mulher negra Bárbara, na "fazeção" que a gente tem que fazer muitas coisas dentro da Rede. É muita demanda, muito trabalho, muito projeto, muita ação, é uma necessidade de muitas coisas para as mulheres negras. A gente aqui da Rede Mulheres Negras visualiza longe, tenta trabalhar, suprir um pouco dessas necessidades das mulheres negras. A gente não consegue abraçar o mundo, mas ajudando um pouco a gente acaba amenizando as dores das mulheres negras.

Em 2019-2020, eu era gestora administrativa adjunta. Em nova assembleia geral estou coordenadora administrativa mandato 2020-2024. Trabalhando com várias atividades a gente acaba se integrando muito, a executiva da Rede de Mulheres do Negras Paraná é integrado com o setor administrativo e financeiro e o conselho fiscal. E a gente vai trabalhando nessas questões. No momento, estou representando a RMN-PR no Conselho Estadual de Direitos das Mulheres na Rede. Também sou palestrante pela Rede de Mulheres Negras -PR, os temas que eu sinto vontade de falar e me sinto segura são quilombo e quilombolas, políticas públicas de acesso à saúde e à educação, controle social, de participação em conselhos, questões relacionadas à juventude por ter experiência por ter filhos jovens, falando no aspecto da mãe nesse contexto de orientar as mães a como fortalecer os filhos nesse momento de estresse de estudar, de preparação para o vestibular, nessa nova fase da vida dos jovens.

Na Rede, nós mulheres negras sempre agregamos muito junto, a maioria das mulheres aqui estudam e fazem a militância. Vou falar por mim, estudo e faço a militância, se faz necessário, se faz presente, até porque dentro do espaço acadêmico, nas escolas não tem professoras negras, então a gente tem que estar nesses espaços. A gente tem que estar se capacitando, se aprimorando, porque se faz necessário se tornar referência para a nova geração. A militância se faz necessária, senão a gente não sobrevive, as mulheres negras não sobrevivem. A sociedade em geral não nos enxerga, alguns tentam colaborar, mas é minimamente.

Citando na área da educação e saúde, a RMN-PR tem vários convites nas datas que chamam mais atenção no aspecto da população negra: o 25 de julho, que é

o mês de Tereza de Benguela; o mês de novembro, que é o mês da consciência negra; o mês de maio, não que faça-nos grande referência, mas é um mês de referência ao 13 de maio. Eu, junto com minhas filhas, já ministramos palestra em dois colégios no mês da consciência negra, um na região metropolitana de Curitiba e uma dentro do colégio estadual, falando para o público jovem do 2º e do 3º ano do ensino médio sobre as questões do racismo que acontecem na sociedade em geral. A gente fez uma fala e uma quantificação na hora de quantos alunos daquele espaço tinham se inscrito para o vestibular e para o ENEM. Quem estava palestrando lá comigo eram outras filhas jovens. A gente viu na hora dessa quantificação, no levantar as mãos dos alunos, que era baixa a quantidade de alunos negros, só tinha um naquele montante de 80 alunos. Isso na hora chamou atenção, mas é um dado que a gente sempre sabe, que é reduzido para a população negra essas informações de como acessar o vestibular, de como ter acesso ao ENEM, como fazer inscrição. Às pessoas negras não chegam essas informações, são negadas a elas essas informações. Naquele momento a gente construiu as informações rápidas, deixamos nossos telefones de contato e nossos acessos para quem tivesse interesse. Nos dias seguintes tivemos retorno de adolescentes entrando em contato, querendo saber informações e passamos as orientações: como se inscrever pro vestibular, como estudar, os cursinhos que existem dentro de Curitiba que são gratuitos e que são direcionados para população carente, que não tem condições de pagar um cursinho pré-vestibular. Foi bem bacana, bem interessante. Teve participação de professores, principalmente da formação de sociologia, filosofia e história, eles foram bem participativos. Os alunos referenciavam esses professores, deu para perceber nitidamente isso nesse evento. Desse evento tiveram outros frutos, os alunos vieram nos procurar.

A segunda palestra que realizei foi em 2019, no colégio da periferia de Curitiba, bem afastado mesmo, bem periferia. Foi uma parceria entre a Rede Mulheres Negras-PR e o NUDEM (Núcleo de Mulheres da Defensoria Pública do Paraná), um núcleo que tem dentro da Defensoria Pública. Recebi esse convite para estar ministrando palestra em parceria com eles, fui falar da questão do racismo, do preconceito que ocorre em vários espaços, falando de uma forma de motivar os jovens a não se afastar dos espaços, encarar os espaços e levantar a cabeça, fazer as denúncias de racismo mesmo que sejam anônimas. Levei livros de referências negras para que os alunos vissem que tem de livros de autores negros, principalmente quando as capas, o contexto do livro e o sumário do livro são realmente direcionadas à população negra. Levei bonecas negras para falar da questão negra, falamos um pouquinho também sobre a questão da estética negra. Foi bem bacana, os alunos escutaram bem e fizeram um bom debate naquele dia, principalmente do tema da estética negra. Eles falaram suas

experiências, fizeram seus relatos, foi um momento bem produtivo dessa questão.

Fiz um evento nas comunidades quilombolas da Lapa com a RMN-PR e a Associação Quilombola e Afrodescendente da Restinga e gostei muito, foi um projeto meu e da Rede, que me ajudou. Tem 3 comunidades lá e conseguimos agregar as 3, fazia muito tempo que não se uniam. Como as comunidades moram, historicamente, em locais que não são estruturados pelo estado. A Rede Mulheres Negras-PR me propiciou contratar um carro de aluguel e a gente foi casa por casa buscando as mulheres que já tinham uma pré-inscrição informal. Essas mulheres na sua maioria não têm acesso à internet, ou quando tem é precário, então uma conversava com a outra, aquela coisa de uma vizinha contar para outra, fazer o convite desse encontro de mulheres que ia acontecer. Realizamos o encontro de mulher quilombolas na minha comunidade Restinga, pois lá já temos um local x emprestado para realizar eventos da comunidade, um espaço para acolher todas, o motorista foi contratado da própria região quilombola porque ele conhecia as residências e as estruturas das ruas para adentrar e buscar essas mulheres, crianças e jovens. O evento se chamou “Um Dedo de Prosa”. Foi o dia todo, teve café e almoço para as mulheres porque a Rede Mulheres Negras-PR sempre preza que as mulheres negras tenham que estar alimentadas. O alimento faz parte do fortalecimento das mulheres porque a gente sabe que com fome ninguém pensa direito, ninguém conversa direito. A gente sabe que as mulheres negras são o público alvo das necessidades do país, que é falta de alimento. Hoje com a pandemia isso está nitidamente à frente. Na época, lá em julho de 2019, foi um projeto que integra o Julho das Pretas, que acontece em Curitiba. As mulheres tiveram um momento de autoestima da estética. Teve uma moça que fez uma fala sobre autoestima e estética, sobre o cabelo, sobre a maquiagem negra. Teve uma outra moça que estava também junto com a gente, em parceria com a Rede, fazendo o trabalho de massagem nas mulheres, uma forma de relaxamento para as mulheres poderem estar ali naquele espaço. Teve o espaço com a nossa quilombola professora de xadrez Adriana, campeã estadual do Paraná, que se voluntariou e esteve dando orientação de xadrez para as mulheres, crianças e jovens. Fizemos uma contextualização da história da Rede Mulheres Negras, porque a gente existe, porque estamos buscando agregar as mulheres quilombolas no fortalecimento delas para dar visibilidade para elas e aumentar a autoestima delas.

No encontro de 2019, as jovens se viram muito nas decorações do local do evento, foi todo decorado com imagens de referência de mulheres negras, no esporte, no jornalismo, algumas atrizes. O que chamou mais atenção das jovens foram as referências das atletas negras, do vôlei, do futebol. Foi bem bacana,

reforçar a identidade quilombola no evento com as mulheres das 3 comunidades quilombolas da Lapa, Feixo, Restinga e Vila Esperança. O projeto tinha a intenção de continuar em 2020, mas devido à pandemia não pode acontecer. Os diálogos ainda acontecem reduzidos através das lives atualmente, devido à questão do acesso à internet. Foi um momento de diálogo mais simples porque são mulheres mais simples, mais uma questão do fortalecimento das mulheres para que elas entendam a importância delas existirem, de estarem em todos os espaços, de se auto cuidarem, procurarem o acesso à saúde e à educação.

Em 2021 o mês de Julho foi em referência a Tereza de Benguela, mulher quilombola. A RMN-PR realizou a distribuição de 2000 marmitas para população vulnerável das ocupações de Curitiba e população de rua de Curitiba. Mas destaco aqui o meu projeto com a RMN-PR, a Associação Quilombola e Afrodescendente da Restinga e o coletivo de mulheres do MST. Realizou o segundo encontro “Um Dedo de Prosa”, o local desta vez o assentamento contestado na Lapa, do qual agregamos as mulheres quilombolas da Lapa e as mulheres camponesas. Ocorreu com o público de mulheres reduzindo, porém muito lindo, especial, pois há uma forte ligação raízes, ancestralidade com o local antiga fazenda Santa Amélia (assentamento contestado), hoje apenas com os vestígios abaixo do casarão (teatro), o porão dos escravos. A recepção com café através de resgate do alimento popular quilombola “bolinho de pão”, passamos para o momento de resgate das ervas medicinais, trocas de mudas entre as mulheres quilombolas e camponesas, a dinâmica de cuidado com horta comunitária que se colhe e se planta para as marmitas para população vulnerável e oficina com introdução a fibra de bananeira. E para encerrar, o almoço e a RMN-PR distribuiu como lembrança do momento máscaras com a logo da RMN-PR e o MST na cor lilás, símbolo da RMN-PR.

A questão da constatação da existência do machismo, lógico que existe, está evidente na vida social de nós mulheres negras, está evidente nas mídias, no meio jurídico, tanto que existe lei para isso. Na pandemia as mulheres são orientadas a cumprir isolamento social, num ambiente espaço que sabemos vulnerável, elas ficaram mais próximas dos seus parceiros e a gente percebe que a violência aflorou muito mais para as mulheres negras. Apesar de ser falado, pouco se demonstra ação política as pesquisas relacionadas ao quesito raça/cor da população negra ser vítima de violência, do machismo, mas a gente sabe que isso é muito forte. A Rede procura minimizar essas dores. Nós estamos no espaço do Conselho Estadual do Direito das Mulheres, as pautas lá são variadas e a gente sempre procura falar do quesito raça/cor, tanto de mulheres que estão encarceradas, lembrando das mulheres grávidas encarceradas, para saber se estão com acesso à saúde, educação, tanto de mulheres que sofrem violência. A Rede também faz parte do CEVIGE, um coletivo que tem dentro da

OAB, que é analisando, pautando sobre o quadro das mulheres da questão das violências.

Entrevista 8

Por conta desses espaços ativistas que circulei, em 2014, 2013, eu já participava de alguns eventos da Rede, me aproximei da Rede por conta dos espaços de formação que participava, em especial os que dialogavam sobre a implementação da Lei 10.639/03 e promovidos em parceria com o NEAB da UFPR e APP sindicato.. A Sônia Cruz, que é minha comadre hoje, foi quem me trouxe para a Rede de forma efetiva. Em 2014 assinei minha carta de afiliação da Rede e comecei a participar de forma mais atuante na Rede, por perceber essa necessidade, essas relações de gênero e raça e de exclusão de nós, enquanto mulheres negras, de alguns espaços. Estar na Rede é pensar que em algumas pautas você tem pessoas próximas que tem aquele sentimento que você também tem, isso que eu sinto lá no meu trabalho várias colegas da Rede também sentem; é fazer esse diálogo com mulheres negras. É muito bacana, e a Rede traz essa questão de estar num espaço com mulheres negras, num espaço ativista com mulheres negras. Até onde eu estava anteriormente eram espaços que chamamos de movimentos mistos, que tem uma presença muito marcante de homens, mulheres e não negros. Estar na Rede é um espaço nosso enquanto mulheres negras ativistas.

Eu tinha mais de 20 anos quando começo a me entender enquanto mulher negra, a fazer essas leituras de Lélia, Neuza Santos, Sueli Carneiro, e entrar em contato com esse espaço formado pela luta das mulheres no Brasil. Na sequência de perceber nesses movimentos mistos a necessidade de entender que algumas pautas das mulheres negras não eram acolhidas, vim para a Rede de Mulheres Negras a partir do contato prévio de alguns outros eventos que a Rede promovia, como seminários de saúde. Nesses encontros de Faxinal do Céu, nesses encontros de formação sempre tinham filiadas de Rede. Por conta disso, eu me aproximo e venho para a Rede de forma oficial em 2014.

Vim para a Rede em 2014, fiz várias ações em 2015, em 2016 fui convocada para esse concurso em Araucária, saí de Cascavel e vim para Curitiba. Nessa mudança acabei vindo parar em Araucária, fiquei 2 anos morando na sede da Rede, que é uma casa que fica ali no Santa Quitéria. Nesse momento fui coordenadora adjunta da coordenação executiva da Rede, junto com a Bárbara. Hoje sou coordenadora adjunta financeira da Rede, continuo na coordenação. A Rede sempre teve muitas das ações voltadas para a questão da saúde da população negra. Faço um debate da educação, tem outros debates, uns debates culturais, mas o foco da Rede sempre foram ações voltadas para a

questão da saúde. A saúde envolve também educação, tudo que a rede faz, nossos processos formativos estão ligados à educação. Recentemente conseguimos a aprovação de um projeto que é voltado para o fortalecimento da instituição e suas ações na área de educação. Eu atuo muito nessa questão das ações para educação. Nós visitamos a escola, falamos com estudantes e fazemos a formação de professores sobre uma educação antirracista e sobre alguns elementos de fortalecimento da identidade, principalmente das meninas negras. Desenvolvi várias ações, coordenei a “Roda das Negras”, o “Arraiá das Pretas” que aconteceu no 25 de julho e agora estamos com esse projeto de educação. Gosto muito de escutar sobre saúde, mas a minha área, o meu terreno é a área da educação, é onde me sinto mais confortável. No estatuto da Rede temos a coordenação executiva e a coordenadora executiva adjunta, a coordenação financeira e a coordenadora financeira adjunta, a coordenação administrativa e a coordenadora administrativa adjunta, e o nosso conselho fiscal. Temos essa estrutura de governança e também temos as conselheiras consultoras da Rede, que consultamos quando temos algumas dúvidas em algumas temáticas e ações. Desde 2015 eu tenho acompanhado a Rede mais de perto e contribuído aí com algumas ações.

Entrevista 9

No interior da Rede Mulheres Negras do Paraná assumi e passei por diversas funções, pois geralmente as ONGS têm dificuldades para a sustentabilidade, então fui educadora social, conselheira, articuladora, digitadora, elaborava e coordenadora de projetos, fui coordenadora geral, depois financeira. As ações do meu ativismo são educativas e para transformar pessoas.

Entrevista 10

Gosto de aprender, de estar com pessoas, de conversas, de pessoas que venham fazer intervenções em algumas situações que me vejo com possibilidades de avançar. Na trajetória da vida acredito que fiz muito poucxs amigxs, mas das pessoas com as quais tenho essa convivência conheci uma amiga que é muito importante. Tenho meia dúzia de amigxs, e são muito importantes, mas dentre essxs tenho uma pessoa chamada Vitória, que conheci em 1984, que foi muito importante porque se tornou vereadora em Cidade 1, foi a primeira mulher e uma mulher negra a ser presidenta da câmara de Cidade 1. Por sermos amigas, eu ajudava no mandato da vereadora. Tem um pessoal interno, que recebe para isso, e eu era do pessoal externo. A Vitória é uma

mulher negra e já conhecia a Rede de Mulheres Negras, e em 2008 ela disse que alguém do mandato precisaria vir para a Rede. Por eu ter estado no movimento de mulheres antes, vim para a Rede através do mandato da Vitória, me apaixonei pela situação, pela pauta, por tudo e acabei ficando na Rede de 2008 até agora. Vim para conhecer, para levar as informações para o mandato e acabei ficando.

Já no segundo ano que estava na Rede me tornei a coordenadora adjunta da primeira coordenadora que foi a Muriel, fui novamente adjunta da Muriel e adjunta da próxima coordenadora, que foi a Sabrina. Depois me tornei a coordenadora executiva da Rede e hoje sou a coordenadora financeira da Rede, sempre nas ações e cada vez mais apaixonada por essa pauta das mulheres negras, não que ela seja necessariamente muito simples e fácil.

Ainda, dentro do movimento de mulheres, após conhecer a Rede de Mulheres Negras, eu percebi que o movimento de mulheres não dava conta de algumas ansiedades que eu tinha e não me dava retorno. Estou até hoje na Rede de Mulheres Negras. Ações relacionadas à educação fiz apenas quando estava em sala de aula, e fiquei 22 anos em sala de aula. Fiz muitas atividades depois que comecei a participar da Rede, realizei muitas atividades com alunas mais direcionadas para as mulheres, fazendo uma discussão muito interessante dentro da perspectiva primeiro da população negra, depois das meninas negras e das mulheres negras. Foi uma coisa bem bacana que aconteceu e, por isso, a cada dia que passa a gente acaba sempre se apaixonando pela Rede, porque ela ampliou muito a minha possibilidade de me ver, me enxergar e de ver como a gente pode efetivamente contribuir.

Nas questões de raça, quando a gente se percebe, na verdade, é quando a gente toma consciência racial. Eu já vinha antes da Rede com uma consciência de que era uma mulher diferente.

Dentro da Rede a gente discute isso com muita propriedade, e até de forma bastante difícil, para você se enxergar e se entender. As discussões que a gente traz é do ponto de vista de pé no chão mesmo, ou você se compreende ou busca se compreender. Isso é uma coisa muito bacana porque você se localiza mesmo, e o fato de se localizar te dá uns elementos para se defender lá fora. Ser uma mulher além de negra deficiente junta essas dificuldades que a gente tem lá fora num bolo, e você consegue ir buscando possibilidades para ir se mantendo, ir vivendo, ir buscando. A gente nota que para a mulher é muito mais difícil de se entender e de se estabelecer do que para um homem. Vivemos numa sociedade que é muito engessada, e quando você vem com dois elementos dos quais você fica meio fora desse padrão, que destoa desse padrão, você tem uma coisa a mais para brigar e lutar.

As discussões que a gente tem enfrentado na Rede são a formação, a busca e a defesa de direitos e tem uma série de outras pessoas que lutam pelas mesmas pautas. Isso nos fortalece e nos ajuda. Até chegar lá foi muito difícil, mas hoje percebo que a gente consegue olhar para o lado e ver possibilidades diferentes. Dentro da escola sempre foi muito difícil essa discussão, essa lida, esse ir e vir das questões de gênero, das questões raciais. Eu li uma coisa assim: “o homem nasce de uma mulher, é educado por uma mulher, cresce com uma mulher, apaixonou-se por uma mulher” - aí já um pouco mais dentro da heteronormalidade -, “ele se casa com uma mulher, então por que ele não respeita uma mulher?”. Essas questões de gênero são extremamente complicadas. Se a mulher faz tudo isso com o homem e, mesmo assim, tem homem que bate em mulher, então precisamos repensar um pouco o que nós enquanto mulheres temos dialogado com essas pessoas. Precisamos investir nas mulheres, porque, se tudo isso está acontecendo dentro dessa perspectiva, significa que tem algumas coisas que precisamos transformar na cabeça das mulheres. As mulheres precisam se apropriar muito de muita coisa para que elas se percebam, realmente, sujeitas de toda uma transformação. Se ela não se perceber, vai reproduzir o que os homens trazem. Essa coisa de onde vem, por que vem, por que se transforma nisso existe já, nós já temos estereótipos que estão implantados e implementados na sociedade. A gente precisa trazer outros diferenciais. Aí entra essa questão racial porque se a gente tem um grupo de mulheres que são brancas e que não se percebem dentro dessa vivência, a gente precisa trabalhar numa especificidade. Aí a Rede de Mulheres Negras avança porque quando você trabalha com a especificidade, não está trabalhando na perspectiva do homem, você vai trabalhar numa construção diferente do que está.

3.2.6 Demais Coletivos

Este tópico agrupa trechos acerca de outras organizações sociais com que as integrantes da RMN-PR tiveram contato, participaram e até fundaram, de movimentos sociais com diferentes pautas. Aqui são citadas coletivos e ações de movimentos estudantis, movimentos sindicais, movimentos de classe, movimentos religiosos, movimento de mulheres, movimento negro, movimento de mulheres negras. Enquanto os relatos do tópico anterior se concentraram na Rede de Mulheres Negras do Paraná, aqui estão reunidos trechos com enfoque em outras organizações na trajetória das colaboradoras de pesquisa, podendo ou não ter relação com a RMN-PR.

Entrevista 1

Eu fiz uma ação na universidade através do sindicato falando sobre mulheres negras na liderança. Fiz uma palestra na UEPG sobre violência doméstica e familiar, com o lançamento de um ebook sobre o tema. Até então falando como uma mulher negra, eu descobri que este ebook não tinha o recorte racial. A gente tem que estar bem conectado nestas palestras, porque por muitas vezes eu era a única mulher negra naquele espaço. Enquanto conselheira estadual dos direitos da mulher, eu participei de uma reunião ampliada em Ponta Grossa onde tinha cerca de 20 municípios relacionados. Eu, de Curitiba, era a única conselheira negra. Eu estava toda feliz, achando que indo para outros municípios eu ia conseguir achar os meus pares, e, para a minha surpresa, eu continuava sendo a única conselheira negra. Eu precisei ter uma fala direcionada a isso. Como que em uma reunião de conselheiras de 20 municípios, não tinha uma mulher negra além de mim para estar naquele espaço? Quando eu transito por esses espaços, eu tenho esses olhares. Normalmente eu sou a única pessoa negra nesses locais, não sendo estes espaços onde se reúne a negritude, como movimentos negros.

Eu também tenho um histórico fora da Rede de Mulheres Negras, eu faço um trabalho com a Rede de Mulheres Negras Evangélicas. É algo novo, começou em 2018, eu vi nas redes sociais e não tinha noção que mulheres negras evangélicas tinham essa organização também. Minha irmã e eu fomos em Salvador no segundo encontro dessas mulheres. Desde então eu pude perceber que, independente de religião, a demanda é a mesma. A questão da justiça social, a questão do racismo estrutural e para as mulheres negras evangélicas bem mais, porque tem a questão do patriarcado que é muito forte. A gente tem que estar desconstruindo e, não batendo de frente, mas trazendo de uma forma onde as pessoas não se escandalizam com a sua fala e sua demanda, sem desconstruir a fé.

Entrevista 2

Antes disso, nos anos 90, conheci algumas pessoas que foram minhas amigas, me acolheram, e nós montamos um grupo chamado Baluarte Negro, um grupo de mulheres negras que fazia desfiles, lutava pela causa negra, pela causa da mulher. Ele existiu por alguns anos e depois as integrantes foram casando, algumas pessoas morreram nesse ínterim.

Desde o meu primeiro dia de trabalho na escola, uma colega já me convidou para ser representante de escola, então a minha vida política, de fato, começou

em 1985, quando eu me formei e desde lá luto pela minha categoria. Dentro do sindicato ajudamos a construir um coletivo também, chamado Gênero e Raça na época. Fizemos um projeto piloto para levar para as escolas esses temas, foi muito bom. Ali eu aprendi a intensificar minha luta racial, enquanto mulher, e as políticas públicas para educação. Até hoje infelizmente a questão racial não é discutida de maneira plena e adequada, nem na escola e nem na sociedade, por conta de uma escravização e de toda uma falsa abolição. Muitos trabalhadores e trabalhadoras da educação insistem em dizer que a luta é de classe. A Rede de Mulheres Negras faz e fez muitas parcerias, com a APP Sindicato, com a CUT, com a Secretaria da Saúde, e outras entidades que são importantes para a discussão de gênero, raça e a questão LGBTQI+. Eu vivi na pele a existência do racismo e levei a discussão para a escola por ser mulher negra e educadora. Na época eu tinha poucas colegas negras, muito poucas. Eu já falava sobre isso, valorizava o meu cabelo, pois fui aprendendo a me valorizar. Falava da importância da minha cor, da minha raça, da falsa abolição.

Sendo mulher negra e ativista do movimento de mulheres negras, nós lutamos nos anos 90 pelas “reparações já!”, foi um momento muito intenso e também de desqualificação da nossa luta na escola e na sociedade, até por pessoas que convivem com a gente. Levar isso para a escola foi e é o meu papel. À medida que a gente vai conhecendo, vai se inserindo no sindicato, no movimento social negro, nós constituímos um fórum de entidades negras. Conseguimos realizar encontros em Faxinal do Céu de trabalhadores e trabalhadoras negros da educação, que aconteceu por vários anos, com dificuldade, porque os governantes do estado mantém uma política racista, machista, homofóbica, e dificultava a liberação desses trabalhadores. Aqui no Paraná, nós temos a Rede de Mulheres Negras, o Kanaombo, a ACNAP e outras entidades do movimento social negro, inclusive algumas de religião de matriz africana, que fazem políticas públicas e ações de valorização da população negra. Muitas delas, indo pelo Brasil afora, participando de lutas coletivas.

O movimento negro propôs políticas públicas para os governantes e tivemos um ministério um gabinete para discutir as questões raciais específicas na educação, na saúde, na moradia em um momento de um governo democrático, que foram os governos Lula e Dilma. Mulheres negras, homens negros, estudiosos, pesquisadores e pesquisadoras produziram muitos materiais de tese de mestrado, doutorado, muitas escritas, e tudo isso podendo ser usado como material didático e no combate ao racismo.

Eu me percebi mulher negra já na fase adulta, porque não passei pela discussão racial na escola e também na faculdade. Eu me percebi mulher negra adulta, quando fiz parte do baluarte negro. Aí eu já me conhecia, me entendia enquanto

mulher negra, e mesmo assim passei por momentos difíceis de discriminação. Ser mulher negra é um prazer, mas é difícil.

O racismo está em todas as instâncias, no estado, no município, nas instituições, existe o racismo institucional, o estrutural, e esses vem de longe, desde a falsa abolição. Eu participei da caminhada Zumbi dos Palmares, o movimento social negro conseguiu instituir o feriado para a comemoração do 20 de novembro em muitas capitais e cidades. Infelizmente, em Curitiba e em algumas cidades do Paraná as pessoas dizem “o Brasil todo é racista”, com certeza, mas Curitiba e o Paraná são ultra racistas, machistas e homofóbicos. Os imigrantes fugiram da violência dos seus países e vieram para o Brasil, e aqui no Paraná receberam terras e cotas. Nós temos várias colônias, por isso comemora-se no Teatro Guaíra a semana do folclore. Nós, população negra, não fazemos parte dessas festas que recebem investimento para essas comemorações. Alguns desses grupos recebem dinheiro para fazerem suas apresentações, para se manter, para estudarem e a população negra-africana raras vezes faz parte dessa comemoração.

Hoje nós estamos vivendo no Brasil um corte das políticas públicas. No Paraná não temos mais o encontro de Faxinal do Céu. As equipes multidisciplinares existiram, mas muitas vezes as pessoas integravam a equipe só para ganhar um título, um acréscimo no seu currículo. Parece que eu só estou falando do negativo. Existem muitas coisas boas, temos muitos estudantes que entraram nas universidades pelas cotas sociais, indígenas e raciais, que foi uma luta do movimento negro. Muitos professores negros e não negros têm falado, fazem parte do movimento social, dos movimento negro, de mulheres, da marcha de mulheres, das mulheres negras, da juventude negra, lutam para combater o racismo, o assassinato da juventude negra. Isso é importante, tem acontecido no Brasil todo. Existe um levante feminista e um levante da juventude negra também.

Eu também faço parte do coletivo ConVida, que luta contra as desigualdades, é um coletivo misto. No ano passado nós conseguimos um diálogo com algumas pré-candidatas negras, abordamos vários temas: a questão política, da formação, saúde, educação, tecnologia, as artes, o nepotismo do Paraná. Com esse debate, graças a Deus, tivemos uma conquista: a primeira mulher vereadora negra aqui em Curitiba. Conseguimos isso pelo Brasil, no Partido dos Trabalhadores e Trabalhadoras e alguns outros partidos. Temos o companheiro Paulo também aqui em Curitiba. A Rede ajudou na construção e no engajamento de mulheres negras pelo Brasil. Em Joinville em especial temos uma outra companheira negra, a Larissa, que hoje está eleita. Ela veio conhecer a Rede de Mulheres Negras e levou a nossa experiência, um pouco do nosso conhecimento e montou uma rede lá, e isso é muito importante.

Ser mulher negra militante ativista é difícil, mas é força, é potência. Se eu fico sem militar, sem atuar na política, no movimento de mulheres negras, no movimento social negro eu me sinto fraca, eu me sinto vazia. Então, eu gosto, eu preciso, eu me torno forte, potente em fazer, em ser, em ajudar. É óbvio que em qualquer grupo, em casa, num grupo de amigos e familiares tem discordâncias de opinião, mas é em cima delas que nós construímos um objetivo comum, um coletivo. Eu, mulher negra, me sinto feliz, amada por mim, por ser mulher negra guerreira, amada por algumas pessoas de entidades porque valorizam o meu trabalho, acham importante a minha luta e garra. É isso que me alimenta. Hoje eu faço parte da Coalizão Negra por Direitos, da qual a Rede é integrante. A Coalizão Negra por Direitos é composta por mais de 200 entidades no Brasil e fora do Brasil. A maioria dessas entidades negras são lideradas por mulheres negras e isso me alimenta, me dá um sustento. Graças a Deus eu não passo fome, tenho uma casa, eu me sustento. O movimento social negro é o que está alimentando muita gente negra e não negra por conta da falta de políticas públicas dos governos federal, municipal e estadual. Viver e ser uma mulher negra, ativista, para mim, é tudo. O movimento negro faz parte da minha história. A Rede Mulheres Negras, a luta das mulheres negras sou eu, é um pedacinho de mim. Eu me percebo mulher cada dia um pouquinho, mesmo passando por momentos de discriminação. Até hoje as pessoas tentam nos colocar numa caixinha do racismo, nos excluir institucionalmente, às vezes até diretamente, de pessoa para pessoa. A gente chora no travesseiro, divide com as amigas e quando a gente divide é quando a gente se alimenta.

Andando na rua XV, muitas vezes as pessoas dizem: “Natalia, você é baiana? Você é carioca?”. Não, eu sou curitibana. Eu conheci o movimento conhecendo algumas pessoas. Eu conheci algumas mulheres que são minhas amigas até hoje andando na rua e elas me convidaram para fazer parte do Baluarte Negro. Era um grupo de mulheres, principalmente formado por primas e amigas. Eu fiz parte dessa família, porque o Baluarte foi para mim uma família. Comecei a desfilar, a falar sobre o racismo, a viajar o Paraná apresentando as roupas afro, começou com um desfile das roupas afro, do samba, do maxixe, do maculelê, um pouco da cultura africana. E depois o Baluarte foi falando um pouco de política, da importância da mulher negra ser negra, bonita, valorizada. Do Baluarte eu fui para APP Sindicato, quando eu me formei e comecei a militar na questão de gênero e de classe. Depois, conhecendo outras pessoas mais velhas do movimento negro, da educação também, nós levamos a luta para dentro da APP, discutindo a importância da categoria saber e falar sobre o racismo, principalmente pelo racismo que existia, desconstruir o 13 de maio. Me formei em 1985, e de lá para cá integro o coletivo de combate ao racismo da APP.

Entrevista 3

Essa minha professora de sociologia da época estava num projeto criando um cursinho pré-vestibular para negros e para afrodescendentes. Fiz parte desse cursinho, eram 100 alunos, esses cursinhos pré-vestibulares se espalharam pelo Brasil. O primeiro aconteceu em São Paulo criado pelo Frei Davi, pela EDUCAFRO, e esses cursinhos são uma consequência, um resultado das conferências de Durban na África do Sul. Saem da conferência com o compromisso de diminuir a desigualdade social entre negros e brancos, promovendo políticas públicas. Há então uma discussão das cotas raciais para ensino superior e os movimentos sociais se organizam para preparar os jovens negros, a população negra para ocupar essas vagas. Em 2002 cria-se esse cursinho, a ACNAP (Associação Cultural de Negritude e Ação Popular), para 100 jovens negros com bolsa, tinha uma organização custeando os professores. Essas aulas aconteciam no interior da Universidade Federal do Paraná, primeiro lá no Jardim Botânico e depois vem para a Reitoria. Eram 100 jovens negros que estavam sendo preparados para o vestibular e eu faço parte dessa preparação. Não passo no vestibular em 2002, nem no ano seguinte, fiz a seleção pro vestibular 3 vezes - zerei a primeira vez em matemática, zerei a segunda vez em química e física e na terceira vez passei. Entro para fazer Ciências Sociais, isso é algo muito marcante, muito importante na minha militância e na minha vida, esse cursinho trazia para gente a importância da população negra chegar ao ensino superior. Eu já tinha um conhecimento da questão racial, do movimento negro em 2002, fazia 2 anos que estava ali entendendo uma série de coisas, mas a maioria dos jovens do cursinho não tinham, foi uma troca muito importante. Foi muito significativo esse cursinho pré-vestibular.

Saio do CEFURIA e fui ajudar a construir uma organização do movimento negro, estava ali sendo contratada como secretária dessa organização que foi planejada por essa minha professora, que fazia parte da organização ACNAP, e agora estava montando outra que é o IPAD (Instituto de Pesquisa da Afrodescendência). Vou ajudar ela, nós éramos as duas únicas ali trabalhando diariamente. Essa organização ia tocar um projeto - acompanhar 9 ou 12 jovens, que tinham conseguido bolsa no ensino superior. Esse cursinho da ACNAP para 100 jovens abriu diálogo com a UNIBRASIL, a faculdade estava nascendo e destinou bolsas de 80% para alguns cursos, Relações Públicas, Relações Internacionais, Pedagogia e Letras, então vários dos alunos desse cursinho fizeram vestibular e foram contemplados com bolsas de 80%. O IPAD agora tinha um projeto financiado por uma organização suíça, AVINA, para ajudar financeiramente estes estudantes a permanecerem no ensino superior. Davam uma ajuda para transporte e alimentação. Fiquei nessa organização por 3 anos

e saí por questões bem difíceis e complicadas que a militância traz para a gente. Saí rompendo com essa minha ex-professora, rompendo com uma série de coisas. Não fui a única, 8 pessoas saíram comigo porque coisas bem delicadas aconteceram. Saí dessa organização em 2005, fiquei de 2002 a 2005.

Gostaria de me dedicar muito mais à militância, mas estou resgatando isso, estou participando mais ativamente agora da Rede “Nenhuma vida a menos”, que fala sobre a violência policial e violência do Estado contra a população negra. Esse é meu tema de pesquisa, foi meu projeto de monografia, de mestrado quando eu apresentei, mas não fiz o mestrado, passei só no projeto e decidi ser mãe. Pretendo voltar agora, estudando e olhando para a trajetória dessas mulheres negras que buscam justiça para seus filhos que são mortos pela polícia porque são negros.

No final de 2019 fui para uma reunião da Rede Nenhuma Vida a Menos, na Universidade Federal do Paraná, que me chamou atenção. Desde essa reunião participo do grupo de WhatsApp. Ano passado, com a pandemia, eles me convidaram para fazer uma live. Agora acompanho o grupo e tenho acompanhado as famílias desses 4 jovens assassinados pela RONE no Parolin. Dois são irmãos, um tinha 14 anos e o outro 16 anos. Então eu estou bem atuante, participando de reuniões, na Rede Nenhuma Vida a Menos.

Toda mulher negra é uma militante cotidiana, resistimos a tantas coisas. Tenho certeza, cada vez mais, que se você sabe o lugar que ocupa nessa sociedade e a maneira como é vista, quando tem consciência racial, a militância é constante. É verdade que em todo momento precisamos desconstruir o que foi naturalizado em relação às mulheres negras, a submissão e várias outras coisas. É necessário se colocar como detentora de opinião, não se deixar ser interrompida etc. Ser uma mulher negra militante, saber como essa dinâmica acontece, é um se colocar a todo momento. As pessoas sempre levam um susto com os questionamentos que alguém como eu, mulher negra, faz diante das naturalizações sobre a nossa ausência. Pensar o movimento social e o que é ser uma mulher negra dentro da militância também é uma questão, me dei conta disso depois, entra o machismo e o racismo forte. A vítima preferencial da violência policial são jovens negros, são meninos, mas nós temos uma quantidade de mulheres negras encarceradas, e os motivos que levam as mulheres negras a serem encarceradas falamos muito pouco. Nós tivemos uma mulher de 54 anos, uma comerciante, que teve o pescoço pisoteado, como o George Floyd, o que leva um homem branco policial a tratar uma mulher daquela maneira, como se tratou o homem negro? E não tem a mesma repercussão. A visão que aprendemos a ter sobre as mulheres, criticada pelo movimento feminista, não cabe a nos mulheres negras - o sexo frágil, a necessidade de

bajular, ajudar. Ao contrário, nem vistas e consideradas somos em vários momentos e contextos.

Eu conheço o movimento negro nos anos 2000, 2001, principalmente 2001 por conta das conferências para África do Sul, as conferências municipais e estaduais para conferência mundial na África do Sul. Depois, eu participo de um cursinho pré-vestibular para afrodescendentes. Depois, 2003, vou ajudar na estruturação de uma organização do movimento negro, junto com essa pessoa que me apresenta a questão racial nas suas aulas, professora de sociologia. Depois eu saio dessa entidade. Contudo, representando essa organização eu vou como delegada para a I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial - CONAPIR em 2005. Participo da conferência municipal, saio como delegada pra conferência nacional, da conferência estadual saio como delegada a I CONAPIR. Sempre participando das discussões sobre segurança pública e a questão do racismo. Essa discussão sempre chamou muito atenção para mim, era muito difícil pensar essa questão das pessoas morrerem por serem negras. Eu tive contato com o movimento hip-hip nos anos 2000, analisava letra de música do movimento hip-hop e via essa denúncia, via essas histórias do movimento hip-hip serem contadas. Então, o meu olhar, essa angústia do assassinato de parte da população promovida pelo estado, sempre me pegou mais forte dentro de todas as demandas do Movimento Negro.

Entrevista 4

Volto na professora Valéria, que me impactou e escolhi trabalhar com isso a minha vida toda. É óbvio que durante a graduação escolhi pela parte técnica, do que é pré-natal, do que é preventivo do câncer, do que é atenção ao parto. Depois, com o movimento da Rede Feminista de Saúde - que eu fui me filiar em 1991 -, tive o que não foram docentes na essência da palavra, mas aprendi muito com o movimento de mulheres. Eu já tinha aprendido muita coisa na enfermagem, só que a enfermagem não discute muito as questões de gênero. Fui começar a discutir as questões de gênero de fato quando me filiei à Rede Feminista, aprendi muito e depois, lá em 2006, quando a gente criou efetivamente a Rede de Mulheres Negras do Paraná, é claro que foi um processo.

O momento em que me percebi como mulher negra demorou muito. Fui para Curitiba, estudar, tinha a necessidade de sobrevivência, de também ter que trabalhar. Me formei, passei no concurso, e já estou lá trabalhando na coordenação dos programas de saúde da mulher, era responsável pelos programas em 1990. No final de 1991 mais ou menos, a Cássia, lalorixá de Curitiba que é do movimento negro, foi convidada para um encontro preparatório

da Conferência de Durban. Esse evento foi em 1993, então tinha muito tempo, Durban seria em 2001. Ela foi convidada e, na humildade dela como mãe de santo, que na época não tinha formação nenhuma - agora ela é mestre -, achou que eu contribuiria muito mais com as questões da saúde da mulher por eu ser enfermeira, como ela já me conhecia. Então ela me indicou e eu fui no lugar dela para esse seminário do Gelédes, preparatório para Durban. Chegando lá fiquei boquiaberta, um evento com mais ou menos 100 mulheres negras empoderadíssimas, médicas, enfermeiras, advogadas, psicólogas, e o grande assunto, o grande tema era saúde da mulher negra. Até então, eu nem pensava em saúde da mulher negra, tanto é que no meio da discussão surgiu que o Brasil não tinha dados de mortalidade materna e mulheres negras, aí levantei o dedo, pouquinho assim, me enxergaram e falei "mas no Paraná a gente tem esses dados". Me encomendaram o estudo, pedindo para fazer o recorte, principalmente a Tatiana, que era uma médica negra que logo em seguida foi eleita coordenadora secretária executiva da Rede Feminista de Saúde. Me incentivaram um monte, tanto que a Tatiana me colocou como ponto focal da Rede Feminista aqui no estado. Passou 1 ou 2 anos, fiz um primeiro estudo sobre a morte materna de mulheres negras no Paraná. Nesse momento que começo a me perceber enquanto mulher negra e perceber e pensar na minha responsabilidade como coordenadora dos programas de saúde da mulher da 2ª regional de saúde.

Me considero sim uma militante do movimento de mulheres negras, não só pela criação da Rede Mulheres Negras do Paraná, mas por estar envolvida e conhecer gente desse país todo e fora do país. Sou filiada à Rede de Mulheres Negras da América Latina e Caribe (RAAD). Partindo das mulheres da América Latina e Caribe, fui para uns 4 ou 5 países em encontros das mulheres negras da América Latina e Caribe. Acredito na necessidade do movimento de mulheres negras, não posso ficar mesmo aposentada, fechada nas 4 paredes da minha casa ou da minha cidade, não. Essa vivência toda a gente tem que ter e não pode fugir em momento algum. A gente vive num mundo bem mais amplo, que é maior que o Paraná, maior que o Brasil, no mínimo América Latina e Caribe a gente podendo acompanhar para poder entender por onde que passam todas essas questões do fundamentalismo, do racismo, até para poder entender, por exemplo, o que aconteceu do assassinato do Floyd, que foi julgado e teve o resultado que teve essa semana, e as repercussões que isso pode ter.

Só fui conhecer a militância negra especificamente mais para o final da faculdade. Eu já conhecia de vista a Cássia, que me indicou para ir nesse encontro preparatório para Durban. Uma das minhas irmãs e um dos meus irmãos eram do movimento. Eu só trabalhava e estudava e quando tinha uma

festa ou alguma coisa assim que eu ia, mas não que participasse. Fui conhecer realmente lá para o final da faculdade mesmo.

Acho uma coisa interessante como abriu a minha cabeça um pouquinho lá em 1993, depois que fui para esse evento em São Paulo, saber que nem todas as mulheres eram iguais, que as negras são diferentes e têm as suas especificidades. Comecei a estudar sobre saúde da população negra até chegar no mestrado, foi a primeira vez que fui ler sobre a saúde da população negra, sobre raça e racismo na saúde. Nesse meio tempo o Lula finalmente foi eleito em 2002, e eu já estava com meu nome colocado a nível nacional. Em 2004 fiz parte do grupo que ajudou a escrever a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher que substituiu o PAISM. Nessa política é que fui aprender e compreender que para além das mulheres negras a gente tem as outras especificidades das mulheres cadeirantes, das mulheres em situação de prisão, em situação de rua, as do campo, da floresta.

Sempre nas minhas falas eu faço essa mea-culpa que, desde 1990 que comecei a trabalhar, eu distribuía os kits de coleta de preventivo do câncer e cobrava das coordenadoras municipais da mulher que atingissem a meta de cobertura de preventivo, só que eu mesma nunca tinha cobrado, pensado, falado para as coordenadoras municipais que elas tinham que fazer coleta de preventivo nos presídios, que as mulheres que estavam lá presas têm que fazer preventivo, fazer mamografia, pré-natal. A gente aprende a vida toda, se você tiver a cabeça aberta e o coração aberto, você vai aprendendo e vai agregando coisas, não tem como você simplesmente lavar as mãos e ser só uma servidora pública ali no teu lugar, quietinha, sem enxergar os lados. Pra cá, pra lá, pra cá, tem que estar no movimento, estar inserida no movimento, com toda certeza. Por isso que digo que aprendi muito trabalhando na gestão, na SESA, com toda a certeza, mas aprendi tanto quanto, ou mais, fazendo parte dos movimentos, tanto do movimento feminista como do movimento negro e agora das mulheres negras.

Entrevista 5

Na graduação participei até um pouco do movimento estudantil, antes disso, não. Pelo contrário, comecei a trabalhar com 15 anos de idade com carteira assinada. Fui trabalhar inicialmente no McDonald's, então não tinha muito tempo para essas atividades extracurriculares. Lembro que estudava de manhã, levava marmita, quando terminava a aula esperava todo mundo sair da escola para esquentar a marmita na sala de aula. Comia e ia trabalhar no McDonald's de um parque de diversão, trabalhava até de noite. Quando chegou a época de fazer vestibular, saía de lá e ia estudar num cursinho. Não tive muito tempo de participar de espaços de militância até estar na vida adulta e ter um pouco mais

de autonomia, porque eu ajudava em casa. Na minha escola, na minha infância, juventude não me lembro de movimentos estudantil, da minha escola ter lideranças. Quem trouxe muito isso para mim foi meu irmão mais velho quando ele fez 16 anos e pode votar, ele sim teve, muito pelo machismo, mais liberdade de estar participando desses processos e dessas discussões do que eu, que tinha que estar comportada em casa. Meu irmão trazia muito para dentro de casa esse debate sobre movimento estudantil, união de estudantes secundaristas e união. Depois da UNE, ele trazia muito essas informações. Eu não tinha, eu estudava, trabalhava e fazia cursos e não tive essa oportunidade de ter essas vivências na infância, adolescência e juventude. Só depois de adulta, com 20 e tantos anos que fui poder começar a militância.

No Rio uma coisa muito forte era o baile funk e quem estava muito no baile funk era menina preta e pobre. Isso a gente conversava muito porque era para fazer a gente mostrar o corpo, rebolar a bunda, usar shortinho e topzinho, parecer gostosa, se impor e querer namorar o cara mais descolado do rolê. Lembro que a gente se juntava muito para se valorizar, para ser difícil, a gente não queria permitir que uma de nós fosse maltratada. A gente se juntava para se fortalecer, mas a gente não achava naquela época que isso fosse um processo de militância, um grupo feminista. A gente só entendia que precisava se proteger, se juntava e ficava junto, atuava junto, uma defendia a outra; a gente fazia o que queria e não o que mandassem, o que esperassem. A gente tinha toda uma organização nossa de conversa e de entendimento, onde a gente se protegia e lutava para se impor nos espaços que a gente estava, inclusive no baile funk, no condomínio que eu morava, na rua, nos lugares onde a gente estava. Eu não entendia isso na época como um movimento de mulher, como movimento feminista, entendia como necessidade de sobrevivência, como uma necessidade posta para que a gente ficasse bem no lugar que a gente estava.

Militei um pouco no movimento estudantil na graduação, mas principalmente, no movimento de trabalhadores e a partir dali o movimento feminista e movimento negro. Como isso foi acontecendo ao mesmo tempo que eu estava na faculdade, muita coisa eu trouxe para dentro da universidade. Participei de um coletivo feminista dentro da universidade, onde pude trazer bastante dessa realidade do que era ser uma mulher negra trabalhadora, estudando numa universidade pública, tendo entrado por uma política de cotas. Eu tinha até dificuldade de estar ali, a maioria das meninas eram brancas, com muito dinheiro, com uma vida muito diferente da minha, com famílias conhecidas na sociedade, com sobrenomes importantes. Não era o meu caso, eu não tinha nada disso, então me mantive nesses espaços porque eu tinha estudo para isso, tinha leitura para isso, tinha capacidade para estar ali, mas identificação com aquelas pessoas não tinha. Eu impunha a minha presença. Para nós, mulheres negras, essa é

uma realidade, a gente sempre tem que impor a nossa presença, não é esperado que a gente esteja ocupando qualquer espaço de destaque, de debate, de discussão. Sempre esperam que a gente esteja cozinhando, dançando, limpando, cuidando. Toda vez que a gente reivindica visibilidade, que reivindica voz nos lugares e nos debates sempre gera estranhamento e, em geral, a gente tem que estar sempre com essa leitura de que a gente precisa firmar a nossa posição e a nossa participação, falar mais alto para ser ouvida, porque o que esperam da gente é o silenciamento.

Muitas vezes nesses espaços de militância, colocam mulheres negras numa caixinha onde só tem um assunto que a gente tem propriedade para falar, que é racismo e/ou feminismo. É isso que a gente é chamado para falar, dificilmente a gente vê nos espaços de movimento misto, de homens e mulheres brancos e negros, uma mulher negra ocupando espaço de tesoureira, secretária geral, relações internacionais, assuntos jurídicos, qualquer espaço de destaque. Geralmente você vai ver uma mulher negra sendo a vice-presidente ou vice-qualquer-coisa das outras pastas ou a secretária de assuntos que sejam relacionados ao debate de gênero e ao debate de raça. Vai ser muito incomum você buscar espaços de militância amplos aqui no Paraná onde você vai ter uma mulher negra numa posição de destaque ou com poder de decisão sobre verba, ou com poder de decisão e visibilidade política. Isso acontece até pontualmente. Lá em novembro dão destaque para aquela militante, dia 25 de julho, que é o dia da mulher negra latino-americana e caribenha, ou no 8 de março, por conta do dia internacional das mulheres. Essas visibilidades pontuais por conta de datas históricas que fica até desconfortável que não seja dessa forma.

Só depois de entrar no serviço público que consegui, através do movimento sindical, me engajar na militância. Tinha a escola da vida, com várias situações de racismo, machismo, situações de enfrentamento mesmo, de resistência, de aprendizagem, que conseguir lidar e superar com determinadas situações. Militar em espaço organizado foi só quando tive autonomia financeira, quando consegui respirar um pouco mais. Ainda assim, fazia minha faculdade no período da manhã, aqui na UFPR, e trabalhava no período da tarde. Tudo que conseguia participar era o que acontecia à noite ou o que o sindicato mandava liberação para a universidade e pro trabalho para eu conseguir participar. Só que o movimento sindical sempre tem, em qualquer lugar, muita resistência dos patrões, das chefias e era muito difícil essas liberações.

Quando vim para Curitiba, logo depois que saí do convento, uma das coisas que fui buscar era reconhecimento, me reencontrar, buscar coisas que me fizessem bem. Um desses espaços que encontrei foi, primeiro, o movimento sindical, porque eu já era trabalhadora. No movimento sindical a gente tinha um debate muito forte sobre as questões de gênero e raça, fui militar em conselhos e

conhecer outras mulheres, conhecer organizações, o sindicato era filiado a uma central sindical. O sindicato não tinha pasta de gênero nem de raça, mas na Central Única dos Trabalhadores, a CUT, tinha a pasta de combate ao racismo e a pasta de política para as mulheres. Com os trabalhos feitos na central sindical na CUT, me aprofundei ainda mais nessas temáticas que para mim já eram importantes por conta daquilo que aprendi com a minha mãe. Aprofundei meu debate sobre feminismo, sobre feminismo negro também, e aquilo se tornou muito importante para mim.

Fui participar do movimento chamado “Marcha Mundial das Mulheres”, que é um feminismo que entende que é necessário a superação do sistema capitalista para superar as opressões de gênero, de raça e de classe. Aqui em Curitiba ele se organiza, principalmente, dentro de sindicato. A maior parte das mulheres que estavam lá são mulheres sindicalistas brancas, me sentia perdida em algumas pautas que queria debater e discutir, não encontrava quem me ouvisse ou quem me entendesse lá dentro sobre solidão da mulher negra, sobre racismo propriamente dito, segregação, falta de empregabilidade, as questões de extermínio da juventude negra, os abusos da polícia; sobre muitas coisas que afetam diretamente à minha vida e da minha família. O feminismo negro é um feminismo diferente, que é interseccional, que aborda a totalidade das coisas, não fraciona a gente, pelo contrário, aborda de maneira integral a nossa existência, considerando todos os aspectos de gênero, de raça, classe, de orientação sexual, de inserção no mundo.

Entrevista 6

Não faço parte de um movimento feminista negro, até porque acho que o movimento feminista é bastante radical. A Rede de Mulheres Negras te dá um leque para trabalhar, não dentro basicamente do feminismo negro, mas de um direcionamento da nossa importância e do que a gente tem que buscar. Como mulher militante, hoje um pouco mais afastada por conta das minhas atividades de terreno, vi que ser militante dá uma abertura de vivência para gente muito grande, e que as pessoas deveriam experimentar ao invés de criticar. O momento em que conheci o movimento vi que muitas coisas seriam para mim, outras tinha que analisar para ver se ia encaixar naquilo que eu estava vivendo. Nós temos uma sociedade muito radical também, se a gente colocar o feminismo negro batendo de frente com a sociedade na questão étnico racial, nós vamos ter uma guerra. O feminismo vai querer mostrar realmente a nossa importância e pode ser que haja um monte de conflitos enormes, o que acaba gerando situações drásticas e constrangedoras, como a gente já viu - não dentro do feminismo, mas dentro da nossa militância, com as questões que a gente debate,

luta e defende. Essa vivência dentro do feminismo negro eu não tive muito porque faço parte da Rede de Mulheres Negras, mas não especificamente desse direcionamento do feminismo negro. As mulheres feministas são bastante radicais, se a gente bater de frente com a sociedade, que já é radical, com as nossas causas, pode ter uma guerra desnecessária. Podem ser usadas outras palavras, não é regra ou lei aquilo que é falado dentro do feminismo. Procuramos ter conhecimento para poder discutir algumas questões, essa é a questão da minha militância dentro da Rede como mulher negra.

Entrevista 7

A RMN-PR sempre está em constante movimento, tiveram vários outros espaços aqui dentro da Rede. Para mim a com parceria acadêmica nas construções junto com as mulheres quilombolas do Paraná. Atualmente estou na coordenação do Movimento de Mulheres Quilombolas do PR (MMQPR) com apoio da RMN-PR, em 2021 realizamos a construção do instrumento do Protocolo de Consulta dos Quilombolas Paraná, um momento desafiador, pois ocorreu de formato online, do qual atingiu a capacitação e a criação do documento com a participação 18 comunidades remanescentes de quilombo do PR. E estamos em fase de terminar a conclusão de uma pesquisa quantitativa de alunos da origem quilombola, da identificação dos quilombolas que não estão tendo acesso à educação quilombola, que é uma diretriz nacional, uma política educacional que não acessa todos os alunos, nem dentro do território, nem fora do território. Os povos quilombolas são povos desterritorializados, muitos quilombolas não moram mais dentro do território por não ter acesso à saúde, emprego e educação. Sou fruto disso, moro na região metropolitana de Curitiba, de nascimento, porém meu coração, minhas raízes estão na Lapa, no território, porque a minha avó e minha tia mais velha estiveram sempre lá no "sítio", como a gente chama, e agora minha mãe retornou à terra da Restinga. Meus pais tiveram que vir para a cidade para ter o alimento, a sobrevivência.

Em 2021 continuo no fortalecimento quilombola, que é o que mais me marca porque é a questão da minha identidade. Desde maio de 2020 integro o jurídico quilombola nacional, a RENAAQ (Rede Nacional de Advogados e Advogadas Quilombolas). Estou integrando esse grupo, que tem articulado muito as questões jurídicas dos povos quilombolas, na questão da vacina da COVID-19, ADPF 742, que em resumo é a inclusão dos quilombolas no plano nacional de vacinação. O que isso tem a ver com a Rede de Mulheres Negras? Tem muito a ver, porque a Rede de Mulheres Negras-PR está no Conselho Estadual de Saúde, e através da Rede Mulheres Negras as pautas da vacina da população quilombola também permeiam por lá (pois o Paraná tem 38 comunidades

Quilombolas certificadas e mais 86 em estudo), além de outros temas da saúde da população negra e população em geral. Quando dá alguns atritos de informações a gente faz um caminhar em conjunto. Isso é bem importante porque esses movimentos, seja nacional, estadual ou municipal, são interligados e fortalecem a população negra, e são esses espaços de controle social que chegam um pouquinho de políticas públicas para a população negra.

Entrevista 8

A questão da RMN-PR e as questões de gênero e raça estão muito juntas. A existência do racismo a gente percebe em alguns momentos, é aquela questão que você não quer ver porque é mais fácil você negar do que você aceitar que ele existe. Aceitando, entendendo que o racismo existe, ele vai determinar certas posturas quando você está numa sociedade, principalmente no interior do estado, onde não tem fortalecimento desse pertencimento e desse empoderamento racial. Hoje a gente tem alguns passos se modificando, mas não é algo tão simples, precisa ter alguém que você olhe e você fale “que bacana”. A minha identidade racial começou a ser fortalecida quando fui participando de formações e cursos. Nessa formação acadêmica, eu ia para uma palestra e quem estava na mesa eram pessoas negras, tive os primeiros contatos com uma representatividade intelectual negra, por meio dessas participações começo a conhecer referências como Lélia Gonzalez. Comecei a conhecer a Lélia Gonzales, Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro, comecei a me aproximar dessas referências, dessas leituras. Isso me fortaleceu muito e fez que me enxergasse enquanto mulher negra, enquanto ativista, tentando fazer esse debate racial contra o racismo de forma mais efetiva. Mesmo antes, na minha adolescência, eu brigava na escola por conta disso. Você percebe que o racismo existe, mas às vezes não quer tratar o como lidar com ele, como lidar com essa sociedade racista. A gente está em fase de construção contínua, mas hoje tenho mais elementos para encarar a situação e essa estrutura dessa sociedade racista.

Essa questão do machismo percebi também do ativismo que participei, do sindicato dos professores da rede estadual, participei de alguns momentos dentro da própria esquerda dos movimentos sociais. Essa questão dos homens, dos homens brancos, de quem tem o poder de fala, de quem pode falar me incomodou muito e foi uma das questões que me fez pensar: por que as mulheres negras não estão nesses espaços? Por que os homens? Às vezes você começa a perceber o corte da fala. Por que sempre a última palavra é deles? Por que nesse cargo, que lida principalmente com financeiro, são os homens, não são as mulheres? Tem que ser presidente, mas ela tem um

currículo, tem mais capacidade, por que foi escolhido ele? Com esses questionamentos, e também por conta das leituras, a gente começa a refletir, e isso me aproximou da Rede.

Fui para esse encontro de educadores negros e voltei de lá outra pessoa, porque foi quando tive contato com a lei 10.639 de 2003, quando conheci vários colegas que tenho hoje do mundo ativista, foi a primeira vez na minha vida que participei de um evento com uma mesa formada exclusivamente por homens e mulheres negras. Eu já tinha terminado o curso de matemática, mas na matemática não tinha esse contato. Com essas pessoas falando da questão do racismo, da forma racial e de educação eu me encontrei em muitos desses diálogos que vi nesse encontro, me fortaleci, fui atrás e comecei a participar de forma mais automática dessa movimentação. Isso fez com que criássemos, em Cascavel - que não tinha movimento negro -, o grupo Afrovida. Tem até hoje, e é resultado desse empenho meu, do Isac, do professor Gilmar. A gente fez eventos na universidade UniOeste, o professor Kabengele Munanga foi lá, mas é um espaço misto de movimento social. O Afrovida foi muito interessante, foi organizado e pensado junto com nosso processo de identidade negra, a gente foi se formando junto com o Afrovida. Isso foi bem bacana. Esse debate surge a partir daí. Eu já tinha mais de 20 anos, não estava no ensino médio, como vejo as meninas hoje fazendo vários debates - isso é fruto da lei 10.639.

Fiz algumas ações em Cascavel em conjunto com o grupo Afrovida no “Julho das Pretas” em 2015, fizemos algumas atividades. Em 2015 também coordenei um ônibus da região oeste que foi para Brasília na Marcha das Mulheres Negras, um ônibus de mulheres e meninas negras, foi um momento bem marcante para nós. Na história da luta do movimento de mulheres no Brasil, a marcha em 2015 é um marco. Fico bem feliz de ter estado a frente e ter tomado essa responsabilidade a partir desse contato com a Rede de Mulheres Negras do Paraná.

A partir do encontro dos educadores negros, as minhas atividades passaram a ser mais focadas nessa questão de raça e gênero. Começo a entender que sou uma mulher negra, começo a pensar em trazer formações, a ler livros, a participar de palestras, participei de várias formações pela APP Sindicato, várias oferecidas pela SEED, fui para a Brasília, participava das conferências. Tinha debate sobre esse tema, eu estava presente. Foi isso que me levou ao curso de ciências sociais, foi o querer entender um pouquinho mais dessas relações. A partir do momento que você se entende enquanto mulher negra, acho que isso começa a fazer parte da nossa vida de certa forma. No magistério fui da comissão de formatura, fui professora de catequese, sempre fui uma pessoa socialmente atuante em prol dos menos favorecidos. Isso é algo meio natural.

No ensino médio também estive na comissão que organizou a viagem da minha turma, que organizou a formatura. Isso sempre teve presente para mim.

Entrevista 9

Em Curitiba continuei trabalhando como empregada doméstica por alguns anos, por óbvio estudava à noite, fazendo o 2º grau (ensino médio atual), e me insiro no ativismo no movimento estudantil. É importante ressaltar que sempre tive esse gosto por ajudar as pessoas, por trabalhar com questões sociais, e tive o desejo de ser atriz, atuar em teatro, ou ser advogada. E não realizei nenhum desses desejos ou aspirações porque a vida não me permitiu.

No ativismo em Curitiba, após o movimento estudantil, vou para o político partidário, me filiei ao PT em 1986. Entremeando atuação no movimento estudantil e o partidário, conheço o movimento negro e começo a militar nele, e dentro do PT conheço o movimento de mulheres e passo também a fazer parte e permaneço por muito tempo permeando por esses movimentos.

Em 2006 foi fundada a Rede de Mulheres Negras do Paraná, e eu participei desta fundação. Nesse mesmo ano, eu já era ativista do movimento GLBT, denominado assim na época e fui também sócia fundadora da ARTÊMIS (Associação Paranaense de Lésbicas), que foi algo transformador naquele momento, tanto que em 2008, na I Conferência GLBT do Brasil, é aprovada a mudança da sigla para LGBT, e isso passa a fazer muita diferença até os dias atuais para a visibilidade das mulheres. Com este episódio, passo a ser expressão e referência enquanto lésbica e negra aqui no Paraná, a primeira lésbica negra no sentido de assumir essa identidade. Sou mulher, sou negra e sou lésbica.

Considero importante salientar e observo quanto tempo depois desses movimentos já existirem que a gente passa a ter uma visibilidade e identidade de luta e de representação aqui no estado do Paraná. Nesse período eu trabalhava na consultoria financeira do sindicato e continuei no ativismo do movimento social, que não tinha nada a ver com o sindicato, pois lá eu era funcionária e fora era independente para as pautas que eu defendia, e continuava estudando.

A partir da minha identidade enquanto mulher lésbica, sempre percebi a dificuldade do que era ser mulher, negra e lésbica e a omissão deste assunto, foi depois de muito tempo os sindicatos e partidos de esquerda começaram a se organizar dentro da pauta LGBT. Entendo que o leque de discussão política dos movimentos sociais é muito mais amplo que o sindical, e alguns debates passam a serem feitos no interior dos sindicatos após os avanços dos movimentos sociais. Atualmente não há como o movimento feminista não falar de mulheres

negras, pois somos nós que trazemos as pautas e o recorte racial, isso é uma conquista e luta permanente. Isso não era comum, muito menos aqui no Paraná, onde de fato até 2006 você não tinha essa visibilidade do recorte de mulheres negras como você tem hoje. É uma constatação que o racismo que a gente vive está arraigado em todas as estruturas sociais, grupos e instituições.

Então feminismo negro e ser uma ativista negra é protagonizar diariamente as condições de vulnerabilidade a que sempre foram e estão submetidas as mulheres negras na sociedade, e a única forma de mudança é o reconhecimento destas diferenças para possibilitar mudanças estruturais que transformem efetivamente a realidade das mulheres negras no Brasil.

Entrevista 10

Vim para a militância e depois das Diretas Já nunca mais parei na minha vida até hoje. Nas Diretas Já eu tinha meus 16 anos. Nessa militância toda eu comecei no movimento estudantil, parti para o movimento de igreja - mais da teologia da libertação -, fui para o movimento partidário, e depois fui para o movimento sindical. Dentro dele fui sindicalista na pasta de comunicação, secretária geral e também de mulheres. Do movimento de mulheres fui para o movimento de mulheres negras.

Muitos homens não se percebem sujeitos de mudança, se percebem numa condição que para eles está ruim, mas tá bom. Eles também querem mudar, mas não precisa mudar muito. São as pessoas que se sentem incomodadas que precisam fazer essa transformação, as pessoas que não são contempladas. Nesse sentido que eu entendo que entra o papel da interseccionalidade, e que as mulheres negras têm dado conta porque a gente entende a nossa necessidade e o quanto a gente gosta da convivência com os homens, mas a gente precisa construir algo que nos contemple. Os homens não se discutem, mesmo sendo os homens negros, acabam sempre trazendo para a mesa a pauta de que a população branca sempre esteve ali. A população branca já faz aquilo e o homem negro apenas ratifica. É por isso que a gente entende que essas mudanças se darão a partir da interseccionalidade. Entra aí uma questão praticamente racial, não dá para ser apenas a questão de gênero, mas precisa ser, para além de ser mulher, o que mais interfere para que a gente tenha avanços na questão da população negra.

A gente precisa compreender a interseccionalidade, pois é por esta leitura que entra o olhar do feminismo negro; diferença que se compreende o conceito de interseccionalidade, e, essa é grande diferença do feminismo mais tradicional, que está aí, para a proposta do feminismo negro, que é onde você se reconhece a mulher, mas na interseccionalidade, que não vai apenas discutir as questões

que lhe apraz, mas essas questões tem um viés de que de que eu, enquanto mulher, para me estabelecer, não basta fazer e reproduzir algumas situações que já aconteceram anteriormente, porque elas não me contemplam. Quando a gente começa a lembrar na história do feminismo quais foram as pautas que as mulheres tiveram, não tem pauta que contemple a mulher negra. Tem pauta que pode contemplar algumas mulheres, mas na verdade elas não contemplam as mulheres negras, porque as mulheres negras não tinham esse papel na sociedade naquele momento histórico em que as mulheres brancas estavam fazendo suas discussões.

Como sempre entende-se que, mulheres negras socialmente nunca precisaram brigar para trabalhar, pois isto se caracteriza como uma necessidade, então, elas têm que trabalhar e não existe escolha. “Não, mas eu tenho que brigar”, você não precisa brigar, o que você precisa brigar é para que o seu trabalho seja reconhecido. Aí é que entra a interseccionalidade da discussão do feminismo, por exemplo, quando você percebe que a gente vai discutir algumas pautas onde a impressão que se tem é que todas as mulheres são pessoas boas, que estão ali com o mesmo objetivo e que existe um senso comum. Não, não existe senso comum porque nós todas somos diferentes, o que a gente tem em comum é que somos dotadas, no mais a gente é diferente. É preciso que sejam discutidas as especificidades. Somos mulheres negras, mas aquela lá tem uma condição, vem de um histórico diferente desse, que vem de um histórico diferente desse. São essas especificidades que vão nos tomando e, trazendo à mesa possibilidades de você construir um projeto onde se vá contemplar todo este emaranhado de minorias e que precisam ter pautas de busca de direitos quando se consegue perceber as especificidades que nos tornam diferentes. Se você não consegue se perceber diferente, então a gente fica sempre fazendo um diálogo para os iguais. A gente não entende no feminismo negro que exista esse padrão de igualdade tão próximo, até porque nós temos a situação do colorismo, das diferenças econômicas, tem elementos de orientação sexual. Hoje a gente tem feito essas discussões muito pertinentes. Se você é “diferente” e não se constrói um olhar político para este “diferente” para se estabelecer, você está fadadx a não dar certo. Se você é uma mulher negra, se você quer buscar alguns elementos para discutir e se estabelecer sendo uma pessoa diferente de um padrão colocado, se você se sente diferente, mas você quer discutir essa diferença dentro do mesmo padrão, então você está fadadx a não dar certo.

Ser mulher negra e militante é um desdobramento pesado mesmo porque é para além do primeiro turno, do segundo e do terceiro turno da sua vida, mas ainda é você buscar e ver que uma precisa dar a mão para outra para que a gente consiga vencer. É muito difícil e muito pesado, mas quando a gente consegue avançar o resultado é muito bacana. A gente sente mais a colaboração, a

construção é diferente, porque não está pronto, então você tem que fazer e construir. A gente se percebe nisso quando a gente senta para fazer umas discussões com as pessoas e vê que para alguns elementos dos quais a gente está trazendo as pessoas ainda fazem “ahhh”. A gente vê que aquilo que está falando realmente é fundamental para que a gente consiga construir, formar, trazer novos elementos para os olhares. Acho que tudo isso nos dá esse parâmetro.

4 ANÁLISE DE DISCURSO: DA CONJURAÇÃO DOS VERSOS

— nossos poemas conjuram e gritam —

O silêncio mordido
rebelo e revela
nossos ais
e são tantos os gritos
que a alva cidade,
de seu imerecido sono,
desperta em pesadelos.

E pedimos
que as balas perdidas
percam o nosso rumo
e não façam do corpo nosso,
os nossos filhos, o alvo.

O silêncio mordido,
antes o pão triturado
de nossos desejos,
avoluma, avoluma
e a massa ganha por inteiro
o espaço antes comedido
pela ordem.

E não há mais
quem morda a nossa língua
o nosso verbo solto
conjugou antes
o tempo de todas as dores.

E o silêncio escapou
ferindo a ordenança
e hoje o anverso
da mudez é a nudez
do nosso gritante verso
que se quer livre.

'Da conjuração dos versos'
(Conceição Evaristo)

A análise de dados foi qualitativa, utilizando-se **elemento da** análise de discurso, tendo como referência Eni P. Orlandi (2017), a fim de articular o linguístico ao social e histórico. Considerando a tríade história, ideologia e linguagem, a análise de discurso, como disciplina de interpretação, percebe a heterogeneidade da língua e sua opacidade. Através do processo de análise discursiva, busca-se os sentidos pré-construídos no discurso, que refletem a memória coletiva constituída socialmente, sem pretender estabelecer o que é certo ou descobrir algo novo, mas fazer uma nova interpretação (Rita Catalina Aquino CAREGNATO; Regina MUTTI, 2006). Não será feito um julgamento do

discurso, mas uma releitura a fim de dar visibilidade ao sentido pretendido pelas participantes da pesquisa, integrantes da RMN-PR, sendo que o foco da análise é compreender como os textos dizem e interpretar o resultado dessa análise (ORLANDI, 2017).

Seguindo e se apropriando da análise de discurso de Pêcheux, Orlandi considera o discurso como “efeito de sentido entre interlocutores” (2003, p. 21), e “é o lugar em que se pode observar essa relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por/para sujeitos” (2003, p. 17). Assim, para a autora, a posição-sujeito é repetidamente redefinida pelas condições de produção do discurso, e não se separa o sujeito da ideologia, uma vez que ele é sujeito socializado - não há sujeito sem ideologia, e nem discurso sem sujeito. O sujeito se constitui como tal quando produz sentidos, sendo atravessado pela linguagem e pela história, e em diferentes formações discursivas uma pessoa pode assumir posição como diferentes sujeitos, a posição fala no lugar da pessoa e esse fato significa a pessoa, conferindo-lhe uma identidade (ORLANDI, 2003). Nesta pesquisa, as entrevistadas assumem diversas posições: mulher, negra, mãe, filha, professora, aluna etc.

A existência do discurso marca a possibilidade de desestruturação/reestruturação das redes de memória e dos trajetos sociais em que irrompe e dos quais é dependente (ORLANDI, 2017), assim, com as entrevistas se produz um efeito ao colocar a memória na atualidade e mexer na relação com o esquecimento, que pode levar a uma desestabilização da estrutura dessas redes e trajetos em um jogo com a relação entre memória estruturada pelo esquecimento (memória discursiva, isto é, interdiscurso) e a memória institucional (que não esquece, a de arquivo, incorporada ao sujeito), colocando-as em contradição para significar o acontecimento. Ainda, o lugar material que se realizam os discursos é a condição verbal de existência do discurso (sua materialidade específica), um real específico formando o espaço de desdobramento das discursividades; a língua, portanto, é materialidade específica do discurso, e o discurso da ideologia, pois são as condições verbais de existência dos objetos (ORLANDI, 2017).

Para a prática de análise de discurso desta linha, entram em foco o sujeito dividido, a ideologia, o político e a ligação da linguagem com a exterioridade (ORLANDI, 2017). Os sentidos não são os mesmos para diferentes

sujeitos; eles se constituem juntamente com o sujeito, e é na forma como os sujeitos e o dizer significam que a ideologia opera (ORLANDI, 2017). Aqui, interessa-nos pensar discursivamente os silenciamentos de mulheres negras na educação básica e a resistência de mulheres negras militantes. Entende-se que o que é silenciado, isto é, o não dito, constitui também o sentido do que não é silenciado, do que é dito (ORLANDI, 2003), e a memória, como espaço móvel de deslocamentos, desdobramentos, divisões, retomadas, contradiscursos, é também feita de esquecimentos, silêncios e silenciamentos (ORLANDI, 2017).

Para considerar discursivamente a resistência, é necessário

pensar um sujeito dividido, o assujeitamento nas formas históricas do capitalismo, a ideologia como um ritual com falhas, o Estado estruturado pela falha, e a formação social como algo que se constitui e se mantém continuamente. (ORLANDI, 2017, p. 233).

Nota-se que o fato de a ideologia ser um ritual com falhas não implica que ela para de funcionar. Ainda, o Estado estruturado pela falha se refere à falha do Estado como articulador simbólico e político, que é necessária para o funcionamento do sistema, e é por ela e pela falta do Estado que os sujeitos se individualizam.

Dadas as condições de produção do discurso, a partir da posição-sujeito os efeitos de sentidos são produzidos, e são esses efeitos de sentidos que buscamos mostrar nesta pesquisa, além da presença de outros discursos no discurso das entrevistadas e formações imaginárias. Almejamos o entendimento do processo de produção de sentidos e a identificação da memória discursiva. Na linha de Orlandi (2017), queremos pensar a questão discursiva a partir dos modos de assujeitamento e da conjuntura histórica, considerando o sujeito como assujeitado ao discurso e buscando compreender as formas de assujeitamento pelas quais ele passa. Estamos assim no entremeio que a autora considera na relação às disciplinas, na relação descrição/interpretação e no processo de significação e dos procedimentos de análise.

Os trechos aqui utilizados são recortes das textualizações das falas proferidas pelas integrantes da RMN-PR em entrevista *online*, com conhecimento acerca da pesquisa, metodologia e objetivos, e com a garantia de anonimato. Além disso, o texto das entrevistas foi posteriormente aprovado para

utilização na pesquisa. Neste capítulo, iremos apresentar alguns trechos do material disposto no capítulo 3 para aventar discussões importantes.

Em um primeiro momento, apresentaremos a Nuvem de Palavras e uma análise de *Clusters*, gerados no *software* NVivo. Depois, considerando a extensão do documento apresentado no capítulo anterior e o tempo hábil para esta pesquisa, escolheu-se trabalhar com os três tópicos mais comentados nas entrevistas - Educação Básica, Família e RMN-PR, nesta ordem. A ordem dos demais tópicos, iniciando pelo mais recorrente, foi Trabalho, Demais Coletivos, Graduação, Religião, Pós Graduação e Relacionamentos Afetivos.

4.1 PALAVRAS EM NUVEM

Foram realizadas uma Nuvem de Palavras e uma Análise de *Clusters*, gerados a partir do *software* NVivo, com o objetivo de perceber as palavras mais frequentes nas falas das entrevistadas e como elas se relacionam entre si. Para isso, foram utilizados os tópicos e categorias da classificação disposta no capítulo anterior em cada entrevista no NVivo, com as textualizações como material base. Para a Nuvem de Palavras, foi feita uma limpeza a partir do gerado pelo *software*, removendo palavras não significativas (pronomes, artigos, verbos de ligação).

Desta forma, como mostra a Nuvem de Palavras (Figura 2), as palavras mais frequentes durante as entrevistas foram “mulheres” e “negras” – uma reafirmação de suas identidades como forma de empoderamento estratégica, transformando adjetivos balizadores para visibilização e sobrevivência (ANZALDÚA, 2009), com “identidade” também em evidência na Nuvem de Palavras. Além destas, vale destacar na Nuvem a presença das palavras universidade/graduação/escola/educação/aula/professora/professor (temáticas relacionadas à educação formal, não formal e informal), racista/racismo (referindo-se a violências vivenciadas e observadas) e militância/militante (tratando de movimentos sociais diversos).

Figura 2 – Nuvem de palavras



Fonte: Da Autora (2022)

A Análise de *Clusters* (agrupamentos) é uma técnica estatística que classifica elementos em grupos a partir do cálculo das distâncias entre os objetos. Neste caso, os objetos são as palavras utilizadas pelas entrevistadas. Quando presentes no mesmo agrupamento, significa uma proximidade entre elas durante a entrevista, ou seja, o uso de determinada palavra coincide com o uso de uma segunda, terceira ou n-ésima palavra. Para chegar no resultado apresentado na Figura 3, realizou-se um filtro de palavras, primeiro retirando palavras pouco significativas - como pronomes e verbos de ligação - e depois os substantivos que não possuíam relação com o tema da pesquisa ou que ficavam isoladas em um *cluster* único (como é o caso da palavra mulheres, que possui grande destaque na nuvem de palavras (Figura 2), mas não apresentou uma relação direta com outras).

Desta forma, chegou-se a um número de 15 palavras mais frequentes divididas em 3 *clusters*. O primeiro *cluster* apresenta uma relação entre as palavras “preconceito”, “religião”, “católica”, “étnico” e “africana”; isso ocorre possivelmente pelas falas das entrevistadas sobre a dificuldade de se falar de relações étnico-raciais e da história africana dentro da religião católica, além do preconceito com religiões de matriz africana. De acordo com José Cristiano Bento dos Santos (2018),

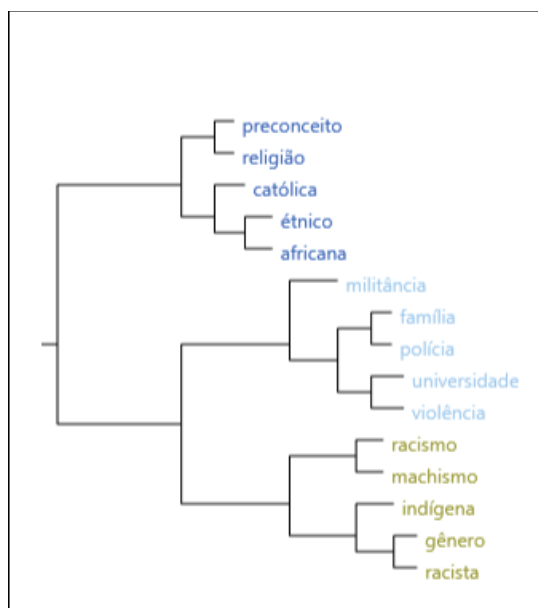
A Igreja como instituição detentora da verdade divina, utilizou sua teologia para sustentar o status quo dos brancos e a submissão dos negros ao sistema de opressão religioso, cultural, econômico, político e social. Pois a hermenêutica bíblica do catolicismo demonizou o africano pela cor da pele, símbolo de definição social. (DOS SANTOS, 2018, p. 141).

Apesar disso, é apontada nas entrevistas a possibilidade da militância dentro da religião – católica e de matriz africana –, como por exemplo a criação da Pastoral Afro-Brasileira citada por Santos, decorrente da luta por reconhecimento de pessoas negras católicas (DOS SANTOS, 2018).

O segundo agrupamento expõe a relação entre “militância”, “família”, “polícia”, “universidade” e “violência”, podendo ser explicada pelas falas que relataram a violência policial contra familiares das entrevistadas e a cautela das famílias ao explicar como lidar com a polícia, pelos relatos de atos e movimentos de militância com o tema de violência policial, e ainda pela motivação das entrevistadas de explorar o tema na graduação ou mestrado na universidade, uma vez que, com a criminalização da juventude negra e pobre, a violação de direitos e práticas genocidas contra essa população é naturalizada em razão da segurança comum (Flávia Cristina Silveira LEMOS et al, 2017).

Por fim, o terceiro *cluster* associa as palavras “racismo”, “machismo”, “indígena”, “gênero” e “racista”, ligação que pode ser feita pelo fato de o racismo e o machismo associados, uma vez que as questões de raça e gênero operam em sobreposição nas relações de poder (COLLINS; BILGE, 2021). Ainda, para além da população negra, a população indígena também é impelida pelas relações desiguais de gênero e raça, com relatos das entrevistadas que materializam as quatro dimensões da colonialidade elencadas por Walsh (2009).

Figura 3 – Análise de Clusters



Fonte: Autora (2022)

4.2 EDUCAÇÃO BÁSICA

Em seguida, apresentaremos alguns trechos dispostos no capítulo anterior, na seção 3.1.1 Educação básica, e exploraremos temas que surgem a partir dos discursos das integrantes da RMN-PR.

4.2.1 Olhos que diferenciam

Maria (nome fictício) fala sobre a interação com colegas na educação básica:

Hoje eu percebo que eu era uma pessoa diferente e que as pessoas me olhavam de maneira diferente, mas eu não tinha consciência de que esse olhar dos colegas era por eu ser negra. No ensino fundamental eu tinha uma colega, a Rita, que dizia pra turma que apesar de eu ser diferente, eu era igual, filha de Deus. Era uma questão de diferenciamento.

Assumindo uma posição-sujeito de menina e mulher negra e militante, ela fala do seu ensino fundamental, interpretando seu passado a partir do conhecimento adquirido sobre as questões étnico-raciais. Ela aponta para a

marcação da diferença feita pelos colegas a partir de falas e olhares, lembrando a falta de entendimento sobre isso na época, marcando sua consciência racial atual. Muriel também comenta estes olhares na entrevista:

Com a idade que eu estou, 58 anos, quase 59, e estudando tanto na Lapa no 1º grau e no 2º grau na Escola 8, com bolsa nos dois casos, na escola particular e na própria Federal, o que sempre me marcou na minha vida era ser praticamente a única negra na sala de aula. É óbvio que a gente é vista com olhos diferentes sempre, aquele olhar que te consome e que te vigia dos pés a cabeça, não só a roupa que você veste, mas o que fala, tudo.

Indo além, Muriel relata ser a única menina negra na sala de aula, com a marcação da sua diferença em uma vigia constante do seu visual às atitudes. Ambos os relatos expõem um tipo de violência psicológica baseada no processo de significação que fabrica as “diversidades” culturais e é vinculado às relações de poder, e são essas relações que fazem com que a diferença seja vista de forma negativa em relação ao que não é diferente (SILVA, 2016). Como construções sociais, políticas e culturais que aprendemos a enxergar em uma hierarquia (GOMES, 2005), as diferenças são colocadas sobre Maria e Muriel com a ação de olhar a partir de olhos que excluem, da mesma maneira que acontece Bárbara:

Como aluna, dentro do meu ensino básico as coisas foram muito difíceis, por causa do olhar que as pessoas têm para gente. Naquele momento eu não me percebia muito. Eram coisas que sumiam e as pessoas já olhavam para mim, aí a gente ficava meio que se achando e eu não entendia muito porquê. Hoje a gente tem isso muito visível, porque você é x diferente da sala, x diferente traz essas dúvidas. Tudo aquilo que é anormal que acontece dentro de um espaço escolar alguém tem que pagar, e como tem um padrão de normalidade, aquela pessoa “diferente”, que sai o padrão, é a pessoa com as quais a gente tem aqueles olhares. Nas minhas séries bem iniciais, de 1ª, 2ª e 3ª série eu tinha muito problema com isso do ponto de vista do preconceito no trato. [...] A gente já trazia alguns rótulos, o povo olhava mesmo, não era só dxs alunxs os olhares. Quem era o meu pai na ordem do dia? Ele era um pedreiro, trabalha com construção civil. Eu estudava na mesma sala de aula que a filha da tesoureira da prefeitura, na mesma sala de aula que a filha da doutora fulana da cidade. Era por isso que eu não me misturava, e as meninas não queriam também ficar

comigo, porque eu era fora do padrão delas de todos os elementos - do ponto de vista econômico, do ponto de vista financeiro, do ponto de vista racial, do ponto de vista do estereótipo de modo geral. Eu era um fora desse padrão, era diferente e a escola fazia isso.

Bárbara comenta os mesmos olhares, que carregam rótulos para ela como menina negra, pessoa com deficiência e filha de trabalhador da construção civil (marcando a questão de classe). Essa categorização é uma forma de coerção e controle, em uma investida para inferiorizar e marginalizar o alvo dos adjetivos (ANZALDÚA, 2009). Os adjetivos são postos pela cultura dominante para confinar, conter e mitigar a pessoa que não é como quem está na cultura dominante (ANZALDÚA, 2009), o diferente. Nessa estratégia, termos raciais como “negro” podem ser utilizados com intenção de depreciação (PENESB, 2013) e a norma é a identidade racial branca, enquanto a identidade racial negra é desfavorecida (FERREIRA, 2014).

4.2.2 O racismo produzido a partir da adjetivação

No trecho anterior, Bárbara indica o isolamento por conta dos rótulos conferidos a ela por sua classe social, raça e deficiência. Nesse sentido, Amanda também nota o isolamento por conta do racismo na educação básica e nomeia alguns dos rótulos recebidos:

Sempre fui feia, esquisita, era muito magrinha, era a última a ser escolhida para par nas atividades, nas festas era a última escolhida para fazer as danças, aquela que sempre dançava com outra menina e uma das duas tinha que ser o homem da dupla, ou ficava com o gordinho que ninguém queria dançar, aí ficava a negra e o gordinho. Uma gordofobia e um racismo posto nessas situações. Eu sempre ficava para quem sobrasse e isso sempre foi muito dolorido, tive muita dificuldade de firmar amizades na escola, mas segui o conselho da minha mãe. Me dediquei fortemente nos estudos, era muito dedicada na escola, tirava excelentes notas.

Amanda destaca como esse isolamento foi difícil, inclusive nas atividades escolares em grupo. O isolamento, uma forma de discriminação racial

direta (GOMES, 2005) foi tema de mais de uma entrevista, como a de Carolina, que relata o distanciamento de colegas como apontamento de sua diferença:

Desde a infância, da 1ª série - que agora fala ensino fundamental -, me percebi como criança negra. Você percebe porque é deixado sempre no cantinho, nenhum colega quer estar com você, ninguém quer andar com você, você percebe. Na adolescência aflora um pouco mais, você percebe os bullying - agora fala bullying -, percebe as brincadeiras, as piadinhas. Eu sempre me percebi.

Nesse trecho, Carolina menciona o *bullying* sofrido através de brincadeiras e piadas, um tipo de violência verbal e psicológica presente na escola, o que faz com que ela se entenda como menina negra. Segundo Gomes (2005), esses apelidos, frases e piadas direcionados a pessoas negras que fazem uma associação de sua cor de pele, corpo, aparência e cabelo a uma posição de inferioridade são aprendidos na socialização (na escola, na família, no trabalho, em relacionamentos), uma vez que a estrutura racista do Brasil faz com que a cor da pele seja fator determinante do destino social – para além da sua trajetória e caráter. Natália também relata esse tipo de violência na escola, além da indiferença e repreensão pela instituição, corpo docente e pela sua mãe. O relato de Natália é marcado pelas palavras fortes que ouvia de colegas e de seus sobrinhos e, por parte da mãe, cunhada, docentes e funcionárias da escola, ações para relativizar a violência sofrida:

Na escola é que a gente tem dificuldades. Eu era chamada de cabelo bombril, macaquinha e por causa disso batia nas crianças – principalmente nos meninos –, aí eu assinava o dito “livro negro” da escola. As pedagogas ou as professoras não queriam saber muito a razão. A minha mãe era chamada na escola, voltávamos para casa, minha mãe ficava brava, me batia porque eu não deveria ter feito aquilo, mas eu sempre fazia. Eu já entendia que aquilo era uma violência e eu tinha que me defender. E me defendia por mim mesma porque a minha mãe também não entendia isso, não entendia o racismo. Eu apanhava e chorava na escola, apanhava e chorava em casa também por conta dessa incompreensão da minha mãe. [...] Eu queria ser branca por conta de tanta discriminação. Sofri na pele o racismo. Os meus sobrinhos me chamavam de preta. A mãe, a cunhada não ligavam, era “brincadeira de criança”. Nessa história de “brincadeira de criança” eu sofri racismo desde criança por parte dos sobrinhos,

mas não ligava. Comecei a ligar quando eu fui para a escola pública, aí eu batia, chorava, ficava brava, corria atrás dos piás e batia neles. Depois a gente vai crescendo e não pode bater, mas a gente responde de outras formas.

Mais uma vez temos a relativização de violências (psicológicas e verbais) e a punição por reagir a essas violências, por parte de docentes e familiares. Em face a esse processo hostil de subalternização, Natália lembra a vontade de querer ser branca, mudar a si mesma – internalizando o mito da superioridade branca e negando a própria raça e cultura (GONZALEZ, 2020), é o negar-se a si que Gomes (2005) afirma como meio para pessoas negras obterem aceitação:

Construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina aos negros, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo é um desafio enfrentado pelos negros e pelas negras brasileiros(as). (GOMES, 2005, p. 43).

Esses atos de violência marcam a construção da identidade negra dessas mulheres, que enfrentam diversos estereótipos as rotulando desde a infância. É importante ressaltar que

[...] os primeiros julgamentos raciais apresentados pelas crianças são frutos do seu contato com o mundo adulto. As atitudes raciais de caráter negativo podem, ainda, ganhar mais força na medida em que a criança vai convivendo em um mundo que a coloca constantemente diante do trato negativo dos negros, dos índios, das mulheres, dos homossexuais, dos idosos e das pessoas de baixa renda. (GOMES, 2005, p. 54).

Beatriz também compartilha a violência que sofreu dos colegas e comunidade escolar em sua educação básica:

Sempre me vi como negra, desde criança, porque sempre fui identificada como negra. Sofri racismo na escola, no sentido de me xingarem, xingarem a minha mãe no momento de conflitos e brigas, de discussões. Sou uma pessoa que nunca fiquei quietinha diante das provocações, sempre me coloquei diante das coisas, tenho essa personalidade. Sempre num momento de conflito aparece o racismo, no momento em que as pessoas não tem argumento ou querem mesmo ferir, usam a cor da pele, é a primeira coisa. “A sua mãe, aquela suja, fedida”, isso sempre aparecia e nem conheciam a minha mãe. Ou então me xingava de “neguinha do saravá”, de “neguinha fedida”. [...] No condomínio também teve

dois momentos bem marcantes. Um mais em especial, porque aconteceu tanto na escola como no condomínio. Eu briguei com uma menina e a mãe dela foi tirar satisfação; discutimos, não me lembro se brigamos vias de fatos, e quando a mãe chegou para saber com quem a menina tinha brigado, ela falou “quem essa neguinha pensa que é?”. Isso também aconteceu um dia na escola, teve uma briga na saída da escola, nem era comigo, eu tinha separado a briga, não tinha brigado, mas na hora de separar acho que uma menina se aproveitou e bateu na outra, não lembro. No dia seguinte, estava indo embora sozinha para casa, algumas mães buscavam as crianças e eu ia com elas, a gente acabava indo todas juntas embora, e aí, a mãe dessa menina também falou a mesma coisa “foi essa neguinha que te bateu?”, mas não tinha sido eu que tinha batido, nem que tinha brigado. Então nunca me vi como uma criança branca, uma menina branca.

O cenário relatado por Beatriz dentro da comunidade escolar é hostil e apareceu com frequência nas entrevistas, desfavorável ao processo de construção da identidade positiva da mulher negra. Desde cedo, os estereótipos e violências que essas meninas negras enfrentam se fazem presentes em seu cotidiano escolar e marcam suas vivências já na infância. A violência assume várias formas, como no relato de Muriel, que era ameaçada de morte por um colega desde os anos iniciais na escola:

Com relação a discentes, também não esqueço de um colega no 2º ano primário, João, não esqueço o nome até hoje. Eu amava de paixão ir para a escola e fiquei acho que um mês morrendo de medo de ir para a escola, até que tive que contar para a minha mãe e pros irmãos, porque ele dizia todo dia para mim que se eu fosse para a escola no outro dia ele ia levar uma faca desse tamanho e ia me matar. “Sua neguinha”, “sua isso”, “sua aquilo”. Foi um grande sofrimento. Constatei a existência do racismo quando eu estava na 2ª série e o João queria me matar. É muito triste isso, só quem sente sabe. Constatei a existência do racismo desde criança, com toda certeza. Teve outras pessoas mais insignificantes que eu nem gravei o nome, acho que à medida em que você vai crescendo vai ficando só aquilo ali, você já vai criando um escudo de prevenção para se isolar e para não afetar tanto.

Mais uma vez se faz presente o negar-se a si (GOMES, 2005) – ir à escola deixava de ser algo prazeroso para Muriel e se tornava angustiante. Ao passar por diversas situações assim, contudo, Muriel se diz com um “escudo”

para não ser tão afetada pelos xingamentos e ameaças. As menções a situações de violência verbal e psicológica se repetiram ao longo das entrevistas, como no caso de Pamela, que traz novamente à tona o estereótipo de fedor e sujeira associado a mulheres negras e sua reatividade nessas situações:

Lembro muito na 5ª série eu brigando na esquina porque alguém tinha me chamado de negra, de preta fedida, de preta suja. [...] Tenho lembranças de algumas cenas que eu brigava porque os alunos falavam isso ou aquilo, era muito briguenta por conta dessas chacotas e desse tratamento que era racista e eu não conseguia entender naquele momento, não tinha uma escola preparada também para fazer esse diálogo. Não tinha professores em quem eu pudesse me amparar quando aconteciam essas cenas.

Pamela ainda aponta a falta de suporte no corpo docente e diálogo sobre questões étnico-raciais no currículo escolar – restando apenas a briga quando era chamada de fedida e suja por ser negra. Esse estereótipo também é aventado por Sabrina:

As ruas ainda eram de barro e a gente vivia aquela inocência, até os meus 7 anos, quando fui para a Escola Municipal 3, que até hoje existe no mesmo bairro, na Estação, que eu fui saber que ser negra era algo ruim. Quando tinha 7 anos, brincava ali no grupo 3, com a minha amiga e vizinha Marta que sempre brincou comigo, era filha da Letícia e do Márcio, todos eram italianos, e a nossa família de negros. Na escola, na hora do recreio, ela cantou aquela música para mim “O neguinha fedorenta, bate a bunda no cimento pra ganhar mil e quinhentos”, e ficava o tempo todo cantando essa música para mim para fazer deboche junto aos outros alunos da escola. Me recordo o quanto isso me incomodava e entristecia, porém só vou me lembrar disso quando passei a fazer ativismo e conheci movimento negro em Curitiba porque enquanto morava na Lapa não tinha noção do racismo.

No trecho acima, Sabrina ainda comenta a mudança na interpretação desses acontecimentos a partir do momento que conhece o movimento negro e adquire a noção do que é racismo – é, como Gomes (2019) ressalta, o movimento negro, em seu projeto educativo emancipatório, que realiza um processo de reeducação da pessoa negra sobre si mesma, suas vivências e seu lugar de direito na sociedade. O movimento negro, em sua potencialidade

gigante, possibilita uma nova interpretação das memórias das integrantes da RMN-PR, e isso aparece de forma recorrente a partir de afirmações da ausência de entendimento de determinada situação, que mais tarde passa a compreender como racismo.

Em mais uma menção ao estereótipo de “negro fedido”, Amanda aventa outro estereótipo comum a mulheres negras – a extrema sexualização –, narrando a crueldade de colegas e docentes reproduzindo estereótipos acerca de seu corpo desde jovem:

As crianças tem uma honestidade muito cruel e sofri muito com isso porque eu era a neguinha. Tinha sempre que andar perfumada porque senão as pretas fedem, essa história de que o corpo negro é um corpo fedido, um corpo sujo. [...] Me lembro que os professores falavam muito da minha pele, como era bonita, porque tenho a pele seca, muito lisinha, muito bonita. Como as pessoas, os professores falavam sobre isso, aquela expectativa que eu ia saber dançar, sambar, saber coisas que são estereótipos, que ia crescer e ia ter bunda e peito, ficar uma mulata globeleza, que tenho a pele clara, então ia ser aquela mulata tipo exportação. Como ouvi questões que me incomodavam, me lembro no Rio, por exemplo, quando a gente saía no carnaval, adolescente, como era comum a gente ouvir “o quanto que a gente cobrava”.

Essa situação é o retrato da hipersexualização e objetificação da mulher negra, que têm reflexos do período colonial e escravocrata do Brasil, colocando a mulher negra como alvo da subjugação e inferiorização em relação à mulher branca, com desvalorização estética e social (Joicy Helena da Costa PANTOJA et al, 2019). Os estigmas inscritos nos corpos de mulheres negras, dentro do imaginário social e coletivo, impedem, por vezes, que mulheres negras transcendam as barreiras de raça e racismo (Ana Claudia Lemos PACHECO, 2013). As concepções de mulheres negras no imaginário cultural brasileiro se relacionam com estereótipos de servilismo sexual (e profissional), com uma das qualificações “profissionais” sendo mulata, produto de exportação, isto é, “objeto a ser consumido pelos turistas e pelos burgueses nacionais” (Lélia GONZALEZ, 2020, local do Kindle 635). A sexualização da mulher negra, já na juventude, parte inclusive de docentes, mirando um corpo menor de idade para tecer

comentários inapropriados e racistas, rotulando as meninas negras como desfrutáveis e desejáveis ainda na infância.

Para além da sexualização racista, o machismo toma outras formas na escola, como Amanda relata:

Dentro da instituição era sempre isso, tem uma divisão até no esporte: as meninas vão jogar handebol e vôlei e os meninos vão jogar futebol ou basquete, acham que a gente tem que fazer os esportes que têm menos impacto. A gente tem essas diferenças na instituição até nisso, nas práticas que a gente pode executar enquanto menina e enquanto menino. Das coisas que são de menino e menina, comportamento esperado, não tem problema que o menino tenha determinados comportamentos na escola, da maneira como senta, da maneira como se veste. É muito mais tranquilo para os meninos viverem a sua liberdade de ser e as meninas tem que seguir uma coisa que é esperada, tem que ter modos, tem que saber se comportar, “onde já se viu?”, se é feio para um menino, é muito mais para uma menina

Ela ainda ressalta que as questões de gênero são vivenciadas de maneira diferente por meninas brancas, sendo esperado delas “aquela docilidade, aquele comportamento de daminha”, “uma beleza angelical, uma pele de porcelana, um cabelo liso com cachos nas pontas, um corpo magro”, enquanto para meninas negras é “esperado que a gente saiba dançar, trabalhar, que tenha mais força, aceite muito bem as exclusões, que a gente tenha lares defeitos, tenha mãe barraqueira” e é necessário “correr atrás”. Essas afirmações corroboram a operação em sobreposição das categorias de raça e gênero nas relações de poder (COLLINS; BILGE, 2021), e apontam para o homem com seu lugar de fala e poder sobre a mulher, constituída como subalternizada e subjugada nas relações de poder. Bárbara também relata essa situação, apontando ainda para o capacitismo:

Eu sofria muito porque era chamada mesmo de piá, “você tem que brincar com menina, como é que pode você ser desse jeito, além de tudo tem essa perna”. Além de tudo, eu tinha aquele problema, então eram dois problemas: eu era uma mulher que tinha que me colocar no lugar de mulher, de menina e também tinha essa perna que era desse jeito, é mais curta. Eu tinha duas situações com as quais eu tinha que responder naquela condição de uma sociedade, de uma escola, de pessoas que me impunham um padrão de normalidade do qual eu

não fazia parte. A gente chega já com um rótulo, não tem muito o que fazer, não tinha nem discussão, eram os meninos que podiam.

Os constantes rótulos foram tema de muitas histórias durante as entrevistas – para Bárbara, “preta e manca”. Ela, como nos trechos acima, comenta as violências psicológicas e verbais sofridas na escola, chamando atenção para docentes que se mantinham indiferentes nessas situações:

Outra coisa que foi muito difícil eram as chacotas, porque a escola é um lugar terrível, onde as pessoas são cruéis, xs alunxs são cruéis, mas eu também tive professorxs muito cruéis. As pessoas puxavam o cabelo, chamavam a gente daquelas coisas que hoje a gente sabe que é bullying. E ninguém fazia nada. Xs adultxs viam aquilo, mas não tomavam uma providencia. A gente não tinha dinheiro, não tinha acesso a uma série de coisas e quando a gente queria ou quando a gente olhava ao lado as pessoas zombavam da gente, isolavam também. Hoje a gente entende um pouco isso, mas naquele momento era muito difícil. [...] A escola foi muito bullying, muito de colocar a gente no lugar, e eu não era a pessoa mais preta da escola. Dentro da classificação do colorismo, eu sempre fui parda, mas lá eu era uma das pessoas que tinha a pele mais escura, até porque naquele tempo a gente vivia mais no sol. Eu tinha o rótulo também nesse sentido. Tinha duas diferenças, a diferença racial e, além de tudo, preta e manca, era assim que eles falavam “preta e manca”.

4.2.3 A escravidão como uma história única

A negligência citada por Bárbara, Pamela e Natália nos trechos acima mostra o despreparo do corpo docente no trato com questões étnico-raciais (SILVA, 1998), que não fornece o suporte necessário em sala de aula – em situações de violência e discriminação e também em situações de aprendizado. Gomes (2005) afirma a necessidade de docentes se posicionarem diante de situações de preconceito e discriminação, e que “devem cumprir o seu papel de educadores(as), construindo práticas pedagógicas e estratégias de promoção da igualdade racial no cotidiano da sala de aula” (2005, p. 60). Foram várias narrativas que apontaram para o silenciamento das questões étnico-raciais na escola, no material didático, nas aulas e disciplinas. Nesse sentido, Maria aponta

o apagamento em relação à sua ascendência e como a questão racial é trabalhada na escola:

No 5º ou 6º ano, quando uma professora fez uma enquete “de qual etnia você é?”, uns falavam: “eu sou descendente de italiano”, “eu sou descendente de polonês”, eu não tinha noção nenhuma da minha descendência, então eu falei que eu era brasileira. A professora em nenhum momento foi capaz de falar para mim: “não, você não é brasileira, você é afrodescendente”. O apagamento da história traz essa consequência que eu não tinha noção da minha etnia porque não era trabalhada a questão racial. Nem era escravizada, era descendente de escravo, e esse escravo não era nem capaz de dizer da onde que era. [...] Sobre a questão étnico-racial, se for para trazer para os dias de hoje, seria o apagamento: não tive nenhum professor que falasse sobre a questão racial. Naquele momento era o que todo mundo aprendeu, que nós éramos descendentes de escravos, não tinha essa questão da África, nós éramos uma questão de escravos. Era uma página e meia, duas páginas, que falavam rapidamente sobre a questão da escravidão. Nunca tive um professor que falasse sobre questões raciais. Não tive nenhum professor negro, tirando essa professora do 1º ano e 2º ano que eu tive em Guaira, parda.

Para Maria, o silêncio da escola nas questões étnico-raciais é marcado no currículo, no material didático e no corpo docente – não há representação nem discussão, mas uma reprodução do conhecimento dominante. Assim, na sala de aula não se fala em pessoas “escravizadas”, mas “escravos”, colocando a população negra em posição de passividade, e o tempo dispensado para o estudo de civilizações africanas é mínimo, “uma página e meia, duas páginas” no livro didático, corroborando a sistematização de literatura de Silva e Rosemberg (2010) que aponta a sub-representação de pessoas negras nos livros didáticos e a restrição desses personagens a papéis coadjuvantes sem contexto sociocultural. Gomes (2005) afirma que a presença desses personagens estereotipados e a carência de uma história positiva do povo negro é uma forma institucionalizada do racismo.

Similarmente, Beatriz lembra que essas questões não eram comentadas na escola, afirmando que “Não tinha nenhuma discussão de identidade, de pertencimento, nenhum trabalho na escola. Não tenho lembrança de nada que tivessem falado da minha cor, da valorização, nada nunca. [...] nenhum livro, só

a escravidão.”. Esse tipo de afirmação surgiu em diversas entrevistas, com Muriel afirmando que foi conhecer questões de gênero e questões étnico-raciais apenas no movimento de mulheres negras, pois “não se fala nada disso na escola de jeito nenhum, muito pelo contrário, questões de gênero e étnico-raciais na escola não eram abordadas” e Carolina afirmando que “no ensino fundamental e médio não existiam as questões de gênero e as questões étnico-raciais com os colegas, com professores e professoras, dentro das disciplinas”. Do mesmo modo, Sabrina reitera que “as questões de gênero, raça e etnia no ensino básico da minha infância simplesmente não existiam” e Bárbara que “nas disciplinas não tinha discussão nenhuma de gênero”.

Quando se falava de pessoas negras, Amanda afirma a abordagem depreciativa:

Na época, o estudo sobre negros e negras era falar da escravidão, como os negros e negras ficaram tanto tempo escravizados e tiveram processos de resistências frustradas, como lutas que a gente estuda - as revoluções Balaiada e Sabinada -, tudo com derrota. A gente ouvia muito que o povo negro era um povo preguiçoso, que não soube enfrentar a escravização através da luta e aceitou passivo; que os indígenas foram os que resistiram, tanto que quase foram exterminados porque foram para a luta direta com os colonizadores, enquanto os negros e negras que vieram da África não tiveram essa mesma organização, não souberam resistir da mesma forma.

O discurso de Amanda aponta para a reprodução do conhecimento dominante na escola, reiterando estereótipos negativos sobre a população negra nas disciplinas e passando-se de conhecimento científico – assim como o racismo cientificizado das pesquisas eugenistas, em que a ciência ratificava a dominação racial (TELLES, 2012). Ainda mais, ela aponta para os estereótipos da população afrobrasileira, fortificados por discursos da história oficial que afirmam passividade, aceitação da escravidão, incapacidade intelectual, sem a valorização da história de resistência e luta dos povos negros no Brasil (GONZALEZ, 2020).

Laura também afirma o apagamento da questão étnico-racial na escola, mas lembra da lei nº10.639/03, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de

história e cultura afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio:

No meu período de aula, não se falava da questão étnico-racial. Essa questão veio com a Lei nº 10.639, quando se começou a instituir a educação afro e se começou a falar um pouco mais sobre etnias e racismo dentro das salas de aula. Eu não tive essa orientação, só se falava de 13 de maio, da libertação dos escravos, da Princesa Isabel. Dos escravos nunca falavam, mas a Princesa Isabel sempre foi lembrada.

Assim como Laura, Pamela afirma que “não tinha isso de falar de gênero e consciência negra, essas movimentações de gênero e raça, de discutir o racismo, quais foram os fatores da escravização” na sua educação básica, mas se mostra esperançosa ao citar a lei nº 10.639/2003 e seu impacto na nova geração, que apresenta “algumas percepções e valorização da identidade”, uma vez que a lei nº 10.639/03 “trouxe esse olhar para a escola e a valorização desses sujeitos” de acordo com Pamela.

A lei em questão foi sancionada durante o governo Lula, quando foi possível construir uma agenda do movimento negro no governo; tal legislação, contudo, deu-se tardiamente, sendo aprovada em países como a Colômbia anos antes (SANTOS, 2017). O Movimento Negro, junto com outras organizações que participam da luta antirracista, protagonizou o percurso de normatização após a aprovação da lei 10.639/03, e ela “se volta para a correção de uma desigualdade histórica que recai sobre um segmento populacional e étnico-racial específico, ou seja, os negros brasileiros” (GOMES, 2010, p. 21).

É necessário ressaltar, entretanto, que democratização formal e aplicação de lei são diferentes, assim podemos questionar a real efetividade da lei nº 10.639/03, ainda mais considerando que a constituição brasileira e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394 de 1996 não especificam meios para lidar com as diferentes expressões de racismo no âmbito educacional (SANTOS, 2017). Gomes (2005) ressalta a importância, para além da Lei nº 10.639/03, de pessoas educadoras realizarem estudos individuais e coletivos da produção existente na temática racial e dialogarem com entidades do Movimento Negro, ONG's, coletivos sociais, firmando parcerias de trabalho nas escolas e

secretarias de educação como forma de construção de uma democracia racial de fato. Ainda,

[...] é também um dever democrático da educação escolar e das instituições públicas e privadas de ensino a execução de ações, projetos, práticas, novos desenhos curriculares e novas posturas pedagógicas que atendam ao preceito legal da educação como um direito social, no qual deve estar incluído o direito à diferença. (GOMES, 2010, p. 20).

4.2.4 A militância como esperança

Sobre a possibilidade desse trabalho na escola com práticas pedagógicas que se direcionam para a diversidade étnico-racial que Gomes (2005) comenta, Beatriz traz esperança ao lembrar dos seus anos finais:

Da 1ª à 4ª série para mim foi bem difícil, bem pesado ir para a escola. A escola não era um lugar que eu gostaria de estar dos 7 aos 10 anos. Melhorou no ensino médio a relação com os professores, com os colegas. No 2º e 3º ano foi diferente por conta da questão racial, da consciência, do apoio sobre racismo e valorização da história afro-brasileira e africana.

Como no relato de Beatriz, “a educação demonstra-se fundamental para a diminuição das desigualdades sociais, econômicas e regionais, indispensáveis para um verdadeiro Estado de direito democrático social” (FERREIRA, 2019, p. 493). Beatriz fala da possibilidade de acolhimento e valorização acerca das questões étnico-raciais, ressaltando o potencial da escola na formação positiva da identidade de mulheres negras, e também relata o momento que conhece o movimento negro, a partir da escola, e ressalta o impacto que isso têm em si:

A minha construção da identidade, me tornar negra, veio depois. E a escola nesse momento foi importante, mas por ter professor consciente da importância da discussão e também por ter tido uma professora negra e militante. No primeiro ano do ensino médio, meu professor de sociologia e filosofia era o mesmo, e eu tinha me apaixonado pela filosofia e pela sociologia por essa questão de falar sobre temas próximos e olhar criticamente para o contexto social que estamos inseridos. Fiz no primeiro ano um trabalho sobre pobreza e desigualdade, apresentei e achei aquilo o máximo, tinha descoberto muitas coisas. No segundo ano, conheço a sociologia e tenho uma professora que fazia mestrado na UFPR

e também fazia parte do movimento negro, da ACNAP (Associação Cultural de Negritude e Ação Popular. Eu já gostava muito da disciplina e nos aproximamos muito, ela me disse depois que quando me via em sala pensava “essa menina é muito boa, preciso puxar ela pro meu lado, preciso investir”. A gente construiu uma relação de amizade, ela foi morar neste condomínio em que eu morava inclusive, e me incentivava muito, nos trabalhos, em tudo. No vídeo da lei 7.716, o que me veio à cabeça foi a questão racial, como a população negra vive no país, falei sobre racismo. Daí em diante sou outra pessoa, no sentido de pensar sobre isso, de problematizar. É nesse momento que conheço o movimento o negro, através dessa minha professora de Sociologia. Ela me convida para os eventos, as palestras preparatórias para a conferência de Durban, na África do Sul em 2001, conferência mundial contra o racismo e outras formas de discriminação. O meu interesse se inicia nesse momento, com esse vídeo, pelo convite e com essas discussões, com as aulas dela.

A oportunidade de entrar em contato com questões étnico-raciais e com o Movimento Negro na educação básica se mostra como um marco na vida de Beatriz, abrindo possibilidades para novas formas de conhecimento acerca de suas vivências, uma vez que “os movimentos sociais cumprem uma importante tarefa não só de denúncia e reinterpretação da realidade social e racial brasileira como, também, de reeducação da população, dos meios políticos e acadêmicos.” (GOMES, 2005, p 39). Entrar em contato com o Movimento Negro já no ambiente escolar abre novos cenários a partir da potencialidade do movimento, e a trajetória de Beatriz é marcada por isso.

A militância se mostra importante para Beatriz, e também aparece no relato de Amanda de uma forma diferente:

O que a gente fazia sem dar esse nome era se organizar entre nós, aquelas que eram parecidas e compartilhavam as mesmas dores; a gente se juntava entre nós e se fortalecia. Era nosso pequeno quilombo, só que naquela época a gente não tinha essa compreensão, mas era muito comum juntar várias meninas negras na hora do recreio, conversar entre nós coisas que eram só nossas, da gente trocar, conversar.

A organização dessas meninas negras, mesmo sem saber, já é potencialidade – juntas, se fortaleceram diante de enfrentamentos comuns e se

identificavam, mobilizando suas identidades em um princípio de movimento de mulheres negras.

4.3 FAMÍLIA

Na sequência apresentamos parte dos trechos dispostos no capítulo anterior, na seção 3.2.3 Família, aventando discussões que cercam os discursos das integrantes da RMN-PR em respeito a suas famílias.

4.3.1 O preconceito mora em casa

Uma questão levantada nas entrevistas foi o machismo no ambiente familiar, como Beatriz, que afirma que seu “pai é um homem machista, às vezes a louça estava suja e reclamava comigo, não com meu irmão”, e como Amanda comenta:

O machismo percebi dentro da minha casa, meu pai era aquele tipo que sustentava, era dele a renda principal. Ele chegava em casa muito cansado, a gente morava numa região muito distante do local de trabalho dele, acordava 4h da manhã para estar no trabalho às 7h, chegava em casa 20h. Me lembro que ele sentava no sofá, a minha mãe tirava o sapato dele, vinha com prato de comida para ele comer, aí ele ia tomar banho, ela levava a roupa para ele vestir. Tinha essa condição de ser o rei dentro de casa, e a minha mãe servia. Eu achava aquilo tão estranho porque todo mundo da casa poderia se servir e o meu pai tinha que ser servido. Eu achava que ele estava muito cansado e demorei a entender muito essa relação de gênero, quando fui vendo também tinha diferenciação na educação do meu irmão. O meu irmão ganhou autoescola, a minha mãe foi na universidade particular para conseguir a bolsa dele. Ele trabalhava lá enquanto estudava, teve uma série de oportunidades e liberdades, em relação a namoro, a sair, viver a vida externa, de fora da família, a vida pública dele, que eu não tive porque era menina, porque tinha que ter modos, que não poderia fazer isso, que tinha horário para chegar, horário para sair. A cobrança sobre o comportamento adequado, sobre as coisas que eu tinha que aprender, tanto que fui querer ser freira.

Ela aponta que seu pai sustentava a casa, enquanto a mãe estava em posição de servilismo. Comparando o tratamento recebido e o direcionado ao

seu irmão, Amanda também aponta a liberdade que ele tinha, ao passo que ela vivia uma série de restrições. De maneira similar, Maria conta sobre a convivência com homens em sua família, e lembra da situação atual vivida com os irmãos e irmãs:

Hoje eu vejo que convivi muito pouco com a figura masculina, alguns anos atrás eu não teria feito essa leitura. Quando eu nasci, um irmão já tinha casado, outro já tinha ido morar fora do município onde nós vivíamos, e meu pai faleceu quando eu tinha 23 anos. Casei com 42 anos, tive uma filha 1 ano e meio depois, e me divorciei com 6 anos e meio de casamento. Tenho uma família com bastante significado na minha vida, uma família grande, onde nós temos nosso pai como referência familiar, apesar de estar falecido há muito tempo. Ele teve uma importância na nossa formação. [...] Sou de uma família com 9 mulheres e 2 homens e como herança meu pai presenteou os dois filhos homens com um terreno cada um, para as mulheres ele não deixou uma herança. Nós não temos outra explicação do que ele achar que por nós sermos mulheres, nós íamos casar e os maridos iam nos sustentar.

Ambas apontam o pai como figura de autoridade na família, e hoje fazem uma releitura das situações familiares a partir do conhecimento e experiência como mulher negra, voltando seu olhar para a desigualdade de gênero inscrita na estrutura das desigualdades raciais (GONZALEZ, 2020). As duas famílias possuem o pai como figura central, e os demais homens da família desfrutam de direitos de liberdades que as entrevistadas não experienciam pelo fato de serem mulheres. Maria nota a ausência da figura masculina em boa parte de sua vida, mas reafirma a centralidade da figura paterna na configuração familiar.

Para além da questão de gênero, um apontamento importante que surgiu nas entrevistas foi a falta de discussões sobre as questões étnico-raciais em casa. Para Pamela, essas discussões se dão tardiamente, pois sua “família não veio de um contexto de uma família ativista, militante, que faça debate racial; esse debate para mim se inicia depois dos 20 anos”. Da mesma forma, Carolina relata que conheceu a militância na fase adulta, uma vez que sua família não fazia parte desses movimentos:

Quando eu estava na escola não conhecia nenhum movimento social ou de militância, porque não se falava nisso. Quando você tem pai e mãe que já são

militantes, você conhece desde pequeno. Como minha mãe e meu pai não são militantes, não viam a importância dessa questão, então eu não sabia. Fui conhecer essa questão da militância depois que virei mãe, pela questão de ter primas militantes fui conhecer o caminhar da Rede de Mulheres Negras.

O início tardio do debate racial para Pamela advém do desconhecimento da família sobre movimentos sociais, como o Movimento Negro, numa fala que destaca a potencialidade dos movimentos sociais – segundo Gomes (2005), responsáveis pela denúncia, reinterpretação e reeducação da população. De outra maneira, essa questão também se fez presente para Natália, adotada por uma mulher branca, que avalia a demora em se entender como mulher negra:

Eu também, quando criança, não me compreendia porque eu vivia num núcleo familiar branco: minha mãe branca de olhos azuis, os meus irmãos brancos, os meus sobrinhos brancos, loiros de olhos azuis. A minha mãe dizia que eu tinha que namorar um homem branco e casar para clarear a raça. As minhas vivências enquanto criança eram essas: cabelo bombril, macaquinha, cabelo pixaco, preta. Isso me machucou muito e em alguns momentos essas lembranças me machucam ainda, porque eu não vim de uma família negra com auto estima, ou mesmo sem. Hoje eu vejo que talvez se tivesse passado por um núcleo familiar negro, eu tivesse me descoberto negra mais cedo.

A reprodução do ideal de branqueamento dentro de sua própria casa se mostra uma memória dolorosa para Natália, que afirma a possibilidade de se identificar mulher negra mais cedo no caso de viver com uma família negra. Assim como Natália, Laura, filha de uma mulher “clara”, indica a falta dessas discussões em sua infância, mas nota a mudança de cenário na sua vida adulta:

Quando criança, não tinha essas conversas étnico-raciais, não me lembro disso. Essa discussão foi depois de adulta mesmo, ainda quando a gente começou a ter conhecimento do que é você ser negra na sociedade, a cor da sua pele e a diferença que ela fazia dentro da sociedade. Enquanto criança eu não me lembro de nenhuma discussão ou alguma questão nesse sentido. [...] Em casa sempre conversávamos sobre questões étnico-raciais, a gente conversa direto porque a minha mãe é clara e meu pai é negro. Um dia, minha mãe conversando com minha irmã, que tem um cabelo mais puxado para o negro, “ah, por que você não alisa esse cabelo?”. Também já tive preconceito da minha mãe porque namorei um homem negro e ela não gostava. Falei “mas a senhora casou com

um homem branco por algum acaso? Seu marido é negro”. Daí ela falou para mim que não combinava comigo, “mas a senhora é casada com um homem negro, qual seria o problema de eu ter um namorado negro?”. Passei por algumas questões de entender esse preconceito dentro da minha casa, com a minha própria mãe. Da minha religião também. Minha mãe um dia me culpou de ela ter diabetes porque comecei a desenvolver.

Natália e Laura lembram o preconceito dentro de sua família, sem a identificação da negritude na infância, com o apagamento dos debates étnico-raciais. Apesar disso, Laura percebe a possibilidade hoje de debater questões como raça e religião em casa, questionando sua mãe por seus preconceitos e entendendo algumas situações vivenciadas com a mãe em relação ao cabelo de Laura, seus relacionamentos afetivos e à vocação de Laura como mãe de santo.

4.3.2 A pobreza e o amadurecimento precoce

As entrevistadas também comentaram o passado difícil de suas famílias, marcadas pela violência, pobreza e apagamento, como relata Beatriz:

A minha avó tem 10 filhos, e minha tia Bianca não tem filhos porque a família adotiva fez laqueadura nela. A Bianca tem uma dificuldade para falar, tem um problema na língua devido ao castigo físico que sofreu. Fui saber já jovem dessa história da minha avó porque a gente não falava, não sabia sobre a sua família, passei a ter um interesse depois, mas é difícil abertura com a minha avó para saber detalhes. Além de ela ser mais fechada, é doloroso tocar em tantas coisas. A rotina sempre nos pega, mas falando com você aflora essa vontade que cultivo já faz anos de entrevistar a minha avó, de tentar resgatar um pouco da história da família dela, que é resgatar a minha também. Essa dificuldade que as famílias negras têm de traçar a sua árvore genealógica é real, é verdade.

Beatriz relata a dificuldade em traçar a origem da sua família, e os castigos físicos que a tia-avó passou, além do anseio pelo resgate da história de sua família, apesar do bloqueio para reviver esses momentos através da memória. Trazendo para perto o passado escravocrata que é posto como distante e superado nos discursos oficiais que mantém a crença na democracia

racial, Amanda comenta sobre o bisavô e a bisavó, nascidos no período escravocrata:

A primeira notícia que eu tenho da família da minha mãe é da minha bisavó e do meu bisavô que nasceram na Lei do Ventre Livre. Viveram ainda dentro da fazenda, mas com a abolição foram morar na Cidade Baixa, em Porto Alegre, onde minha bisavó trabalhava como lavadeira e meu bisavô como porteiro na UFRGS. Os meus bisavós tiveram 21 filhos, alguns têm dúvida se são de fato do meu bisavô ou se eram do proprietário da fazenda na época. Vários morreram na primeira infância, porque naquela época não era tão fácil sustentar crianças, tinha a pobreza, a desnutrição matava muito naquela época.

A violência contra mulheres negras por homens brancos marcou o período escravocrata no Brasil, e está presente no relato de Amanda, mas não é contada pela história oficial, assim como não se menciona a resistência e luta da população negra aqui (GONZALEZ, 2020). Amanda ainda aponta para a pobreza e desnutrição, marcando as condições difíceis em que suas bisavós viveram – pessoas negras livres e escravizadas libertas constituíram um grupo marginalizado no processo produtivo com a ascensão do capitalismo (GONZALEZ, 2020).

Mesmo para outras gerações, as integrantes da RMN-PR apontaram as dificuldades financeiras da família por diversas vezes - a força de trabalho negra está predominantemente concentrada em trabalhos manuais, com baixos níveis de escolarização e remuneração (GONZALEZ, 2020). Bárbara salienta sua origem humilde:

Eu venho de uma família muito simples, acredito que eu não tenha passado fome, mas tivemos muitas restrições, muitas coisas que a gente não fez, não viveu. Éramos muito simples mesmo e exatamente por conta da nossa condição tínhamos dificuldades para conseguir as coisas. O dinheiro era bem escasso, bem contado.

Para Gonzalez (2020), o racismo latino-americano mantém a população negra e indígena “na condição de segmentos subordinados dentro das classes mais exploradas” (2020, Local do Kindle 2587) com a ideologia do branqueamento. Beatriz também compartilha o histórico financeiro difícil, e

afirma como isso a forçou a amadurecer precocemente, destacando como esse fato é comum para as famílias negras:

Passávamos por muitas dificuldades financeiras, meus pais sempre trabalharam, mas eram muitos filhos. Meu pai trabalha com a construção civil, hoje ainda faz pequenos serviços, e minha mãe sempre foi empregada doméstica, mas as gestações, o tempo com os filhos, fazia com que às vezes ela ficasse sem emprego, sem ter como ir trabalhar e isso deixava a gente em uma condição bem difícil. [...] Como a minha mãe sempre trabalhou, eu era aquela criança, aquela adolescente consciente de ajudar em casa e estudar sem a minha mãe pedir, exigir. Muito consciente da minha condição financeira, familiar, muito madura para a idade, isso é uma característica das famílias negras, dos jovens e das crianças negras, amadurece rápido. A gente tem uma consciência muito grande sobre a vida, sobre as coisas que nos rodeiam, as pessoas sempre acharam que eu tinha muito mais idade do que tinha, os meus amigos sempre eram mais velhos do que eu.

Para Gonzalez (2020), a mulher negra no Brasil enfrenta muitas vezes uma dupla jornada, encarregada de serviços em sua casa (alimentação, limpeza) e trabalhando com a prestação de serviços domésticos ou outros trabalhos de servente. Beatriz descreve cuidar do irmão quando ele era um bebê, citando seus afazeres da época e seus esforços para cuidar da família, cuidando dos afazeres da casa e contribuindo com a renda familiar:

Cuidava do Carlos depois que chegava da escola, lavava louça, toda sexta feira passava água com vinagre no carpete - a minha mãe limpava o carpete de casa, era carpete em tudo -, limpava vidro, cuidava da minha casa, pegava flores no jardim para colocar no vasinho em cima da mesa, mudava os móveis de lugar, assistia meus programas de televisão preferidos. [...] Como sempre ajudei em casa, em um determinado momento ganhava um bom salário, mais do que meu pai e minha mãe conseguiam ganhar, então eu dava roupa, calçado, material escolar - todo o meu dinheiro sempre foi usado em casa, e era uma coisa muito minha. Eu comprava as coisas para mim, sempre trabalhei e estudei desde os 15 anos, mas tinha uma parte que era para todos.

De forma geral, as meninas cuidam das crianças mais novas, sendo que as crianças negras precisam trabalhar jovens por causa das condições em que

vive a população negra (GONZALEZ, 2020) – Beatriz cuidava de seu irmão ainda bebê após a escola, e começou a trabalhar com 15 anos, ajudando em casa também financeiramente. Além disso, Beatriz comenta a falta de acesso a condições dignas na época “para comprar o uniforme, roupa, calçado, uma blusa mais agasalhada para ir para a escola de manhã porque às vezes estava frio”, levantando mais um obstáculo imposto em sua vida escolar. O acesso à educação, de acordo com Nara Torrecilha Ferreira (2019; 2019 apud IPEA, 2015), é parâmetro que vai de encontro ao mito da democracia racial brasileira, com diferenças entre pessoas brancas e negras de acordo com o nível de ensino (quanto mais alto o nível, mais pessoas brancas) e uma quantidade maior de pessoas negras com defasagem em relação aos níveis de ensino, assim como a taxa de trabalho infantil e percentual de pessoas em situação de pobreza, extrema pobreza e vulnerabilidade são maiores para a população negra, enquanto as posições de ocupação mais estáveis e mais protegidas pela legislação trabalhista são ocupadas em sua maioria por pessoas brancas, que também possuem o maior rendimento mensal *per capita*.

O trabalho desde jovem também aparece nos relatos de infância de Muriel, que destaca que encarava a escola como passeio:

Somos uma família de 13 irmãos, 6 homens daí vem eu. Éramos muito pobres, todo mundo tinha que trabalhar. Minha mãe saía com os irmãos mais velhos para trabalhar e eu ficava cuidando de mim, que também era criança, e dos menores. Para mim, ir para escola já era como se fosse um passeio, era uma diversão, um alívio sair e me livrar de todo aquele trabalho de casa. Naquela época, a gente não tinha nem água encanada, nem luz em casa, tinha que buscar lá no poquinho os baldes d'água.

Enquanto os irmãos mais velhos trabalhavam para aumentar a renda familiar junto à mãe, Muriel ficava cuidando das crianças mais novas e da casa. Muriel e Beatriz aproximam seus relatos, afirmando as dificuldades financeiras da família, a responsabilidade de cuidar de casa e de crianças, e o trabalho infantil na família – elementos citados por Gonzalez (2020) como comuns à população negra.

4.3.3 A figura materna como luta e resistência

Em meio a dificuldades financeiras, a mãe de Amanda servia como inspiração a ela:

Quando a minha mãe casou com o meu pai, já era órfã de mãe, a minha avó faleceu muito cedo, com 36 anos, por câncer. Como meu avô tinha esquizofrenia, a minha mãe foi emancipada com 16 anos de idade e ficou responsável pela irmã mais nova. Morou em casa de várias parentes e foi abusada nessa época, largou os estudos, cresceu e casou com meu pai. Ela voltou a estudar, me lembro que eu estava na 4ª série e ela voltou para fazer o 2º grau. Ela fez o 2º grau normal na época, que era formação de professores, e já emendou a graduação; ela fez pedagogia, se especializou para atendimento de crianças especiais. Para mim ela é um grande exemplo de superação, de força, de mulher que luta. Durante toda a minha infância ela sempre trabalhou muito, como babá, fazia sacolé em casa para vender - que aqui no Paraná se chama geladinho -, vendia muamba, teve uma barraca de cachorro quente, ela fazia o que podia para conseguir ampliar a renda para sustentar a mim e meu irmão.

Ela afirma que “forte relação com a cultura afrodescendente” na família da mãe, muito ligados “na questão musical, cultural e a reafirmação da nossa identidade”. Para Amanda, “sempre foi muito presente essa vivência do que é ser uma pessoa negra dentro da família”. Ela mostra como a mãe a ensinou sobre ser menina e mulher negra desde cedo:

A minha mãe sempre afirmou que eu era uma menina negra e que por isso deveria ser muito melhor em tudo que fizesse. Tinha que andar com meu cabelo impecável, senão as pessoas iam dizer que estava sujo e que era fedido. Eu tinha que ser a melhor aluna da escola, senão iam dizer que eu era burrinha, atrasada. Eu tinha que ser a menina mais difícil para namorar, senão iam associar que eu era fácil e desfrutável. Minha mãe sempre pontuou muito, desde o meu comportamento, a maneira de me vestir, a maneira de estudar. [...] Ela sempre teve esse cuidado também de me ensinar que eu devia ter autonomia financeira e intelectual. Sempre disse que eu devia saber contra-argumentar, estudar, saber lutar pelos meus direitos e que não deveria depender de homens. A minha escola de luta e resistência foi a minha mãe.

Como mulher negra no papel de mãe, a mãe de Amanda pode exercer um importante papel na valorização e perpetuação de valores culturais afro-brasileiros (GONZALEZ, 2020), e os ensinamentos foram vários:

Lembro que a minha mãe me ensinava “se está andando na rua sozinha durante o dia, você anda sempre na calçada, próximo das lojas, qualquer coisa que aconteça na rua você entra dentro de uma loja. Se está andando sozinha à noite, ande sempre do lado da rua, porque qualquer coisa você se joga no meio dos carros”, isso pensando bastante em violência sexista, em alguém tentar abusar. Lembro dos meus pais me ensinando também “entrou no ônibus e tá vazio, sempre senta do lado do corredor, não permita ficar encurralada na janela”, “vai comer em algum lugar, busque a visão da porta, senta num lugar que você possa enxergar a saída e entrada para estar sempre atenta”. Fui criada para ser atenta, para ser ligada, estar sempre olhando para os lados. [...] Me lembro que a minha mãe falava para mim que quando eu entrasse numa loja, principalmente essas lojas de departamento, sempre andasse com as mãozinhas para trás, para que o segurança e as pessoas que trabalham na loja vissem que não estava pegando nada, que as minhas mãos estavam nas costas. Lembro da minha mãe dizendo para mim “olha, se a polícia te abordar, fica em silêncio, pede desculpa, apresenta os documentos, mas sempre pega muito devagar e pede para ligar para o teu pai”. Meu pai é militar, então o meu documento era militar e isso me tirou de alguns apuros, inclusive de sempre apresentar identidade militar e ter um tratamento melhor. [...] Uma das coisas que a minha mãe sempre me dizia era que eu tinha que saber me defender, saber argumentar, falar bem, e saber quais eram os meus direitos, tinha que discutir sempre que tivesse certeza que tinha razão. Para isso eu tinha que ter todas as informações.

A mãe de Amanda a ensinou sobre a sexualização da mulher negra, os estereótipos impostos aos corpos negros, a violência policial com alvo na população negra, resitência e tantos outros temas teorizados nesta pesquisa, fato que concretiza a relevância da figura materna, que se encarrega pela sobrevivência, sustento e educação das crianças negras nas condições mais adversas, mantendo valores culturais afro-brasileiros (GONZALEZ, 2020). Nesse sentido, assim como Amanda, Beatriz enaltece sua mãe:

Minha mãe é a típica mulher negra, são essas mulheres que mudam a vida de seus filhos, que mudam e mudaram gerações. Tem vários exemplos disso, se a gente conversa no movimento negro tem vários exemplos, algumas

personalidades inclusive que suas vidas foram mudadas por suas mães e por causa do esforço delas, conseguimos quebrar com uma sequência marcada pela desigualdade, pelo analfabetismo. As mulheres negras têm um papel fundamental, e a minha mãe mudou a minha vida e a vida dos meus irmãos com toda certeza, no sentido de romper com essa trajetória de analfabetismo, até de uma pobreza muito forte, com a valorização da escola e do conhecimento. Para minha mãe era muito importante que a gente estudasse, ela fazia de tudo para gente estudar, ia atrás de uniforme e de material quando a gente não tinha para comprar. Ela dizia que não queria que a gente fosse empregada doméstica como ela, não queria que os meus irmãos fossem pedreiros como meu pai e que, se tivesse estudado, a vida teria sido diferente, que a vida dela era difícil porque não tinha estudo. Tudo para a minha mãe girava em torno do estudo.

Mesmo sem identificar-se dentro do movimento feminista negro, a mãe de Beatriz educava sobre questões étnico-raciais. Ela destaca o importante papel das mães negras, como Gonzalez (2020) coloca, e o anseio por possibilitar uma vida diferente à Beatriz através do estudo (o estudo como via de ascensão social). A mãe de Beatriz, sem estudo, a ensinava sobre independência financeira, empoderamento feminino e empenhava-se para que ela tivesse as mesmas liberdades que o irmão:

A minha mãe era mulher analfabeta, mas uma mulher de personalidade muito forte, uma mulher negra e, sem que soubesse o significado, era feminista. [...] Lembro de muitas coisas que são exemplos. Quando estávamos na adolescência, construíram um salão de festas no condomínio e meu pai achava que só meu irmão ia poder ir para as festinhas, eu e a minha irmã não. A minha mãe dizia “ele vai, elas vão”, a minha mãe falava de coisas assim para gente “a gente precisa estudar para ser independente, mulher tem que ser independente”. Acho que por isso que casei e fui mãe aos 30 anos, quando eu tinha curso superior e passado num concurso público. A minha mãe falava de namoro, da questão da sexualidade, do sexo: “não tem que casar virgem, isso é um absurdo, uma bobagem a gente tem que tomar cuidado com tais e tais coisas, mas as mulheres também tem o direito de viver” [...] Minha mãe era uma mulher que mostrava para a gente, de uma certa forma, o quanto a sociedade era machista. Não entendo como ela conseguia ter o alcance de algumas coisas e o tempo todo questionava quando meu pai queria dar um tratamento diferente para mim e para a minha irmã em relação ao meu irmão mais velho.

A invisibilidade do conhecimento de pessoas consideradas analfabetas está relacionada à visão ocidental dominante, sendo que o fator principal na relação entre indivíduos e comunidade se dá a partir da cultura e convivência, e não da alfabetização (Munir Fasheh, 2004). Para Fashes (2004), reconquistar e revalorizar as formas de conhecer, expressar e aprender é desafiador, e é necessário perceber, para além do que a alfabetização soma, o que ela subtrai - os conhecimentos fundidos na vida são invisibilizados e incompreendidos. O conhecimento da mãe de Beatriz e Amanda não vem da academia, mas é experiencial, e tem a possibilidade de conversar com todos esses conhecimentos, assim como o da mãe de Pamela, que conta o zelo de sua mãe para que não sofresse preconceito por seu cabelo em meio a pessoas não negras e não se perpetuasse o estereótipo de sujeira de pessoas negras:

Das lembranças que tenho da minha mãe e que remetem à questão racial, é que eu sempre andava com o cabelo amarrado, bem preso, bem forte, com uma trança, porque a minha mãe tinha aquela questão do negro ser limpinho. Eu não podia pegar piolho para que não recaísse sobre a minha mãe aquela culpa, “foi a minha filha que passou piolho”. Como eu vim dessa região do oeste do estado, em que praticamente todos os meus colegas de escola eram pessoas não negras, a minha mãe tinha essa preocupação de deixar meu cabelo muito preso naquele rabo de cavalo, com uma trança, com o intuito dessa questão do piolho, dessa higienização. Isso remete muito às questões que são ligadas ao processo daquele ditado de preto sujo, do preto limpo. Lembro muito forte na minha vida escolar da minha mãe sempre tendo esse cuidado. Em alguns momentos, lembro que brigava na escola por conta desse motivo, do pessoal me chamar de neguinha, ou de alguma questão.

4.3.4 O conhecimento como ruptura socioeconômica-cultural

Para Pamela, o pai também teve grande papel em sua formação, incentivando seus estudos como podia:

O meu pai tem uma importância muito grande para mim. Tanto o pai quanto a mãe tem importância significativa na minha trajetória. O meu pai é um homem que é negro e tem um processo histórico de que não foi cuidado pela mãe, a irmã mais velha dele que cuidou. Ele não tem uma infância muito bacana, muito estruturada, e tem problemas com álcool até hoje, mas ele sempre me incentivou

a estudar, sempre esteve comigo. Quando resolvi fazer essa primeira graduação de matemática foi numa universidade privada, a UNIPAR. Meu pai falou “não filha, o que o pai consegue te ajudar é com esse valor”, que na época não dava R\$ 200,00, mas era muito dinheiro. Como eu morava em Corbélia, tinha que pegar o ônibus para Cascavel, e meu pai falou “não, com isso eu consigo te ajudar”.

O incentivo à educação e a educação como forma de ascensão foi tema da entrevista de Muriel também:

A minha mãe estudou até o 3º ano primário, meu pai até o 3º, 4º ano, mas me orgulho muito deles. Ele era mestre de obras e a minha mãe era do lar que não era bem do lar, saía para trabalhar na roça com os irmãos mais velhos. Quase todos os filhos que podiam minimamente trabalhar, ela já levava. Ela foi uma grande administradora. Meu pai sempre trabalhou fora e toda nossa educação basicamente quem deu foi a minha mãe para colocar os filhos todos na linha do trabalho, do serviço e do estudo. Ela achava importantíssimo estudar.

Da mesma forma, Laura lembra que a família “sempre me apoiou em tudo que eu fosse fazer, meus direcionamentos, sempre cobrou a questão da minha educação, de ter um curso, de fazer uma faculdade, de estar preparada para a vida”. Pamela, Muriel e Laura aproximam seus relatos, afirmando a importância e o incentivo ao estudo na sua família. Para Bárbara, a importância que a família dava aos estudos fez com que sua trajetória se voltasse a isso:

Uma das coisas que a gente sempre teve dentro de casa era uma cultura de que a forma da gente se estabelecer seria estudando, estudar era uma forma da gente avançar. [...] A minha prioridade era me estabelecer como pessoa e acho que isso vinha muito da condição que a gente vivia na vida, de avançar e de quebrar um pouco com aquele ciclo, daquela coisa de subserviência, de uma pobreza, de uma coisa que era muito complicada. Foi mais ou menos nesse sentido que eu busquei mais essa trajetória, uma busca de superação intelectual, me superar no campo, porque era mais ou menos aquilo que a gente conhecia dentro de uma perspectiva familiar, que você venceria se você estudasse.

O discurso de Bárbara coloca a educação como possibilidade ascensão social, buscando quebrar o ciclo familiar de pobreza, falta de acesso à educação e trabalhos de servilismo – fatos comuns para pessoas negras.

4.4 RMN-PR

Nesta seção, apresentamos trechos dispostos no capítulo anterior, na seção 3.2.5 RMN-PR, com discursos acerca da Rede de Mulheres Negras do Paraná.

4.4.1 Militância como porta de entrada

Muitas das integrantes da RMN-PR contaram que conheceram a organização a partir de outros movimentos sociais e políticos, como Natália, que atuou “no movimento negro, na educação, conhecendo algumas mulheres através da amizade, da militância social e sindical.”, e Bárbara, que conheceu a organização através do mandato como vereadora de sua amiga:

[...] Vitória, que conheci em 1984, que foi muito importante porque se tornou vereadora em Cidade 1, foi a primeira mulher e uma mulher negra a ser presidenta da câmara de Cidade 1. Por sermos amigas, eu ajudava no mandato da vereadora. Tem um pessoal interno, que recebe para isso, e eu era do pessoal externo. A Vitória é uma mulher negra e já conhecia a Rede de Mulheres Negras, e em 2008 ela disse que alguém do mandato precisaria vir para a Rede. Por eu ter estado no movimento de mulheres antes, vim para a Rede através do mandato da Vitória, me apaixonei pela situação, pela pauta, por tudo e acabei ficando na Rede de 2008 até agora. Vim para conhecer, para levar as informações para o mandato e acabei ficando.

A militância anterior à Rede foi fato comum nas entrevistas - as colaboradoras da pesquisa falam na posição-sujeito de militantes de diversos movimentos, como o Movimento Negro, de Mulheres, de Trabalhadores e de Mulheres Negras. A militância é o que alavanca o encontro dessas mulheres com a Rede e umas com as outras. Amanda conheceu a Rede quando foi “militar

dentro da CUT, na secretaria de organização e depois na direção geral”, e não se filiou à Rede na época, mas alguns anos depois:

Em 2015 teve a Marcha Nacional de Mulheres Negras em Brasília, contra o racismo, contra a violência e pelo bem viver. A Rede foi fazendo uma série de debates, inclusive com a discussão do que é o bem-viver, e percebi que a pauta era muito maior, que o debate da Rede para saúde era só um disparador, porque para ter saúde, a gente precisa ter emprego, renda, acesso à políticas públicas. A saúde não é só a saúde física, mas também a saúde mental, a saúde social, saúde dentro dessa sociedade, uma discussão muito mais ampla do que eu imaginava que fosse.

Assim como Amanda, Pamela não se filiou logo que conheceu a organização:

Por conta desses espaços ativistas que circulei, em 2014, 2013, eu já participava de alguns eventos da Rede, me aproximei da Rede por conta dos espaços de formação que participava, em especial os que dialogavam sobre a implementação da Lei 10.639/03 e promovidos em parceria com o NEAB da UFPR e APP sindicato. A Sônia Cruz, que é minha comadre hoje, foi quem me trouxe para a Rede de forma efetiva. Em 2014 assinei minha carta de afiliação da Rede e comecei a participar de forma mais atuante na Rede, por perceber essa necessidade, essas relações de gênero e raça e de exclusão de nós, enquanto mulheres negras, de alguns espaços.

4.4.2 Rede de Mulheres Negras: necessidade, aprendizado, partilha, acolhimento e potência

O que fez com que essas mulheres se mantivessem na Rede? Bárbara e Amanda mostram o encanto com o trabalho da organização, enquanto Pamela afirma a necessidade de estar nesse espaço, assim como Muriel, que declarou que “esses dias ainda nós tivemos uma live de comemoração dos 15 anos, e falei que sou muito feliz porque era uma necessidade mesmo, e as pessoas viram que era necessário, tanto é que elas sobrevivem e vive até hoje”.

Carolina, que acompanhava a organização com certa distância porque “tinha filhos pequenos e, para mim, o meu valor maior era cuidar dos filhos. Era

difícil também, tinha que atravessar a cidade para chegar de Piraquara para o Sítio Cercado”, após alguns anos levou suas filhas adolescentes ao evento de comemoração de 10 anos da Rede e “elas admiraram muito o caminhar, prestigiaram, se empolgaram e acabaram me empolgando muito mais. Vi o olhar das minhas filhas, elas viram a importância de ser militante, elas como jovens e eu como mulher.”. A identificação das filhas com o movimento inspirou Carolina para que se envolvesse mais com a Rede.

Já Maria, que conheceu a Rede através de uma amiga após a Marcha Nacional de Mulheres Negras em Brasília, relata que se manteve na Rede com a intenção de “aprender mais, me apropriar dos saberes e dos fazeres das mulheres negras que eu não tinha até aquele momento porque eu convivia em outros espaços.”. Antes disso, Maria não conhecia o movimento: “eu não sabia nada sobre Rede de Mulheres Negras e sobre Marcha de Mulheres Negras, para mim era uma novidade esse evento e esse movimento de mulheres negras.”. Maria corrobora a empreitada dos movimentos sociais, para além da denúncia, de reeducação e reinterpretação da realidade, principalmente o movimento de mulheres negras, que reeduca vários segmentos da sociedade além de si mesmas (GOMES, 2005; 2019). Nesse sentido, Bárbara percebe a importância da Rede para olhar para si, pois “ela ampliou muito a minha possibilidade de me ver, me enxergar e de ver como a gente pode efetivamente contribuir”.

Para Beatriz, a Rede também traz essa reeducação, reinterpretando suas vivências a partir das discussões na organização:

Essa discussão de gênero e raça se apresenta muito mais forte quando conheço a Rede. Ter consciência do que significa ser uma mulher e negra foi com a Rede, a percepção de que coisas que tinha vivido, que estava vivendo, relacionamento que estava vivendo, tinha a ver com eu ser uma mulher negra. [...] Também meu papel dentro da minha família, econômico, a relação da minha mãe com a sua família, a relação da minha vó, da sua irmã, todas que eu já citei, consigo olhar para as duas famílias, paterna e materna especialmente, das mulheres negras, depois com a Rede.

Ainda, a Rede inspira Beatriz, e “acende de novo essa paixão pela militância, me traz de volta essa coisa de você fazer mesmo para a população negra, de fazer pela militância, fazer enquanto denúncia, enquanto valorização

de uma cultura, de estar próximo dessa comunidade”. Com isso, ela se motiva a pesquisar sobre gênero e raça dentro da academia, fazendo planos para o mestrado na temática:

Meu olhar para o contexto que as mulheres negras vivem vem depois da Rede de Mulheres Negras, que me faz pensar muito em sempre discutir gênero e raça. Neste momento, eu penso em ir para o mestrado, continuar com o tema da violência policial, mas focar nas mulheres negras que estão politizando a morte dos seus filhos. Essas mulheres negras, assim como a minha mãe, algumas analfabetas, algumas com pouquíssimo estudo, que vão para o debate, vão discutir a morte de seus filhos e denunciar esse estado, elas estão falando de racismo e de violência, elas estão pautando o nosso modelo de segurança pública.

A pesquisa pretendida de Beatriz é o que Gomes (2019) afirma como produção de conhecimento que visa à visibilidade das subjetividades, silenciamentos, apagamentos e desigualdades sociorraciais, sendo um tipo de ativismo. Carolina ressalta a importância desse estudo:

Na Rede, nós mulheres negras sempre agregamos muito junto, a maioria das mulheres aqui estudam e fazem a militância. Vou falar por mim, estudo e faço a militância, se faz necessário, se faz presente, até porque dentro do espaço acadêmico, nas escolas não tem professoras negras, então a gente tem que estar nesses espaços. A gente tem que estar se capacitando, se aprimorando, porque se faz necessário se tornar referência para a nova geração. A militância se faz necessária, senão a gente não sobrevive, as mulheres negras não sobrevivem. A sociedade em geral não nos enxerga, alguns tentam colaborar, mas é minimamente.

A RMN-PR como organização também reconhece a magnitude da militância em âmbito acadêmico, como Amanda explica:

Uma das coisas que a Rede também busca é difundir e divulgar o que as mulheres negras estão pesquisando, o que as mulheres negras estão trazendo de contribuição científica, quem são as mulheres que criam teorias, sejam elas interseccionais, sobre gênero, raça e classe, mas também dentro das específicas de saberes, nas tecnologias, nas ciências aplicadas, na saúde, no

direito. É uma festa para nós cada vez que a gente sabe que tem banca de uma mulher preta.

Conferindo representatividade para as novas gerações, a RMN-PR auxilia na divulgação de pesquisas feitas por mulheres negras de diversas áreas de conhecimento, inclusive com “parcerias com os Núcleos de Estudo Afro-Brasileiros das universidades, com cursinhos pré-vestibulares gratuitos para a população negra”, comentadas por Amanda. A relevância dessa ação é significativa, considerando que o ambiente acadêmico ainda se mantém como um grande espaço de expressão da branquitude, tencionado pelas admissões de sujeitos de movimentos sociais (GOMES, 2019).

O acolhimento da RMN-PR a pautas que outros movimentos não carregam também foi comentado nas entrevistas, como Pamela afirma que participar da Rede é ter a identificação no coletivo, “você tem pessoas próximas que tem aquele sentimento que você também tem, isso que eu sinto lá no meu trabalho várias colegas da Rede também sentem; é fazer esse diálogo com mulheres negras.”. As pautas divididas são várias, como Beatriz comenta que foi na Rede que viu a possibilidade da discussão de gênero e raça que não encontrou em outros movimentos:

Assim, me dar conta que eu era uma mulher negra, que várias coisas era por eu ser uma mulher negra foi muito recente. Eu tinha essa questão, sempre fui negra, mas ser uma mulher negra, o que significa dentro da sociedade, descobri com a Rede de Mulheres Negras, foi o lugar que me possibilitou essa discussão. Gênero e raça não estava nos outros movimentos, não está na universidade, foi só com a Rede, mesmo.

Similarmente, Pamela afirma que a compreensão de que outros movimentos não englobavam algumas pautas das mulheres negras foi seguida de sua investida na RMN-PR:

Eu tinha mais de 20 anos quando começo a me entender enquanto mulher negra, a fazer essas leituras de Lélia, Neuza Santos, Sueli Carneiro, e entrar em contato com esse espaço formado pela luta das mulheres no Brasil. Na sequência de perceber nesses movimentos mistos a necessidade de entender que algumas pautas das mulheres negras não eram acolhidas, vim para a Rede de Mulheres

Negras a partir do contato prévio de alguns outros eventos que a Rede promovia, como seminários de saúde.

Bárbara também lembra que “dentro do movimento de mulheres, após conhecer a Rede de Mulheres Negras, eu percebi que o movimento de mulheres não dava conta de algumas ansiedades que eu tinha e não me dava retorno.”. Sem o acolhimento de suas pautas dentro de outros movimentos sociais, elas se voltam ao movimento de mulheres negras, que irá compreender suas experiências específicas (COLLINS; BILGE, 2021). Por conta desse “não dar conta” do movimento de mulheres, não há uma identificação nesse meio, como relata Maria:

Em 2019, fui substituir a Doutora Muriel – que é a fundadora da Rede Mulheres Negras – em um evento, e eu não me achava à altura para poder fazer isso. Houve um conflito de agendas com ela e eu acabei indo. Fiz a palestra dentro de um do shopping aqui de Curitiba, em uma livraria, e esse foi o primeiro momento que eu me vi como uma mulher feminista negra. Até então, eu não fazia a leitura de que eu era uma mulher feminista. Eu não me considero, mas pela posição que eu defendo, que é a mulher tendo sua liberdade de expressão independente do gênero e a igualdade de oportunidade, e pelas pautas que eu defendo...

O afastamento de Maria do feminismo se dá pela limitação do feminismo branco, uma vez que carrega preconceitos raciais e coloniais (ANZALDÚA, 2009). Mesmo com as contribuições importantes do feminismo com análises a partir do conceito de capitalismo patriarcal, demonstrando o caráter político do mundo privado, as discussões se estenderam para a discriminação embasada em orientação sexual, mas não abarcaram a questão racial (GONZALEZ, 2020).

O acolhimento da RMN-PR se estende ainda para a religião: Laura, mãe de santo, participou das atividades da RMN-PR “por uma curiosidade por conta da questão toda da religião de matriz africana, porque era tão difícil falar do nosso povo, falar da nossa religião”, e foi o local que encontrou “uma abertura muito grande para isso”. Amanda comenta algumas das pautas que a organização carrega, pois

Além de fazer essa luta contra o racismo, de ser antirracista, de ser anticapitalista, de ser antimachista, me encantou esse trabalho direto com as mulheres negras no campo, na cidade, mulheres quilombolas, urbanas, ribeirinhas, trabalhando a temática de saúde, chegando próximo delas, trabalhando afroempreendedorismo.

Ela considera que o que a Rede busca “é para a gente compreender o espaço que a gente está nessa sociedade, como que a gente faz para superar os processos de opressão e, ao mesmo tempo, como é que a gente se fortalece no local que a gente está”, e Laura aponta que “o direcionamento é para que a gente tenha força, voz e vez”, sendo a Rede um lugar para “partilhar, desabafar, a gente chora, grita, fala dessa questão toda que existe dentro sociedade, o racismo e preconceito pela cor da gente”. Sabrina completa que as ações são com intencionalidades “educativas e para transformar pessoas”.

Nas ações da RMN-PR, Carolina reitera a tentativa de “suprir um pouco dessas necessidades das mulheres negras. A gente não consegue abraçar o mundo, mas ajudando um pouco a gente acaba amenizando as dores das mulheres negras”. Ela reconhece a limitação da organização, mas também sua potencialidade, contando sobre ações com mulheres quilombolas e jovens na fase pré-vestibular. Outras colaboradoras lembram ações com docentes e discentes – Amanda fala com o corpo docente sobre o ensino transversal e o diálogo com docentes, tentando “conversar com esses professores para que a atuação deles não seja uma atuação agressiva, que estereotipe e que folclorize negros e negras, que vire uma fantasia de gente negra com ensino sobre a cultura afro brasileira” e Pamela sobre “a formação de professores sobre uma educação antirracista e sobre alguns elementos de fortalecimento da identidade, principalmente das meninas negras” que a Rede realiza.

Na lida com docentes e discentes, Natália afirma que continua “levando essas provocações e discussões para a escola e sindicato. Não estou na escola, mas através de vários coletivos – o coletivo de combate ao racismo da APP, da CNTE, da Rede de Mulheres Negras, da Coalizão Negra por Direitos”, nas parcerias importantíssimas comentadas por Gomes (2005) nas escolas e secretarias de educação com entidades de movimentos sociais, ONG's etc.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: PARA A MENINA

Para todas as meninas e meninos de cabelos
[trançados ou sem tranças.

Desmancho as tranças da menina
e os meus dedos tremem
medos nos caminhos
repartidos de seus cabelos.

Lavo o corpo da menina
e as minhas mãos tropeçam
dores nas marcas-lembranças
de um chicote traiçoeiro.

Visto a menina
e aos meus olhos
a cor de sua veste
insiste e se confunde
com o sangue que escorre
do corpo-solo de um povo.

Sonho os dias da menina
e a vida surge grata
descruzando as tranças
e a veste surge farta
justa e definida
e o sangue se estanca
passeando tranquilo
na veia de novos caminhos,
esperança.

'Para a menina'
(Conceição Evaristo)

Neste capítulo são feitas considerações acerca do que foi alcançado nesta dissertação, pensando o objetivo geral, objetivos específicos e hipótese de pesquisa. São feitas ressalvas acerca do que não pode ser feito durante este estudo, além de projetar possibilidades para pesquisas futuras a partir do material aqui produzido.

Foi possível, nesta pesquisa, produzir uma fonte para a construção do conhecimento histórico (DELGADO, 2003) – um documento contendo narrativas de dez integrantes da Rede de Mulheres Negras do Paraná sobre suas vivências enquanto mulheres negras militantes, com enfoque nas questões de gênero e étnico-raciais, pensando a si mesmas, sua família, sua formação, sua profissão, sua educação básica, seu ativismo e a RMN-PR. Essas narrativas significam o que está sendo narrado, inscrevendo a identidade das narradoras no texto

(ANDRADE 2014), fazendo emergir a memória excluída de mulheres negras militantes, silenciadas e apagadas pela memória dominante.

As narrativas das integrantes da RMN-PR são marcadas por processos educativos no âmbito da educação formal, não formal e informal, ao mesmo passo em que são atravessadas por relações de poder interseccionais, transparecendo a sobreposição em que operam as categorias de raça e gênero, entre outras. Dessa forma, o documento produzido foi dividido em duas categorias, sendo elas Educação Formal – dividida em Educação Básica, Graduação e Pós Graduação –, e Educação Não Formal e Informal – dividida em Família, Trabalho, Religião, Relacionamentos Afetivos, RMN-PR e Demais Coletivos.

Estas categorias e subcategorias foram elencadas a partir da repetida leitura do material, considerando o referencial teórico e linha de pesquisa em Cultura, Escola e Processos Formativos em Educação. Assim, trechos de cada entrevista foram categorizados de acordo com sua temática central, ressaltando-se que trechos que não correspondessem às categorias dadas foram excluídos da pesquisa. Os trechos foram organizados dentro dos tópicos seguindo a ordem das entrevistas, e seu conjunto integra o documento produzido nesta pesquisa.

A partir desse documento, as narrativas foram movimentadas com elementos da análise de discurso, em específico acerca dos tópicos Educação Básica (da categoria Educação Formal), Família e RMN-PR (da categoria Educação Não Formal e Informal), os três tópicos mais comentados nas entrevistas pelas colaboradoras da pesquisa. A escolha precisou ser feita pela extensão do documento produzido e tempo hábil para realização da pesquisa, com a compreensão de que ficam lacunas ao restringir a análise e que toda pesquisa tem sua limitação nesse sentido.

Sentidos e sujeitos são constituídos no discurso, e através dos tópicos são alternadas as posições-sujeito de acordo com as condições de produção do discurso (ORLANDI, 2003). Assim, o sujeito mulher negra militante integrante da RMN-PR é atravessado pela ideologia e influenciado pelo inconsciente e pela memória. Os efeitos de sentidos produzidos apontam que as entrevistadas assumem a posição-sujeito daquela que é militante, mulher, negra, evidenciando o sofrimento desse sujeito, mas também sua resistência. Ainda, as posições-

sujeito são interseccionais, movimentando as categorias de raça, gênero, classe, além de outras mais, de maneira simultânea.

Os discursos das integrantes da RMN-PR apontam para escolas que tem a possibilidade de acolher, e o fazem em algumas situações, mas repetidas vezes negligenciam, subalternizam e discriminam esses sujeitos, em processos de coerção rotineiros. Expondo violências do ambiente e comunidade escolar que vivenciaram, os discursos apontam para o isolamento que sofreram enquanto meninas negras, a marcação de suas diferenças de forma negativa, piadas e comentários sobre aparência física, o julgamento e sexualização de seus corpos, o apagamento de suas histórias e ancestralidades, e o silenciamento das discussões de questões étnico-raciais e de gênero; há, entretanto, apontamentos positivos – o impacto possível de movimentos sociais na educação formal e educação não formal e informal, os resultados das investidas de movimentos sociais com políticas públicas, sanções de leis e a construção de uma agenda destes movimentos no governo, refletidos nas novas gerações.

Da mesma forma, os relatos apontam para o histórico socioeconômico difícil no âmbito familiar, fazendo com que as entrevistadas precisassem assumir responsabilidades ainda jovens na família, além de iniciar no mercado de trabalho cedo. Os discursos apontaram para o silenciamento das discussões sobre sexismo e racismo em casa, mas também para a possibilidade de aprendizado sobre as questões de gênero e étnico-raciais a partir do conhecimento experiencial das mães, que sem teorizar, ensinaram suas filhas de maneira interseccional sobre identidade, luta e resistência. Ainda, ressalta-se a importância do estudo para as famílias negras como possibilidade de ascensão social, saindo dos trabalhos de servilismo que são as únicas opções para muitas pessoas negras.

De acordo com as narrativas das integrantes da RMN-PR, o acolhimento é potencializado a partir da Rede no ambiente escolar e familiar, assim como a organização o faz em outros ambientes, em um empreendimento poderoso de reeducação. É ressaltado o papel da militância nos discursos das colaboradoras desta pesquisa, as motivações de luta das entrevistadas e as pautas abarcadas pela organização. Os efeitos de sentidos produzidos nos discursos indicam como a militância se faz necessária em diferentes aspectos da vida dos sujeitos

mulheres militantes, gerando identificação e espaço para que suas vozes sejam ouvidas. De maneira interseccional, a Rede cria um espaço que essas mulheres buscaram em outros lugares e não encontraram.

Com isso, respondemos à questão-problema desta pesquisa – de que forma as mulheres negras da Rede de Mulheres Negras do Paraná percebem a influência dos processos educativos em relação a gênero e raça em suas formações como mulheres negras militantes? As entrevistadas apontaram processos educativos com influência negativa em suas trajetórias – o apagamento da história da população afrobrasileira, o silenciamento de debates sobre questões étnico-raciais e de gênero, a marcação das diferenças das mulheres negras de forma negativa em diferentes ambientes -, comentando os sentimentos de tristeza, raiva, impotência e falta de entendimento nessas situações. Esses acontecimentos dificultam a formação de uma identidade positiva da mulher negra, que pode ser transformada por processos educativos de contraconduta – a partir de movimentos sociais, em diferentes esferas da vida de mulheres negras, com diálogo, estudo, luta e resistência. Considera-se então que foi possível perceber a influência de processos educativos para a formação das mulheres negras militantes a partir da perspectiva de integrantes da Rede de Mulheres Negras do Paraná, alcançando o objetivo geral da pesquisa.

Ainda, confirma-se a hipótese desta pesquisa de que os processos educativos em relação a gênero e raça influenciam na formação das mulheres negras militantes da RMN-PR, de forma positiva a partir do contato com docentes, discentes, ativistas de movimentos sociais e leituras na temática; e do ponto de vista da influência negativa com a ausência de discussões pautadas por diferentes movimentos sociais e violências dos processos de subalternização. Ressalta-se que os processos educativos em relação a gênero e raça não ocorrem primeiro em uma categoria e depois em outra, mas de forma interseccional, pois raça e gênero se sobrepõem constantemente nos relatos das integrantes da RMN-PR, juntamente com categorias como religião e classe.

Também os objetivos específicos da pesquisa foram atingidos, pois: foi estabelecido um documento no capítulo 3 a partir das narrativas das mulheres negras integrantes da RMN-PR; foram identificados no capítulo 4 processos de subalternização e resistência em relação a gênero e raça na educação formal, não formal e informal a partir da perspectiva de integrantes da RMN-PR e

processos educativos que marcaram a formação das integrantes da RMN-PR como mulheres negras militantes; e foram identificados o discurso e os sentidos produzidos pelas integrantes da RMN-PR quando narram suas histórias no capítulo 4.

É necessário reconhecer as limitações desta pesquisa, com tempo escasso para explorar outros referenciais teóricos, bem como a categorização adotada no capítulo 3 e a análise subsequente. A extensão da análise para todo o material coletado não se mostrou possível no período disponível, considerando as mudanças substanciais da pesquisa inicial proposta, a etapa de aprovação na Plataforma Brasil, as alterações requeridas com o amadurecimento da pesquisa e banca de qualificação, para além da extensão e riqueza do material, que proporciona infinitas possibilidades para pesquisa.

O material riquíssimo produzido, contudo, pode ser utilizado em pesquisas futuras, inclusive em publicações em parceria com integrantes da RMN-PR. Ao longo de novos estudos, pode-se explorar outras dimensões do ensino formal, não formal e informal nos relatos das colaboradoras desta pesquisa, preenchendo lacunas deixadas aqui. Assim, abre-se um leque de possibilidades para dar continuidade ao que foi iniciado nesta dissertação – a análise de entrevistas de maneira individual, por faixa etária, por profissão, a investigação mais a fundo de cada um dos tópicos elencados, a intersecção entre diferentes tópicos, a criação de novos tópicos e até de uma divisão distinta da realizada. Ainda, há a possibilidade de perdurar a parceria com as integrantes da RMN-PR e ampliar o *corpus* disponível para análise, percebendo as rupturas no material atual.

Por fim, as leituras realizadas para incorporar esta pesquisa, as discussões possíveis com o material produzido e, principalmente, o diálogo com as integrantes da RMN-PR transformam-me como pesquisadora, sentindo novos interesses, perspectivas e possibilidades aflorarem com esta pesquisa. Volto-me à posição de destaque dos movimentos sociais, em especial do movimento de mulheres negras, na educação e demais áreas, em nível individual e coletivo, e aos estudos étnico-raciais e interseccionais. Sou movida pelo sentimento de pertencimento das filiadas com a Rede de Mulheres Negras e busco para mim, enquanto mulher amarela, essa identificação a partir da minha luta e minhas pautas. Finalmente, almejo, de forma esperançosa, a continuação desta

pesquisa, entendendo a relevância da temática, que não poderia ser esgotada nesta dissertação ou ainda em uma nova pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, S. S. A entrevista narrativa ressignificada nas pesquisas educacionais pós-estruturalistas. In: MEYER, D. E.; PARAÍSO, M. A. (Orgs.) **Metodologia de pesquisas pós-crítica em educação**. 2ª ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, p. 175 – 196, 2014
- ANZALDÚA, G. Queerizar a escritora. Loca, escritora y chicana. In: KEATING, Ana Louise (Org.). **The Gloria Anzaldúa Reader**. Durham: Duke University Press, 2009. p. 163-175.
- APPLE, M. W. Currículo e poder. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 46-57, 1989.
- BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSGOQUEL, R. Introdução: Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico. In: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSGOQUEL, R. (Orgs.). **Decolonialidade e Pensamento Afrodiáspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. E-Book Kindle.
- BRUNO, A. Educação formal, não formal e informal: da trilogia aos cruzamentos, dos hibridismos a outros contributos. **Medi@ções**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 10-25, 2014. Disponível em: <<http://mediacoes.esse.ips.pt/index.php/mediacoesonline/article/view/68>>. Acesso em: 10 jan. 2022.
- CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 15, n. 4, p. 679-684, 2006.
- COLLINS, P. H. Epistemologia feminista negra. In: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADOTORRES, N.; GROSGOQUEL, R. (Orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. E-Book Kindle.
- COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. Edição eletrônica. Boitempo Editorial, 2021.
- DA COSTA PANTOJA, J. H. et al. OS REFLEXOS DO PERÍODO COLONIAL NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: A QUESTÃO DA SEXUALIZAÇÃO E OBJETIFICAÇÃO DA MULHER NEGRA NO BRASIL. In: **Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais 2019**. 2019.
- DOS SANTOS, J. C. B. A RELAÇÃO DA IGREJA CATÓLICA COM O NEGRO: DE SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A MANUTENÇÃO DO RACISMO À VALORIZAÇÃO DO POVO NEGRO PELA PASTORAL AFRO-BRASILEIRA. **CLASSES E IDENTIDADES**, p. 126., 2018.

FASHEH, M. Como erradicar o analfabetismo sem erradicar os analfabetos?. **Revista Brasileira de Educação**, n. 26, p. 157-169, 2004.

FERREIRA, A. Teoria Racial Crítica e Letramento Racial Crítico: Narrativas e Contranarrativas de Identidade Racial de Professores de Línguas. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as) - ABPN**, v. 6, p. 236-263, 2014.

FERREIRA, N. T. Como o acesso à educação desmonta o mito da democracia racial. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 27, p. 476-498, 2019.

GOMES, N. L. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: MEC - Secad (Org.). **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal no. 10.639/2003** - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, p. 39-61, 2005.

GOMES, N. L. Educação, relações étnico-raciais e a Lei nº 10.639/03: breves reflexões. **Modos de fazer**, p. 19, 2010.

GOMES, N. L. Intelectuais negros e produção do conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira In: SANTOS, B. S.; MENEZES, P. **Epistemologias do Sul**. SP: Cortez, 2013. E-Book Kindle.

GOMES, N. L. **O Movimento Negro Educador**. Petrópolis: Vozes, 2019. E-Book Kindle.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020. E-Book Kindle.

LEMOS, F. C. S. et al. O extermínio de jovens negros pobres no Brasil: práticas biopolíticas em questão. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 12, n. 1, p. 164-176, 2017.

PACHECO, A. C. L. **Mulher negra: afetividade e solidão**. Edufba, 2013.

LOURO, G. L. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, p. 7-42, 2019.

MUNANGA, K. Mestiçagem como símbolo da identidade brasileira. In: SANTOS, B. S.; MENEZES, P. **Epistemologias do Sul**. SP: Cortez, 2013. Edição Kindle.

MUNANGA, K. Teoria social e relações raciais no Brasil contemporâneo. **Cadernos PENESB**, v. 12, p. 169-203, 2010.

ORLANDI, E. P. **Discurso em análise: sujeito, ideologia e sentido**. Campinas, SP: Pontes, 3ª ed., 2017.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: Princípios e procedimentos**. 5ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2003.

PEREIRA, P. P. Queer nos trópicos. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**. São Carlos, v. 2, n. 2, p. 371-394, jul-dez 2012.

PENESB. **Teoria Social e Relações Raciais**. Publicado no canal da Penesb, 25 nov. de 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=H0jZoi-0JfM>>. Acesso em: 20 jul. 2021.

QUIJANO, A. Colonialidad Del Poder, Eurocentrismo y America Latina. In: LANDER, E. (Org.). **Colonialidad del Saber, Eurocentrismo y Ciencias Sociales**. Colección Sur-Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, p. 107-130, set. 2005.

REA, C. A.; AMANCIO, I. M. S. Descolonizar a sexualidade. Teoria queer of colour e trânsitos para o Sul. **Cadernos Pagu**, v. 53, 2018.

SANTOS, W. O. **Políticas Educacionais Antirracistas Brasil e Colômbia: Estudo Comparado**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

SAXE, F. N. Chicana, lesbiana y queer: Gloria Anzaldúa como pionera y precursora de la teoría queer. **Cuadernos de Literatura del Caribe e Hispanoamérica**. n. 22, Julio-Diciembr, 2015.

SILVA, P. V.; ROSEMBERG, F. Negros e brancos na mídia brasileira: discurso racista e práticas de resistência In: VAN DIJK, T. (Org.). **Racismo e discurso na América Latina**. São Paulo: Contexto: 2010.

SILVA, P. Chegou a hora de dar a luz a nós mesmas” – Situando-nos enquanto mulheres e negras. **Cadernos CEDES**. v. 19, n. 45, 1998.

TELLES, E. **O significado da Raça na sociedade brasileira**. 2004. Princeton e Oxford: Princeton University Press. Versão divulgada na internet em agosto de 2012.

WALSH, C. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, V. M. **Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas**. Rio de Janeiro: 7letras, 2009. p. 12-41.